

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE EM EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JÚLIO CÉSAR ORIAS TEODORO

**A EDUCAÇÃO SALESIANA EM UBERLÂNDIA:
A gênese do Instituto Teresa Valsé Pantellini (1959-1971)**

**Uberlândia – MG
2008**

JÚLIO CÉSAR ORIAS TEODORO

**A EDUCAÇÃO SALESIANA EM UBERLÂNDIA:
A gênese do Instituto Teresa Valsé Pantellini (1959-1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo.

**Uberlândia – MG
2008**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

T314e	Teodoro, Júlio César Orias, 1972- A educação Salesiana em Uberlândia: a gênese do Instituto Teresa Valsé Pantellini (1959 - 1971) / Júlio César Orias Teodoro. - 2008. 256 f. : il. Orientador: José Carlos Souza Araújo. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Inclui bibliografia. 1. Instituto Teresa Valsé Pantellini - História - 1959 - 1971 - Teses. 2. Educação - História - Teses. 3. Educação - Uberlândia - História - Teses. I. Araújo, José Carlos Souza. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título. CDU: 37(091)
-------	---

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo (UFU)

Examinador 1 - Prof. Dr. “Neto” (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

Examinador 2 – Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto (UFU)

Uberlândia, __ de _____ de 2008

Dedico este trabalho aos meus pais, João Orias Teodoro e Edidi Maria Rosa, que foram os responsáveis por me darem à vida, proteção, educação e por fazer com que compreendesse que os obstáculos na vida surgem para serem suportados e superados com vitória.

AGRADECIMENTOS

No ato solitário de redigir uma dissertação, muitas colaborações vão se fazendo presentes em cada frase, em cada capítulo concluído, seja na forma de orientação sempre segura, da crítica construtiva, ou da colaboração no acesso aos arquivos, às bibliotecas, no empréstimo daquele livro tão indispensável ou ainda na predisposição de tempo de um colaborador a ser entrevistado, e também na forma dos estímulos, do carinho, da amizade, das boas lembranças e da confiança que nos fortalece. São palavras de vida arquivadas muitas vezes em nosso inconsciente e liberadas como em toque de magia para nosso consciente para servir de auxílio, sustento, coragem e criatividade diante de situações inusitadas.

No entanto, gostaria de registrar aqui algumas contribuições decisivas, sem as quais este trabalho não teria sido realizado.

Ao Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo, pela orientação segura, pela compreensão diante de minhas limitações, pela honestidade e seriedade nas relações orientador /orientando. A ele devo a construção de um aprendizado cauteloso, mas sem medo de errar, muito além de um trabalho acadêmico.

Ao Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho, pelo incentivo desde a época da graduação e pelas contribuições valiosas no exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, pelas sugestões enriquecedoras no exame de qualificação.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, pelo carinho e atenção.

Às instituições que colaboraram e permitiram que eu fizesse minha pesquisa com toda a liberdade, especialmente ao Instituto Teresa Valsé Pantellini.

Aos sujeitos entrevistados, em especial a Irmã Elza Lima Gomes, pela contribuição e possibilidade de realizar este estudo.

Às minhas eternas referências de compromisso com a docência, pela sabedoria no ato de ensinar, Angelina a quem o conhecimento da Língua Portuguesa e da Literatura flui com naturalidade e a Rosa Amaral pela dinâmica imposta em sala de aula com seus conhecimentos da História.

Aos colegas de classe do mestrado 2006, pela amizade e companheirismo.

Aos meus amigos Hellen Monteiro, José Santos, Manoel Cipriano, Leni Coelho, Sérgio Evangelista, Adenilson Honório, Paulo César e Tânia Cristina, pelo apoio, amizade e por estarem sempre prontos para discutir, criticar e dar sugestões.

Aos meus irmãos que mesmo distantes, preocuparam-se comigo e torceram pelo meu sucesso.

À Suziene, pelo amor, carinho, amizade, paciência e estímulos constantes ao longo desses felizes anos de convivência em comum, e ao nosso filho Juliano Teodoro por tornar nossas vidas mais alegres e por nos fazer compreender o significado da força que tem a palavra família.

A Deus por ser tão generoso na minha vida, socorrendo-me nos momentos de aflição, dando-me sabedoria, força, coragem, determinação e por me fazer sempre confiante em todos os dias da minha vida.

“A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para esta atividade, o investigador recorre à observação e a reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta e a experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo e adequá-lo à sua vida.”

Chizzotti (1991).

RESUMO

Este estudo teve, por objetivo, historiar a gênese do Instituto Teresa Valsé Pantellini em Uberlândia, com a finalidade de construir uma leitura interpretativa de seu aparelho educacional compreendido entre os anos de 1959, data da instalação do instituto na cidade, ao início de 1971, momento em que a escola passou a admitir a matrícula de alunos do sexo masculino. Buscando diante disso, analisar a construção de seu espaço físico, arquitetura, a vida escolar (alunos e componentes da comunidade escolar) e a contribuição da sociedade para a efetivação da obra salesiana, no prédio onde a Instituição está instalada atualmente na Avenida Mato Grosso, 1625, no bairro Brasil. Esta temática é considerada relevante no meio acadêmico por servir como mais uma contribuição ao processo de construção e levantamento de fontes catalogadas a respeito das estruturas educacionais que fizeram parte da formação das raízes escolares da cidade de Uberlândia, com isso, poder traçar um contexto de como foi pensada e vivida a realidade educacional da região. Para tanto, foram privilegiadas as fontes documentais oficiais da escola, a história oral (entrevistas com ex-diretoras, ex-professoras, padres, e egressas), os dados fornecidos pelo IBGE a respeito do crescimento populacional entre os anos de 1900 a 1970, bem como a respeito dos índices de alfabetização entre 1950 a 1970, consultando-se também a imprensa local da época. O Instituto Teresa Valsé Pantellini teve sua gênese em Uberlândia, quando se falava muito em crescimento da cidade, da demografia e da indústria, fatores beneficiados pelas políticas. O Instituto Teresa Valsé das Irmãs da Congregação Salesiana iniciado no ano de 1959, teve o apoio de pessoas importantes da sociedade, que almejavam muito o desenvolvimento e a valorização sócio-educacional através da metodologia de ensino baseada em valores familiares e religiosos, de acordo com seu predecessor Dom Bosco. A instituição desenvolveu-se com a ajuda de diferentes membros da comunidade local, que participava de quase todas as dificuldades das irmãs. Isso acabou contribuindo de certa forma também para o desenvolvimento do bairro, fatos que demonstram que, mesmo fazendo uso de um aparelho educacional marcado por condutas disciplinarizadoras ministradas pelas Irmãs na época, estas conseguiram flexibilizar seus métodos e adequá-los ao seu ambiente institucional, conseguindo assim atender aos anseios da sociedade e formar uma escola significativa para a cidade.

Palavras-Chave: Educação; Congregação Salesiana; Instituto Teresa Valsé Pantellini

ABSTRACT

This study had the objective of the historic the geneses of the Institute Teresa Valsé Pantellini in Uberlândia, with the purpose to construct an interpretative reading of its educational value, between the years 1959, the date of installation of the institute in the city, and the beginning of 1971, the moment when the school started to also admit in the school registration of pupils from masculine sex. According to this research and analyses the construction of its physical space, and architecture, the school life(pupils and components of the school community) and the contribution of the society for the accomplish of the salesiana , in the building where the Institution is located currently at Mato Grosso Avenue, 1625, in the Brazil District. This thesis is considered excellent in the academic society for serving as a contribution to the process of construction and survey of sources catalogued regarding the educational structures that had been part of the formation of the school roots of Uberlândia city, with this being able to trace a context of how the reality of the region had been thought and lived. Thus, the documentary sources of the school, verbal history had been privileged (interviews with former head teachers, former teachers , priests and egresses) the information supplied for the IBGE regarding the population growth between the years of 1900 an 1970, as well as regarding the average of the literacy between 1950 and 1970, consulting also the local press of the time. The Institute Teresa Valsé of the Salesiana's Sister Congregation initiated in 1959, had the support of influential people of the society, who wished the development partner-educational through the methodology of education based on familiar and religious values, according to their predecessor Dom Bosco. The institution was developed with the aid of different members of the local community, who participated in almost all the difficulties of the Sisters. This also contributed for the development of the district, facts that demonstrate that, even making use of an education device marked by behaviors discipline at the time given for the Sisters, who obtained flexible methods and to adjust them in its institutional environment, obtaining the desires of the society and forming a significant school for the city.

Keyword: Education; Salesiana congregation; Institute Teresa Valsé Pantellini

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Construção da Capela N.S. Aparecida em 1936.....	147
Figura 2 – Pe. João Batista Balke	149
Figura 3 - Construção da Igreja N.S. Aparecida em 1952.....	152
Figura 4 - Lançamento basilar da construção da nova sede do Ginásio Cristo Rei (no atual Bairro Sta. Mônica)	153
Figura 5 – Foto Padre Mario Forestan.....	156
Figura 6 - Parada cívica de 7 de Setembro de 1959, com alunos do Ginásio Cristo Rei	157
Figura 7 - Pe. Mário em Dezembro de 1959. formatura do Curso Primário do Ginásio Cristo Rei.....	159
Figura 8 - Pe. Mario Forestan junto aos jovens na formatura do curso ginásial de 1959	159
Figura 9 - Madre Teresa Valsé Pantellini.....	169
Figura 10 - Irmã Catarina, Madre Palmira e Irmã Rita Vieira, em 1959.....	176
Figura 11 - Primeiro Oratório Festivo na Chácara de Cícero Diniz, em 1959, ao ar livre.....	177
Figura 12 – Idem.	177
Figura 13 - Funcionamento da escola na Chácara Cícero Diniz em 1959	179
Figura 14 – Visual da casa da Chácara em 1959	180
Figura 15 - Visual do Bairro Operário em 1959.....	181
Figura 16 - Hortaliças cultivadas pelas Irmãs e momentos de recreação entre as alunas (1959)	182
Figura 17 - Formação da Sala de Aulas em 1959.....	183
Figura 18 - Oratório Festivo na Chácara em 1959	184
Figura 19 – Idem.	184
Figura 20 - Início da construção do Instituto.....	186
Figura 21 - Conjunto de fotos mostrando o local onde se erguiam as atuais instalações do Instituto Teresa Valsé	186
Figura 22 – Operários trabalhando na fundação da escola.....	187
Figura 23 - Alunas ajudando na nova construção.....	188
Figura 24 - Ilustrando as assinaturas de doadores no Livro e Ouro do Instituto Teresa Valsé	194
Figura 25 - O novo Colégio em Construção, em 1960.....	199
Figura 26 - Exposição dos trabalhos feitos pelas crianças no final do ano letivo	200
Figura 27 - Confeção de vestidos feitos pelas alunas	201
Figura 28 - Certificado de Edna Barbosa, de premiação pelo comportamento.....	202
Figura 29 - Alunas da escola em 1961	204
Figura 30 - Formação da sala de aula em 1962	210
Figura 31 - Parada cívica, em 07 de Setembro de 1962	212
Figura 32 - Perfil das alunas uniformizadas	212
Figura 33 - Alunas da escola e catecismo nas novas instalações do Instituto	215
Figura 34 - Alunas da escola e catecismo nas novas instalações do Instituto	215

Figura 35 - Corpo docente com a presença de alguns leigos e alunas do curso ginásial em 1963	216
Figura 36 - Formatura das alunas da 4ª série primária, em 1963	217
Figura 37 - Parada cívica de 7 de Setembro em 1964	218
Figura 38 – Modelo de Certificado de conclusão do curso Ginásial- 1963	218
Figura 39 - Certificado de aprovação legal para o funcionamento independente da escola em 1964	219
Figura 40 - Primeiros certificados elaborados pelo do Instituto Teresa Valsé, após a sua desvinculação do Ginásio Cristo Rei-1964	219
Figura 41 - Boletim de vida escolar da escola.....	220
Figura 42 - Primeira eucaristia das alunas do ano de 1965	222
Figura 43 - Aparência exterior do Colégio em 1965	222
Figura 44 – Oratório Festivo em 1965	223
Figura 45 - Oratório Festivo em 1965	223
Figura 46 - Comemoração ao dia da Independência brasileira em 1967	227
Figura 47 - Dos momentos de recreação das alunas.....	227
Figura 48 - Festividades de São José em 1968.....	228
Figura 49 - Liberação de funcionamento.....	230
Figura 50 - Autorização por Portarias para funcionamento do Instituto	232

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Índices de Alfabetização entre os Anos 1950, 1960 e 1970 em Uberlândia.....	124
Quadro 2 - Quanto à expansão demográfica em Uberlândia (1900 a 1970)	132

SIGLAS

AI	Ato Institucional
CDHIS	Centro de Documentação e Pesquisa em História –
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda –
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDN	Liga de Defesa Nacional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
UDN	União Democrática Nacional
PRP	Partido Republicano Popular
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEDOC	Documento 3 da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial,
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial,
UESU	União dos Estudantes Secundários de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO I	
AMBIENTAÇÃO HISTÓRICA EM TORNO DA CONSTITUIÇÃO DA CONGREGAÇÃO SALESIANA	41
1.1 Panorama Geral da Estruturação da Igreja Católica	41
1.2 Fundação da Congregação Salesiana	50
CAPÍTULO II	
A CONGREGAÇÃO SALESIANA NO BRASIL ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E OS ANOS 70.....	63
2.1 O Início da Presença Salesiana no Brasil	64
2.2 A Congregação Salesiana Durante o Período Republicano.....	77
2.3 Do Período de Pós-Conflitos Mundiais ao Governo de João Goulart.....	84
2.4 A Ditadura Militar e a Educação	94
CAPÍTULO III	
A FORÇA DA IGREJA CATÓLICA EM MINAS GERAIS: A PRESENÇA SALESIANA E O CONTEXTO UBERLANDENSE	105
3.1 Contexto da Instalação das Primeiras Congregações Católicas em Minas Gerais	105
3.2 A Educação Salesiana em Minas Gerais	109
3.3 O Contexto Sócio-Político de Uberlândia que Antecedeu a Vinda dos Salesianos	117
CAPÍTULO IV.....	139
A ESCOLA SALESIANA EM UBERLÂNDIA-MG	139
4.1 Congregação Salesiana e a Educação Para a Vida e Trabalho	139
4.2 Da Paróquia de N. S. Aparecida ao Colégio Cristo Rei	147
CAPÍTULO V	
O INSTITUTO TERESA VALSÉ PANTELLINI	165
5.1 Rememorando o Papel da Mulher na Sociedade Brasileira	165
5.2 A Inspiração Para a Origem do Nome Instituto	169
5.3 A Escola das Irmãs Salesianas de Uberlândia	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	237
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	243
ANEXOS	253
Anexo A - Roteiro de entrevista-I	253
Anexo B- Roteiro de entrevista-II	254
Anexo C - Roteiro de entrevista-III.....	255
Anexo D - Roteiro de entrevista-IV	256

INTRODUÇÃO

Este estudo focaliza, como objeto de pesquisa, o Instituto Teresa Valsé¹ Pantellini, escola dirigida pelas Irmãs Salesianas², como mais uma conquista da comunidade católica local e importante aquisição do setor educacional de Uberlândia, num momento em que se dava o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e político da cidade, que culminou com a expansão demográfica e, conseqüentemente, com a real necessidade do aumento do número de escolas do setor público e privado, principalmente nos bairros periféricos da cidade como era o caso do “Operário”(atual bairro Brasil). A construção de escolas nesse local serviria também como impulso ao desenvolvimento do bairro.

Para tanto, foram levantados aspectos da história da Congregação Salesiana desde sua formação por Dom Bosco, na Itália, até a vinda das irmandades masculina e feminina para o Brasil, em especial, para a cidade de Uberlândia, onde a Congregação³ construiu sua própria história, permanecendo em atividades até os dias atuais. Trata-se do primeiro estudo completo realizado sobre o Instituto Teresa Valsé em Uberlândia, levando-se em conta o trabalho construtivo realizado pelas Irmãs Salesianas junto à sociedade uberlandense na formação de seus filhos, de acordo com um conceito educacional que permanece dentro do contexto criado

¹ O sobrenome Valsé é de origem francesa, conforme consta nos relatos históricos que narram os feitos da vida da irmã Teresa Valé Pantellini, o que justifica o acento agudo e a pronúncia grafada como *Valsê*.

² O termo salesiano é o adjetivo ou substantivo criado para se referir à congregação S. Francisco de Sales fundada por Dom Bosco em 1841.

³ Segundo o que prescreve o Código de Direito Canônico de 1917, Art. I, Das Sagradas Congregações, nos cân. 246, 247, 248 e 249, o instituto em geral é qualquer coisa ou obra criada ereta ou edificada. Diz-se Pio o que se refere a fim religioso ou caritativo e profano quando se destina a finalidade humana de filantropia, prescindindo explicitamente de qualquer relação com religião e autoridade eclesiástica. O Instituto pode ser eclesiástico (o que é ereto em pessoa moral eclesiástica ou incorporada noutra já existente) ou laical (independentemente da autoridade da Igreja, é ereto pela civil em pessoa moral ou incorporado nas já existentes meramente civis, sem prescindir da virtude religiosa ou da cidade cristã). Instituto eclesiástico não colegial é o conjunto de bens temporais destinados in perpetuum ou por longo tempo um fim religioso e ereto pela competente autoridade eclesiástica em pessoa moral ou dado a um instituto já criado por testamento ou por doação inter-vivos com condição de realizar aqueles fins. Dividem-se em propriamente ditos (os que constituem pessoa moral e eclesiástica) e fundações pias (os que incorporam numa pessoa moral já existente). Para que o instituto seja eclesiástico é necessário que haja aprovação legítima da Igreja; se o fundador não determinar um modo de administração, os Ordinários locais podem regulá-la através de adequados estatutos e regulamentos na qualidade de executores das vontades pias dos fiéis. A vontade expressa do fundador será respeitada na fundação do Instituto e organização dos estatutos. Consideram-se desonestas e inaceitáveis as cláusulas contrárias às leis e a ordem pública; consideram-se desonestas e inaceitáveis as cláusulas que dispensarem os administradores a cumprir a obrigação imposta pelo cân. 1492. Atendendo a que o direito de vigilância nos casos ordinários não inclui o de visita, a não ser que este mencione expressamente, parece que os institutos anexos a casas religiosas de direito pontifício não se sujeitam à visita episcopal, a menos que as exigências dos meios de vigilância do Ordinário não sejam cumpridas. Os institutos pios canonicamente eretos que estejam a cargo de associações religiosas devem prestar contas anualmente à cúria diocesana respectiva, segundo o regulamento próprio.

por Dom Bosco, seu fundador, em seu ideal de educação e religiosidade, baseado no tripé educacional constituído pela razão, afetividade e religião.

Considerando-se também que, na opinião de Barros (1992, p. 78) : “ (...) só se registra o que tem importância para um presente, só guardamos o que nos é importante.”, a história do Instituto adquire relevância ao ser relatada conforme seu histórico registrado, revelando a grandiosidade que representou sua construção e o que representa a sua manutenção na cidade de Uberlândia. Essa instituição foi um dos mais importantes veículos de crescimento e desenvolvimento dessa parte da cidade, que naquela época, ficava distanciada do setor encoberto pela infra-estrutura urbana como era o centro da cidade e era considerada, por muitos, como zona rural ou setor de chácaras, tal como era conhecido, conforme esclarece o depoimento de Irmã Jussy Azevedo:

[...] quando a escola foi para ali não havia nada naquele local [...] poucas casas de carroceiros e poucos operários das máquinas de arroz [...] tudo ali era deserto muito mato nos pastos com vacas pastando [...] com o tempo a escola foi crescendo e quando a gente viu ali tudo era só casa [...] (IRMÃ JUSSY AZEVEDO⁴, 29/032/2008)

A educação de jovens praticada no Instituto Teresa Valsé fundamenta-se no princípio dialógico e amistoso, sistema construtivo proposto e desejado por Dom Bosco e Madre Mazzarello, fundadora da Irmandade Feminina⁵ e que estabelece as inter-relações de educadores e alunos. A obra iniciada por Dom Bosco na Itália, com repercussão mundial, teve continuidade através da Irmandade Salesiana em Uberlândia, cujos componentes sempre se preocuparam em reviver a experiência pedagógica de seu criador, embora tenha sido empregada em contextos diferentes de quando Dom Bosco fundou a Congregação na Itália em 1859 e que foi aprovada em 1874 pelo Papa Pio IX, com objetivos assistencialistas, atendendo os filhos das classes socioeconomicamente desprivilegiadas, isto é, sem condições de acesso aos estudos e nem tampouco a qualificações profissionais.

A realidade da época em que as Irmãs Salesianas vieram para Uberlândia, apesar de ter sido fundamentada em preceitos assistencialistas, era outra, e a instituição, para sobreviver, teria que cobrar de suas alunas uma mensalidade, mesmo que esses valores fossem quase simbólicos, para ajudar na manutenção da escola. Isto, mesmo tendo, como um dos itens do

⁴Irmã-Jussy de Azevedo, nascida em 20/02/1933 na cidade de Araguari, Minas Gerais, foi professora de Matemática e Ciências, no Instituto, entre os anos de 1959 e 1964.

⁵ Fundada por Madre Mazzarello na Itália, sob a orientação e assistência material e espiritual proporcionada por Dom Bosco.

seu estatuto, o preceito de se estabelecer como uma entidade sem fins lucrativos, isto é, filantrópica, conforme reza o Estatuto do Instituto Teresa Valsé⁶:

[...] o Instituto é uma entidade civil, de fins não lucrativos, de caráter filantrópico, benéfico, educativo, cultural, de assistência e promoção social, com o objetivo de amparar e promover a infância e a juventude, especialmente a mais pobre, visando a sua formação e a promoção integral.

A escola, embasada no conceito de entidade filantrópica, aproveitava-se da omissão do Estado diante das deficiências educacionais do setor público e tirava vantagens de sua situação de fins não-lucrativos, para receber subvenções e isenções por parte dos órgãos públicos governamentais. Porém, não se pode negar que, no caso do Instituto Teresa Valsé Pantellini, o método educacional foi um sucesso e ao longo de todo o seu processo histórico, a escola vem prosperando, com um público seletivo e em condições de pagar pelo ensino.

O contexto da época que este trabalho aborda, ou seja, de 1959, data de sua instalação, ao início de 1971, quando a escola passou a admitir a presença de alunos de ambos os sexos convivendo no mesmo espaço escolar que antes era reservado somente as meninas, a Igreja Católica exercia uma forte influência sobre a ordem social e o setor educacional, não somente em Uberlândia, mas em toda a região. Rememorando a História da Educação no Brasil, pode-se observar que, desde o início do século XIX, segundo Nagle, foi marcante a presença da Igreja Católica e das camadas sociais com poder aquisitivo elevado, pois o contexto educacional era formado, na realidade, em sua maioria, por escolas pagas que muitas vezes recebiam ajuda do Estado para ministrar aulas ou oferecer bolsas.

Este fator é compatível com a realidade do sistema particular do ensino brasileiro, considerado como uma via de mão dupla, pois em várias regiões, o Estado busca, no setor privado, um meio para acobertar suas falhas diante do setor educacional, como por exemplo, a falta de vagas ou de escolas no ensino público. Assim, através de subvenções providas dos órgãos governamentais, as escolas privadas e principalmente as de tendência religiosa, tais como as católicas, são beneficiadas e usam essas verbas de diversas formas; entre elas, promovem a isenção de pagamento de mensalidades a alunos carentes, embora não deixem de fazer marketing quando divulgam que investem em responsabilidade social.

A esse respeito, Pe. Manoel Claro⁷ relata, “[...] o colégio tinha algumas poucas bolsas [...] recebia uma pequena subvenção do governo[...] (22/02/2008).” Em Minas Gerais, a

⁶ Estatuto do Instituto 1991, P1, MIMEO.

situação não foi diferente; as Congregações Religiosas foram pioneiras na construção educacional, até porque a fé católica local era predominante⁸, conforme relata Azzi, (1986). Em Uberlândia, esta realidade era condizente com tal situação, pois no depoimento do Pe. salesiano⁹, Manoel Claro, a escola foi criada para atender às necessidades de uma camada socialmente privilegiada, isto é, com condição de pagar pelo ensino.

[...] meu pai tinha máquina de arroz ali do lado do colégio e minha mensalidade era paga com o abastecimento de arroz para os padres [...] [...] na escola só estudava quem tinha condição de pagar era colégio particular mesmo[...] (22/02/2008).

Enquanto eram consultadas as fontes que documentaram os acontecimentos do período em estudo, para a composição deste texto, vimo-nos diante da necessidade de buscar uma compreensão maior quanto à força da Igreja Católica no contexto educacional nacional e, principalmente, na cidade de Uberlândia, na qual está centrado o objeto deste trabalho. Essa compreensão não pôde ser reduzida ao sistema educacional e sim ampliada, a partir de uma relação da educação com o contexto histórico social do período estudado, levantando dados suficientes para compor aquele momento da nossa história, em que as classes dominantes da sociedade brasileira priorizavam o ensino confessional como portador de conteúdos capazes de cuidar da manutenção do que eram considerados valores permanentes (valores éticos, morais, bons costumes etc.), segundo os conceitos eleitos pela sociedade.

Neste sentido, o estudo aborda, de forma panorâmica, os fatores socioeconômicos e políticos da sociedade brasileira e suas propensões no setor educacional, principalmente nas entidades educacionais ligadas à Igreja Católica, desde a época do Brasil Colônia, passando pelo período imperial até o republicano. Dá-se ênfase maior ao período republicano, pois é a partir desse momento que Uberlândia surge no cenário nacional, como cidade em franca fase de crescimento.

Deste modo, questionou-se, no princípio, até que ponto a tradição educacional católica foi influente em Uberlândia, para compreender que, no período de desenvolvimento socioeconômico e industrial que transformou a pequena cidade num importante pólo comercial, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, a demanda pelo ensino escolar acompanhou a dinâmica desenvolvimentista, abrindo espaços para a constituição de novas

⁷ Padre –Manoel Claro Costa, nascido em 19/09/1945, natural de Uberlândia- Minas Gerais, foi aluno do Colégio Cristo Rei entre 1953 e 1960.

⁸ AZZI (1986) comenta que o catolicismo em Minas Gerais tinha características próprias do povo que era especialmente dedicado à religiosidade, à elevação de templos dedicados aos santos padroeiros da região, à fé em Deus diante de Quem eles se prostravam pedindo proteção.

escolas públicas e particulares. No entanto, já que o número de escolas públicas era insuficiente para atender à demanda crescente de crianças de diferentes classes sociais, o campo tornou-se bastante promissor para as instituições particulares que, às vezes, ofereciam aos alunos carentes bolsas doadas pela Prefeitura Municipal, conforme o relato transcrito pelo padre Manoel Claro (22/02/2008): “[...] o colégio tinha alguns alunos bolsistas mantidos com verbas da Prefeitura Municipal [...]”.

O projeto de industrialização planejado para Uberlândia alimentou as migrações de milhares de pessoas de outras regiões brasileiras para se instalarem na região. Tudo isso fundamentou-se no princípio de que a cidade estava situada em uma posição geográfica estratégica, como um fator que beneficiaria o seu crescimento e desenvolvimento, uma vez que ela seria o eixo de ligação entre a região Sudeste e o Brasil Central, segundo o ponto de vista do memorialista Tito Teixeira(1970). O trecho do jornal ratifica tais anseios e expectativas de crescimento e desenvolvimento da cidade:

[...] Uberlândia apresenta hoje o aspecto de uma das mais progressistas metrópoles do Brasil. Com 70 mil, habitantes[...], 300 indústrias, aproximadamente 1000 estabelecimentos comerciais [...] e com uma produção comercial e industrial que faz inveja [...] UBERLÂNDIA COM 70 ANOS: UMA METRÓPOLE COMERCIAL E INDUSTRIAL DO INTERIOR DO BRASIL. (EDITORIAL DO JORNAL “O TRIÂNGULO”, 31/08/1958).

Portanto, o que estes migrantes encontraram inicialmente, foi uma situação de precariedade da cidade, uma vez que eles teriam que viver nos bairros periféricos e sujeitos à falta de saneamento básico (água encanada, rede de esgoto, energia elétrica e pavimentação das ruas). Esses fatores que precederam a vinda das Irmãs Salesianas para Uberlândia deram origem aos movimentos sociais que, apesar de terem sido ações desorganizadas, demonstraram a insatisfação quanto à distribuição de renda da cidade, em que alguns viviam em péssimas condições de vida. Tudo isto demonstrou as condições sociais locais e o que deveria ser feito para favorecer as classes sociais carentes, com dificuldades de moradia e alimentação. Esse movimento e protesto no final do ano de 1958, tornou-se conhecido como “Quebra-Quebra” e de caráter denunciativo conforme se vê no relato a seguir:

[...] os quebra-quebras e saques em Uberlândia significaram a ocorrência de uma nova forma de conflito urbano, até então desconhecido na cidade [...] manifestações, envolvendo as populações mais pobres apontam para as condições políticas, econômicas e sociais específicas da época [...] neste sentido as ações diretas e espontâneas [...] saqueando e depredando lojas que comercializavam produtos de primeira necessidade, podem ser vistas como manifestações que traziam conteúdos econômicos e políticos[...]. (NUNES, (1993: P.52/4)

A vinda da Irmandade Salesiana feminina para a cidade foi festejada pela comunidade católica e decantada pela imprensa local, devido à tradição do próprio pensamento de Dom Bosco, construída a partir da idéia de prevenir a valorização das questões éticas e morais entre jovens, através da educação e da religiosidade. Como já existia na cidade o Ginásio Cristo Rei, escola salesiana para os jovens do sexo masculino, o padre Mário Forestan, então líder dessa instituição, solicitou a vinda das Filhas de Maria Auxiliadora, a irmandade salesiana fundada por Dom Bosco e Madre Mazzarello na Itália, para a construção e direção de um colégio para as jovens uberlandenses.

O início das atividades do Instituto em Uberlândia, deu-se em 1959, exatamente no momento em que, na cidade, era forte o discurso sobre a luta pela erradicação do analfabetismo e sobre a necessidade de formação de mão-de-obra especializada; este discurso fazia-se presente para atender às necessidades da crescente industrialização. Neste aspecto a realidade das escolas salesianas fundamentava-se em preceitos de D. Bosco, de formação dos jovens para a vida profissional. Em Minas Gerais, especificamente em Cachoeira do Campo, Distrito de Ouro Preto em Minas Gerais, foi fundada uma escola em 1893 com o início das aulas somente três anos depois (em 1896), com a missão de formar jovens para a vida acadêmica e para a carreira profissional em diferentes modalidades (a formação em técnicos no manuseio agrícola, por exemplo). Posteriormente, as Irmãs Salesianas formariam, na mesma localidade, a escola para meninas com alguns cursos semi-profissionalizantes, tais como bordado, pintura, costura, canto e música.

Diante disso, a vinda dessas instituições para Uberlândia, o Ginásio Cristo Rei (masculino) em 1944 e o Instituto Teresa Valsé Pantellini (feminino) em 1959, despertou expectativas nas lideranças políticas e econômicas dessa cidade, que poderiam ver seus anseios de formar sua própria mão-de-obra qualificada, realizados. Entretanto, os fatos ficaram apenas na ilusão por parte do Ginásio Cristo Rei, pois não se conseguiu estruturar a escola dentro dos padrões para a profissionalização dos alunos, conforme regia o estatuto do colégio:

O Vigário da Paróquia N.S. Aparecida de Uberlândia, educador e professor, viu a necessidade de criar um estabelecimento de ensino prático e teórico que pudesse administrar uma educação e uma instrução adequada aos meninos pobres da paróquia, filhos de operários menos favorecidos desta cidade, por falta de recursos. Sacrificando os seus interesses pessoais e auxiliado por homens idealistas construiu o Revmº P. Johanés Balke, em 1944, na Paróquia de N.S. Aparecida de Uberlândia-MG, A Escola Profissional Cristo Rei. É um liceu de artes e ofícios, em

ponto pequeno e modesto, com diversas salas destinadas a pequenas oficinas de sapateiro, alfaiate, carpinteiro e tipógrafo. Em outras salas abriu um Curso de Alfabetização e Primário. (ESTATUTO DO GINÁSIO DE 1947).

Por outro lado, conforme o que se verá no decorrer deste estudo, a iniciativa profissionalizante das Irmãs do Instituto Teresa Valsé Pantellini teve êxito, na medida em que a escola crescia, seguindo o exemplo da escola salesiana feminina de Cachoeira do Campo.

A interação estabelecida entre esta pesquisa e o objeto desse estudo, produziu uma realidade baseada em fatos documentados e depoimentos de alunas egressas da instituição, construindo uma história dentro do contexto da época. Este estudo ressalta a estrutura educacional e religiosa criada por Dom Bosco e Madre Mazzarello, cujos históricos poderão ser lidos no desenvolvimento do texto e que se tornaram mundialmente famosos pela sua dedicação aos jovens de precárias condições econômicas, resgatando os que se encontravam na marginalidade e educando-os dentro dos mais elevados conceitos de ordem e disciplina, com bases em valores éticos e morais. É com base nesse conceito de educação, além da formação profissional, que a escola foi estabelecida; porém, a característica filantrópica não pôde ser mantida porque a instituição teria que sobreviver, algo que somente seria possível se a escola fosse particular.

As subvenções concedidas pelos órgãos públicos locais e pelas iniciativas da sociedade e que deveriam ser canalizadas para o atendimento às crianças de classes carentes, contribuíram com a escola que utilizou as doações recebidas para fins relativos à própria instituição e, o que restava, era canalizado para as alunas que não podiam pagar os estudos. Tudo isto deve ser entendido a partir do princípio de que a realidade da escola era de caráter particular e que deveria estabelecer uma mensalidade a ser paga pelas alunas para se manter, fato que, certamente, se confunde com o seu enquadramento como instituição a serviço das jovens que viviam na situação de miséria. Ao buscar uma delimitação para o tema a ser desenvolvido, levantou-se a questão de como se deu o processo de formação do Instituto no que se refere à estruturação de sua metodologia de educação, num momento em que a organização administrativa da cidade gerava muitas expectativas em torno da expansão demográfica e da formação de seu parque industrial.

Esta questão deu origem a outros questionamentos complementares tais como: qual a influência exercida pelo ensino da Instituição durante o período abordado? Qual o modelo disciplinar praticado no interior da Instituição? Qual o apoio que o Instituto teve da sociedade local durante a sua implantação?

As questões levantadas são fundamentadas na hipótese de que o Instituto instalou-se em Uberlândia num momento em que o desenvolvimento socioeconômico e industrial se deu, gerando a expansão demográfica e aumentando a demanda social pelo ensino que, por sua vez, abriu espaços para o crescimento da educação privada, principalmente de escolas de tradição católico-religiosa com a sua impregnação disciplinar e valorativa como condição educacional.

Neste aspecto, as escolas salesianas encontraram um campo extremamente promissor na cidade, por possibilitar, além de todos os princípios de divulgação da fé presentes na educação, a existência do forte baluarte do princípio salesiano que era o de preparar as jovens para a vida domiciliar e para a carreira profissionalizante: “[...] a gente aprendia como ser dona de casa [...] [...] bordava, pintava, cozinhava, costurava e até crochê a gente fazia [...]” (EDNA BARBOSA¹⁰, 20/10/2007).

O poder da Igreja Católica no Brasil, estabelecido desde o período colonial, possui ainda uma grande ascendência na formação do indivíduo em seus valores essenciais, nos hábitos que constituem sua cotidianidade, na estruturação da família cristã e na formação educacional.

O objetivo desse estudo é historiar a gênese do Instituto em Uberlândia, com a finalidade de construir uma leitura interpretativa de seu aparelho educacional compreendido entre os anos de 1959 e 1971, analisando a construção de seu espaço físico, arquitetura, a vida escolar (alunos e componentes da comunidade escolar) e a contribuição da sociedade para a efetivação da obra salesiana, no prédio onde a Instituição está instalada atualmente.

Quando se fala do histórico de uma instituição escolar, procura-se, antes, identificar quem são os sujeitos que participaram do fato e como escreveram a história. Ao historiar sobre o Instituto, considerou-se que a escola ocupa um espaço que ultrapassa seus limites físicos, pois a construção do prédio escolar envolveu autoridades locais, comunidade e o clero de forma geral. Diante disso, para historiar essa instituição, não se ignora um dos fatores importantes para o conhecimento histórico, que é o contato com as fontes primárias e secundárias, pois segundo Adam Schaff (1983, p.307):

No seu trabalho, o historiador não parte dos fatos, mas dos materiais históricos, das fontes no sentido mais extenso deste termo, com a ajuda dos quais constrói o que chamamos os fatos históricos. Constrói-os na medida em que seleciona os materiais,

¹⁰ Edna Barbosa, nascida em 06/03/1953, natural de Uberlândia, MG, foi aluna do Instituto entre o período de 1961 e 1969.

na medida em que os articula, conferindo-lhes a forma de acontecimentos históricos.

Por outro lado, sabe-se da importância das fontes para o historiador; no entanto, elas são de extrema importância como fragmentos do passado imerso no presente, com o objetivo de restaurar, na medida do possível, aquela realidade vivenciada anteriormente. Sobre a relação do historiador com as fontes, Déa Fenelon (2000, p.132) salienta que:

As fontes históricas são apenas evidências de momentos de experiências de vida e, para serem recuperadas e trazidas à nossa perspectiva, ao definir o objeto, elas têm de ser trazidas a partir de questionamentos, pois só assim os fatos vão responder com sua própria voz, através de perguntas feitas pelo historiador. É uma interação dialética entre o pesquisador e a sua evidência que produz o conhecimento histórico.

É com este pressuposto que foram examinados os jornais locais da época, **A Tribuna, O Correio de Uberlândia, o Arauto, O Triângulo e o Ponta de Lança**, que desempenharam polêmicos papéis, em decorrência de promoção de debates sobre os pressupostos basilares da vinda da Congregação Salesiana para Uberlândia e a respeito do crescimento e desenvolvimento desta cidade e, de forma específica, do Bairro Operário onde a instituição se instalou. A imprensa periódica vem sendo visitada por pesquisadores, pelo fato de, na maioria das vezes, estarem diante de reflexões muito próximas dos acontecimentos nas épocas em que os mesmos pretendem abordar. A análise da imprensa permite o contato com o discurso situado, tanto no âmbito macro do sistema, como na esfera micro das experiências humanas. Com efeito,

[...]os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são aparatos ideológicos, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, [...] pelo menos atuando como uma indústria da consciência, [...] influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São, portanto, veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem (José Marcos de Melo, 1994. p.20).

Sendo assim, o espaço jornalístico configura-se primeiramente, por ser um meio de transmissão de informações, não sendo ele neutro e imparcial perante os fatos acontecidos e não estando à margem da realidade social e política; também, por ser formador e regulador da opinião pública, já que veicula análises a respeito da vida política, educacional, comercial, moral, religiosa, entre outras. A imprensa periódica (jornais e revistas) pode contribuir para estudos reflexivos sobre a trajetória da educação, pois através dela manifestam-se, de um

modo, ou de outro os problemas educacionais, e são os pequenos detalhes, ocorridos no interior do espaço educacional e registrados nos jornais, que permitem a compreensão de como as relações foram sendo construídas no interior da sociedade.

Através dos artigos, editoriais, reportagens, notícias, entre outros gêneros jornalísticos, a imprensa constitui-se num importante espaço de observação das relações sociais, possibilitando acompanhar a trajetória dos vários discursos educacionais, demonstrando o desenrolar dos processos históricos de algumas instituições educacionais, que culminaram em festividades em suas aberturas assim como na tristeza do seu fechamento. Pesquisar a imprensa permite descortinar características singulares do campo educacional, mostrando as relações estabelecidas por seres humanos numa determinada época, tanto no âmbito nacional, como ainda no regional e local.

Nesta perspectiva de pesquisa, os pesquisadores podem contar com uma gama de publicações, dentre as quais podem ser citadas as produções de Denice Bárbara Cantani, José Carlos Souza Araújo, Luciano Mendes da Farias Filho, Maria Helena Câmara Bastos, Antonio Nóvoa, Raquel Gandini.¹¹

Considera-se a imprensa como fonte histórica, possibilitando o enveredar de interpretações que tendem a desmascarar a realidade sugerida ao sistema educacional. A imprensa permite conhecer os métodos e concepções pedagógicas de determinada época, propiciando ao pesquisador, a possibilidade de estudar os pensamentos educacionais de um grupo. Esses periódicos contribuem para a percepção dos modos de funcionamento da educação, ao veicularem informações a respeito do trabalho pedagógico, da prática docente,

¹¹ CATANI, Denice Bárbara, informação, Disciplina e Celebração: os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo. Texto apresentado na XVI Reunião Anual da ANPED. Caxambu, MG, 1993. Publicado na Revista da Faculdade de Educação, v. 21, n, jul/ dez 1995, p. 9-30, Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do professorado Público de São Paulo – 1902-1919, periódica e a constituição do campo educacional paulista. São Paulo: FEUSP, 1989, (tese de doutorado). SBPC/ Anais, 1992; A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino A imprensa pedagógica e o estudo do campo educacional. Educação e Filosofia, Uberlândia MG 10(20):115-1130. Jul/Dez. de 1996. ARAUJO, Jose Carlos Souza, et alii. Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: a Revista A Escola (1920–1921). Historia da Educação, Pelotas, RS, 2(3): 59-94. Abril, 1998. FARIA FILHO, Luciano Mendes de (ORG). pesquisa em história da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG edições, 1999; Dos pardiéis ao palácio – cultura escolar e urbana na primeira república. Passo Fundo: UPF. 2000 BASTOS Maria Helena Câmara. O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino Rio Grande do Sul (1939-1942). São Paulo: FEUSP, 1994, tese do doutoramento; As revistas pedagógicas e atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951- 1952). In. CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara (org), 1997; Apêndice “- A imprensa periódica educacional do Brasil de 1808 a 1944” In: Educação em revista. A imprensa periódica e a história da educação. /São Paulo: Escrituras, 1997. NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino – repertório analítico (século XIX e XX), Lisboa Instituto de Inovação educacional, 1993; A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In Denice Bárbara e BASTOS Maria Helena Câmara (Org.), Inovação e história da Educação. Teoria e Educação, nº 6 1992, pp.210-20. 1997. GANDINI, Raquel, intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 1944-1952. Campinas: UNICAMP 1995.

das disciplinas, da organização dos sistemas, do espaço escolar e outros assuntos gestados nesse campo. Analisá-los significa compreender os discursos que permeiam as práticas e teorias, situadas nas várias esferas das experiências humanas, representando tanto os anseios para o futuro como as expectativas do presente.

Ao se escrever este texto, uma das propostas documentais foi realizar uma incursão nos principais jornais já citados, que circularam na cidade de Uberlândia, entre 1959 e o início de 1971 e, através da análise desses periódicos, procurou-se identificar as especificidades relativas ao campo educacional. Nóvoa (1997, p.31) comenta que:

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita melhor conhecimento da realidade educativa, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia.

Portanto, o estudo da imprensa, enquanto fonte, é significativo para se elucidar a constituição de um sistema educacional católico que estava sendo implantado pelos salesianos em Uberlândia naquele momento, sendo estes fatos materializados pelas reportagens dos jornais supracitados, que tinham, por finalidade, divulgar a chegada de mais uma nova instituição educacional para a cidade, numa época em que a cidade estava passando por expansão demográfica e, com isso, por certa carência em termos de escolas.

Além da imprensa, os documentos inseridos no arquivo da instituição e fora dele registrados através de fotografias, relatórios, diários, enfim, toda a série de documentos sobre as atividades relativas a uma escola, são testemunhas do envolvimento material e emocional que as pessoas inseridas naquele contexto tiveram, envolvendo o trabalho, a dedicação, a alegria ou sofrimento, revelando momentos do cotidiano vivido na instituição em questão e na comunidade pelos alunos egressos, professores, ex-professores entre outros integrantes da escola. As bases teóricas do estudo são de caráter investigativo-descritivo, o que foi realizado através de entrevistas pessoais e de levantamento de dados obtidos em fontes bibliográficas disponíveis sobre a história da educação brasileira. A pesquisa abrange fatos ocorridos antes e durante o período delimitado pela temática abordada (1959 ao início de 1971), a fim de se construir um contexto histórico de tal instituição. Embora seja feita uma abordagem geral sobre o contexto educacional brasileiro, dá-se uma ênfase maior à literatura que aborda temas relacionados a Minas Gerais e a cidade de Uberlândia.

Para a coleta de dados, foram consultados os documentos do Arquivo Público Municipal, o acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS, a legislação educacional mineira, a biografia relativa à história da cidade de Uberlândia e região, os arquivos da Igreja Nossa Senhora Aparecida e do Instituto. Realizou-se um levantamento de dados documentais relativos à construção e à administração da Igreja Nossa Senhora Aparecida e do Ginásio Cristo Rei (1944), visando acompanhar os passos da Irmandade Salesiana desde que a mesma se instalou na cidade. Para completar os dados sobre o Ginásio Cristo Rei, foram entrevistados alguns padres salesianos que fizeram parte do contexto histórico da existência dessa Instituição Escolar, incluindo figuras com imagens desde o final da década de 40, como documentos históricos desde a construção da primeira Igreja em 1936, com relatos sobre a Diocese e o Ginásio até o final do ano de 1970, quando o prédio onde funcionou a escola foi entregue à Diocese, devido ao encerramento das atividades do colégio.

As entrevistas foram realizadas também em outras cidades como Araxá, MG (local de residência dos padres Henrique¹² e Manoel Claro, integrantes do então extinto Ginásio Cristo Rei), Aparecida de Goiânia e Cachoeira do Campo (distrito de Ouro Preto), onde residem, atualmente, as irmãs da que fizeram parte do início da fundação do Instituto em Uberlândia e que deixaram a cidade, sendo transferidas pela para outros locais.

A pesquisa documental sobre o Instituto Teresa Valsé Pantellini em Uberlândia foi feita no Arquivo Público de Uberlândia e no interior da própria instituição, onde se encontram registrados e arquivados os Livros de Crônicas e de Ouro¹³ do colégio, relatando fatos desde a chegada das Irmãs Salesianas à cidade. A pesquisa foi realizada com o consentimento e apoio das Irmãs Diretoras da Instituição, que facilitaram o acesso a todas as informações disponíveis, tanto nas atas, quanto às histórias vivenciadas por elas ou que lhes foram transmitidas oralmente pelas suas predecessoras. Foram realizadas entrevistas junto às alunas egressas do Instituto Teresa Valse e colaboradoras.

A divisão do texto compreende cinco partes, que podem ser resumidas como se descreve a seguir.

No capítulo I, aborda-se de forma geral, o papel da Igreja Católica e sua influência no mundo, relatando o surgimento da e sua disseminação pelos diversos países ocidentais, em

¹² Padre- Henrique Ribeiro de Brito, nascido em 01/12/1922, natural de Araxá, MG, foi Diretor do Colégio Cristo Rei entre 1966 e 1970.

¹³ O Livro de Crônicas traz os relatos de todos os acontecimentos diários da Instituição, desde o momento de sua instalação na Chácara de Cícero Diniz, localizada onde hoje se encontra a empresa CCO na atual Avenida Brasil em Uberlândia; O Livro de Ouro é reservado para registrar as assinaturas de pessoas que contribuíram com trabalho e doações para a construção o prédio onde está estabelecida a instituição.

especial, seu desenvolvimento no Brasil. São relatadas também as biografias de Dom Bosco, criador da Congregação Salesiana e de Madre Mazzarello, fundadora da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, Congregação Salesiana Feminina inspirada e fortalecida por Dom Bosco que deu origem à criação do Instituto Teresa Valse Pantellini. São abordados os fatos socioeconômicos, políticos, religiosos e culturais que marcaram a história mundial desde o século XVI, a partir do advento do protestantismo de Lutero, até o século XX.

O capítulo II traz a síntese do poder da Igreja Católica sobre a política monárquica de Portugal e sua hegemonia no campo da educação escolar que os jesuítas mantinham sob controle. Descreve-se sobre a distinção entre colégio (reservado para as elites) e as escolas (reservadas para a classe popular), e sobre a diferenciação de gênero (escolas masculinas e femininas). Aborda a imposição do sistema educacional exercido em Portugal no Brasil Colônia, um sistema caracterizado pela cultura patriarcal e aristocrática. São traçadas as análises sobre a política educacional jesuítica que não abria espaços para conhecimentos que pudessem sugerir nos aprendizes a possibilidade de interferências no mundo sócio-econômico brasileiro.

Fala-se nesse capítulo sobre a chegada dos Salesianos no Brasil, especificamente em Niterói em 1883, no Estado do Rio de Janeiro, num momento em que a sociedade brasileira passava por transições importantes. Descreve-se sobre a abolição escravagista, a Proclamação da República, que abriu espaços para a demanda escolar e a busca de formação de mão-de-obra qualificada, preocupando-se em apresentar alguns traços proporcionados pelos Concílios do Vaticano I e II, principalmente deste último, que fez com que as orientações tomadas pela Igreja Católica, a partir de então, fossem mais flexíveis adaptando-se aos avanços da sociedade.

O capítulo estende-se ao período inicial em que os militares estiveram no poder, fazendo um corte cronológico até o ano de 1971, buscando a construção da realidade socioeconômica e política da sociedade brasileira no período em que Irmãs Salesianas vieram para Uberlândia.

No capítulo III, descreve-se o panorama da história de Minas Gerais e o espírito de religiosidade predominante, fazendo referência ao contexto sócio-político da época e ao estabelecimento das diversas irmandades católicas, em especial, as Congregações de Dom Bosco e de Madre Mazzarello.

Aborda também a criação de escolas de ensino superior dirigidas pelos padres salesianos. Faz-se uma descrição do Colégio Salesiano em Cachoeira do Campo que recebeu subsídios do Estado a partir de sua fundação e dos Institutos Dom Bosco de ensino agrícola

que tinham indústrias anexas, em função das produções agrícolas, ensinando-se o cultivo das uvas e sua transformação em vinho, criação do bicho-da-seda e fabricação da seda. Faz-se uma abordagem da retomada da força da Igreja Católica que, aos poucos, tornou-se uma instituição educadora de grande força no cenário brasileiro e, em especial, no de Minas Gerais.

Relata a História do Triângulo Mineiro até a fundação de Uberlândia, seu desenvolvimento sócio-econômico e as vantagens de sua localização geográfica quanto ao crescimento urbano, aumento populacional, desenvolvimento industrial e organização escolar. Contém um amplo contexto da história da educação em Uberlândia, desde a construção dos primeiros núcleos de ensino fundados por Felisberto Carrejo à construção de colégios, garantindo a continuidade do desenvolvimento do Município no ideário dos administradores da cidade.

Descreve-se o trabalho da imprensa jornalística que alimentava a população de orgulho e vaidade pelo engrandecimento da cidade e a necessidade da educação escolar, como plataforma de desenvolvimento, progresso e ideologia moderna, com o reforço das instituições escolares católicas. São transcritos textos de publicações da época em jornais locais, cujo conteúdo é um testemunho de fatos que fazem parte da história da cidade.

O capítulo IV refere-se à vinda da Irmandade Salesiana para Uberlândia em 1944, para a assunção da direção do Ginásio Cristo Rei, que iniciou suas atividades também para o ensino secundário a partir de 1947, relatando como era a estruturação do bairro Operário (atual bairro Brasil) naquele momento, a construção da Paróquia Nossa Senhora Aparecida vinculada à escola e ao crescimento e desenvolvimento do bairro. São feitas observações sobre a sociedade da época e seus conceitos sobre educação. Enfatiza-se o sistema preventivo de Dom Bosco como paradigma educacional, que foi sempre a marca, a referência e a modalidade individualizadora das obras salesianas, que se constituem em uma rede mundial de educação inserida nos contextos sociais e culturais. Busca-se construir um contexto relativo à construção do prédio novo (destinado, a princípio, ao Ginásio Cristo Rei), feito pelos salesianos no atual bairro Santa Mônica e o seu destino. Faz-se referências ao objetivo educacional profissionalizante criado por Dom Bosco que funcionou no Instituto Teresa Valse Pantellini.

No capítulo V, são feitas as abordagens restritas à temática proposta como objeto deste estudo, relatando os fatos que viabilizaram a vinda das Irmãs Salesianas para Uberlândia em 1959, a origem do nome dado à escola, o processo de construção da instituição, a participação da comunidade local em seu processo de formação, as dificuldades vivenciadas

pelas Irmãs no período em análise. Aborda-se a formação da comunidade que vivia no Bairro Operário, setor periférico da cidade onde as Irmãs se instalaram. Relata-se a participação política na construção da escola, a metodologia empregada pelas Irmãs em seu educandário, as regras disciplinares, as formas organizativas do espaço escolar. Faz-se um comentário sobre o uniforme escolar e de gala das alunas do Instituto Teresa Valsé Pantellini, que era obrigatoriamente usado também nas demais comunidades escolares, os cursos oferecidos pela instituição e, entre outras peculiaridades, expõe-se o contexto em que a escola deixa de ser exclusivamente uma instituição feminina, transformando-se em escola mista.

CAPÍTULO I

AMBIENTAÇÃO HISTÓRICA EM TORNO DA CONSTITUIÇÃO DA CONGREGAÇÃO SALESIANA

Este capítulo aborda o papel da Igreja Católica e sua influência, destacando o surgimento da Irmandade Salesiana que teve, como seu principal mentor, Dom Bosco, fundador da congregação salesiana masculina e que junto à Madre Mazzarello fundou a congregação salesiana feminina, apresentando esta como uma das Irmandades da Igreja Católica e sua disseminação pelo diversos países ocidentais, em especial, o seu desenvolvimento no Brasil. São abordados os fatos socioeconômicos, políticos, religiosos e culturais que marcaram a história mundial desde o século XVI, a partir da Reforma Religiosa e do advento do protestantismo de Lutero, até o século XX.

Mencionam-se os fatos ocorridos na Europa, tais como o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, e seus impactos em outros continentes, como o Sul Americano onde o Brasil se insere. Isto fez com que vários bacharéis, filhos de famílias abastadas, formados nas Universidades européias, tivessem acesso às idéias liberais; mas, para a sociedade conservadora em vigor naquele momento, as idéias iluministas representavam uma ameaça avassaladora. Diante disso, houve vários movimentos isolados no cenário brasileiro de cunho libertário; o mais conhecido de todos foi a Inconfidência Mineira.

1.1 Panorama Geral da Estruturação da Igreja Católica

A Igreja Católica manteve-se hegemônica em solo europeu até o século XVI, sem se deixar influenciar por outras lideranças religiosas, até o advento da Reforma Luterana que teve início em 1517, provocando um dos maiores cismas no interior da Igreja. A Reforma Protestante deu-se, principalmente, em protesto contra os abusos praticados pelos clérigos e pela própria Igreja e seus dogmas, trazendo uma ideologia que representou uma nova visão de mundo, pensamentos que se compatibilizavam com as necessidades da época, segundo a opinião de Zagheni (1999).

Esta perda de espaços do poder eclesiástico já ocorria antes da Reforma Protestante, ou seja, havia um descontentamento silencioso entre o proselitismo católico, pois, para muitos, a religião era sinônimo de submissão ao Estado e à Igreja, deixando as convicções individuais em segundo plano, criando o desequilíbrio social, conforme relatos de Rogier e Sauvigny (1971). Os autores apontam que a sociedade, em todas as suas esferas, vivia o mesmo drama de opressão religiosa, a severidade das penitências e os sacramentos que deveriam consolar, mas não faziam mais do que exigir condições desumanas para absolvição de erros ou do que se considerava erro. Assim, a fidelidade à Igreja era um ato hipócrita de submissão e não de crença ou devoção. Portanto, o deísmo que se desenvolveu na Inglaterra, inspirou Montesquieu e Voltaire que se tornaram, posteriormente, líderes do iluminismo.

O Papa, como autoridade máxima da Igreja, interferia nos assuntos políticos causando descontentamento entre os governantes da realeza que sentiam, no poder papal, a redução dos seus poderes reais. A população, por sua vez, interessava-se mais pelas informações e conhecimentos proporcionados pela leitura que se tornara mais acessível ao público de um modo geral, possibilitando, com mais segurança, a construção de conceitos críticos sobre aquilo que fazia parte da vida e do mundo de cada um.

Nesse ambiente, desenvolveu-se o protesto de Lutero, uma das figuras expressivas do protestantismo, que condenava a venda de indulgências da Igreja, política que, segundo ele, agradava aos interesses dos favorecidos e aos da própria Igreja. Em protesto contra aquilo que considerava atos imorais da Igreja Católica e tendo o apoio da realeza, Lutero escreveu 95 teses com seus protestos, através das quais apontava, entre outros discursos, os abusos da Igreja e colocava, como novos conceitos, a sua própria interpretação das Escrituras Sagradas.

Como nova ordem moral, Lutero anulou as leis católicas do celibato, condenou o culto às imagens, a venda de artigos religiosos que a população acreditava serem relíquias sagradas e o alto padrão de luxo que caracterizava a vida do clero. Pregando nova moral religiosa, Lutero defendeu como princípios éticos: a competitividade no ramo de negócios e a busca de lucratividade, conquistando a classe burguesa em ascensão, favorecendo, desta forma, aos interesses econômicos da classe, interesses que davam impulso ao desenvolvimento do capitalismo e que eram condenados pela Igreja Católica.

Lutero era a favor do estabelecimento da autoridade das monarquias que se via enfraquecida pelo poder da Igreja, cujos interesses concentravam-se na arrecadação de

impostos recolhidos nos diversos países da Europa, enviando-os para Roma¹⁴. Portanto, a Reforma Protestante envolvia também a política econômica e social.

Nas questões religiosas, Lutero apontou o sistema de corrupção existente no âmbito da Igreja, entre clérigos libertinos, afirmando que nem o sagrado ofício sabiam celebrar, já que não possuíam formação teológica, pois eram homens abastados ocupando cargos episcopais conseguidos através de concessões feitas pela Igreja.

Neste sentido, Zagheni, (1999), comenta que a nomeação de bispos e cardeais fundamentava-se nos bens pertencentes ao candidato e que a Igreja receberia como herança (simonia). Os bispos e cardeais tinham um padrão de vida principesco e mundano na corte caracterizada pela pompa. Como esta estrutura era vigente, de acordo com o sistema socioeconômico e político, tais práticas de luxo clerical eram perfeitamente aceitáveis como normais.

A Contra-Reforma da Igreja¹⁵ foi liderada por Papas como Paulo III, Paulo IV e Pio V, e o seu êxito foi devido às ações da Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Loyola¹⁶ (cujos sacerdotes eram formados dentro de disciplinas rígidas e elevado desenvolvimento cultural e intelectual), à Santa Inquisição e às normas estabelecidas pelo Concílio de Trento que fortaleceram e nortearam a fé católica até o século XX, aproximadamente, reforçando e mantendo o poder papal e os dogmas da Igreja tão censurados por Lutero.

O Concílio de Trento¹⁷ apenas reafirmou o autoritarismo da Igreja Católica Romana que seria contestado pelos iluministas. Para os filósofos iluministas, o homem era, pela sua própria natureza, um ser com qualidades, mas sua convivência social o transformaria e ele se tornaria um fruto do meio-ambiente. Eles acreditavam que se todos fizessem parte de uma sociedade onde prevalecesse a justiça e a equidade, a felicidade seria um bem comum. Por esta razão, os iluministas se manifestavam contra qualquer tipo de imposição.

¹⁴ A Igreja condenava a prática da usura, a avareza, cobiça, a multiplicação de capital dos banqueiros e pregava a política do preço justo, desagradando a burguesia em sua forma de dirigir seus negócios.

¹⁵ Condição pela reforma protestante, a reforma católica chamou-se Contra-Reforma, uma auto-afirmação da Igreja em sua luta contra o protestantismo e que, mais tarde, trataria da renovação no interior da fé católica (ZAGUENI, 1999).

¹⁶ Inácio de Loyola, ex-oficial espanhol. Fundou a Companhia de Jesus e seus seguidores dedicaram-se a combater as heresias, o protestantismo e a catequizar os povos não-cristãos da Ásia, África e América. Roger e Sauvigny (1971) consideram que os jesuítas eram uma ordem religiosa formada por homens caracterizados pela presunção de serem a elite da Igreja Católica, embora se possa afirmar que dominavam extraordinariamente as ciências e a arte de ensinar.

¹⁷ O Concílio de Trento reafirmou a crença de que a salvação da alma se dá por meio da fé e das boas obras; reforçou o poder do papa; manteve o celibato clerical e os sete sacramentos (batismo, eucaristia, penitência, confirmação da ordem sacerdotal, matrimônio e extrema-unção); determinou a criação de seminários para a formação de sacerdotes; destacou a importância da missa para relembrar o sacrifício de Cristo; considerou criminoso o lucro proveniente da venda de indulgências; e organizou um Índice dos Livros Proibidos, o Index, isto é, uma relação dos livros proibidos aos católicos por ordem do papa. Esse Index só foi extinto em 1.965, durante o pontificado do papa João XXII.

Assim, o século XVIII foi cenário de três importantes revoluções: a Industrial, a Francesa e Intelectual. Entretanto, como embasamento para a compreensão do objeto de estudo, será abordada apenas a Revolução Intelectual que teve o seu apogeu com o surgimento do Iluminismo¹⁸.

O Iluminismo, cujas raízes eram oriundas do desenvolvimento científico do Renascimento, depreciava, também, tanto o sistema econômico mercantilista praticado no século XVII, pois era um entrave ao crescimento natural do capitalismo, quanto o poder clerical que tinha suas verdades com bases em revelações proféticas, em verdades reveladas pela fé, subjetivismo que se incompatibilizava com o intelectualismo racional do iluminismo¹⁹ segundo Zagheni (1999).

Os partidários do iluminismo desejavam o mundo perfeito, fundamentado em princípios racionais, com igualdade de direitos, liberdade de pensamentos e desenvolvimento da criticidade nos homens, num mundo pacífico regido pela razão humana como fonte de conhecimentos. O iluminismo dava início a um novo conceito de mundo que era coerente com o desenvolvimento Industrial.

Esse movimento teve uma forte ascendência sobre o mundo todo e influenciou a Revolução Americana e a formação dos Estados Unidos, como consequência. As questões sociais eram a característica principal do idealismo iluminista, assim como, por exemplo, dos juristas e filósofos, embora alguns adeptos voltassem seus interesses para questões de ordem econômica. Pensadores como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, entendiam que a liberdade, a justiça, a igualdade social, a divisão de poderes e os governos representativos na formação dos Estados, eram fatores fundamentais para a construção de uma sociedade justa.

As idéias iluministas moveram a massa popular no século XVIII durante a Revolução Francesa. Grandes transformações ocorreram no mundo após Revolução Francesa, em 1789, cuja influência foi um marco na evolução das nações latino-americanas, nascendo idéias do liberalismo a partir daí. Com a Revolução Francesa²⁰, o regime absolutista em vigor na França e todas as regalias da nobreza foram erradicadas, dando maior abertura para o pensamento iluminista fundamentado no conhecimento dos direitos individuais e a liberdade de escolha de

¹⁸ Movimento originado na Inglaterra e disseminado pelo norte da Europa e que depreciava o regime absolutista característico da monarquia, por ser um sistema unilateral que impedia a participação das esferas sociais burguesas nos assuntos políticos, fator que obstaculizava a realização de suas aspirações e ideologias (ZAGUENI, 1999).

¹⁹ Tentativa otimista do homem de ter domínio sobre a vida através da inteligência, ou seja, de seus pensamentos racionais (ZAGUENY, 1999: p.328). Através do pensamento iluminista, as névoas que encobrem o conhecimento das coisas são desfeitas, libertando o homem da ignorância, das superstições e da subserviência.

²⁰ A Revolução Francesa foi o movimento popular que depôs o sistema monárquico, culminando com a queda da Bastilha, em 1792, surgindo a República Francesa.

crenças religiosas. Com a conivência da classe proletária urbana, os jacobinos assumiram o poder em 1792 e os seus oponentes, os girondinos²¹, foram presos.

Os anos de 1793 e 1794 ficaram conhecidos como o *Período do Terror* devido ao radicalismo comandado por Robespierre, ocorrendo execuções massivas de todos os que eram considerados conspiradores ou traidores, ainda que fossem apenas revolucionários. A execução de Robespierre²² (*Golpe do Termidor*, em 28 de julho de 1794) provocou a queda dos jacobinos e a alta burguesia assumiu o poder apoiada pelos girondinos. A política francesa manteve-se assim até a chegada de Napoleão Bonaparte.

Os velhos paradigmas das classes nobres, da família e do próprio povo foram invalidados pelas inovações pós-revolucionárias francesas, mas atingindo principalmente a Igreja Católica, cujo poder foi alvo dos ataques revolucionários. Em 1789, foi decretado o confisco do patrimônio clerical.

A Revolução Francesa teve influência também sobre a Igreja Católica, cujo poder ocupava o ápice da hierarquia que caracterizava a sociedade francesa²³ do século XVIII e, por tal razão, usufruía o benefício da isenção de impostos que, somente as esferas sociais de base, formadas pelas classes burguesa, operária e camponesa, pagavam para o sustento da ostentação da nobreza. Portanto, as sanções sofridas pela Igreja cujos bens foram confiscados durante a revolução²⁴, foram resultantes dos protestos populares.

A Igreja viu-se privada de outras tarefas, tais como a educação, a assistência, registros de casamentos e, as autoridades civis, passaram a administrar as circunscrições eclesiásticas e a perseguir clérigos. Com os direitos feudais erradicados, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foram promulgados em 1789, pela Assembléia Constituinte. O lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” era o reflexo do desejo do povo francês.

As bases sociais das classes burguesas e da sociedade capitalista estabilizaram-se durante este período revolucionário que favoreceu a Independência Norte-Americana e da América Latina, além de influenciar movimentos libertadores como foi a Inconfidência Mineira no Brasil, que teve sua expressão máxima nas idéias de igualdade, fraternidade e

²¹ Classe moderada que representava a alta burguesia e tinha o apoio do Rei e que predominaram os primeiros meses após a revolução. Os jacobinos eram uma classe extremista que representava a média burguesia, assumindo o comando do país e que eram comandados por Robespierre, período de verdadeiro terror na França (ROGIER E SAUVIGNY, 1971).

²² Termidor de 1794, foi um golpe articulado durante o processo de revolução pelo partido da direita, os girondinos. Nesse golpe, Robespierre, um dos líderes de Revolução e seus seguidores foram presos e executados na guilhotina à qual haviam condenado a família imperial e os simpatizantes da monarquia.-

²³ O clero era uma das Congregações controladoras dos Estados Gerais na França.

²⁴ Segundo Zagheni, os bens da Igreja foram colocados à disposição da nação francesa no total de aproximadamente 23 bilhões de liras. Quando os bens foram colocados à venda, grande parte foi resgatada pelo próprio clero.

liberdade, bandeiras do movimento iluminista. No caso brasileiro, tais ideais expressaram-se especificamente em Minas Gerais, entre os intelectuais da época.

Joaquim José da Silva Xavier, que passou à História com o nome de Tiradentes, nasceu em Minas Gerais, em 1746. Assim como muitos outros na época, tornou-se simpatizante das idéias de liberdade conseqüentes da Revolução Francesa. Em 1789, liderou a conspiração que ficou conhecida como a Inconfidência Mineira²⁵ e foi preso no Rio de Janeiro, onde tencionava fazer a propaganda do movimento revolucionário e condenado à morte. Após a sua morte, esquartejaram-no e partes de seu corpo foram expostas em Vila Rica, para que servissem de exemplo ao povo.

A importância da Inconfidência Mineira apoiou-se em dois fatos: primeiro, o de exprimir a decadência da política colonial e, o segundo, a influência das idéias iluministas sobre a elite colonial que, na prática, foi quem organizou o movimento. Ao longo do século XVIII era normal que a elite colonial enviasse seus filhos para estudar na Europa, onde tomaram contato com as idéias que clamavam por direitos, liberdade e igualdade.

De volta a colônia, esses jovens traziam, não só os ideais de Locke, Montesquieu e Rousseau, mas uma sensível percepção quanto à do Antigo Regime, representada pela decadência do absolutismo e pelas mudanças que se processavam em várias nações sob a inspiração do iluminismo, mesmo que estas ainda fossem controladas por monarcas despóticos.

Neste contexto, pode-se dizer que a história da Igreja Católica é marcada por duas tendências: uma reacionária e outra liberal. A frente reacionária define-se pela ortodoxia às Escrituras Sagradas ou pelos conceitos de algum clérigo ou teólogo em particular. Suas características são de intolerância e condenação aos pensamentos que divergem das tradições dogmáticas fundamentadas nas interpretações literais que rejeitam as inovações sugeridas por uma visão diferente sobre o sentido de todas as coisas do mundo e que dizem respeito à vida do homem.

A tendência liberal é aberta e predisposta às mudanças de acordo com a realidade temporal ou trazidas por outras filosofias e crenças religiosas, das quais extrai a essência para formar seu próprio sentido ou sua própria visão do mundo. É o sentido crítico e racional que

²⁵ Importantes membros da elite econômica e cultural de Minas começaram a se reunir em 1788 e a planejar um movimento contra a exploração à qual o Brasil era submetido pelas autoridades portuguesas: José Álvares Maciel, ativistas revolucionários como o alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), mineradores e magnatas endividados, como Alvarenga Peixoto e o padre Oliveira Rolim. A eles, juntaram-se o negociante Joaquim Silvério dos Reis, Cláudio Manuel da Costa (minerador e poeta, formado em Coimbra), Tomás Antônio Gonzaga (poeta e jurista), Toledo e Melo (padre e minerador), Abreu Vieira e Oliveira Lopes (coronéis) (COSTA E MELO, 1999).

pode ser eclético, ou seja, o amálgama de doutrinas diferentes. Tanto uma tendência quanto a outra, estão de acordo com o pensamento do homem segundo as limitações ou amplitude de sua visão sobre a vida material e espiritual: a tendência material leva à exploração dos valores terrenos e a tendência espiritual, aos valores divinos.

Também no seio da Igreja Católica do século XIX, desenvolveram-se as idéias liberais adotadas por agrupamentos de intelectuais franceses, ingleses e alemães, tendo, cada um desses grupos, características diferenciadas e condicionadas aos interesses de ordem política de cada país. O Papa Pio IX, pela encíclica *Syllabus Errorum*²⁶ de 1864, condenava todos esses pensamentos e seus seguidores, para quem a história do homem era evolutiva e, essa evolução, acompanhava o desenvolvimento técnico-científico que emprestava ao indivíduo ou à coletividade, o domínio sobre a natureza.

Tais pensamentos fugiam às tradições, principalmente da Igreja que desencorajava a liberdade de pensamentos e as ações dos fiéis. A Igreja católica tinha mais do que um problema a enfrentar: os “erros do mundo moderno” do liberalismo, as mudanças de costumes, a maçonaria e o excesso de liberdade que o clero desenvolvera e que agredia os princípios ultramontanos²⁷ tridentinos que Roma buscava impor a toda Igreja. Segundo os comentários de Caxias (1936), a Santa Sé sempre foi muito consciente de sua autoridade no sentido de proclamar para a comunidade mundial os erros e equívocos decorrentes da evolução do pensamento humano. A Igreja resistiu a qualquer processo de mudança que não se encaminhasse para suas concepções de entender a igreja como uma “*Sociedade Perfeita*”.

O liberalismo na Igreja foi erradicado pelo Papa em 1870, pelo pronunciamento do Vaticano I: A Infalibilidade Papal. Para a preservação dos valores considerados sagrados pela Igreja de Roma, o Concílio do Vaticano foi convocado por Pio XIX em 1869 e, em 1870, foi aprovada a Constituição Pastor Aeternus, a dogmática pela qual foi decretado que todas as decisões papais, por bula ou por escrito, adquiria infalibilidade, sem que pudessem ser questionadas ou colocadas em dúvida por nenhum adepto do catolicismo. Esta decisão estabelecia a teocracia papal sem contestação.

Tal decisão recebeu reforço, quando o Vaticano não reconheceu a Unificação Italiana ocorrida entre os anos de 1860 e 1870, ou seja, o novo estado monárquico constitucional

²⁶ Nessa encíclica determinavam-se as ideologias heréticas as quais chamava de erros ameaçadores para a época, para a Sociedade e Igreja Católica e exortava a classe episcopal a anular tais idéias, enfatizando que os valores fundamentavam-se na fé católica. Assim, o governo civil deveria proteger a Igreja, pois nada seria tão glorioso para o Estado quanto a Igreja Católica. Oferecendo indulgências para os adeptos, deixava entrever que, em seu ponto de vista, deveria prevalecer a teocracia sobre a Europa (PIO IX *Syllabus*. In *Colecion de Encíclicas y Cartas Pontificias*, Buenos Aires: Editorial Poblet, 1944.).

²⁷ ULTRAMONTANISMO

criado pelos liberais italianos, liderados pelo Reino do Piemonte, que havia anulado o poder da Igreja sobre parte das terras italianas. O próximo movimento, o Modernismo, foi condenado por Pio IX em 1907 (PIO IX, 1944).

A Igreja perdeu muito de sua hegemonia após o Concílio de Trento e da Guerra dos Trinta²⁸, tanto por perdas de espaços territoriais para o protestantismo que avançava pela Europa, quanto pela interferência do Estado nos assuntos clericais. Além disso, enfrentou uma crise cultural com o iluminismo que se desenvolvia com o apoio de filósofos deístas e anticlericais. Desde o julgamento de Galileu e da polêmica jansenista, a Igreja havia se desvinculado do racionalismo. Por outro lado, a Companhia de Jesus espalhara-se pelos Novos Continentes e fundava missões.

Com a Revolução Francesa no século XVIII, o clero perdeu seus privilégios. Entre 1799 a 1804, (Período do Consulado), Napoleão pronunciou a nova Constituição; declarou o Estado Leigo, com a subordinação do clero às autoridades seculares, reestruturando a burocracia e criando o ensino controlado pelo Estado. Em 1802, a Igreja Romana retomou sua autonomia e sua legitimidade em solo francês, graças à Concordata entre Napoleão e a Cúria Romana²⁹, na qual o Estado manteria o confisco dos bens clericais, mas ficava impedido de interferir no culto.

Napoleão reconhecia o poder que a religião exercia sobre o povo e construiu seu império sobre as bases da Igreja Católica, porém de forma condicional: os bens clericais vendidos assim permaneceram; instituiu setenta e sete artigos orgânicos e, entre eles, impunha-se que os atos pontificais na França seriam autorizados pelo governo que também poderia interditar qualquer manifestação do colégio apostólico; o culto católico foi nivelado aos demais cultos religiosos existentes, o que demonstrava não haver privilégios para a Igreja Romana.

Com o pleno acordo e participação da burguesia liberal, Napoleão elaborou o novo Código Civil e, entre as bases estabelecidas, impôs a autoridade laica na realização de uniões matrimoniais. Nada disto impediu que Pio VII, em 1804, realizasse unções rituais na coroação de Napoleão como Imperador. Enquanto o liberalismo ganhava mais espaços nas políticas governamentais, no setor industrial e do trabalho, nas relações sociais e internacionais, a

²⁸ A chamada Guerra dos Trinta Anos: trata-se de um período de guerra contínua iniciada quando o futuro Sacro Imperador Romano Ferdinando II, Rei da Boêmia, quis impor o absolutismo da Igreja Católica Romana em seus domínios, causando grande descontentamento nos nobres protestantes da Boêmia e Áustria que se rebelaram, em 1618. A guerra terminou com a paz de Westfália em 1648, mas continuou ocorrendo na Alemanha, na descrição de Cobre, (1997).

²⁹ A Concordata entre a Igreja Católica e o Estado, que dava o direito do governo francês de confiscar as propriedades da Igreja, e em troca, o governo teria de amparar o clero.

Igreja Romana percebia a perda de seu poder temporal com a crescente onda do nacionalismo e decidiu firmar seu poder espiritual.

Mas, na questão do ensino, não há como negar que a instituição mantenedora da promoção da educação no mundo foi a Igreja Católica durante muitos séculos. Nesse contexto, a Ordem³⁰ Jesuítica deixou que o papel educacional se tornasse prioritário entre suas atividades, seguindo um projeto que trouxe os jesuítas para as terras colonizadas por portugueses e espanhóis. Segundo Rogier e Sauvigny (1971), exercendo o papel de confessores espirituais da própria nobreza, os jesuítas eram também os educadores da realeza.

A escola livre da proposta religiosa, a laicização do ensino, são ocorrências que se deram a partir do século XVIII sob a influência do pensamento iluminista, concretizado pela Revolução da França. Desde 1763, os jesuítas haviam sido expulsos da França, época em que se publicou um texto que enfatizava as opiniões relativas à educação laica, deixando o ensino religioso limitado às instituições religiosas. Um decreto real interditou seus colégios, fazendo com que mais de 600 prédios administrados pelos padres jesuítas passassem ao controle dos notáveis locais.

Condorcet, uma das principais figuras da Revolução Francesa, publicou, em 1792, um decreto relativo à necessidade da educação escolar pública e laica sob a responsabilidade do Estado. Mas a laicidade do ensino escolar só se tornou uma realidade concreta, particularmente na França, após as contendas políticas, econômicas e filosóficas entre Estado e Igreja no século XIX.

Condorcet defendia o ensino livre, popular, gratuito, aberto a todos, porém não obrigatório, tendo como objetivo a idéia de que o ensino compartilhado combate as desigualdades e injustiças sociais, de acordo com comentários de Enguita, (1989).

O conceito de Condorcet contrapunha-se à proposta feita por Robespierre³¹ que acreditava na educação com princípios sóbrios, doutrinários, em regime de internato e de caráter obrigatório, ideologia que remete o pensamento ao sistema jesuítico e organização disciplinar militarizada, tal qual a descrita por Foucault (1993).

Na verdade, essas teses já vinham sendo debatidas anteriormente. Entre elas, encontrava-se a de La Chalotais, pedagogo cuja ambição era estatizar o ensino e torná-lo secular, mas apenas para classes privilegiadas, pois alfabetizar a classe popular seria estimular

³⁰ O segundo as determinações do código de Direito Canônico de 1917, cân.488 parágrafo 2º trata-se da religião onde se fazem os votos solenes, reunião de vários mosteiros independentes de baixo de um superior. Sociedade em que os membros, homens ou mulheres, emitem os votos públicos, denominados solenes. Pode-se citar como exemplo as ordens franciscana, carmelitas e jesuítas.

³¹ O seu desejo foi concretizado com a fundação da Escola de Marte em Paris, que funcionou até alguns meses depois da execução do ditador, ou seja, após o Golpe do Termidor, em 1794.

a sua negligência sobre o trabalho que lhe era atribuído como obrigação, tanto pela natureza quanto pela sociedade hegemônica, segundo Enguita, 1989.

Para Burns (1964), todo o contexto que envolve a França que é comentado neste estudo, revela a grande importância que o país representou para o mundo, como berço das principais idéias do modernismo que tanto se refletiram sobre a cultura ocidental, já que lá nasceram os pensadores do iluminismo, embora o pré-iluminismo³² tenha suas origens nas idéias de John Locke (1632-1704) e Isaac Newton (1642-1727), ambos ingleses.

1.2 Fundação da Congregação Salesiana

Foi justamente a separação da Igreja e Estado que imprimiu a dinâmica na Igreja Católica, pois, livre do controle estatal, poderia criar seu sistema de ensino, gratuito ou não, mas liderado e organizado por ela. No século XIX, surgiram diversas congregações dedicadas à educação escolar, de acordo com Miceli (1988). Entre elas, uma das mais destacadas em todo o mundo, foi a Irmandade Salesiana, nome que Dom Bosco escolheu ao eleger Francisco de Sales como o patrono da ordem religiosa que criou.

Francisco de Sales nasceu em 1567, filho mais velho do Barão de Boisy, da Sabóia (França). Seu nome foi escolhido pelos pais pela devoção dedicada ao Poverello de Assis a quem, na idade adulta, Francisco elegeu como patrono e guia, segundo Ratzinger (2007).

Sua educação foi dada pela sua própria mãe com ajuda de preceptores, antes de ir para Paris, onde fez o curso universitário no Colégio Clemont sob orientação de jesuítas. Estudou retórica, filosofia e teologia. Completados seus estudos em Paris e em Pádua, onde se formou em advocacia, recusou o cargo no Senado de Sabóia.

A contragosto do pai, Francisco dedicou-se à vida religiosa. Ordenado padre, Francisco dedicou-se à evangelização do Chablais, cidade situada na margem sul do lago de Genebra, convertendo calvinistas, considerados pela Igreja, como hereges. Por tal razão, Francisco foi perseguido pelos demais prosélitos de Calvino um contestador da igreja católica e seguidor de Lutero, embora tenha conseguido trazer milhares deles de volta ao seio da igreja. Em 1599, foi nomeado Bispo-coadjutor de Genebra, assumindo, após a morte do titular, a direção dessa diocese, de acordo com Ratzinger, (2007).

³² A inspiração do Iluminismo proveio, em parte, do racionalismo de Descartes, Spinoza e Hobbes, mas os verdadeiros fundadores do movimento foram Newton e Locke.

Seu principal livro publicado foi “Introdução à Vida Devota”. Foi amado pela sua bondade e amor ao próximo. Bispo Francisco de Sales faleceu em 28 de dezembro de 1622, tendo sido canonizado em 19 de abril de 1665.

Seguindo este princípio de amor ao próximo como bandeira, a Congregação de Dom Bosco pode ser entendida como uma expressão de serviço no âmbito da Igreja Católica, tendo a educação da juventude como prioridade. Azzi relata que em 1983 comemoraram-se os cem anos da presença salesiana no Brasil, com sua relevância no contexto histórico, pois as ações salesianas sempre tiveram o interesse de cronistas e historiadores que escreveram importantes obras sobre as mesmas, preservando, assim, a sua memória histórica e glorificando seus feitos como formadores da sociedade cristã brasileira.

Dom Bosco fundou diversos oratórios, mas o principal foi o Oratório na Igreja São Francisco de Assis (denominado, posteriormente, de Oratório São Francisco Sales), com grande esforço e sacrifício, onde, durante 16 anos, suas obras evoluíram. Ali foi fundada a Irmandade Salesiana, em homenagem ao Bispo Francisco Sales, o Bispo-Príncipe de Sabóia, uma das maiores figuras da Contra-Reforma católica na França, a quem Dom Bosco seguia os princípios religiosos. Tais oratórios eram locais onde Dom Bosco e demais membros da congregação recebiam os jovens carentes e lhes ensinavam uma profissão, além de proporcionarem um ambiente de apoio as crianças que não tinham onde residir, fazendo todo um trabalho de amparo e educação. Nestes mesmos moldes, as irmãs salesianas do Instituto Teresa Valsé Pantellini, tempos mais tarde, conforme se verá no estudo que se segue faria com as crianças carentes do então Bairro Brasil em Uberlândia

Há várias biografias de Dom Bosco fazendo menção à sua autobiografia: “Memórias do Oratório de São Francisco de Sales de 1815 a 1855”, escrita a pedido do Papa Pio IX em 1858. Porém, Dom Bosco somente começou a escrever suas memórias em 1867 sob a insistência do Papa, que lhe disse: “[...] deixe de lado qualquer ocupação e escreva. Esta vez não é apenas um conselho, mas uma ordem. Não pode compreender por inteiro o bem que disto derivará para seus filhos³³.”

Por longo tempo, “As Memórias” ficaram guardadas e somente em 1946, o Pe. Eugênio Céria publicou o livro em sua originalidade, contrariando as determinações de Dom Bosco que afirmara: “Escrevo para os meus caríssimos filhos salesianos, com proibição de dar publicidade a estas coisas, tanto antes como depois de minha morte.”³⁴ Diante das

³³ Palavras de Dom Bosco transcritas por Pe. Céria (1982, p.05).

³⁴ Idem, p.06.

investigações de estudiosos, uma personalidade como Dom Bosco jamais permaneceria oculta e, quando conhecida, nunca seria relegada ao esquecimento.

João Melchior Bosco ou Giovanni Melchior Bosco, conhecido como Dom Bosco, nasceu em 1815, em Murialdo³⁵, distrito de Castelnuovo D’Asti³⁶, a 28 km de Turim, no *Piemonte* (parte do Reino da Sardenha). Seus pais, Margarida Occhiena e Francisco, eram camponeses. Seu pai morreu quando João Bosco tinha apenas dois anos de idade. Aos nove anos de idade, João Bosco teve um sonho estranho que ele próprio narrou em suas “Memórias”, que Céria (1946: p.18) transcreve e que aqui se encontra de forma resumida:

“Estava numa área extensa brincando com outros garotos que, de forma irreverente, blasfemavam. João chamou-lhes a atenção com vigor. Lançando-se sobre eles dando socos, viu um homem bem vestido com um manto branco cobrindo-lhe o corpo e um rosto luminoso que João não conseguia fitar. Chamando-o pelo nome, ordenou-lhe que ficasse à frente das crianças, dizendo-lhe que: somente com [...] mansidão e caridade [...] ganharia amigos; deveria antes dar-lhes instruções sobre o ato de pecar e a beleza da virtude.

João argumentou que ele também era apenas um menino pobre e ignorante e que aquela missão era grande demais para sua simplicidade. O homem retrucou que ele deveria transformar aquela missão numa realidade e que, para tanto, ele o ajudaria. Mas Bosco perguntava quem era ele e o homem mostrou-lhe uma belíssima e resplandecente figura feminina, dizendo-lhe que era a sua mãe. Então, todas as demais crianças fugiram e, em seu lugar, surgiram animais como cães, gatos, cabritos etc.

O homem apontou para os animais e lhe disse que aquele seria o seu campo de trabalho e que Bosco deveria ser humilde e forte, para transformar aqueles animais em seus filhos. Bosco viu os animais correrem dóceis atrás do casal que com ele conversava. Estava confuso e a figura feminina colocou a mão em sua cabeça, dizendo-lhe que tudo lhe seria compreensível no momento certo. Então, João acordou”[...]

Contou seu sonho à mãe e irmãos. A mãe lhe disse que talvez, um dia, ele se tornasse sacerdote, embora Bosco não acreditasse nessa possibilidade. No entanto, ele sempre reunia as demais crianças ao seu redor, brincavam juntos, ensinava-lhes o catecismo e rezava com eles. Aprendeu a ler e escrever e, com sua inteligência, lia sozinho sempre que podia, enquanto cuidava das vacas, segundo relata Lages, (s/d).

Aos 11 anos, na Páscoa de 1826, fez sua Primeira Comunhão. Foi preparado pela sua mãe para a ação de graça, mostrando-lhe como aquele dia era sagrado e como ele deveria se comportar durante toda a vida: sendo uma pessoa generosa e crente em Deus. Mas desejava continuar os estudos e, nesse mesmo ano, Pe. Jose Colosso, capelão de Murialdo, ofereceu-se

³⁵ Segundo as Memórias de Dom Bosco (1982), ali se encontram os Becchi, que são um conjunto de casas rústicas e cujo nome deve-se à família Becchi que residia no local. Atualmente é conhecido como “Colle Don Bosco”, onde existe uma construção – Instituto Bernardi-Semeria, com a qual Dom Bosco havia sonhado anos antes que lá seria uma grande fundação salesiana, fato que se concretizou muito anos depois.

³⁶ Em 1930 tornou-se **Castelnuovo Dom Bosco**.

para lhe dar aulas, percebendo a excelente memória de João Bosco que havia lhe repetido dois sermões quaresmais, sem dificuldades.

João Bosco manifestou o desejo de seguir carreira religiosa e o Padre Colosso deu-lhe aulas de latim. A mãe, para protegê-lo das impertinências de seu irmão mais velho, resolveu mandá-lo para o sítio da família de Luiz Moglia, perto de Moncucco, que, a princípio, mostraram-se resistentes com a vinda do garoto, mas o aceitaram, pois João Bosco cuidaria das vacas dali em diante. Como era um jovem de bons costumes e muito simpático, conquistou facilmente as graças da família. À noite, após o trabalho, Bosco lia a gramática latina e o catecismo, conforme Lages, (s/d).

Pe. Colosso, no entanto, não negligenciava os estudos de João Bosco. Assim que seu tempo tornou-se mais amplo, o Padre o levou para morar com ele, continuando a dar-lhe aulas de latim. Sua morte em 1830 foi uma grande perda para Bosco que, com 15 anos, começou a freqüentar a escola pública de Castelnuovo, um tanto distante de sua casa, distância mais sentida durante o rigoroso inverno da região. Mais uma vez, para facilitar-lhe a vida, sua mãe Margarida conseguiu sua hospedagem na casa do alfaiate João Roberto, com quem Bosco aprendeu o ofício e a arte de cantar.

Em suas “Memórias”, Dom Bosco descreve as orientações recebidas de Pe. Valimberti, seus sábios conselhos e os convites para que ele o auxiliasse nas missas. Foi sempre tratado com especial atenção pelos professores, pois havia uma grande diferença de idade entre ele e os demais alunos que eram bem mais jovens. João Bosco foi um aluno exemplar e, graças a isto, sua promoção de uma série escolar para a outra, ocorria em poucos meses.

Durante os quatro anos em que estudou em Chieri, João Bosco fundou e liderou uma organização juvenil que foi celebrizada com o nome de Sociedade da Alegria, onde os alunos se reuniam para a realização das tarefas escolares, além de ouvir histórias e participar de brincadeiras agradáveis ou dos bate-papos. Segundo Lages (s/d), era uma sociedade regulamentada por dois artigos: 1) Todo membro da Sociedade deveria evitar conversas ou ações contrárias ao procedimento de um bom cristão; 2) Que deveria cumprir com rigor seus deveres escolares e religiosos.

Assim, João Bosco mantinha-se longe de garotos de mau comportamento da escola e buscava reunir também os garotos nas ruas para levá-los à sua Sociedade da Alegria, iniciando uma pastoreação que seria, em sua vida, uma missão. Desta forma, atraía mais jovens, até mesmo aos desordeiros que passavam a freqüentar suas reuniões, a quem João

Bosco orientava e ajudava nas tarefas escolares, na religiosidade, cultivando e estimulando a alegria e bons hábitos.

[...] é bom lembrar que naqueles tempos a religião formava parte fundamental da educação. Um professor, que mesmo por brincadeira pronunciasse uma palavra indecorosa ou irreligiosa, era imediatamente destituído do cargo. Se assim acontecia com professores, imaginai a severidade que se usava com os alunos indisciplinados ou escandalosos! [...] Todos deviam receber os santos sacramentos e [...] quem não houvesse cumprindo esse dever não era admitido nos exames do fim do ano, mesmo que fosse dos melhores no estudo [...]³⁷.

Neste comentário de Dom Bosco, percebe-se a importância da Igreja e sua ascendência sobre a Educação escolar, o severo disciplinamento que impunha o respeito e a docilidade ao alunado na escola e no lar. Era convidado a dar aulas particulares em casa de alunos com dificuldades escolares e a organizar entretenimentos, ganhando, desta forma, o suficiente para sua manutenção em roupas e materiais escolares. Em Murialdo, também foi formada uma Sociedade da Alegria, não por João Bosco, mas pela comunidade jovem local que seguia os mesmos conceitos e procedimentos da sociedade fundada por João Bosco em Chieri.

Dominando diversas habilidades artísticas, tais como instrumentos musicais, canto, teatro e práticas esportivas como a malha, saltos, corridas e truques do ilusionismo que impressionavam os jovens, além de estar sempre entre os primeiros nos estudos, João Bosco era um jovem com força física superior a de outros jovens e sempre defendia os colegas mais fracos, de acordo com Lages, (s/d).

Pensado em ingressar num convento, escolheu participar da Ordem Franciscana. João Bosco encaminhou seu pedido à ordem em 1834 e foi aceito, após ter feito um exame de vocação em Turim. Aconselhando-se com o Pe. Miguel Antonio Cinzano, tio de seu amigo Comollo, decidiu acatar-lhe a opinião. Assim, preparou-se para a vestidura clerical em Chieri, desistindo de entrar no convento franciscano. Em visita à sua cidade natal nas férias, João Bosco substituiu as antigas brincadeiras de saltimbanco, pelo estudo e evangelização de seus companheiros que o tratavam com respeito e admiração.

Foi o próprio Pe. Miguel quem benzeu sua batina e procedeu a vestidura. Esta era a abertura de um portal para o seminário. A partir de então, João Bosco prescreveu seus próprios conceitos e propósitos de uma vida mais isolada da convivência social, resguardando-se das coisas mundanas e que ele seguiria por toda a sua vida ativa, deixando-os como herança para seus “filhos”. Em 1835, tornou-se seminarista e em 1841 sacerdote, tornando-se Dom Bosco para o mundo, comenta Céria, (1982).

³⁷ Foi o próprio João Bosco quem escreveu estas palavras em suas “Memórias” transcritas por Céria (1982: p. 43).

Ainda em 1841, entrou para o Colégio Eclesiástico de São Francisco de Assis, em Turim, para complementar os estudos teológicos. Foi ali que conheceu o jovem Bartolomeu Garelli, seu primeiro aluno de catecismo dominical, ao qual se juntaram diversos outros, principalmente adultos que haviam cumprido pena judicial e a quem Dom Bosco ajudava conseguindo-lhes emprego e dando-lhe assistência constante.

Segundo Santos (2000), em 1841, quando João Bosco tomou a defesa de um jovem que foi expulso com pancadas de cabo de vassoura pelo sacristão por não saber ajudar na missa, deu início aos seus oratórios festivos passando a atender a toda aquela camada social composta por desfavorecidos que viviam em condições desumanas. Tais oratórios tinham por objetivos atender a classe juvenil mais pobre e abandonada, sendo uma escola de instrução religiosa- cristã e de prática religiosa, oní-compreensiva (não era escola com horários fixos), ambiente de alegria e de liberdade, cujo principal vínculo era a *amorevolezza* ou carinho.

Dom Bosco dedicou esforços para a consolidação, enquanto o número de adeptos crescia. Dom Bosco freqüentava as prisões e conquistava os rapazes encarcerados para que, quando libertos do cativeiro, fizessem parte do Oratório. Durante cinco anos (1841 e 1846), aquele foi um Oratório ambulante, com reuniões sendo realizadas em diferentes lugares. Através de todos os seus sonhos³⁸, Dom Bosco recebeu a mensagem sempre relativa à sua missão: cuidar de jovens desamparados e construir aquele que seria o Oratório Salesiano, segundo Lages, (s/d).

Em 1846, conseguiu Dom Bosco ter a sua primeira sede fixa - um celeiro cedido pelo Sr. Pinardi, um morador de Valdocco, que logo foi transformado em Capela, com um prado ao lado que servia como campo de jogos. Dom Bosco trabalhou incansavelmente, dia e noite até se estabelecer com sua mãe Margarida na casa de três cômodos do Sr. Pinardi, ao lado da capela que seria, futuramente, a célula fundamental da obra salesiana.

A casa alugada do Sr. Pinardi e posteriormente comprada por Dom Bosco, transformou-se em Oratório, formando-se o seminário diocesano por mais de 20 anos. No final de 1848, ocorrências políticas obrigaram o Papa Pio IX a fugir de Roma e se refugiar em Gaeta, tendo sido ajudado financeiramente pelo Oratório de Dom Bosco e pela população local.

Em 1852, segundo as Memórias de Dom Bosco publicadas por Céria, Dom Bosco teve a felicidade de ver consagrada a Igreja de São Francisco de Salles. As publicações

³⁸ Dom Bosco teve seis sonhos que foram, para ele, revelações. Dom Bosco relata detalhadamente em suas “Memórias”, transcritas por Céria (1982). Esses sonhos eram interpretados como orientações espirituais as quais seguiu durante toda a sua vida eclesiástica. .

periódicas “Leituras Católicas” que tiveram, como objetivo, a divulgação dos princípios fundamentais do catolicismo, foram iniciadas em 1853. Esta iniciativa de Dom Bosco deveu-se à emancipação do judaísmo e do protestantismo que faziam propaganda dos novos conceitos religiosos; desta forma, Dom Bosco acreditava estar reforçando a fé católica em seus adeptos, num momento em que as autoridades locais consentiam na liberdade de crenças religiosas.

Dom Bosco iniciou a construção da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora em 1864, um “[...] esplêndido templo que Dom Bosco antevira em sonhos”, que foi consagrado em 1868, onde Dom Bosco entregou crucifixos aos dez primeiros missionários salesianos que vieram para a América do Sul (LAGES, s/d: p.28).

O que se percebe como fenomenal na vida de Dom Bosco, são seus atos que marcaram todas as etapas de sua história, pois, sem possuir nenhum bem material, conseguia tudo o que precisava graças à solidariedade dos que o rodeavam, desde os professores e personalidades eclesiásticas, até as pessoas da comunidade, conseguindo continuar uma obra que progredia sempre junto aos jovens carentes.

Seguindo os passos dos ensinamentos de Dom Bosco, as irmãs que se instalaram em Uberlândia adotando os mesmos princípios assistencialistas de seu fundador, conseguiram desde o início também conquistar o apoio solidário da comunidade local que pelas palavras de Irmã Nilda Sampaio Dias³⁹, que segue, aborda bem como se dava tal processo de participação social:

[...] a comunidade local era muito pobre mas ajudava a gente em tudo[...] até com comida [...] mas tinha as pessoas que tinha posses como o dono das fábricas de bala, Imperial e Erlan, donos de casa de material de construção[...] [...] sempre ajudavam com alguma coisa[...] [...] sempre digo a comunidade de Uberlândia é muito ordeira e solidária[...] (22/02/2008)

Na realidade, João Bosco desejava criar e organizar uma associação religiosa, mas a situação política da Itália e a luta pela separação entre o Estado e Igreja, não lhe permitiram tal realização. Assim, seguindo os conselhos do Ministro Ratazzi, João Bosco propôs a organização de uma sociedade de cidadãos dedicados às ações educativas realizadas, tradicionalmente, pelos oratórios. Essa associação, formada por leigos de um lado e prosélitos do outro, foi considerada como uma associação civil pelo Estado e como uma associação religiosa pela Igreja, com o consentimento do Papa Pio IX. Estava, pois, formada a Sociedade

³⁹ Irmã-Nilda Sampaio Dias, nascida em 1933, natural de Campos dos Goitacazes no Estado do Rio de Janeiro, foi professora de Matemática, História e Coordenadora dos Estudos e Ensino entre 1965 a 1966; depois, retornou como Diretora do Instituto entre os anos de 1969 a 1970.

São Francisco de Sales, a Congregação Irmãos Salesianos, com adeptos cujos primeiros votos religiosos aconteceram em 1862, envolvendo castidade, pobreza e obediência, conforme relato de Bosco, (2002).

No ano seguinte, os salesianos passaram a se dedicar também aos colégios e escolas católicas para jovens do sexo masculino, para as quais a demanda crescia como consequência da divisão entre o Estado e a Igreja. A ordem, nascida com os objetivos voltados para os jovens, foi, a princípio, apenas para o sexo masculino; porém, na obra de Dom Bosco, em nenhum momento é citada a questão das relações de gênero, pois a Irmandade Salesiana feminina nasceu do seu coração.

O fundador da Irmandade Salesiana feminina foi Dom Bosco e sua co-fundadora Maria Domingas Mazzarello. A história de Maria Domingas Mazzarello é um relato de dedicação e esforço paralelo ao que foi vivido por Dom Bosco. Ao Norte da Itália, em Mornese, na região de Monferrato, nasceu Maria Domingas Mazzarello no dia 09 de maio de 1837, filha de José Mazzarello e de Maria Madalena Calcagno. Foi a primeira de 10 filhos.

Mornese é uma região que possui terra forte, árida, onde se cultivava o trigo e os vinhedos entre pinheiros e pequenos bosques, habitada por famílias profundamente cristãs e apegadas às tradições que formavam, sobretudo, personalidades fortes em sua fé, na honestidade, no trabalho e na prática da caridade. Aos oito anos de idade, Maria Mazzarello deixou o lar para acompanhar um casal sem filhos, cujos hábitos mais importantes resumiam-se às visitas à igreja e às orações, vivência que foi uma experiência importante para sua formação cristã.

Alguns meses depois, Maín, apelido de Maria Mazzarello, voltou para a casa dos pais, auxiliando no cuidado aos irmãos menores e nos afazeres do lar. Aos 13 anos, já ajudava seu pai na cultura dos vinhedos. Sua mãe, expansiva e alegre, manteve a família unida, transmitindo aos filhos a sua formação religiosa. Com a ajuda de seu pai, Maín alfabetizou-se. Começou a frequentar as aulas de catecismo e em 1850 fez a primeira comunhão.

Aos 18 anos, Mazzarello trabalhava com a enxada e mostrava tal força que parecia mais valente do que os homens e, por ser apenas uma jovem, causava inveja e ressentimento nos camponeses contratados para o trabalho, fazendo com que a criticassem. Na verdade, a vaidade daqueles homens fazia com que seu orgulho masculino aflorasse diante da força demonstrada por uma jovem valente que, para ir à Igreja antes de pegar na enxada, levantava-se bem mais cedo do que os outros, fosse inverno ou verão. Maria chegou à adolescência trabalhando na lavoura e rezando muito, nunca deixando de fazer sua comunhão diária antes

de ir para a lavoura, mesmo que isto lhe custasse sacrifícios, pois o inverno local era rigoroso⁴⁰.

A partir de 1853, começou a frequentar a Pia União da Imaculada, organizada por sua amiga Ângela Maccagno, junto a outras jovens da comunidade. As reuniões ocorriam na casa da fundadora, onde eram feitas leituras espirituais e reflexões sobre comportamento recatado. Mesmo faltando um regulamento definitivo, este grupo crescia e motivava a vida religiosa de Mornese.

Em Turim, nesse mesmo período (1854), acontecia algo semelhante, envolvendo os rapazes. Dom Bosco e mais alguns padres reuniram-se e propuseram um novo modo de vida, inspirado na caridade ao próximo. O Bispo de Acqui, Dom Contratto, deu sua aprovação ao grupo de jovens criado por Ângela em 1857. Maria Domingas atuava na casa, demonstrando ter encontrado o que procurava: uma nova família, com regras certas, ligadas fortemente à atividade paroquial, apostolado e à prática da caridade, sem se separar de sua família nuclear. Pe. Pestarino era o chefe do grupo e Ângela era tratada por todos como a superiora natural, de acordo com Bosco, (1996).

Em 1860, o tifo, surgindo das águas estagnadas em poços, espalhou-se pelo vilarejo de Valponasca, trazendo medo para todas as pessoas. A família do tio de Maria contraiu o vírus, numa época em que, pessoas contaminadas, eram abandonadas à própria sorte devido à uma doença da qual nada se sabia.

Mas Maria se propôs ajudá-los e acabou contraindo a doença. Não tendo mais força para o trabalho no campo começou a pensar no que deveria fazer e acabou tendo a seguinte visão: viu “[...] diante de si um alto edifício com muitas meninas correndo e brincando num grande pátio interno. Assustada, balançou a cabeça e fechou os olhos. De repente, ouviu nitidamente uma voz que lhe dizia: ‘Tome conta destas meninas’.”(BOSCO, 1996: p. 08). Ainda confusa com a visão, perguntou ao Pe. Pestarino sobre o sentido de tudo aquilo.

Entretanto, o pároco achou que era apenas uma fantasia da jovem e aconselhou-a a se esquecer daquilo. Maria assim o fez e, ainda pensando no que fazer, procurou sua amiga Petronilha e lhe fez um convite: as duas aprenderiam o ofício de costureira. Maria Mazzarello sentia-se atraída pela idéia de cuidar de meninas pobres. Seu desejo era dar-lhes cuidados materiais e espirituais. Aprendendo costura, poderia ensinar o ofício às meninas

⁴⁰ Bosco (1996) relata um ato curioso a este respeito: para não perder a hora durante o rigor do inverno, Maria dormia com sua irmã Felicina no estábulo do vizinho, para se manterem aquecidas pelo bafo dos animais durante a noite. Maria amarrava uma corda no pescoço da vaca Mora, a mais inquieta de todas e a prendia no braço. Assim, a cada movimento de Mora, Maria acordava e, por isto, nunca perdia a hora de ir para a igreja. Fez isto até o momento em que, na confissão, contou ao Pe. Pestarino que lhe chamou a atenção, dizendo-lhe que Deus nunca pediria este sacrifício a ninguém.

desamparadas. Procurando o alfaiate da cidade, as duas iniciaram sua aprendizagem, com o consentimento e bênção do pai e do Pe. Pestarino.

Em 1861, organizaram uma oficina de costura para meninas pobres num pequeno salão um pouco retirado da vila, onde algumas meninas iam diariamente aprender costura, ao mesmo tempo em que ouviam Maria falando-lhes de Deus. Pe. Pestarino dava-lhes assistência com aulas de catecismo, preparando as crianças para a primeira comunhão. Em 1863, Mazzarello acolheu as duas primeiras meninas desamparadas em sua oficina de costura, segundo Bosco (1996).

A notícia se espalhou pelo vilarejo, cuja comunidade via com simpatia a atitude das duas amigas, colaborando o quanto podiam com aquela obra, trazendo-lhes um pouco de lenha, lençóis, farinha, fubá, agasalhos usados, para mais crianças que chegavam. Assim, a pequena oficina transformou-se em lar de crianças pobres, sempre sob o olhar supervisor do Pe. Pestarino.

Bosco (1996) relata que, em breve, outras moças do vilarejo pediram para morar na casa de Mazzarello e Petronilha, ajudando na costura e serviços do lar, prestando serviços àquela população de crianças carentes; formou-se, assim, um grupo ao qual o padre deu o nome de “Filhas da Imaculada”. Tornou-se um hábito que, aos domingos, em Mornese, as jovens da comunidade fossem para a casa de Mazzarello. Sem prévio planejamento, criava-se um “oratório festivo⁴¹ feminino”, onde havia um catecismo dominical e brincadeiras inventadas entre si.

Em 1864, Dom Bosco chegava em Mornese, acompanhado de um grupo de jovens formando uma Banda que todos gostavam de ouvir, com a intenção de organizar, naquela cidadezinha, um colégio para meninos desamparados como o de Turim. Ao visitar o orfanato de Mazzarello, encantou-se com o trabalho das moças. Dom Bosco entusiasmou-se com o trabalho de Maria Mazzarello e lhe propôs a fundação de um instituto feminino com o mesmo objetivo dos salesianos.

Poucos dias depois, com muito entusiasmo, Dom Bosco prometeu a construção do colégio projetado por ele para os meninos, fator que deixou feliz a comunidade local. Pe. Pestarino, que se tornara Salesiano, foi chamado a Turim e recebeu a notícia de que o Papa havia aprovado o projeto de Dom Bosco: fundar uma congregação feminina, da qual Mazzarello seria a superiora.

⁴¹ Esta expressão designa a primeira instituição educativa de D. Bosco, quer em ordem cronológica, quer em importância apostólica. Reúne aos domingos e festas (e se possível todos os dias) meninos pobres, para que, a par de sãs diversões, tenham um ambiente de família, onde irão receber a pouco e pouco, uma formação humana e cristã.

Como em Mornese estavam as iniciantes, determinou-se que o colégio em construção fosse delas. Mazzarello viu a concretização de um sonho: fazer pelas meninas o que João Bosco vinha fazendo pelos meninos. Fundou-se, então, a Congregação feminina nos moldes dos colégios salesianos para garotos e o local escolhido foi o próprio colégio já edificado na cidade, uma vez que as autoridades locais embargaram a abertura do mesmo, conforme descreve Bosco (1996).

Mazzarello encontrou dificuldades junto à comunidade, pois o edifício havia sido construído com a ajuda do povo para ser um colégio de meninos e não uma casa abrigando meninas, destinada às futuras irmãs salesianas. Embora tenham passado por momentos de verdadeira pobreza, sem alimentos e sem a ajuda da comunidade que, a partir da iniciativa de Dom Bosco em ceder o colégio destinado aos meninos para Mazzarello, demonstrou rejeição e hostilidade contra Pe. Pestarino, contra Mazzarello pela nova casa, não mais enviando ajuda material para Maria e Petronilha, nunca uma criança foi rejeitada pelas duas Irmãs.

A comunidade em peso censurava a mudança de Mazzarello para a sede do colégio que deveria educar meninos e, no entanto, fora destinada para que meninas aprendessem costura, já que Mazzarello e Petronilha não eram professoras. Assim, em 1872, quando anunciaram um grande festejo de Nossa Senhora das Neves, ocasião em que às primeiras irmãs receberiam os votos da ordenação pelas mãos de D. Bosco na presença do Bispo de Acqui, ninguém da aldeia compareceu, nem mesmo os parentes próximos das jovens que se consagrariam.

Mas com a crescente chegada de mais jovens, houve necessidade de professoras e algumas se propuseram a fazer parte da congregação de Maria. Mazzarello foi escolhida como superiora, recebendo de D. Bosco o título de Madre Mazzarello.

As Irmãs, a conselho de D. Bosco, começaram a deixar a Congregação, partindo como missionárias com a intenção de fundar, em outros vilarejos, mais escolas para meninas pobres. Esta atitude das Irmãs foi uma ousadia, pois a fé protestante era hegemônica na região e, não raro, ocorriam disputas, discussões troca de ofensas entre as duas partes da comunidade. Algumas Irmãs foram para Turim e, tendo sido acolhidas por D. Bosco, foi fundada ali a sede das Filhas de Maria Auxiliadora.

A partir de então, espalharam-se por diversas cidades da redondeza. Em 1877, Dom Bosco anunciou para as Filhas de Maria Auxiliadora, a partida das missionárias para a América. Desde 1878 as Irmãs Salesianas já estavam morando nas diversas cidades de outras partes do mundo realizando a obra de Dom Bosco e de Madre Mazzarello.

Em 1874, foi elaborado um estatuto geral, que descrevia os objetivos e o regime de vida de seus associados e de suas atividades. Criou-se o Boletim Salesiano e, através dele, os irmãos da ordem que, em cumprimento de seu trabalho missionário, mantinham-se em terras distantes, recebiam todas as informações e notícias da Congregação, bem como as orientações de D. Bosco, de acordo com Lages (s/d.)

No Brasil ao reconhecer e aceitar as leis do país adotou um estatuto baseado na Lei nº173 de 1893 sendo traçados a composição de seus membros, objetivos, atividades e administração interna. O objetivo deste é de facilitar a consulta de cada salesiano e servir de guia para viver segundo Dom Bosco, regulamentando toda prática da vida religiosa dos salesianos e toda prática educativa.

Dom Bosco criou uma hierarquia e uma estrutura ambiental em que o objetivo consistia em colocar os jovens na impossibilidade de cometerem faltas; para tanto, deu-se responsabilidade para todos os ocupantes de cargos pelo cuidado com os jovens, fazendo uso de seu poder temporal e espiritual. Na assistência poucas palavras, muitos fatos e liberdade aos jovens de expressar-se livremente, para que pudessem ser conhecidos e tratados segundo sua índole. Com efeito, Dom Bosco tratou de organizar o espaço escolar seguindo a seguinte ordem: o Diretor, representante da figura do pai da casa; o Catequista, cuidador dos assuntos ligados ao clero; o Conselheiro Escolar, acompanhante e auxilia os professores; os Mestres-Escola, que entre outras funções mantinham a ordem no espaço escolar.

D. Bosco acolhia os pequenos desamparados e os preparava para o trabalho, além de cuidar dos interesses dos jovens, visitando-os semanalmente em seus locais de trabalho. Criou oficinas profissionalizantes, tais como: sapataria, alfaiataria, encadernações, marcenaria e tipografia. Os jovens com vocação missionária tornaram-se os Irmãos Salesianos que se espalharam pelo mundo, levando a mensagem de D. Bosco e multiplicando seus ensinamentos.

Pelas análises levantadas pode-se dizer que Dom Bosco interessava-se pelo aspecto moral-pedagógico da escola, do trabalho e da cultura, considerados como instrumentos de moralização, santificação do jovem e da preparação para a vida. Assim, as bases do seu sistema educativo assentavam-se no que ficou conhecido como tripé educacional: razão, religião e carinho. A razão significava o bom senso, inteligência e temor e respeito a Deus na aceitação dos preceitos educativos, ou seja, o aluno deveria conhecer antecipadamente o que deveria fazer, ser ajudado a se lembrar disto e só depois deveria passar a exigir. Por isso o regulamento era lembrado durante todo o ano. A religião era entendida como a forma de se despertar no sujeito o sentido da maturidade humana e cristã, ou seja, tornando-o capaz de

assumir uma postura séria e responsável da vida como bom cristão e honesto cidadão; o terceiro, *Amorevolezza ou carinho* (termo sem correspondente em português, e que pode ser traduzido como bondade, amabilidade ou carinho), era entendido por Dom Bosco como o coração de seu sistema, colocando o amor como algo transcendental, misto de racionalidade e de compreensão humana, paterna e fraterna e que transforma o ambiente de educação em uma família ou instituição; seus preceitos se assentavam na afirmação de que quem quer ser amado, deve ser amável. Esses conceitos foram responsáveis por criar no ambiente institucional os principais postulados do sistema salesiano tais como o ambiente familiar e a alegria.

As Congregações Salesianas masculina e a feminina espalharam-se por outras partes do mundo e, como missionários, os Irmãos e Irmãs vieram para a América em 1881. Com a ajuda de D. Bosco, a Congregação das Irmãs Salesianas deixou a cidade de Mornese para se fixarem na cidade de Nizza, em Monferrato, num antigo convento que fora dos capuchinhos. Madre Mazzarello sobreviveu até 1881, sempre acolhendo as meninas desamparadas e orientando as Filhas de Maria Auxiliadora, segundo Bosco (1996).

Esta congregação veio para Uberlândia em 1959, a convite da congregação salesiana masculina (que já se encontrava na cidade desde 1944 e havia criado o Ginásio Cristo Rei a partir de então), para fundar o Instituto Teresa Valsé Pantellini, seguindo os princípios determinados por Dom Bosco inclusive na organização administrativa que ele criou como forma de enquadrar a instituição às normas da nação brasileira conforme já foi apontado.

Entretanto, é válido ressaltar que a irmandade masculina veio para o Brasil em 1883, como será descrito no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A CONGREGAÇÃO SALESIANA NO BRASIL ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E OS ANOS 70

O foco deste capítulo é subsidiar a compreensão sobre os pressupostos que circundaram o momento histórico que marcou a vinda dos salesianos para o Brasil em 1883 no Estado do Rio de Janeiro, e do período após seu estabelecimento em território brasileiro. Busca-se construir um panorama que facilite a compreensão do sistema educacional brasileiro que, de certa forma, viabilizou o fortalecimento das instituições escolares particulares, principalmente as de tendência educacional católica.

Faz-se uma reflexão em torno dos fatos da colonização portuguesa, mostrando que, da mesma forma que ocorreu a exploração das terras através do poderio imposto pelos países europeus, em especial Portugal, o sistema educacional também foi colocado pelos colonizadores segundo sua cultura. Isso fez com que, desde o primeiro momento a Igreja Católica se sentisse fortalecida, pois cabia a ela a missão de ministrar aulas de catequese aos nativos e, em um segundo momento, dar início ao processo de formação acadêmica dos jovens brasileiros. Neste aspecto, faz-se se uma ressalva, uma vez que apenas os jovens das classes hegemônicas teriam acesso à formação acadêmica que os levariam a ocupar cargos de destaque no mundo econômico da época.

Apresenta os fatos que marcaram a expulsão dos jesuítas e a destruição do modelo colonial do ensino jesuítico através do Marquês de Pombal que deu início a outro período na história da educação no Brasil, que durou até 1808, data da chegada da Corte no Rio de Janeiro; fala-se sobre a criação de uma Universidade no Brasil e na estruturação do sistema escolar brasileiro. Refere-se também às várias Congregações da Igreja Católica que vieram para o Brasil fundar seminários, igrejas e escolas.

Desataca-se a presença dos salesianos no país num período em que a sociedade brasileira, passava por momentos de transição importantes, ou seja, com a sociedade escravocrata em crise, abrindo espaços para o estabelecimento da classe burguesa urbana que ascendia gradativamente. Enfatizam-se também as atividades educacionais da escola salesiana, exaltadas pelo alto nível de conhecimentos didático-científicos de seus educadores e pelo espírito de jovialidade que caracterizava os modernos discípulos de Dom Bosco que nenhuma identificação tinham com o clero tradicional.

Faz-se menção também à Proclamação de República em 1889 e à postura diplomática da congregação salesiana diante do governo republicano, sem ferir os votos de fidelidade à doutrina da Igreja. Desta forma, foi possível a pacífica convivência salesiana com o governo constituído bem como a continuidade da obra de Dom Bosco que progredia.

O capítulo tem um espaço para a descrição do golpe de Estado instituído pelos militares em 1964, colocando fim ao período democrático, com apoio da Igreja Católica e de suas de diferentes alas. Menciona-se a vigilância imposta pelo novo regime que criou um clima de total desconforto também no ambiente escolar administrado pelas denominações da Igreja. As Irmãs do Instituto Salesiano de Uberlândia apontaram o período militar como uma época de grandes dificuldades para elas, fato que gerou uma sensação de hostilidade ao regime.

2.1 O Início da Presença Salesiana no Brasil

Segundo a concepção de Santos (2000), era predominante na sociedade brasileira no século XIX, o princípio segundo o qual competia às elites, também católicas, dirigir seus destinos mesmo no campo educacional. Para reformar a sociedade através da formação da elite, o episcopado procurou multiplicar os colégios católicos encontrando nas próprias classes superiores os meios para fundá-los, fenômeno que explica a chegada das Ordens e Congregações Religiosas dedicadas à educação.

Partindo deste pressuposto, Dom Bosco enviou seus missionários ao Brasil a pedido do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda. Vieram sete salesianos: três padres, três irmãos coadjutores e um clérigo, transferidos do Uruguai, acompanhados pelo inspetor Pe. Luis Lasagna, em 1883. Como pioneiros, instalaram-se em Niterói, contando com o apoio de D. Lacerda e de outras personalidades religiosas e leigas, todos simpatizantes dos salesianos, embora tenham sido rejeitados pelas facções anticlericais.

Para a compreensão deste estudo sobre o estabelecimento dos salesianos no Brasil, são citados os fatos mais relevantes da história da Igreja Católica no Brasil e de sua influência no mundo político e social, para que se possa explicar sua ascendência sobre a educação escolar brasileira.

Na Idade Média, o poder da Igreja Católica sobrepunha-se na ideologia popular, mantendo o controle sobre a política monárquica vigente em Portugal. Como consequência

dessa ingerência, o clero mantinha sob o seu domínio as rédeas da educação escolar, moral, disciplinar e religiosa, segundo Almeida (2004).

O sistema monárquico não demonstrava tanto interesses pelos níveis de escolaridade aplicados às camadas sociais, níveis estes que, sob o controle da Ordem Jesuítica, eram pouco esclarecedores no sentido de contribuir com o desenvolvimento científico-cultural da população ou com o desenvolvimento do homem criativo e questionador que pudesse influir nas questões políticas locais.

A Igreja no Brasil Colônia era um departamento de Portugal “[...] em vista dos direitos de Padroado conferidos pela Santa Sé à Coroa de Portugal [...]” (AZZI, 1983: p.15). Até as primeiras décadas do século XIX, era a monarquia lusitana que detinha o poder sobre a Igreja no Brasil, conservando-se, posteriormente ao período colonial, sob o domínio imperial que prevaleceu no país até a instauração do sistema político republicano.

Havia em Portugal, no Século XVI, uma grande sintonia entre Igreja e poder estatal, o que deixava a Igreja livre para intervir nas estruturas sociais. A formação do homem cristão era prioridade, fator que colocava a Igreja totalmente envolvida com a educação naquele período. Como até o final do século XVI o conceito de Estado não tinha as conotações que se tem atualmente, a Igreja exercia o poder hegemônico.

Assim, o Padroado era um sistema que a Igreja de Roma utilizava para delegar aos administradores civis “[...] certo controle de uma Igreja local ou nacional, por apreço ao seu zelo, sua dedicação e seus esforços para difundir a religião e como estímulo para futuras obras [...].” Neste sentido, a Igreja interliga-se ao descobrimento e colonização do Brasil e assume determinada influencia sobre a educação (MOURA, 2000: p. 21).

A Companhia de Jesus, em sua missão de catequese indígena em terras brasileiras, compreendeu que através da instrução educativa em escolas, as crianças nativas seriam preparadas como homens do futuro. Para se alcançar esta meta, os jesuítas decidiram trazer de Portugal, as crianças do Colégio dos Meninos Órfãos de Lisboa, entidade criada pela Companhia de Jesus (MOURA, 2000: pág. 33)

[...] chegando em 1550 os órfãos de Lisboa juntaram-se aos meninos indígenas da Bahia. Alguns já sabiam as coisas da religião; com o convívio dos recém-chegados, aperfeiçoaram seus conhecimentos e todos juntos entraram pelas povoações pagãs, pregando, ensinando, atraindo aquelas almas a Deus.

No entanto, a educação da população nativa não era prioridade da ordem jesuítica na colonização brasileira, senão como instrumento necessário para a renovação cristã. A vinda dos pequenos órfãos de Portugal facilitaria a obra jesuítica junto às crianças nativas no Brasil.

Desde então, houve uma nítida distinção entre colégio e escola: para a educação da população nativa, fundaram-se escolas para se ensinar ler, escrever e contar. Os colégios eram fundações designadas para estudos com abrangência maior de conhecimentos, destinados ao ensino formal das esferas sociais economicamente privilegiadas de colonizadores que chegavam.

Ao mesmo tempo em que eram criadas escolas e colégios, construíam-se dioceses e paróquias, enquanto novas ordens religiosas chegavam ao Brasil: beneditinos, carmelitas, franciscanos, além dos jesuítas, dedicando-se à educação e catequese dos índios. A educação era pública até a expulsão dos jesuítas das terras brasileiras no século XVIII. Até então, foram fundados colégios em diversos estados como Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Espírito Santo, Paraíba (onde existiu o primeiro colégio de ensino geral em humanidades e latim), Maranhão, Ceará, Paraná, Santa Catarina, São Paulo etc. Moura (2000) informa que até a metade do século XVIII, já havia colégios, escolas e seminários com ensino primário e secundário.

Na opinião de Paiva (2003), a história da educação no período jesuítico refere-se mais ao desenvolvimento de colégios, sem abordar a questão social da época. Para o autor, a escolarização tem o sentido característico do contexto social de cada época, conceito que Dewey (1979) esclarece ao definir a educação como o processo de dirigir, conduzir ou elevar. Educar, portanto, é modelar os seres de acordo com os paradigmas sociais vigentes.

Segundo a opinião de Azevedo (2003), a organização escolar é o reflexo da estrutura social de uma comunidade, ou seja, trazem as características mais marcantes de uma sociedade: sua estrutura, densidade, heterogeneidade e qualidade organizacional. Assim, o sistema escolar e todas as diferentes atividades exercidas numa determinada sociedade, sofrem as modificações de acordo com a forma social local. Um sistema pedagógico em vigor é compreendido sob a luz da organização social em que se desenvolve e evolui.

Seguindo do mesmo autor, um sistema educacional é imposto pelo sistema social vigente que ninguém pode contradizer sem se comprometer, profundamente, com a harmonia que rege a vida de seus pares. Assim, se houver desrespeito às normas regulares aceitas e impostas pela maioria que compõe a sociedade, haverá incompatibilidades e o inevitável rompimento entre o homem e o seu meio social, impedindo-o de ter uma vida normal. Portanto, Educação e Sociedade são inseparáveis.

Esta organização educacional não se fez de uma forma evolutiva normal, isto é, das bases para o ápice, ascendendo gradativamente. Deu-se sob o domínio das formas sociais e de acordo com suas transformações em volume e densidade, a partir do momento em que surgiram as divisões de trabalho profissional e científico. Azevedo (2003) explica que, com

estratificação social, as instituições⁴² escolares formaram-se segundo a evolução social que sempre ocorreu das classes aristocráticas para as camadas populares. Neste sentido, os sistemas pedagógicos são organizações públicas ou particulares, segundo os níveis sociais hierarquizados.

No sistema escolar moderno vêem-se três camadas superpostas: a primeira é básica, constituída por unidades elementares de ensino destinadas a proporcionar a educação comum; a segunda, escolas de ensino médio, possuem um sistema educacional homogêneo que prepara o aluno para especializações futuras; a terceira é composta pelas universidades para a formação de profissionais intelectuais. Intermediando estas camadas, encontra-se o ensino profissional para os ofícios e profissões.

Portanto, o meio ambiente em que o sujeito vive o faz seguir alguns conceitos de sociabilidade, isto é, para a melhor inter-relação com o outro, algo que não fazia parte do contexto educacional do Brasil Colônia.

O simples fato de existir, no período jesuítico, o colégio e a escola, já traz a idéia de hierarquização, de criação de classes sociais, de estratificação social. Assim, a ordem jesuítica construiu uma organização social que deu, aos filhos das classes sociais hegemônicas, o acesso à educação escolar, de acordo com um currículo de disciplinas selecionadas pelos próprios jesuítas como disciplinas importantes⁴³ para a aprendizagem dos que estavam destinados às carreiras de destaque na época (sacerdócio, direito e medicina).

Eram esses filhos de classes elitizadas os que ocupariam cargos elevados em qualquer dos segmentos de atividade comercial; os indígenas, destinados à força de trabalho escravo, freqüentariam escolas primárias basicamente alfabetizadoras, segundo Paiva, (2003). Neste momento, é bom lembrar o comentário de Enguita (1989; p.111) sobre o discurso dos pensadores da classe burguesa em ascensão, sobre educação popular: por um lado, necessitavam da educação como meio de preparação que garantisse seu próprio poder em detrimento do poder da Igreja e, de forma geral, para conseguir uma aceitação da nova ordem social. Por outro lado, havia o temor de, ao permitir que a classe popular recebesse instrução

⁴²Instituição é um termo que deriva do latim *institutio*, *onis* e tem diversos sinônimos: criação, formação, disposição, arranjo, escola entre outros. No sentido de escola, segundo Saviani (2007), é um grupo de indivíduos reunidos em torno de um professor, mestre ou orientador teórico. Portanto, a expressão *instituição educacional* é uma redundância, já que educação está implícita na palavra instituição. Saviani comenta que instituição é um termo que, embora apresente diversidade lexicológica, guarda o sentido de alguma coisa criada, organizada e constituída pelo homem, para atender a uma determinada necessidade de caráter permanente. Portanto, nenhuma instituição é criada transitoriamente e sim como um sistema de práticas contando com agentes, instrumentos e meios operacionais.

⁴³O *Ratio Studiorum* organizava o currículo colegial: Gramática Média, Gramática superior, Retórica, Humanidades, Filosofia e Teologia, estas duas últimas disciplinas para os pretendentes à formação sacerdotal, conforme explicações de Paiva, (2003).

escolar mais elevada, despertasse nela as ambições indesejáveis, isto é, de concorrer a cargos destinados à elite. Era, portanto, aceitável naquela época que os conhecimentos populares não fossem além das ocupações realizadas pela classe de trabalhadores.

Na opinião de Paiva (2003), a seleção curricular jesuítica impunha aos brasileiros a cultura portuguesa, mantendo uma estrutura social nos moldes de Portugal, que não conhecia outra organização social senão aquela fundamentada no patriarcalismo e na aristocracia.

A história do Brasil Colonial está repleta de fatos marcados pela geração de conflitos que a estratificação social criou, pois o clima entre portugueses e os brasileiros nativos era de guerra, de violências em que os colonos indígenas tentavam preservar suas terras de invasões estrangeiras, já que os portugueses necessitavam delas para a instalação de seus projetos colonizadores. A educação colegial jesuítica modelava o estudante para assumir seu papel de guardião da cultura portuguesa.

O próprio meio em que se deu o processo de colonização das terras brasileiras, no tocante a distribuição do solo, da estratificação social, do controle do poder político, já fornece um extraordinário cenário de como seria o desenvolvimento da educação escolar nacional.

Na opinião de Romanelli (1978), a ação educativa jesuítica foi favorecida por dois fatores: o social e o cultural. O social envolveu a construção social de acordo com o modelo português. Os hábitos aristocráticos da sociedade portuguesa foram assimilados pelas esferas sociais dominantes no Brasil, pois, sendo uma raça branca, deveria ser distinta da população nativa.

Quanto ao fator cultural, uma classe dominante que detinha o poder político-econômico, deveria ser detentora do sistema cultural importado. Desta forma, a sociedade latifundiária e escravocrata tornou-se aristocrática, favorecendo a campanha educativa jesuítica, que elegia os aprendizes segundo sua esfera social, ou seja, uma minoria herdeira dos negócios da família, conforme Romanelli, (1978), embora o ensino, durante o período jesuítico, tenha sido gratuito, segundo Moura, (2000).

Educação, segundo os jesuítas, deveria ser modelada pela autoridade eclesiástica, sem abrir espaços para conhecimentos que pudessem sugerir nos aprendizes a possibilidade de interferências no mundo sócio-econômico brasileiro, já que a produtividade na época, não requeria inovações nem na administração e nem na mão de obra. O ensino escolar poderia, desta forma, permanecer restrito à intelectualidade, sem a preocupação de desenvolvimento de uma agricultura primária e da mão e obra escrava.

Educavam-se jovens de famílias abastadas para viverem ociosamente. Assim, a ideologia jesuítica em relação ao produto da educação era preservada, isto é, formação de servidores e de prosélitos, principalmente estes últimos que, seguindo a vocação sacerdotal, deveriam fortalecer a irmandade da Companhia de Jesus.

Embora o sistema social patriarcal tenha sido inserido no Brasil pelos jesuítas e os colégios fossem acessíveis somente para o sexo masculino, Moura (2000) comenta que a fundação do primeiro colégio interno para moças, no estado do Maranhão, foi um acontecimento importante no setor educacional no Brasil em 1752, uma iniciativa pioneira no campo da educação no Brasil, sob o controle da Companhia de Jesus.

Até então, aplicavam-se no Brasil: curso primário (ler, escrever e contar), curso secundário e superior com cursos de teologia (ministrados nos seminários), filosofia e artes. A partir daí iniciaram-se as tentativas de implantação da universidade no Brasil.

A história da educação católica e a história da educação no Brasil confundem-se: a maioria dos estabelecimentos de ensino, do período em estudo, pertenceu a algum órgão da Igreja. Somente alguns, a contar: ensino militar (talvez a primeira escola laica de ensino brasileira), dois ou três seminários, algumas aulas de clérigos seculares e outras de filosofia nos conventos carmelitas e franciscanos estavam fora da jurisdição da Ordem dos Jesuítas. A inter-relação do Estado e Igreja no Brasil estendeu-se até o final do domínio imperial e o desempenho da Igreja no contexto educacional progrediu com o consentimento da autoridade civil.

A expulsão dos jesuítas e a destruição do modelo colonial do ensino jesuítico foi obra do Marquês de Pombal, dando início a outro período na história da educação no Brasil que durou até 1808, data da chegada da Corte no Rio de Janeiro. As ações do Marquês trouxeram profundas transformações no cenário educacional brasileiro, reduzindo a dedicação da Igreja nesse sentido.

Todos os colégios jesuíticos foram fechados, destruindo, de forma radical, toda a organização escolar construída pelos seguidores de Inácio de Loyola⁴⁴, a Companhia de Jesus, que foi substituída pelas escolas monásticas dos beneditinos, franciscanos e carmelitas, relata Moura, (2000).

A reforma pombalina visava a estatização das escolas e a uniformidade curricular. Na verdade, pela sua grande ascendência sobre o Rei de Portugal, o Marquês conseguiu que o

⁴⁴ Inácio de Loyola, o caçula dos Senhores de Loyola, (1491-1556) nasceu na Espanha, de uma família tradicionalmente católica. Convertendo-se à fé cristã aos 30 anos de idade, reuniu alguns companheiros dando início à Congregação que seria denominada Companhia de Jesus, em 15 de agosto de 1534, tendo sido reconhecida pelo Papa Paulo III, oficialmente, em 1540 (RYBADENEYRA, 1967; QUEVEDO, 1990).

Estado tivesse o controle e domínio total da Igreja, fator que influenciava o Brasil. Em relação às suas decisões para a colônia, ficou definido que deveriam ser implantadas duas escolas publicas (uma masculina e outra feminina), em cada aldeia indígena.

Pombal foi responsável pela centralização da educação pelo Estado. Substituindo os missionários, os diretores impunham a língua portuguesa em detrimento da linguagem nativa. Para as meninas, as aulas se limitavam à aprendizagem de tarefas domésticas (costura, bordado, prendas domésticas etc.), considerando-se que, para elas, era suficiente este tipo de ensino. As funções educativas passaram a ser administradas pelo Estado (que, até então, não havia interferido no setor), num sistema de parceria com a Igreja, instituindo um o modelo de aulas de disciplinas isoladas.

Mas, a responsabilidade do Estado limitava-se ao pagamento do salário dos professores e à elaboração de diretrizes curriculares das disciplinas a serem aplicadas. O restante ficava sob a responsabilidade do professor, ou seja, o que se relacionava às condições espaciais para dar aulas, a infra-estruturação desse espaço que, em geral, era na própria residência do professor, além dos recursos pedagógicos necessários ao ensino. Esta foi, na verdade, a versão brasileira daquilo que se denomina educação pública estatal, de acordo com Saviani, (2004).

Neste momento a Igreja continuou cumprindo seu papel de destaque na educação, pois os colégios de padres que detinham a quase exclusividade sobre o ensino, deram espaços para as escolas régias cujas aulas eram ministradas por mestres escolhidos pelos bispos ou por padres-mestres e capelães de engenho, organizando-se paulatinamente e se responsabilizando pela educação dos jovens. Os professores eram, na maioria, padres seculares atuando no ensino publico e particular, pois os clérigos compunham uma classe culta formada pela Universidade de Coimbra, segundo Moura, (2000).

Após a saída dos jesuítas e do Marquês de Pombal do Brasil, a congregação do Oratório recebeu o convite do governador de Pernambuco para a assunção do trabalho jesuítico no Colégio de Recife. Nesse mesmo século, foram introduzidas as cátedras de filosofia (por D.Maria I) e da gramática latina (por D.João VI) como disciplinas oficiais no Brasil. Em 1808 o Brasil deixou de ser colônia portuguesa, com a chegada da Corte ao Rio de janeiro.

A facção da Igreja Católica com tendências burguesas, nas quais prevaleciam os interesses materiais em detrimento aos valores espirituais perdeu, aos poucos, seu poder. A Igreja dedicou-se à formação de clérigos e o Estado burguês assumiu a formação dos

cidadãos. Os seminários pios surgidos a partir desse movimento transformador foram submetidos pela Igreja Católica e restritos ao ensino teológico.

Os colégios de ensino secundário fundados por religiosos católicos durante o período imperial possuíam funções propedêuticas apesar de funcionarem em sua grande maioria em regime de internato e semi-internato, não tinham afinidade repleta com os Colégios-Seminários, conforme será visto no decorrer deste estudo, na descrição da no Brasil.

Esse sistema educacional seletivo prevaleceu mesmo depois da expulsão dos jesuítas no século XVIII (que se deu precisamente em 1759), atravessando as barreiras do tempo desde o período colonial até o período republicano, sem sequer ser reestruturado, embora a demanda social de educação tenha crescido e exigido a formação escolar das camadas sociais populares, fator que induziu a “[...] sociedade a ampliar sua oferta escolar.” (ROMANELLI, 1978: pg. 35).

A esse respeito, é interessante se comentar sobre as origens da ordem disciplinar que prevaleceu nas escolas desde o período colonial. Enquanto os jesuítas exerceram o poder na educação, muitos seminários foram fundados para a formação de sacerdotes seculares, por jovens que eram filhos dos proprietários de terras.

Foram eles quem deram continuidade ao sistema pedagógico jesuítico ao se tornarem mestres-escola dos descendentes da camada oligárquico-rural e professores de aulas régias inseridas no período pombalino. O ensino tornou-se fragmentado e, mesmo com o seu nível rebaixado, orientou-se para objetivos idênticos aos religiosos e literários e com iguais métodos pedagógicos que enfatizavam a autoridade e estreito disciplinamento presente nos castigos feitos com varas de marmelo e palmatórias de sucupira, com tendências de sufocar qualquer pensamento voltado para a originalidade, a iniciativa e a força criadora individual, para por em seu lugar a submissão, o respeito à autoridade e escravidão aos modelos antigos conforme descreve Sodré (1984).

Essa pedagogia educacional jesuítica impôs regras disciplinares que, no século XVIII, despertaram grandes interesses. A criação de corpos dóceis, submissos como se fossem autômatos manipuláveis, podendo-se aprisioná-los e sujeitá-los pela força do poder é o que se define como disciplina. Diversos sistemas disciplinares já vinham de longa data, tendo sido exercidos nos conventos e nos exércitos, mas que, no século XVIII tornaram-se instrumentos de dominação, segundo Foucault (1993).

Aqui, Foucault tem definições específicas da disciplina como receita de dominação, da escravização, da domesticidade, do asceticismo e do monástico. A disciplina do século XVIII era a que visava, além do desenvolvimento de habilidades e sujeição, também a obediência

enquanto um instrumento de utilidade das políticas coercitivas. Portanto, a prática disciplinar poderia ser vista em diversos ambientes, desde os quartéis submetendo e organizando as tropas, aos colégios que eram:

[...] o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como regime de educação senão o mais freqüente, pelo menos o mais perfeito, torna-se obrigatório em Loui-le-Grand quando, depois da partida dos jesuítas, fez-se um colégio modelo (FOUCAULT, 1993, pg.130).

Assim, foram se fixando nas escolas, desde o século XVIII, as organizações ou alinhamentos obrigatórios, isto, as filas em salas, em corredores ou pátios, os lugares a serem ocupados pelos alunos em salas e que são mantidos no decorrer do ano, horários para entrada em sala de aula e para cada matéria, tempo determinado para a realização das atividades escolares, a obediência aos sinais dados pelos professores com intenção de dinamizar as atividades, criando-se assim entre outros um ritmo de aprendizagem

Entretanto, embora tenham rompido definitivamente com o sistema escolástico do Brasil Colônia, as medidas de modernização inseridas por Dom João VI permaneceram centralizadas no Rio de Janeiro e Salvador, deixando os demais estados brasileiros sem a devida atenção no setor educacional. Neste sentido, Moura (2000) explica que a política pedagógica dos jesuítas foi construída sobre um sistema de continuidade mais concreto e organizado, enquanto a educação durante a Regência ficou sem a necessária estruturação no ensino primário e no secundário, em todas as regiões brasileiras.

Este fator deu ensejo para o surgimento das escolas particulares de cursos secundários. Segundo a opinião de Moura (2000), as providências do sistema legislativo no setor educacional brasileiro, desde a instalação da Regência até a Independência, eram tomadas de acordo com as premências do momento, na medida em que os governadores das províncias ou professores os laicos e religiosos solicitavam.

Fazendo um recorte histórico a partir da vinda de D. Pedro II em 1821, para o Brasil, a estratificação social apresentava-se complexa com o surgimento de uma classe social intermediária favorecida pelo período da mineração que estimulava o crescimento da produtividade artesanal. A pequena burguesia, como Romanelli (1978) denomina a classe social emergente, foi importante para a evolução e transformação da política durante o período monárquico.

Foi justamente essa nova classe social que deu o impulso necessário ao setor educacional, pois, sua afirmação dependia de escolarização, aumentando, desta forma, a

demanda pelo ensino. Portanto, o ensino escolar deixou de ser uma prerrogativa da oligarquia rural, para ser uma necessidade à pequena burguesia em busca do status que os títulos acadêmicos emprestavam aos seus portadores, como condição de ascensão social. Na opinião de Romanelli (1978), um título acadêmico tinha o valor equivalente ao das terras para um proprietário.

Para Romanelli (1978), todas as iniciativas de D. João VI relativas à educação tiveram o objetivo de consolidar os propósitos de criar instituições de educação superior destinadas às elites. Segundo a autora, a educação aristocrática foi herança da colônia, embora essas bases culturais fossem hábitos europeus no século XIX que a classe burguesa no Brasil importou e assimilou.

Em 1854, a aprovação da Lei da Liberdade de Ensino, foi mais um impulso para a otimização do ensino secundário particular. Os jesuítas⁴⁵ e outras irmandades religiosas fundaram escolas secundárias em todas as partes do Brasil.

Foi dentro deste cenário que os salesianos chegaram ao Brasil, implantando sua obra⁴⁶ e satisfazendo ao desejo de D. Lacerda que almejava, para a sua diocese, o sistema salesiano de Turim, criando escolas de educação para os jovens desamparados. Entretanto, o seminário diocesano do Rio de Janeiro ficou sob a responsabilidade dos lazaristas franceses. O novo clero brasileiro foi formado por esses religiosos, de acordo com o modelo da Igreja Tridentina, segundo Azzi, (1983).

A Reforma iniciada pela classe episcopal, aproximadamente na metade do século XIX, teve, como principal meta, a romanização da Igreja, ou seja, a adesão integral ao domínio pontifical em Roma. Azzi (1983: p.27) aponta as mais relevantes características desse movimento:

- A afirmação de que a Igreja institucional e hierárquica que se estende sobre todas as variações populares do catolicismo;
- A emergência reformista do episcopado em meados do século XIX, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato;
- A dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira, de padres estrangeiros vindos da Europa, principalmente das congregações e ordens religiosas para realizar a transição do catolicismo colonial ao catolicismo de caráter mais

⁴⁵ Desde 1814, a Companhia de Jesus havia sido restaurada no mundo todo, segundo Moura (2000).

⁴⁶ Moura (2000) aponta o surgimento de Arquidioceses, Dioceses, Prelazias e Prefeituras Apostólicas.

universalista com absoluta rigidez doutrinária e moral e a busca desses objetivos independentemente e mesmo contra os interesses políticos locais.

A Igreja Católica brasileira estava, sistematicamente, integrada à Igreja de Roma, ficando sob a sua direção tanto no plano institucional quanto no ideológico. Mas, em relação ao proselitismo, havia duas facções, sendo uma delas, os romanos ou ultramontanos, que “[...] apregoavam uma adesão incondicional ao Papa, dentro de uma Igreja de caráter universal, mas sob a orientação exclusiva da Santa Sé.” (AZZI, 1983: p.28).

Por outro lado, havia os jansenistas⁴⁷. Os salesianos, entretanto, eram prosélitos fiéis da Santa Sé. A própria havia sido fundada, por Dom Bosco, durante o pontificado de Pio IX; assim também, o primeiro Colégio salesiano no Uruguai teve o nome de Pio IX, em homenagem ao Papa, explica Azzi (1983).

Somente a partir do Segundo Reinado (1840) houve um movimento de desvinculação da Igreja no Brasil do Padroado imperial, empreendido pelo Bispo de Mariana D. Antonio Ferreira Viçoso, num esforço de libertação apoiado pela classe episcopal que abdicou de suas funções junto à Coroa, para se declarar diretamente dependente do Sumo Pontífice em Roma. Isto significaria total libertação da Igreja do poder civil, uma nova concepção de igreja que recebeu apoio de instituições religiosas européias, movimento que se tornou conhecido como: o ultramontanismo.

Para Caes (2002) e Lustosa (1990), o movimento ultramontano⁴⁸ levantou-se contra o

⁴⁷ Entendidos como sendo uma versão disfarçada da heresia do calvinismo, uma das seitas do protestantismo, adeptos de uma Igreja nacionalista, com alguma dependência do poder civil e com diretrizes políticas. Segundo Zagheni (1999), o jansenismo é uma inspiração das controvérsias surgidas das obras de Santo Agostinho, entre jesuítas e dominicanos a respeito da concepção sobre a graça divina. Cornélio Jansen (em 1634) lançou o livro sobre a doutrina jansenista que foi considerada, no século XVII, como rebeldia dos seus prosélitos contra a autoridade monárquica de Luiz XIV, Rei de França. Rogier e Sauvigny(1971), comentam que a prática devocional jesuítica era criticada pela veneração aos santos, pela superficialidade com que se encarava a religião propriamente dita, distribuição aleatória de sacramentos, dando ensejo para o crescimento do jansenismo, tirando a força do prestígio da Companhia de Jesus. Esta queda de prestígio era considerada pelos jesuítas como uma conspiração jansenista.

⁴⁸ O termo foi utilizado pelos galicanos franceses, com a pretensão de manter a Igreja independente do poder pontifical; o termo definia os partidários das doutrinas romanas que acreditavam ter que renunciar aos privilégios da Gália em favor da do Papa que residia “além dos montes”. O ultramontanismo defende, portanto, o pleno poder papal. Com a Revolução Francesa, as tendências separatistas do galicanismo aumentaram e as idéias ultramontanas também. Nas primeiras décadas do século XIX, com os conflitos entre a Igreja e o Estado em toda a Europa e América Latina, foram chamados de ultramontanos os partidários da liberdade da Igreja e de sua independência do Estado. O ultramontanismo passou a ser referência para os católicos dos diversos países, mesmo que significasse um distanciamento dos interesses políticos e culturais. Surgiu como uma reação ao mundo moderno e orientação política desenvolvida pela Igreja com características do centralismo romano, isolando-se do modernismo (CAES, 2002; LUSTOSA, 1990).

protestantismo, maçonaria, modernidade, cientificismo, liberalismo, uma vez que foram considerados pontos heréticos e condenados pelo Papa Pio IX, através da divulgação de jornais eclesiásticos. Em contrapartida às chamadas heresias, propunha-se a edificação de idéias de uma sociedade moderna e próprias do projeto de romanização, deixando evidente a dimensão do poder eclesiástico e o potencial articulador da hierarquia clerical.

De acordo com Azzi (1983), no Brasil, esta reforma católica teve o endosso da Ordem dos Frades Capuchinhos e da Companhia de Jesus, a Congregação dos Padres da Missão ou Lazaristas. Assim, a Igreja Católica do Brasil tornava-se vinculada à Santa Sé e, sob orientação da mesma, o Bispo do Rio de Janeiro deu início à campanha antimaçônica, contando com a simpatia dos Bispos D. Macedo Costa e D. Vital de Oliveira, do Pará e do Pernambuco, respectivamente. Vale dizer, entretanto, que, neste sentido, houve desacordo entre as irmandades religiosas da época, pois nem todas eram anti-maçônicas.

A adesão incondicional da Igreja Católica brasileira ao Papa deu-se, mais vigorosamente, no século XIX, por influência da Companhia de Jesus, colocando um marco na história da reforma episcopal. Neste sentido, a reforma envolveu o clero e a massa popular: para o clero, os seminários eclesiais passaram a ser orientados pelas congregações religiosas da Europa; para o povo, o fundamental foi o reconhecimento da necessidade de melhor catequização para superar a ignorância e a irreverência religiosa, as superstições e os cultos fanáticos, fatores que receberam dos bispos ações severas. Desta forma, tirava-se do povo a liberdade de escolha religiosa e a administração laica das confrarias e centros devocionistas, deixando tais cuidados unicamente nas mãos do clero.

No entanto, passado algum tempo, personalidades religiosas perceberam que, as ações educativas e religiosas fundamentadas em princípios europeus eram incompatíveis com a realidade latino-americana, colocando em risco a obra salesiana, pois o latim romano, além do sotaque diferenciado, era uma língua morta na América do Sul.

Mesmo assim, o latim foi uma matéria incluída na grade disciplinar das escolas salesianas do Uruguai e do Brasil, já que nas universidades ensinava-se o latim, cuja pronúncia era respeitada de acordo com cada região. Uma das prerrogativas de Dom Bosco na regulamentação da ordem salesiana, era o respeito pelos costumes religiosos locais, aos quais os Irmãos Salesianos deveriam aderir, sem contradições, na opinião de Azzi (1983).

A solicitação dos bispos foi responsável pela vinda dos salesianos ao Brasil, mas seu estabelecimento no país deveu-se ao poder político da Corte Pontifícia e à Coroa Imperial. A Santa Sé estendeu sua autoridade e controle absoluto sobre toda a atividade dos institutos religiosos e, principalmente, sobre a que se multiplicava rapidamente.

Embora a obra salesiana tenha sido, desde o seu início, dedicada aos jovens desamparados, o Papa Pio IX solicitou que Dom Bosco priorizasse, na América Latina, a catequização dos indígenas e que fosse dada assistência religiosa aos imigrantes italianos.

Neste contexto pode-se afirmar que a presença dos salesianos no Brasil deu-se num período em que a sociedade brasileira, passava por momentos de transição importantes, ou seja, a sociedade escravocrata estava em crise, abrindo espaços para o estabelecimento da classe burguesa urbana que ascendia gradativamente. Portanto, eram novos valores religiosos e sociais e passavam a dominar os pensamentos da sociedade.

Mesmo assim, o estabelecimento da em território brasileiro, somente foi possível com a anuência do governo imperial, que tomou conhecimento dos oratórios, colégios, escolas profissionais e colônias agrícolas como parte das ações da congregação que pode contar, também, com o apoio financeiro e proteção de Dom Pedro II.

Embora os salesianos se mantivessem solidários ao governo imperial, a chegada da república foi recebida tranquilamente pela Congregação, mesmo dentro do clima hostil existente entre a Igreja Católica e o governo republicano com suas concepções liberais, opina Azzi, (1983).

Segundo o mesmo autor, a Congregação manteve uma postura diplomática diante do governo republicano, sem ferir os votos de fidelidade à doutrina da Igreja. Desta forma, foi possível a pacífica convivência salesiana com o governo constituído e a continuidade da obra de Dom Bosco que progredia. Assim além dos colégios de Niterói (1883) e o de São Paulo (1885) os quais se desenvolveram rapidamente, outros foram aparecendo no primeiro decênio republicano, demonstrando a boa coexistência com as elites e com o novo regime, cujos governantes, aliás não só favoreciam os estabelecimentos de ensino dessa congregação como os prestigiavam com suas freqüentes visitas.

Tanto o pragmatismo quanto à modernidade, facilitaram a integração dos salesianos ao novo governo. A esta característica dos filhos de Dom Bosco, a população mostrava-se simpática, enquanto a imprensa fazia apologia da Congregação, enumerando a qualidade e variedade das disciplinas aplicadas pelos professores da Congregação: línguas, ciências, artes, comércio, indústria, agricultura, filosofia, matemática, astronomia, teologia, escrituração mercantil, fabricação de papel, de vinho e outros produtos.

Assim, as atividades educacionais da escola salesiana eram exaltadas pelo alto nível de conhecimentos didático-científicos de seus educadores e pelo espírito de jovialidade que caracterizava os modernos discípulos de Dom Bosco que nenhuma identificação tinham com o clero tradicional, provocando, às vezes, nesses últimos, uma reação adversa

2.2 A Congregação Salesiana Durante o Período Republicano

Em 1880 começou a decadência do Império no Brasil, com o povo clamando pelo fim da monarquia e da escravidão negra, enquanto o Partido Republicano ganhava espaços, com uma parcela de adeptos a favor de guerra armada e outra desejando uma revolução pacífica.

Com a evolução do trabalho assalariado e das atividades industriais, as campanhas abolicionistas também se intensificaram, com o apoio da população que era anti-escravagista e atuação de ativistas abolicionistas que auxiliavam a fuga de escravos das fazendas. Os pensamentos liberais encorajavam a luta pela liberdade dos negros.

As leis abolicionistas reduziram a mão de obra nas fazendas cafeicultoras do Brasil, fazendo com que os produtores de café, desde 1840, dependentes da mão de obra escrava, pensassem em alternativas futuras como a imigração de diferentes países da Europa.

A abolição escravagista foi um processo iniciado no século XIX pelos ingleses, que criaram, em 1845, a lei Bill Aberdeen, que autorizava aos seus navios a prisão de qualquer navio negreiro navegando em um dos mares do mundo. Embora necessitasse do trabalho escravo, foi criada, em 1850, a lei brasileira Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de negros africanos.

Para não exaltar os ânimos de ingleses e da sociedade escravagista de cafeicultores, o governo decidiu pela abolição decretada em parcelas, ou seja, pouco a pouco, elaborando leis e colocando-as em vigência. Desta forma, após o protesto dos grupos abolicionistas e diante do número de escravos que fugiam, muitas vezes estimulados pelos abolicionistas, e da recusa do exército em sair à sua procura, foi assinada a Lei áurea em 13 de maio de 1888: Art. 1º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Logo em seguida ao momento abolicionista do trabalho escravo as forças detentoras do poder empreenderam um golpe militar pacífico, e em 15 de Novembro de 1889, data esta que serviu como marco para a Proclamação da República, colocando Deodoro da Fonseca à frente dos rebeldes e como governo provisório, com o apoio de grupos sociais, o exército, os cafeicultores e as camadas médias urbanas. As primeiras providências incluíram: expulsão da Corte Real do Brasil, a naturalização dos estrangeiros, a separação entre o Estado e Igreja, a liberdade de culto e a regulamentação do casamento civil.

No campo da educação, mesmo com a exclusão do ensino religioso nas instituições escolares, nada foi radicalmente afirmado pela legislação republicana, permitindo que a

legislação central regulasse o ensino superior e que as províncias tivessem o controle da educação primária e secundária, relata Moura(2000).

Na opinião de Romanelli (1978), esta decisão evidenciou como a sociedade brasileira privilegiava a nata social, aumentando as distâncias entre a educação da elite e da massa popular, sendo reservado, para esta última, o ensino primário e o profissional, enquanto a elite continuava tendo o acesso ao ensino acadêmico.

Entretanto, a demanda escolar foi intensificada após a Independência brasileira, porém o ensino brasileiro continuou dentro dos mesmos paradigmas consagrados pela sociedade, ou seja, dentro dos padrões admitidos pela classe hegemônica. Portanto, o interesse da classe burguesa, na busca de espaços no universo social, levava-a a se aproximar da elite, mesmo criando uma condição de dependência, aceitando e se adaptando aos padrões determinados pela aristocracia, para quem a educação intelectual era compatível com o seu status social, como informa Romanelli (1978).

A demanda pelo ensino superior acabou influenciando a grade curricular do ensino secundário, que passou a estruturar as disciplinas de acordo com as necessidades de preparação dos candidatos à Universidade, dando aos cursos uma caracterização propedêutica. Desta forma, o ensino primário tornou-se precário e o secundário foi privatizado, cujo acesso ficou cada vez mais distante das classes populares, privilegiando a elite na preparação de seus descendentes para os cursos acadêmicos.

Romanelli (1978) comenta que até mesmo o Colégio Pedro II, com seu status de ser o único a formar bacharéis, requisito exigido pelas Faculdades em exames de admissão de candidatos, perdeu suas características e se tornou um colégio de cursos preparatórios. Isto contribuiu para a precariedade das escolas provincianas, cujos dirigentes perderam o interesse por uma organização melhor das instituições locais. O resultado de todo esse movimento foi o abandono da educação popular.

Voltamos, pois, nossa atenção, para um fator já comentado, isto é, para a dualidade criada no ensino brasileiro: a educação cultural da elite era compatível com seu status social e a preparação para o trabalho das classes pobres através do ensino profissional.

No entanto, a economia brasileira não permitia a oferta de educação técnica em larga escala num país em que o desenvolvimento industrial era ainda pequeno, sem exigir mão-de-obra especializada. Portanto, além de não existir demanda para o ensino profissional, havia ainda a mentalidade reacionária da população rejeitando um ensino técnico, que simbolizava condição de inferioridade social a que somente os escravos se submetiam.

Quanto ao papel da Igreja na educação, dentro desse contexto de época, desde que a República foi instaurada, houve modificações nas inter-relações da Igreja e do Estado. Com o rompimento do regime do padroado, a Igreja ganhou amplitude de liberdade, fator que fez crescer o número de circunscrições eclesiásticas no Brasil, aumentando, também, o número de irmandades religiosas instaladas, todas priorizando, entre suas metas, o setor educacional.

Moura (2000) relata que a Constituição de 1891 laicizou o ensino nos estabelecimentos de ensino público, abolindo-se, em seguida, o ensino religioso nessas instituições, limitando a educação religiosa aos ensinamentos repassados pela família ou pela instituição religiosa a que pertencia o indivíduo.

A Igreja viu-se diante de uma nova realidade: estava livre das influências do Estado, mas, perdeu o apoio moral e político, administrativo e financeiro, fatores que deveriam trazer problemas de ordem interna e externa sem o respaldo do Governo

No âmbito de uma sociedade em que a fé católica era hegemônica, o caráter laicista da educação era uma agressividade imposta aos filhos das famílias religiosas. Assim, a Igreja iniciou um trabalho reestruturado sobre bases endossadas por Roma, no qual foram priorizadas as instituições educacionais católicas entre as ações pastorais.

No entanto, havia poucas expectativas da Igreja quanto ao ensino primário gratuito nas escolas católicas, devido à falta de subsídio do Estado. Sobre isto, a própria Constituição de 1891 era clara em suas disposições que traziam no Art. 72, § 7º: “Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados”.

A educação era vital para a Igreja em suas metas evangelizadoras; diante do que foi estabelecido pelo Estado, era natural que a Igreja construísse seu próprio sistema de escolas particulares, gratuitas ou não, servindo às classes sociais intermediárias que a apoiavam.

Desta forma, preservava-se a formação cristã da juventude, além de ocupar os espaços deixados em aberto pelo próprio Estado em sua administração precária do setor educacional, ao qual faltavam estabelecimentos de ensino.

As congregações religiosas, masculinas e femininas, virão encarregar-se desse serviço que para elas era também obra da Igreja. É impressionante, comparando-se com outras tarefas, o número de institutos religiosos que se fixam ou são criados no Brasil para atender ao mercado das escolas e colégios. Será por meio deles, que o catolicismo prestará serviços preciosos à classe média e alta, sem esquecer de atender, também, às camadas desfavorecidas, ao mesmo tempo em que se beneficiará dos favores e prestígio, como também das vocações que, em grande parte, sairão das camadas intermediárias”. (LUSTOSA, 1997 p.)

Lima (1978, p.53), ao comentar sobre o contexto que envolveu a Igreja e o Estado brasileiro, assim se expressa:

A Hierarquia eclesiástica no Brasil sempre se definiu limitada por um duplo relacionamento: as relações com a Santa Sé e as relações com o Estado brasileiro. (...) com efeito, a influência religiosa que lhe é própria, na maior parte do tempo, (...) se exerceu mais através do poder obtido pelas alianças com o Estado e as formas de dependência que lhe foram conseqüências, do que da interpretação das diretrizes de Roma.

Moura (2000) afirma o sucesso da Igreja no campo educacional e comenta que, em 1930, aproximadamente 80% dos alunos de cursos secundários no Brasil, freqüentavam escolas do ensino privado; deste percentual, a maioria foi educada em escolas católicas, ou seja, $\frac{3}{4}$ das 700 escolas secundárias existentes eram da Igreja.

Segundo o mesmo autor, entre 1889 a 1920, foram fundadas escolas por diversas Ordens e Congregações Católicas estabelecidas no Brasil: Companhia de Jesus; os Beneditinos; Irmandade de Beneditinas Missionárias de Freizing; os Lazaristas; os Franciscanos; os Salesianos de Dom Bosco; as Salesianas das Filhas de Maria Auxiliadora da Irmã Mazzarello; os Marista; os Carmelitas; Congregação de Nossa Senhora (Cônegas de Santo Antonio); os Irmãos Lassalistas; os Barnabitas; As Escravas do Divino Coração; As Irmãs Marcelinas; Irmãs da Assunção.

De acordo com Nagle (1976), em 1902 fundou-se o Partido Socialista em São Paulo, defendendo os direitos populares de igualdade social. Embora o novo partido tenha tido uma curta existência, as idéias socialistas continuaram a persistir através de publicações da imprensa, dando abertura para a força anarquista, dirigida por grupos estrangeiros (grupos migratórios de espanhóis e portugueses) manifestar-se em ações, principalmente em fomentação de greves entre as classes operárias⁴⁹, mas sobreviveu por pouco tempo. O socialismo conquistara um proselitismo precário formado pela classe intelectual, sem criar, entretanto, expressivos grupos partidários.

No momento em que se desenvolviam novas idéias político-sociais, outro movimento com sensível repercussão na década de 20, foi o nacionalismo, uma corrente de idéias que forneceu “[...] as bases mais congruentes com a interpretação da realidade histórica brasileira.” (NAGLE, 1976: p.42). As manifestações iniciais do nacionalismo foram

⁴⁹ O anarquismo conseguiu, entretanto, durante a Primeira República, alguns acordos a favor das classes operárias, significando certo progresso na ordem social, dando origem à criação de uma classe social proletária, segundo Nagle (1976).

sistemáticas e influenciaram sobremaneira o setor educacional, com pródiga divulgação de publicações didáticas envolvendo o civismo e a moralidade de forma acentuadamente patriótica.

Com a Primeira Grande Guerra, estabeleceu-se a idéia nacionalista com mais ênfase, tendo iniciativas de Olavo Bilac na formação da Liga de Defesa Nacional⁵⁰ – LDN, a mais ampla e influente organização nacionalista da época, em nome da ordem moral brasileira, uma fase que teve, no poeta, um grande ativista.

Uma das prerrogativas dos movimentos nacionalistas na época, foi conscientizar a população de que a disciplina e ordem são inseparáveis (idéia esta que conquistou a elite de Uberlândia formada por coronéis proprietários de fazendas, como será visto nos próximos capítulos).

Dois dos princípios fundamentais da LDN foram: a libertação intelectual do Brasil da influência portuguesa com a valorização de uma cultura nacional e manter a fé católica como religião. Dessa forma, a força da Igreja era reivindicada para combater as idéias anti-cristãs, introduzindo-se no universo sócio-político, embora a luta católica tenha sofrido reveses com as idéias agnósticas republicanas. Segundo os comentários de Nagle (1976), o período republicano que surgira não podia ainda ser esplendoroso para a religião como o fora o período colonial e nem a decadência como havia ocorrido no Brasil Imperial.

Entretanto, de todos os movimentos sociopolíticos da época, o mais importante foi o tenentismo, que se deu como revolução armada. O tenentismo não representou somente mais uma formulação doutrinária, embora vaga, a complicar o ambiente político-social do final da Primeira República, mas acrescentou ao período em questão um aquecimento da situação existente. Destacavam-se os homens do exército como patriotas puros, enquanto os políticos civis e o clero representavam a corrupção, sendo os primeiros considerados como salvadores da pátria, iniciando-se, assim, a projeção dos tenentes que se definia na política contra os abusos do poder.

A insurreição de 1922 foi em consequência da hostilidade contra Eptácio Pessoa e Arthur Bernardes, e o movimento visava depor o Governo Federal que se recusava a conceder aumento salarial à classe operária e aos militares. Com a ascensão do movimento operário, o Governo reprimiu movimentos anarquistas e a manifestação dos operários.

⁵⁰ A Liga de Defesa Nacional foi fundada em Setembro de 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, como um órgão independente de qualquer crença religiosa, política ou filosófica, com a intenção de congregar os sentimentos patrióticos em todos os cidadãos brasileiros, conforme as leis nacionais vigentes, difundindo todas as idéias de integração nacional, tais como: serviço militar, civismo, patriotismo, fundação da Congregação de escoteiros, estimular o estudo da História do Brasil e das tradições do País, combatendo o analfabetismo através da educação popular e profissional, entre outras propostas mais (NAGLE, 1976).

Para Azzi (1983), com a abolição escravagista, a classe senhorial e socialmente hegemônica não pôde deter nem o movimento da Igreja hierarquizada e nem a ascensão burguesa, que foi significativamente favorecida pela revolução de 1930. Consolidando o seu poder e influência na política e na economia, a burguesia trouxe, para o país, um modelo de industrialização capitalista.

O progresso industrial forçou a entrada de brancos em terras indígenas, provocando a resistência dos índios e a criação de obstáculos ao avanço tecnológico. Assim, a catequização solicitada pelo Papa Pio IX, satisfazia as ambições governamentais nos estados brasileiros. Azzi comenta:

O projeto de catequese e civilização dos indígenas interessava não apenas à Igreja, mas também ao Estado. Depois que o regime escravocrata foi abolido (...) abriu-se espaço para a implantação do projeto industrial do tipo capitalista. Era momento de novos valores burgueses na sociedade. Ao resistirem ao avanço do progresso industrial em suas terras, os índios passaram a constituir um forte obstáculo a ser vencido pela força ou pela persuasão (AZZI, p. 50).

Embora a Igreja e o Estado fossem poderes independentes, Azzi (1983, p.50) comenta que “[...] o governo de Mato Grosso via na catequese missionária um poderoso instrumento de colaboração para que a transformação econômica da região fosse realizada de maneira mais pacífica [...]”.

Nesse sentido, percebe-se nos comentários de Azzi (1983) que a vinda dos salesianos como missionários era muito mais importante para o progresso industrial. Já que não mais havia a mão de obra escrava, era natural para o governo brasileiro que se integrasse a população indígena ao projeto de expansão industrial, satisfazendo as classes dominantes que dirigiam a nação. Tal fato vem de encontro à analogia de que, no que diz respeito ao sistema educacional privado o poder não deve ser visto como uma via de mão única, pois muitas das vezes tais sistemas devem ser tidos como vias de mão dupla que geralmente se chocam para um suprir as necessidades do outro.

Acreditavam as autoridades governamentais que a força da catequese salesiana, cujas ações pelos outros países tornaram-se conhecidas, seria a solução para a civilização da colônia indígena, pois, de acordo com o Bispo Carlos D’Amour, que escrevera uma carta à Congregação de Dom Bosco, todos os recursos empregados para tal finalidade não apresentaram resultados. Afirmava o Bispo que os sacrifícios e as despesas para a catequese eram maiores do que a civilização dos indígenas deveria consumir, conforme comentários de Azzi (1983).

Como havia possibilidades de ataques indígenas, a indústria agrícola da região vivia ameaçada. Nesse caso, a catequese seria um recurso decisivo, já que os valores culturais dos povos não eram valorizados na época, optando-se por uma colonização destrutiva, conforme a antropologia cultural definiu nas últimas décadas.

Portanto, os missionários europeus, ao assimilarem esse pensamento e se adaptarem à idéia de integração do índio ao procedimento de civilização pela catequese, deixaram que se perdessem os valores culturais regionais que deveriam ter sido preservados contra a destruição conseqüente da colonização.

Tudo foi feito em benefício da Nação brasileira. Desta forma, a ação missionária salesiana deu-se sob a luz dos interesses burgueses, ou seja, a catequização dos índios como instrumento intermediando a formação de possível mão de obra, em substituição ao trabalho escravo extinto.

As oficinas de Artes ou Ofícios e escolas agrícolas foram obras de Dom Bosco, como medida preventiva que pudesse garantir a cidadania de meninos desamparados. Esta iniciativa concretizada, a princípio, em São Paulo e Niterói, espalhou-se pelos estados brasileiros. De todas as unidades fundadas no território nacional, a mais relevante foi no ano de 1896, em Minas Gerais, pelos imensos benefícios proporcionados aos jovens alunos.

A educação escolar salesiana tornou-se gradativamente importante, e um dos motivos dessa ascensão foi a contraposição das escolas de Dom Bosco ao ensino escolar protestante e à laicidade da educação propagada pelo pensamento liberal. Permeando o ensino profissionalizante, os salesianos já ministravam aulas do curso primário e secundário para a classe média. Portanto, a promoção do ensino acadêmico no âmbito da escola salesiana foi uma ocorrência que evoluiu com a preparação de alunos para os cursos superiores.

Neste sentido, a escola desviava-se, parcialmente, da meta primeva traçada por Dom Bosco e o interesse pelo progresso do ensino acadêmico tornou-se uma prioridade para os colégios. No início do século XX, a Escola Salesiana passou a investir todo o seu capital financeiro e humano nos cursos acadêmicos, enquanto as demais atividades escolares (ofícios, artes e escola agrícola) decaíram, como descreve Azzi (1983). O desenvolvimento industrial e as exigências de mercado dariam um novo rumo à educação e ao ensino profissional.

A massa popular tornou-se mais heterogênea, diferente da formação composta pelos agregados das fazendas e dos pequenos comerciantes e operários no espaço urbano, além de ser mais complexa do que a sociedade escravocrata. Havia uma pequena burguesia, uma camada média formada pelos letrados, intelectuais e padres, a classe militar adquirindo prestígio, uma burguesia industrial emergente e os emigrantes que podiam ser classificados

quanto às suas atividades: os que trabalhavam nas lavouras e os que ocupavam os cargos executivos, geralmente ocupados pela classe média. Havia ainda o contingente de ex-escravos. Tudo isto exerceria, em breve, a pressão sobre a instituição escolar⁵¹ que, até aquele momento, era fundamentada no princípio da dualidade social. Partindo daí, surgiram as tentativas de reformas malogradas no setor da educação⁵².

2.3 Do Período de Pós-Conflitos Mundiais ao Governo de João Goulart

Sendo a pioneira no desenvolvimento industrial no século XVIII, a Inglaterra, principalmente durante o reinado da Rainha Vitória (1837/1901), dominou a era do progresso econômico e tecnológico, da expansão colonial, das lutas e conquistas de direitos dos trabalhadores, foi mundialmente hegemônica no século XIX. Neste sentido, a busca por novas áreas de colonização e de comercialização da produção industrial massiva, provocou a concorrência entre os países potenciais que, com a liberalização industrial e comercial aumentaram sua produtividade, dando origem a conflitos que terminaram por eclodir a Primeira Grande Guerra Mundial (1914/1918).

Para Costa e Mello (1999), durante a Primeira Grande Guerra, houve dificuldades no setor de importação que facilitaram o crescimento industrial, principalmente entre o Rio de Janeiro e São Paulo que formavam um eixo. Esta foi a razão da explosão demográfica urbana, fator que era contrário à política oligárquica da República Velha.

Após a Grande Guerra, grandes transformações ocorreram no mundo. A agricultura européia foi arrasada e o processo industrial foi interrompido. Assim, os países europeus passaram a depender dos Estados Unidos para a organização econômica e para abastecimento de gêneros alimentícios. No Brasil adotou-se uma política de substituição de importação, fato

⁵¹ Saviani (2007) explica que a institucionalização da educação corresponde ao surgimento da sociedade de classes que são conseqüentes da divisão de trabalho. Com a distinção de classes, a educação que era uma ação espontânea, tornou-se também dividida. Portanto, tem-se a educação para a classe dominante e a educação das classes dominadas, estando aí a origem de escola, termo de origem grega que significa “lugar de ócio”.

⁵² Uma delas foi a de Benjamim Constant em 1892, que tinha princípios orientadores fundamentados na liberdade e na laicidade do ensino, e na gratuidade da escola primária, que eram constitucionais. Uma das intenções desta Reforma seria a formação de alunos para os cursos superiores e não apenas sua preparação. Outra intenção era substituir a predominância literária pela científica. No que se refere à elite, havia receio de que a reforma em questão pudesse corromper o sistema de formação dos jovens que se mantinha dentro dos padrões da antiga aristocracia rural. A reforma de Benjamim Constant (assim como as demais que vieram a seguir) não conseguiu uma construção pedagógica que levasse em conta a realidade local em determinado momento (NAGLE, 1976).

que provocou grande impulso no setor industrial. No entanto, estas transformações foram mais enfáticas em algumas regiões brasileiras e quase nada em outras. A nova civilização urbano-industrial ditou novos paradigmas culturais com aspectos nacionalistas, reformulando valores sociais e alcançando a educação escolar. Assim nasceu o entusiasmo escolar e o conseqüente otimismo pedagógico.

O conceito de educação nas primeiras décadas do século XX, segundo Nagle (1976), apresenta-se como entusiasmo pela educação e como otimismo pedagógico; o primeiro, enfatizando o potencial da educação escolar como conseqüência do progresso e civilização e, o segundo, como um instrumento reformador através de um modelo educacional que fosse estruturado numa pedagogia de formação do cidadão. O ensino em vigor até então, tinha as características jesuíticas e seu plano de estudos, *Ratio Studiorum*,⁵³ que sistematizou o ensino escolar da Igreja Católica no Brasil até o século XIX.

Para Dewey (1979), o ensino deveria ser direcionado pela ação, sem considerar a instrução, diferente das pedagogias defensoras de uma educação voltada para a instrução e adestramento do sujeito, servindo aos interesses sociais. A escola nova deu uma nova conotação à educação através da criação de métodos ativos e, de 1907 a 1918, período preparatório, alcançou maturidade para, a partir de 1920 ganhar maior difusão, adquiria as dimensões universais na última década do século XX.

No entanto, os conflitos e lutas ideológicas no setor educacional permaneceram em plano secundário com a Revolução de 30, originada pela Política do Café com Leite praticada, e que deu espaços para o estabelecimento do Estado Novo em 1937⁵⁴.

Ao lançar um candidato à sucessão presidencial, o Governador de São Paulo, o candidato Julio Prestes, o Presidente Washington Luís rompeu as normas da política em questão, gerando revolta em Minas Gerais.

Assim, o Estado de Minas aliou-se ao Rio Grande do Sul e apoiou Getúlio Vargas através da criação da Aliança Nacional Liberal. Júlio Prestes venceu as eleições, mas não

⁵³ *Ratio Studiorum* é um documento que descreve a metodologia educacional e cultural jesuítica, cuja redação foi iniciada em 1545 e definida em 1599 pelo padre-geral da Companhia de Jesus Cláudio Acquaviva, que, ao publicar a versão definitiva fez destruírem as versões anteriores que considerava obsoletas. O nome original do texto era “Método e Organização dos Estudos nos Colégios da Companhia de Jesus”, para Zagheni(1999). Os jesuítas não acompanharam as mudanças que geravam novas exigências dentro de uma nova realidade. Eram reacionários, enquanto outras instituições educadoras adaptavam-se aos novos tempos com maior flexibilidade, diante da evolução das ciências exatas que se desenvolviam com Cristiano Huygens, Colbert, Denis Papin entre outros, conforme Rogier e Sauvigny (1971).

⁵⁴ -“Política do Café-Com-Leite” é o nome pelo qual ficou conhecido o sistema de revezamento do Poder Nacional, em vigor na República Velha, entre os Estados de Minas Gerais e de São Paulo; o primeiro, com maior potencial econômico devido à produção de leite e, o segundo, por ser o maior centro eleitoral brasileiro e o maior produtor de café do território nacional.

assumiu a Presidência, pois foi impedido pelo movimento revolucionário de 1930 que eclodiu em Porto Alegre, levando Getúlio Vargas ao poder, como relatam Costa e Mello (1999).

Havia facções partidárias a favor e contra o Governo de Vargas: os tenentistas desejavam a continuidade de Vargas no poder e a corrente constitucionalista de São Paulo, movimento reivindicando uma constituição e a descentralização do poder que daria autonomia maior aos Estados, mas com tendências aos interesses da classe latifundiária. Houve separação entre os tenentistas e constitucionalistas e, como a Constituição de 1934 não atendeu às reivindicações dos paulistas, os tenentistas fragilizaram-se.

Tal Constituição trouxe novas legislações sobre a educação, informa Moura (2000), com diversos dispositivos importantes, incluindo:

- O Decreto nº 19.350/11 de Março de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação;
- O Decreto 19.351/11 de Abril de 1931, que criou o Estatuto das Universidades Brasileiras;
- O Decreto 18.890/18 de Abril de 1931, que deu nova estruturação ao ensino secundário;
- O Decreto 20.158/10 de Julho de 1931, que reestruturou o ensino comercial.

Tendo sido abolido das escolas em Constituições anteriores, o ensino religioso foi instituído pelo Governo Provisório como ensino facultativo nas escolas oficiais dos cursos primário, secundário e normal, opção que poderia ser feita no momento da matrícula. Esta disposição constitucional causou situações polêmicas entre os reestruturadores do ensino escolar, cujos programas defendiam a laicização do ensino e os educadores católicos que reivindicavam a prática da política escolar da Igreja que incluía o ensino religioso em escolas públicas, segundo Moura (2000).

Para Nagle (1983), o escolanovismo valorizou o ensino experimental ou prático mais do que as doutrinas teóricas que deveriam ser memorizadas. Assim, eram estimulados os métodos investigativos, levando o aluno a observar o objeto da aprendizagem, interagindo com ele.

Por este novo caminho de aprendizagem, poderia ser atingida a condição de civilidade que se desejava para o homem que pertencia a um país em busca de ser uma das grandes nações do mundo. A partir dessas idéias da escola nova, a preocupação com a reforma do ensino acentuou-se, porque a instrução passou a ser valorizada como alavanca do desenvolvimento nacional.

Romanelli (1978) refere-se às atuações do Governo Provisório (entre 1930 e 1937) e as ideologias do regime político, à realidade da economia em crise, à Reforma educacional com a escola nova e ao Manifesto dos Pioneiros, da Educação Nova (cuja doutrina defendia a coerência do ensino escolar com a realidade brasileira no ritmo de desenvolvimento) que trouxe os princípios para a Reforma Francisco Campos.⁵⁵

O Movimento da Escola Nova iniciado na Europa e Estados Unidos, já era o tema de diversos livros divulgados no Brasil que foram seguidos pelas diversas propostas de reformas nacionais do ensino⁵⁶.

[...] Era, portanto, o movimento renovador que iria ter na ABE seu órgão representativo e seu centro divulgador. Era também o começo de uma luta ideológica que iria culminar na publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional em 1932, e nas lutas travadas mais tarde em torno do projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (ROMANELLI, 1978: p. 131).

O momento era crítico e ainda confuso, com diversas reformas propostas com doutrinas diferentes e incompletas, mobilizando polêmicas. A Reforma Francisco Campos atingiu com profundidade as estruturas educacionais e foi imposta em todo o território brasileiro. Sua proposta envolveu o ensino secundário⁵⁷, comercial e superior⁵⁸.

A reforma envolveu também as questões de gênero, apregoando a igualdade de condições e oportunidades educacionais para ambos os sexos. A constituição do ensino público colocaria em risco a frequência às escolas particulares, além de abrir espaços para a educação de todas as camadas sociais, ameaçando os privilégios e a prioridade da elite à educação.

⁵⁵ Romanelli (1978:p.131/141) comenta que a reforma Francisco Campos foi considerada uma grande reforma, teoricamente; teve o mérito de proporcionar uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior (aparecimento das Universidades no Brasil), atingindo significativamente, pela primeira vez, a estrutura do ensino imposta no território nacional, dando início a uma ação objetiva do Estado em relação à Educação, inovando o sistema escolar refletindo uma realidade sócio-política também nova.

⁵⁶ Entre as diversas, podem-se citar, de acordo com Romanelli: Sampaio Dória (1920, em São Paulo); Carneiro Leão (1922 a 1928, em Pernambuco e Distrito Federal); Francisco Campos (1927 e 1928, em Minas Gerais); Fernando Azevedo (1928, no Distrito Federal); Anísio Teixeira, (1928, na Bahia).

⁵⁷ O ensino secundário daria formação básica geral e preparatória para o curso superior. Foi estruturada como curso propedêutico. Pela reforma, foi dividido em dois ciclos: um de cinco anos e outro de 2 anos complementares, que preparavam o aluno para a Universidade (ROMANELLI, 1976).

⁵⁸ Quanto ao ensino superior, ainda que tenha sido criado no século XIX (1808 a 1821, com a permanência da família real no Brasil), somente em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro pela determinação do governo Epitácio Pessoa, com a agregação de três escolas: Faculdade de Direito, de Medicina e Escola Politécnica (Decreto nº 14.343/1920); A Universidade do Paraná, criada em 1912, não fora reconhecida pelo Governo Federal, já que o Decreto-Lei nº 11.530/1915 determinava a criação de Universidades somente em cidades com mais de 100.000 habitantes.

Assim, a Igreja mantinha-se reacionária em sua tese e o movimento renovador, do outro lado, continha idéias liberais. Dentro deste contexto conflitante, o Movimento dos Pioneiros decidiu publicar seus princípios em 1932, representando o apogeu das lutas ideológicas dos reformadores, conquanto os debates tenham persistido até 1937, reduzindo-se as discussões somente com a implantação do Estado Novo.

O Manifesto dos Pioneiros, de um lado propunha, com convicção, uma concepção avançada da educação caminhando paralela ao desenvolvimento e com a realidade do momento: “[...] uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida (...)” e, de outro, mantinha-se no campo do romantismo do século XIX, ao colocar os problemas educacionais como consequência da falta de uma filosofia de vida por parte dos educadores, isto é, de acordo com ideologias românticas e não condizentes com o momento atual (ROMANELLI, 1976: p.146).

Mas a educação era um problema de ordem social, segundo o Manifesto, ao enfatizar sua ideologia que se opunha à educação como um privilégio de classes, defendendo o direito de todos à escolaridade e clamando os deveres do Estado em garantir tais direitos-cidadãos através da escola pública, obrigatória e laica. O Manifesto influenciou na elaboração das Constituições de 1934 e de 1937, sendo esta última elaborada por Francisco Campos.

Destacam-se dois aspectos importantes, nestas duas Constituições, relacionados à educação: em 1934, impôs a educação como dever do Estado; em 1937, limitaram-se as matrículas à capacidade didática da instituição de ensino, pressupondo-se a contenção da expansão do ensino; oficializou o ensino profissionalizante como um ensino vocacional destinado aos pobres, aspecto que potencializou a discriminação social no âmbito escolar.

Também o industrialismo ficou sem incentivos, pois o novo Governo não manifestava nenhuma tendência contra ou a favor nesse sentido. Sua atitude, nesse aspecto, era imprecisa. Romanelli comenta que o posicionamento incerto de Vargas permaneceu assim, enquanto o apoio das forças armadas não se definia a favor de seu governo. Este comportamento resultou em movimentos revolucionários em 1935, que deram ao Governo o motivo para o Golpe de Estado em 1937 que o levou à condição de ditador. Assim, teve início o Estado Novo, com Vargas no poder, apoiado pelas Forças Armadas.

Implantando logo de início uma nova Carta constitucional, conhecida como Polaca⁵⁹, como descrevem Costa e Mello, (1999), concentrando todo o poder político nas mãos do

⁵⁹ A Carta Constitucional de 1937 (outorgada por Francisco Campos) ficou conhecida como “polaca”, por ter sido inspirada na Constituição Polonesa, com características fascistas, que centralizava o poder e amplas

Governo Federal. Fecharam-se o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais, as Câmaras Municipais, dissolveram-se os partidos políticos pelo decreto-lei nº37, e o sistema judiciário passou às mãos do Poder Executivo.

Os governantes estaduais, nomeados pelo Governo Federal, designavam os prefeitos municipais. A Polícia Especial exercia a disciplina e os veículos de comunicação foram mantidos sob o controle do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP.

A Constituição de 1937 reafirmou os fundamentos já explícitos pelo Governo, permanecendo o clima separatista entre Igreja e Estado, mas com subsídios do Estado pelo bem comum, ficando determinado que o ensino religioso seria incluído no horário escolar, selando assim as relações entre o Governo e a Igreja. O Governo instituía o ensino público sob a responsabilidade da Nação, do Estado e dos Municípios, em todos os graus de escolaridade, para o cidadão que não tivesse condições econômicas à altura de se manter em escolas pagas.

Ficou determinado também que o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes desfavorecidas, seria dever do Estado. A Igreja Católica logrou êxito em seu empreendimento no campo educacional. Nesse período pós-revolucionário, diversas congregações instaladas no Brasil assumiram seus papéis no contexto educacional e, embora houvesse poucas escolas primárias em 1931, a maioria das escolas secundárias era católica.

Desta forma, a reforma, conquanto fosse reconhecida e aprovada, continuou sendo seletiva, ou seja, de acordo com os conceitos discriminadores e aristocráticos, coerentes com a sociedade manipuladora da época.

No âmbito da educação e do desenvolvimento, houve um descompasso entre a expansão do ensino e as necessidades ditadas pelo desenvolvimento, ocorrendo um crescimento no setor educacional devido às pressões do desenvolvimento acelerado. No entanto, a expansão escolar deu-se quantitativamente⁶⁰ (entusiasmo pedagógico), mas perdeu a qualidade⁶¹ (otimismo pedagógico), pois seu crescimento deu-se em sentido contrário à realidade do desenvolvimento brasileiro, que segundo Romanelli, tornou o ensino defasado.

atribuições ao poder Executivo que exercia, também, o Poder Legislativo. Além disto, suprimia o federalismo e substituíra os governadores por interventores que eram indicados por Vargas (COSTA E MELO, 1999)

⁶⁰ Neste sentido, o rendimento do sistema escolar é caracterizado pelo atendimento à demanda social pela educação em quantidade, atendendo às necessidades do mercado de trabalho pelo desenvolvimento econômico (ROMANELLI, 1978: p.69).

⁶¹ Refere-se ao rendimento qualitativo da educação escolar; se o setor econômico deixa de exigir qualificação para mão de obra, o rendimento qualitativo limita-se à capacidade de a escola oferecer qualificação de forma adequada. Segundo o mesmo autor, “a educação é tida como fator de desenvolvimento e, como tal, não corresponde às necessidades quantitativas da demanda, mas principalmente, cria e orienta a demanda.”(IBID).

A organização do ensino, através da legislação do setor educacional, tornou-se contraditória com o desenvolvimento brasileiro sob a influência das camadas hegemônicas. A legislação do ensino impôs à sociedade o que as esferas sociais dominantes determinavam, permitindo que o sistema conservador na educação permanecesse. Portanto, o ensino acadêmico continuou superior ao ensino profissionalizante.

A Igreja, nesse período descrito, contribuiu significativamente no setor educacional e social, sendo a pioneira na criação e introdução do serviço social no Brasil e das primeiras escolas de Serviço Social. A Escola de Serviço Social de São Paulo foi fundada em 1937.

Em 1943, no Rio de Janeiro, criava-se a Escola de Serviço Social para o sexo masculino, pelas Faculdades Católicas, a associação civil que seria mantenedora da futura PUC – Pontifícia Universidade Católica. Essa rede estendeu-se por outros Estados do Brasil, somando, entre 1931 a 1945, duzentos e doze instituições católicas de ensino, segundo Moura, (2000). Diversas ordens religiosas instaladas no Brasil dedicaram-se à educação: os Carmelitas, Jesuítas, os Maristas, as Religiosas Angélicas de São Paulo, a Congregação das Irmãs Marcelinas, Congregação Santa Dorotéia do Brasil.

A Congregação dos Salesianos fundou entre 1931 e 1945 cerca de 27 colégios espalhados pelo território brasileiro, de variados níveis, isto é, desde ensino infantil ao profissionalizante. Saviani (2004) descreve que o período compreendido entre os anos 1930 e 1945 foi caracterizado pelo equilíbrio entre o ensino católico e os pioneiros da educação nova. O desenvolvimento econômico em fase áurea colocou a escola de acordo com as necessidades do mercado de trabalho (produtivismo e tecnicismo).

Com a crescente expansão industrial, a Confederação Nacional das Indústrias organizou um convênio com as indústrias, criando-se, pelo Decreto Lei 4.048/1942, o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- com o objetivo de implementar e administrar escolas de aprendizagem industrial em toda a nação que, além de aplicar os cursos rápidos de aprendizagem, deveria oferecer preparação dos aprendizes menores das indústrias os cursos de formação e continuados para os trabalhadores não sujeitos à aprendizagem, conforme explica Romanelli (1978).

O SENAI seria legalmente organizado e administrado pela Confederação Nacional das Indústrias. Em 1946, criou-se o **SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, com a mesma estrutura do **SENAI**, com a única diferença de ser adequado à preparação dos trabalhadores para o setor comercial, sendo administrado pela Confederação Nacional do Comércio.

O Governo Dutra substituiu Vargas em 1945 e logo em seguida em 1946, foi assinado o Decreto-Lei 8.681/46, pelo qual a Universidade Católica do Rio de Janeiro foi reconhecida, a primeira universidade particular a ser reconhecida no país. Nesse período foi fundada a Universidade Católica de São Paulo, tornando-se, juntamente com a do Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica – PUC, em 1947.

A nova Constituição de 1946 estabeleceu em seu Art.171 que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam organizar o seu sistema de ensino, tendo subvenção da União para o seu desenvolvimento, mas com a própria União mantendo a legislação sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sem isentar os Estados da responsabilidade de complementar essa legislação da política educacional que estava sendo criada.

No que se relaciona à educação, estabelecida: viu-se a obrigação dos proprietários rurais de facilitar às crianças em idade escolar residentes em sua propriedade, a frequência à escola primária e, se necessário, a instalação de escolas públicas primárias nessas propriedades; o provimento e a organização da carreira do magistério; a elaboração de um plano educacional para o Estado e a integração no mesmo da educação pelo rádio e pelo cinema, das bibliotecas escolares, da educação física, do ensino cívico e dos cursos noturnos de educação popular; a instalação obrigatória de uma biblioteca municipal de livros escolares e recreativos nos municípios onde houvesse pelo menos dois grupos escolares ou um instituto de ensino secundário; a instituição de um Conselho Técnico de Educação e Cultura, como órgão de cooperação ao governo; garantia de prioridade de matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino dos filhos de família de prole numerosa; a instituição do Fundo de Educação e Assistência Social a ser regulamentado em lei complementar.

Reconhecendo o direito à educação, a Constituição de 1946 trazia em seu Parágrafo 2º, Inciso II:

O serviço de educação compreenderá todas as questões relativas ao desenvolvimento do sistema de ensino que o Estado adotar, abrangendo o ensino técnico-profissional, a educação pelo rádio e cinema, as bibliotecas escolares, o ensino cívico, os cursos noturnos de instrução popular, a educação física, e incentivará, por intermédio dos órgãos próprios a prática dos desportos, prestando-lhes o auxílio material necessário.

Nesse mesmo espaço de tempo, ou seja, de 1946 a 1961, a política governamental do Brasil passou por alguns momentos agitados. Vargas subiu ao Palácio do Governo, desta vez pela escolha do povo através de eleições, em 1951, sucedendo ao Presidente Dutra. A política econômica do Governo Vargas teve bases no desenvolvimento industrial e na contenção de privilégios concedidos ao capital estrangeiro e, para lograr êxito, o salário dos trabalhadores

foi reduzido, causando insatisfação popular e geração de greves, de acordo com Costa e Melo (1999).

As classes hegemônicas em seus diversos setores e com seus interesses abalados pela economia deram origem à crise política. Foi nesse impasse que o Governo Vargas foi coagido a se afastar do poder, suicidando-se em Agosto de 1954. Tomou posse o Vice Presidente Café Filho que foi substituído por Juscelino Kubitschek, eleito em 1956; Jânio Quadros foi eleito em 1961, destacam Costa e Melo, (1999), ano da promulgação da LDB, segundo explica Moura, (2000).

Entre esses acontecimentos, destaca-se o Governo de Juscelino Kubitschek, cujo lema era “Cinquenta anos de progresso em cinco de governo” (Costa e Mello, 1999; p. 341). Foi dinâmico com sua política econômica elaborada com o Plano de Metas⁶², privilegiando o setor industrial, cuja expansão foi de 80% entre os anos de 1955 e 1961, predominando a produção de bens de capital, tais como a siderurgia, a indústria mecânica e a indústria de material de transporte.

O Plano de Metas de Juscelino baseava-se na realização de investimentos diretos, sempre tendo à frente a emissão monetária que causou inflação e na abertura ao capital estrangeiro, resultando na expansão e consolidação de um capitalismo dependente. Assim abriram-se os espaços para as multinacionais no controle industrial, cujos lucros eram enviados para o exterior. Segundo Costa e Mello (1999, p. 341): “O processo de industrialização passava a desenvolver-se em torno de empresas estrangeiras, vinculando o capital nacional aos seus interesses e flutuações.”

A cidade de Uberlândia foi grandemente favorecida pelo governo de Juscelino, com o planejamento da construção da nova capital em Brasília, na década de 50, tornando a um marco obrigatório do triplo cruzamento do norte, nordeste e sul com a região Centro-Oeste brasileiro.

O Triângulo Mineiro é uma região-chave para o chamado Corredor Centro-Leste, que se inicia com a produção de grãos em Mato Grosso e termina nos portos de Vitória, Rio de Janeiro e Santos. Uberlândia é um dos municípios principais dessa rota, sendo reconhecido nacionalmente como centro atacadista e distribuidor.

Neste contexto de desenvolvimento, o legado pedagógico de Dom Bosco e de Madre Mazzarello, inspirado nos valores cristãos e caracterizado pelo paradigma de educar pelo

⁶² A partir da idéia de *planejar para desenvolver*, foi criado o Plano de Metas, extensivo a todas as áreas de atuação do Estado. A educação, segundo a Meta 30, definia-se como formadora de técnicos. As idéias de modificação no contexto educacional, não criaram polêmicas quanto aos aspectos de produtividade, sendo apenas vinculada ao desenvolvimento, segundo Cardoso (1978).

amor mediante o prisma da reciprocidade, encontrou um vasto e propício campo para manifestação de seus anseios, pois, com tal crescimento e aumento populacional, o número de alunos sem escola também aumentou, principalmente entre os filhos das classes mais favorecidas que tinham condição de pagar por uma realidade escolar particular.

Até 1964 e o advento do Sistema Militar de Governo no Brasil, muitos acontecimentos marcaram a história. Ao final do Governo Juscelino em 1960, Jânio Quadros assumiu a presidência, tendo ao seu lado João Goulart como Vice-Presidente. Ao assumir o poder, Jânio Quadros viu-se diante de um país vivendo uma situação inflacionária grave, com uma grande dívida externa.

Para não recorrer aos Estados Unidos, o Ministério de Relações Exteriores estabeleceu contatos mais próximos com países socialistas, com a intenção de ampliar o mercado de consumo estrangeiro de produtos brasileiros, atos que geraram a reação de oposição ao seu governo.

Preocupados com as consequências das inter-relações com os países socialistas, a oposição acusou o Presidente de um possível golpe de estado. Jânio Quadros renunciou ao poder sete meses após sua posse, gerando uma crise política, conforme dados históricos relatados por Costa e Mello (1999).

Foi instituído um sistema parlamentarista que limitava o poder executivo, condição imposta para que João Goulart (popularmente chamado e conhecido como Jango) assumisse a sucessão presidencial, mas tal sistema foi derrubado pelo plebiscito realizado durante a gestão de Jango. No entanto, a política econômica de João Goulart desagradou a classe empresarial e a sociedade que viam seus interesses contrariados.⁶³

Em 31 de Março de 1964, os militares depuseram João Goulart (que foi exilado para o Uruguai) e tomaram o poder, com o apoio do Estado de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, que reprimiram greves e outras manifestações civis, instaurando-se, assim, a República Militar.

⁶³ A política de Jango incluía: reforma agrária com divisão dos latifúndios; reforma eleitoral que permitia o voto do analfabeto; reforma universitária que solicitava maior número de vagas nas faculdades públicas para a classe popular; elaborou leis que limitavam a remessa de lucros para o exterior; punindo o abuso de poder econômico etc., gerando descontentamento para as classes empresariais. Aplaudido pela massa popular, Jango viu-se obrigado a seguir com seus planos de expansão econômica. Assim, anunciou num comício em 13 de Março de 1964, diante de 300 mil trabalhadores, a nacionalização das refinarias de petróleo e a desapropriação de terras nas marginais das ferrovias e rodovias das zonas de irrigação de açudes públicos, provocando um movimento liderado pelo empresariado e por grupos conservadores da Igreja, mas organizado pelos militares e civis conservadores, realizando a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, descrevem Costa e Mello (1999).

2.4 A Ditadura Militar e a Educação

Relatam Costa e Melo (1999) que a Revolução 1964 marcou o início de outro momento histórico brasileiro. A situação sociopolítica mostrava-se caótica, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, abrindo espaços para o Golpe Militar. Com o apoio dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Guanabara, o General Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército brasileiro, liderou o movimento revolucionário que destituía o sistema político democrático em favor da Ditadura Militar.

Irmã Jussy Azevedo comenta que, no início do período militar, as Irmãs tiveram que tomar partido do movimento sob a ameaça de que a Igreja Católica, diante da opressão comunista, somente seria defendida pelos militares e que apenas o poder da Ditadura poderia contornar a situação, que segundo elas entendiam, seria bem pior. Porém, o regime militar se mostrou com outras máscaras e até mesmo as instituições católicas passaram a ser investigadas como sendo formadoras de opinião contrária ao sistema estabelecido. Irmã Jussy assim comenta:

[...] a revolução, acho que a gente tinha que escolher, tinha que ser a Ditadura ou Comunismo [...] só que depois os militares levaram para o lado errado, não tinha sentido a opressão que eles fizeram, não precisava daquilo[...] nossas escolas passaram a ser vigiadas e fiscalizadas pela equipe do governo[...] alguns alunos punidos pelo sistema.

Moura (2000) explica que o Alto Comando Revolucionário alterou a Constituição de 1946 e a eleição presidencial passou a ser realizada pela maioria do Congresso Nacional. O então Marechal Castello Branco foi escolhido como Presidente do Brasil em Abril de 1964 e, em 1967, foi promulgada a nova Constituição Federal.

Com certa concentração de poderes em suas mãos, Castello Branco sustentou-se nos ‘atos institucionais’ e, algumas vezes governando por decretos, privou de seus direitos políticos mais de 3.000 dirigentes civis pertencentes a quase todos os setores de atividades do país, entre os quais incluiu os ex-presidentes João Goulart, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, acusados de subversão, ou pelo menos de oposição aos propósitos da revolução de 1964. [...]” COSTA e MELLO, 1999; p. 351.

Com o golpe militar em 1964, foram estabelecidos diversos Atos Institucionais de repressão à liberdade de expressão popular pelo governo militar, bem como a outros direitos assegurados na Constituição de 1946, mantendo a Carta Magna vigente em tudo o que não

significasse conflito no sistema governamental naquele momento. Em 07 de Dezembro de 1966, através do Ato Institucional nº 1, o Congresso Nacional foi convocado para discutir, votar e promulgar uma nova Constituição, baseado em projeto apresentado pelo Presidente da República. Em 24 de Janeiro do ano seguinte foi promulgada a Constituição Federal que entrou em vigor em 15 de Março de 1967.

A preocupação fundamental dessa nova constituição foi a segurança nacional, aumentando os poderes relativos à União e ao Presidente da República e limitações da autonomia individual, tentando manter o texto constitucional de 1946 e minimizar a arbitrariedade dos Atos Institucionais (mas sem evitar o estabelecimento do AI 5 em 1968 que alterou a Constituição promulgada em 1967).

A Emenda Constitucional de Outubro de 1969 afirmou ser a educação um direito de todos e dever do Estado, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino aos jovens com idade de 07 aos 14 anos e a gratuidade nos estabelecimentos oficiais. Afirmou-se a educação como o primeiro e mais importante de todos os direitos sociais e como valor de cidadania e dignidade individual.

O Marechal Costa e Silva (1967/1969) assumiu a presidência em 1968, instituindo o AI-1, órgão repressivo que manteve o controle do Governo Militar e deteve todo e qualquer movimento de oposição, punindo todos os suspeitos de insurreição contra o sistema de governo. Diversos setores de apoio ao regime militar começaram a divergir do sistema, diante das promessas de democratização da política brasileira, quando tudo indicava que os militares não pretendiam deixar o poder.

O AI-1 era a força do Executivo e enfraquecimento do Congresso Nacional; nesse contexto, os poderes do Legislativo foram assumidos pelo Executivo, fato que confirma o Governo Militar como um regime autoritário. Assim, era dado ao Presidente o direito de alterar a Constituição com emendas, além da exclusividade para legislar no campo financeiro ou orçamentário e o poder de decretar estado de sítio, deixando o Legislativo como um setor subordinado a aprovar ou não as iniciativas presidenciais em prazos pré-determinados pelo próprio Executivo, segundo Germano (2000).

Assim, era função do Congresso: discutir as emendas constitucionais sugeridas pelo Executivo em 30 ou 40 dias, cuja recusa somente seria aceitável quando a maioria do Congresso assim votasse; aprovar ou não o decreto de estado de sítio, já que se tratava de uma prerrogativa transferida do Poder Legislativo para o Executivo, somente no que se relacionava ao período de vigência

Segundo Germano, o AI-1 foi somente o início da montagem ditatorial e os AI que se seguiram transformaram-se em regras ou normalidades constitucionais. “[...] Isso sobretudo a partir da Constituição imposta pelo Executivo em 1967, do AI-5 de 1968 e da Emenda Constitucional de 1969, elaborada pela Junta Militar, a qual incorporou de forma definitiva, os dispositivos ditatoriais contidos nos citados Atos Institucionais” (1995: p.58).

Preparava-se a Constituição que substituiria a anterior: a Constituição de 1967⁶⁴ que ratificava o poder do Executivo e dos AI-1 e do AI-2⁶⁵.

Uma de suas disposições foi relativa à legalização do trabalho do menor a partir de 12 anos, com conseqüências sociais e econômicas, contribuindo para a redução de um grande número de crianças na escola, além de oferecer uma força de trabalho barata, já que o salário do menor seria inferior do percebido pelos adultos, comenta Germano (2000).

Toda a esquerda se opunha à ditadura militar e a maior das formações esquerdistas adotou a luta armada, praticando atos como atentados com bombas e armas de fogo, assaltos a bancos, seqüestros de diplomatas e aviões, entre outros atos de violência. Por esta razão,

É perda de tempo discutir a responsabilidade de quem atirou primeiro. A violência original é do opressor, porque inexistente a opressão sem violência cotidiana [...]. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta (GORENDER, 1987: p. 235).

Criado o AI5, os atos de repressão em nome do Governo intensificaram-se, e o Congresso Nacional foi fechado, ampliando os poderes do Executivo sobre o Legislativo. As punições tornaram-se extremamente violentas. O AI-5 tornou-se permanente como uma

⁶⁴. Com o golpe militar em 1964, foram estabelecidos diversos Atos Institucionais de repressão à liberdade de expressão popular pelo governo militar, bem como a outros direitos assegurados na Constituição de 1946, mantendo a Carta Magna vigente em tudo o que não significasse conflito no sistema governamental naquele momento. Em 7 de Dezembro de 1966, através do Ato Institucional nº 4, o Congresso Nacional foi convocado para discutir, votar e promulgar uma nova Constituição, baseado em projeto apresentado pelo Presidente da República. Em 24 de Janeiro do ano seguinte foi promulgada a Constituição Federal que entrou em vigor em 15 de Março de 1967. A preocupação fundamental dessa nova constituição foi a segurança nacional, aumentando os poderes relativos à União e ao Presidente da República e limitações da autonomia individual, tentando manter o texto constitucional de 1946 e minimizar a arbitrariedade dos Atos Institucionais (mas sem evitar o estabelecimento do AI 5 em 1968 que alterou a Constituição promulgada em 1967). A Emenda Constitucional de Outubro de 1969, afirmou ser a educação um direito de todos e dever do Estado, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino aos jovens com idade de 07 aos 14 anos e a gratuidade nos estabelecimentos oficiais. Afirmou-se a Educação como o primeiro e mais importante de todos os direitos sociais e como valor de cidadania e dignidade individual. Somente a Constituição de 1988 aperfeiçoou o texto que especifica a gratuidade do ensino às crianças e jovens entre 07 e 14 anos, estendendo a possibilidade de gratuidade para além da faixa etária estabelecida (Art. 208, Inciso I).

⁶⁵ O AI-2 conferia ao Executivo o poder de executar cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos por 10 anos, além de instituir que os cargos de presidência e vice-presidência seriam decididos por vias indiretas, através de um colégio eleitoral, sem o voto popular. O AI-3 instituiu as eleições indiretas para governadores que nomeariam os prefeitos e vereadores municipais, segundo Germano (2000).

ameaça pairando sobre qualquer oposição da sociedade civil, transformando todos os cidadãos em inimigos suspeitos do Estado Militar.

O General Emilio Garrastazu Médici (1969/1974) assumiu a presidência, com o afastamento de Costa e Silva por motivos de saúde. Seu governo foi caracterizado por ações mais repressivas do que os seus antecessores e sucessores, utilizando o AI5 sem nenhuma medida de abrandamento, com atos arbitrários de prisão e tortura de pessoas. Aniquilaram-se todos os movimentos esquerdistas. Segundo Germano (2000), Médici manteve a Constituição de 1967, com plenos poderes de alterar o AI-5. Por outro lado, a economia teve um impulso maior⁶⁶, para a satisfação da classe empresarial estrangeira estabelecida no Brasil.

No entanto, Costa e Mello (1999) comentam que o milagre brasileiro foi parcial e que o setor de saúde revelava altos índices de mortalidade infantil, a falta de água em cerca de 1.300 municípios, as crianças na rua somando 10 milhões até 1971 e os 70 milhões de brasileiros desnutridos, demonstravam que o plano econômico não estava dando certo.

Para Germano (2000), o Regime Militar havia fortalecido as disparidades sociais com a concentração de renda, criando uma exclusão social altamente significativa, enquanto acentuava o descompromisso com a educação, o que deu margem para a ampliação da privatização do ensino. Como resultado, somente uma pequena parcela da população teve acesso ao ensino.

A própria Igreja havia apoiado o movimento militar; mas em 1967, grande parte da hierarquia eclesiástica manifestou oposição ao governo, devido aos desmandos dos militares.

A promulgação da Lei 4.024/61 da LBD foi um ato democrático que deu às escolas maior autonomia em sua administração, levando a escola confessional à reorganização. Com a aprovação do *Gravissimum Educationis Momentum* aprovado pelo Concílio Vaticano II, a Igreja Católica viu-se diante de novos desafios em sua meta de educação escolar. Assim, quando a LDB de 1961 foi elaborada, houve tentativa das autoridades oficiais em obter que a Lei determinasse, através de Artigos, a participação da Igreja no processo de educação no Brasil. Desta forma, a transmissão da influência religiosa seria feita através de estruturas civis, com o apoio de determinações legais.

A sociedade reivindicava um sistema educacional nem tão tradicional e nem técnico-desenvolvimentista.

⁶⁶ Com um crescimento variando entre 7% e 13% anuais, tendo sido denominado de “milagre brasileiro”, a mídia proclamava e estimulava a crença numa economia progressiva, com expansão do crédito ao consumidor e mais oportunidades de emprego nas multinacionais instaladas no país. No entanto, diversas camadas populacionais não perceberam esse milagre, pois a realidade socioeconômica revelava o contrário, com as disparidades sociais que apenas cresciam mais (COSTA E MELO, 1999).

O Brasil conheceu sua primeira Lei de Diretrizes e Bases somente em 1961, através da Lei n.º 4.024. A LDB de 1961 foi reformada em 1968, para o ensino superior, através da Lei n.º 5.540 e em 1971, para o ensino básico, através da Lei n.º 5.692.

A Lei de Reforma n.º 5.692, dedicou um capítulo ao ensino supletivo e foi aprovada em 11 de agosto de 1971, substituindo a Lei n.º 4.024/61, reformulando o ensino de 1º e 2º graus. Enquanto a primeira LDB (1961) foi resultado de um processo de debate entre tendências do pensamento educacional brasileiro, levando treze anos para ser editada, a Lei de Reforma n.º 5.692/71 foi elaborada em um prazo de 60 dias, por nove membros indicados pelo então Ministro da Educação Coronel Jarbas Passarinho.

Um dos principais aspectos da LDB foi a garantia de igualdade de tratamento dispensado pelo Poder Público para os estabelecimentos oficiais e particulares; a obrigatoriedade do ensino primário foi prejudicada pelas isenções que a Lei permitia e que, na prática, anulava a sua obrigatoriedade.

A estrutura de ensino não foi alterada: continuava o ensino pré-primário, o primário de 4 anos, o médio nas modalidades: ginásial em 4 anos e colegial em 3 anos e o ensino superior. Outro aspecto importante foi a unificação do sistema escolar, a sua descentralização e a autonomia do Estado para exercer a função educadora e o da distribuição de recursos para a educação.

O Ensino Supletivo, após a LDB de 1971, foi orientado segundo a legislação, no sentido de procurar suprir a escolarização regular daqueles que não tiveram oportunidade antes da idade convencional (07 a 17 anos). Inicialmente, eram feitos exames e cursos. O que até então era o curso "madureza", passou ao controle do Estado, que após redefinição, transformou-se em Exames Supletivos.

A Lei n.º 5692/71 concedeu flexibilidade e autonomia aos Conselhos Estaduais de Educação para normalização do tipo de oferta de cursos supletivos nos respectivos Estados. Para implementar a legislação, a Secretaria Estadual da Educação criou, em 1975, o departamento de Ensino Supletivo em reconhecimento à importância que essa modalidade de ensino vinha assumindo.

A idéia de harmonizar a economia e a pedagogia, permaneceu durante longos anos, com o Estado propondo a educação de massas de baixo custo, visando democratizar a educação e elevar os níveis culturais populacionais cuja qualidade decrescia, de acordo com Haddad (1989).

Ainda no setor da educação, a Igreja Católica teve a gerência do Concílio Vaticano II que ocorreu de 1962 a 1965. Este conclave praticamente procurou apagar tudo o que havia

sido acordado no Concílio Vaticano I (de 1869-1871). O hiper-centralismo papal, quase uma teocracia, deu espaços para um sistema mais próximo a um colegiado, concedendo presença significativa de bispos nos assuntos gerais da Cúria. Estimulou-se a formação de grupos de estudo para a revitalização da circulação das idéias, bem como maior presença de instituições intermediárias entre o corpo de sacerdotes católicos e Roma, como foi o caso da ascensão da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), segundo Moura, (2000).

Como se percebe, o discurso agora era mais flexível e coerente com os avanços sociais. De acordo com Moura (2000), a Declaração sobre a Educação Cristã da Juventude foi um dos documentos aprovados pelo Concílio. Nesse Documento estava inserida a importância da educação para a própria religião cristã, entendendo-se a educação como um bem disponível a todos os seres humanos e como um instrumento de sociabilidade que aproxima os povos na paz e na fraternidade, condição que o ensino escolar pela Igreja afirmava valorizar mais do que a educação laica.

Ficou transparente no Documento comentado que o ato de educar não se prende a conceitos reducionistas, que o transformam na ação simplista de instruir, mas de encaminhar os jovens à maturidade e assunção de responsabilidades sobre seus atos.

Portanto, torna-se necessário que, considerando-se

[...] os progressos da psicologia, pedagogia e didática, as crianças e adolescentes sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmônico das qualidades físicas, morais e intelectuais à aquisição gradual num sentido mais perfeito das responsabilidades da própria vida retamente cultivada [...] na verdadeira liberdade, vencendo os obstáculos [...]. Sejam formados numa educação sexual positiva e prudente, à medida que vão crescendo e [...]de tal modo se preparem para tomar parte da vida social que, devidamente munidos dos instrumentos necessários [...] sejam capazes de inserir-se ativamente nos vários agrupamentos da comunidade humana [...] (CONCÍLIO VATICANO II, 1965: MOURA, 2000, p.153).

Este conceito reflete as condições educacionais que a Igreja Católica adotou como princípios alicerçados no cooperativismo, dialogicidade, confraternização e comunicabilidade, como aspectos a serem desenvolvidos no ser humano e atrelados aos valores éticos e morais que lhe serviram de base estrutural na confecção de seu programa de ensino escolar.

Segundo Moura (2000), com relação à educação o Concílio teve dois pontos primordiais: a educação familiar e a educação escolar. O ato de educar como dever familiar não fica limitado somente ao âmbito familiar, pois a família confia parte da educação dos filhos a outros em quem deposita confiança. Por outro lado, a sociedade possui também deveres e responsabilidades ao definir as estruturas do que se considera como bem comum.

O papel da escola, por sua vez, é extremamente relevante ao cumprir a sua parte na educação dos filhos das famílias que nela confiam. Enquanto desenvolve a intelectualidade do indivíduo, transmite-lhe os conhecimentos herdados das gerações anteriores e promove o sentido dos valores morais e éticos, preparando cada sujeito para a vida social e profissional, além de estimular as relações interpessoais na comunidade escolar.

Portanto, a escola é um ambiente a ser cuidadosamente selecionado pelos pais, pois a instituição escolar tem o dever de suprir as falhas deixadas pela família ou pelos pais, desde que se considere o desejo dos pais. Ficou patente no Documento do Concílio a preocupação da Igreja em adaptar-se à realidade do momento e do pensamento moderno com tendências a constantes transformações.

O Concílio Vaticano II, em seus dezesseis documentos votados e aprovados, demonstrou anuência à liberdade de expressão, de religiosidade e de consciência e, a Declaração sobre a Educação Cristã da Juventude teve forte ascendência sobre os colégios católicos atuantes que buscaram transformar seu regime disciplinar. Uma das transformações que ocorreram foi a coexistência de alunos de ambos os sexos diluindo a questão de gênero e o reconhecimento de que a formação dos alunos deveria ser integral, inserindo a educação sexual, acompanhamento psicológico e formação social e profissional, segundo escreve Moura (2000).

O movimento transformador no âmbito da Igreja foi intenso para a adaptação das instituições ao novo contexto que coincidia com as mudanças sócio-políticas em diversos países do mundo e do despertar de uma nova consciência na juventude refletindo-se no âmbito das instituições escolares católicas.

A educação da cultura de solidariedade, no pensamento da Escola Salesiana, significa educar dentro de conceitos de fé, enfatizando a intercomunicação das pessoas e edificando uma escala de valores, pois a meta é educar e formar indivíduos que sejam multiplicadores da educação recebida.

Durante os anos de 1946 a 1964, as congregações e ordens católicas e outras mais, fundaram escolas, colégios, faculdades, universidades, cursos profissionalizantes, internatos e externatos, por todo o território brasileiro, somando aproximadamente 466 instituições de ensino que foram inscritas na pesquisa de Moura (2000).

A congregação salesiana destacou-se pela quantidade numérica de escolas espalhadas por todas as regiões do Brasil, de ensino infantil, fundamental, médio, superior, profissional, além de institutos de reeducação para menores, modelo de escola corretiva para recuperação

de menores que D. Bosco havia iniciado na Itália, dando oportunidades de ressocialização para os excluídos da sociedade.

O regime militar, entretanto, não facilitou o fato de as iniciativas de renovação do ensino confessional continuassem apoiando movimentos grevistas envolvendo estudantes e professores, repressão esta que acabou empenhando a Igreja a lutar pela reestruturação pedagógica. Assim, em meados de 1965, muitas escolas católicas foram fechadas, deixando espaços abertos para o surgimento de escolas de ensino particular dirigidos por outras ordens religiosas e para o ensino leigo/particular, surgindo polêmicas sobre a LDB que, em 1971, aprovou a Lei 5.692, fixando diretrizes para o ensino médio, no 1º e 2º graus.

O período de repressão militar era intenso, mas a economia progredia⁶⁷ e a sociedade sentia-se mais segura, garantindo a popularidade do Regime. Nesse contexto, a classe de educadores recebeu, com entusiasmo, a Lei 5.692/71, conforme Germano (2000).

A Lei foi unanimemente aprovada no Congresso, sem objeções do Poder Executivo. Germano comenta:

É evidente que nesse contexto não foram travadas disputas entre os partidários da escola privada e os da escola pública, entre Igreja e Estado, conforme ocorreu por ocasião da elaboração das Constituições de 1934 e 1946, bem como durante a tramitação da Lei 4.024/61. Com efeito, a nova Lei preservou o espaço do ensino religioso e conservou, outrossim, ampliando inclusive o princípio privatista ao admitir em consonância com a Emenda Constitucional nº 01 de 1969 assinada pela Junta Militar, amparo técnico e financeiro à iniciativa privada e ao omitir os percentuais mínimos que a União deveria destinar obrigatoriamente à educação. (GERMANO 2000, p. 160).

Esse fato satisfaz o setor privado em seus interesses, enquanto o setor público envolvia-se em outras formas de lutas pelo fim do regime militar. Segundo Germano (2000), grande parte dos líderes estudantis, bem como os da classe de intelectuais e alguns entre os operários e camponeses empenharam-se entre 1969 e 1971, em movimentos armados contra o Regime Militar, mas sem interesses por reformas educacionais e sim por reformas sócio/políticas, deixando a educação em segundo plano. Assim, não havia nenhuma luta pela ampliação do sistema escolar nem mesmo pelos movimentos estudantis, pois, de acordo com Germano (2000), nesse período nenhum manifesto expressou as questões educacionais e culturais.

A reação do Estado Militar foi brutal contra guerrilhas em 1971. A reforma do Ensino Primário e Médio foi definida num momento em que o Brasil havia conquistado o Tri-Campeonato Mundial de Futebol e o Governo Médici desenvolvia seus projetos de construção

⁶⁷ Na verdade, anunciava-se um falso avanço no setor econômico, pois esse milagre brasileiro nunca ocorreu. (GERMANO, 2000)

da Transamazônica e da Ponte Rio-Niterói, enquanto o Mobral, Movimento Alfabetizador de Adultos no Brasil, era efetivado em 1970.

Germano descreve que através de uma propaganda intensa utilizando-se dos meios de comunicação das massas, o Estado articulou o movimento repressivo com a suposta ideologia, conseguindo adesão dos mais significativos segmentos sociais.

Dois aspectos destacam-se na Lei 5.692/71: o primeiro, refere-se à extensão da escolaridade obrigatória, incluindo o ensino do 1º grau com a junção do curso primário ao ginásio; o segundo, diz respeito à generalização do ensino profissionalizante no 2º grau.

Não se explicam os motivos pelos quais o Estado Militar, naquele momento, dedicava-se à realização de projetos educacionais que não estavam em pauta em nenhum movimento popular revolucionário e, principalmente, dentro de uma política que não favorecia as classes pobres excluídas do contexto escolar.

Este empenho do Estado Militar na extensão da escolaridade só se explica se for visto sob a ótica da absorção da força de trabalho considerada supérflua, em favor da regulação do mercado de trabalho. Pode ser visto também como satisfação à demanda social, pois, com a expansão do sistema escolar, os empregadores passam a exigir o aumento de requisitos educacionais da força de trabalho, sem que isto represente exigências maiores nas tarefas a serem executadas. Assim, as preocupações com o ensino primário e médio mostrando interesse pela classe popular, era uma medida que:

[...] por palavras e atos, se apresenta como uma busca de equidade num momento em que se aguçavam as desigualdades sociais. Tratava-se, assim, de desmentir evidências e manter intocável o mecanismo responsável pela manutenção e ampliação de desigualdades. Tratava-se de procurar ampliar e consolidar as bases de legitimação do Estado, num contexto em que a correlação de forças era fracamente favorável à dominação existente (GERMANO, 2000: 166).

Há um aspecto nessa política educacional que pretende suprir o que ele chama de “carência afetiva”, que pode ser entendida como uma classe excluída das escolas e, portanto, sem acesso à cultura letrada. No que se refere ao Estado, esse quadro carente retratava uma situação incompatível com a idéia de potência na qual se desejava inserir o Brasil. Naquele momento, os percentuais de crianças sem acesso à escola eram elevados e isto significava conseqüências na vida social e no mundo do trabalho.

Segundo Germano, em 1971, uma média de 30% das crianças entre 07 e 14 anos não tinha acesso à escola; evasão e repetência eram em números assustadores, pois, das crianças que cursavam a 1ª série, nem a metade chegava à 2ª série e somente uma média de 10%

alcançava os cursos superiores; as perdas somavam 76% no curso primário, situação que se assemelhava aos países subdesenvolvidos da África.

Portanto, a Lei 5.692/71 que tinha objetivos democráticos, assumia aspectos quantitativos e excluía a liberdade de participação política de estudantes e professores, configurando-se a lei de censura e repressão ao ensino; a introdução de disciplinas calcadas na Ideologia de Segurança Nacional; o fechamento de diretórios e grêmios estudantis e sua substituição pelos centros cívicos escolares, submetidos às autoridades oficiais.

Segundo Germano (2000), o crescimento econômico durante o regime militar deixou a desejar no que se relaciona à universalização do ensino elementar. Embora tenha havido demanda maior em matrículas para o 1º grau, os problemas que se apresentaram crônicos na educação fundamental permaneceram e se agravaram durante o período em questão.

CAPÍTULO III

A FORÇA DA IGREJA CATÓLICA EM MINAS GERAIS: A PRESENÇA SALESIANA E O CONTEXTO UBERLANDENSE

Este capítulo tem, como objetivo, construir um panorama em torno dos fatos que antecederam a vinda dos salesianos para Minas Gerais. Para tanto, são levantados aspectos que facilitaram a vinda de outras Congregações religiosas que antecederam o estabelecimento dos salesianos nesta região, fato que ocorreu em meados de 1890, quando essa Congregação se instalou em Cachoeira do Campo, município de Ouro Preto .

Em seguida, discorre-se a respeito dos fatos socioeconômicos e políticos considerados mais relevantes no processo de urbanização do Triângulo Mineiro, antiga região conhecida como “Sertão da Farinha Podre”. Tudo isto, tendo-se em vista criar um contexto que situe Uberlândia, antiga Uberabinha ou Arraial de São Pedro, num processo de crescimento e desenvolvimento fazendo com que, em pouco tempo, a cidade se destacasse no cenário nacional como uma das regiões brasileiras, por volta dos anos 1950, em franca expansão demográfica e comercial, fator que gerou um enorme contingente migratório para esse local e, com isso, a geração de grandes problemas de ordem social, pois as pessoas viviam em péssimas condições nas regiões periféricas da cidade que apresentava precariedade em termos de saneamento básico.

Este era o ambiente no momento em que as Irmãs Salesianas chegaram à Uberlândia e construíram sua escola em um dos bairros populares da cidade, ou seja, no Bairro Brasil, antigo Bairro “Operário” como era conhecido naquela época.

3.1 Contexto da Instalação das Primeiras Congregações Católicas em Minas Gerais

Desde que as instituições eclesiásticas chegaram em Minas Gerais, durante o século XVIII, o catolicismo adquiriu singularidades que lhe deram uma identidade diversificada das demais regiões brasileiras na questão de religiosidade. O estabelecimento das instituições católicas em Minas foi determinado pelo Rei de Portugal devido às descobertas das jazidas de ouro e diamante em solo mineiro e da organização política local.

A migração para a região de Minas ocorreu em massa, um processo pioneiro de povoamento no interior do país. Enquanto nas outras regiões nacionais eram criados os grandes engenhos de cana-de-açúcar e fazendas destinadas à pecuária, em Minas Gerais surgia a urbanização. Foram criadas cidades, tais como: Vila Rica (Ouro Preto), Sabará, São João Del Rei, Vila do Carmo (Mariana) e o arraial do Tijuco (Diamantina).

Celebravam-se festividades em homenagem aos padroeiros nas Igrejas das Irmandades existentes, organizadas pela sociedade laica, enquanto o clero secular cuidava das matrizes e capelas de acordo com a hierarquia eclesiástica. Os homens veneravam as imagens das divindades, esculpidas por eles mesmos, nas capelas modestamente erguidas em locais que prosperavam com o árduo trabalho dos fundadores de Minas Gerais (AZZI, 1986).

A ordem católica era mantida pela força da sociedade laica, tendo, alguns de seus membros, assumido as funções devocionais dos padres⁶⁸. Azzi (1986) acentua que o papel dos clérigos seculares nos centros urbanos mineiros, durante o século XVIII, foi importantíssimo devido ao seu elevado nível cultural, pois eram eles os transmissores dos princípios educacionais para a sociedade mineira nascente.

Uma parte significativa deles acompanhou o desenvolvimento da civilização ocidental, assimilando tanto os valores da racionalidade promovidos pelo movimento do iluminismo e do enciclopedismo, como as novas conquistas liberais. Essa aquisição da cosmovisão européia, porém, não foi feita apenas em moldes de (...) ou de ingênua repetição. É bastante notório o interesse desses clérigos pelos problemas do povo e da colônia. Preocupavam-se, sobretudo, em fazer com que também o Brasil pudesse elevar-se da precária situação social e cultural em que jazia (AZZI, 1986, p.15).

Fica evidente nesse comentário que esses eruditos tiveram uma visão clara sobre a exploração a que era submetida a Colônia, graças a uma nova visão de mundo com bases em conhecimentos científicos nas áreas física e natural, razão pela qual os clérigos, num futuro bem próximo, tomariam partido nas ações da Inconfidência Mineira⁶⁹, como comenta Azzi, (1986).

Entende-se, a partir destas observações de Azzi, a razão pela qual o catolicismo em Minas Gerais tinha uma identidade peculiar, pois, embora o povo, com suas tendências religiosas, fosse fiel à fé católica em seu sentido ortodoxo, a classe sacerdotal alimentava-se

⁶⁸ Destacam-se alguns nomes de eremitas, tais como: Félix da Costa, construtor do recolhimento de Macaúbas; Feliciano Mendes, que divulgou a devoção do Bom Jesus de Matosinhos; Irmão Lourenço, fundador do eremitério da Serra do Caraça; Antonio Bracarena, devoto de Nossa Senhora da Serra da Piedade (AZZI, 1986: p.14).

⁶⁹ Insurreição Republicana de Ouro Preto, a Inconfidência Mineira, em 1789.

do ideário fundamentado nos segmentos político-sociais, uma atitude considerada um tanto permissiva para o estabelecimento do que se julgava, na época, uma religião sem moral. Essa postura do clero mineiro deu abertura às críticas de visitantes europeus reacionários, em especial a do representante da Igreja de Roma que acompanhava a família real em 1808.

D. Maria I preocupava-se com as questões de Minas Gerais, ao tomar conhecimento das tendências políticas do clero, em detrimento dos interesses religiosos e da fidelidade à Coroa Lusitana. A sugestão de uma reforma dos princípios religiosos praticados foi bem aceita no seio da realeza portuguesa. Assim, a Coroa de Portugal solicitou que o Bispo de Mariana tomasse providências a respeito. D. José da Santíssima Trindade, que pertencia à Ordem Franciscana, solicitou a vinda de alguns irmãos para a pastoral do seminário de Mariana, cujos princípios autoritários espelhados na Santa Sé, não foram bem aceitos nem pelo clero local e nem pela sociedade laica.

A reforma episcopal em Mariana só teve significação a partir de 1844, com a vinda dos lazaristas franceses; dessa forma, o século XIX testemunhou o destacado desempenho do clero no movimento da reforma religiosa. A obra de D. Bosco foi trazida para Minas Gerais pelos salesianos justamente no meio dessas ações que marcaram a região como “[...] o berço da reforma católica.” (AZZI, 1986: p. 19).

D. Viçoso, o Bispo de Mariana que sucedeu a D. José a partir de 1835, muito lutou pela autonomia da Igreja, pois somente com bases nessa liberdade de direitos eclesiásticos nas ações pastorais a reforma episcopal teria sentido integral, embora essa reivindicação tenha sido feita durante a vigência do Padroado⁷⁰ no Brasil. A reforma, sob o ponto de vista do Bispo de Mariana, deveria basear-se em duas prerrogativas: a de fazer com que o clero adotasse uma postura exemplar e a de estruturar a formação sacerdotal de acordo com novos modelos que deveriam ser seguidos pelos seminários diocesanos.

É necessário salientar-se também que, o Bispo de Mariana pertencia à Ordem São Vicente de Paulo, tendo chegado de Portugal para o Brasil em 1819; além de ser um adepto do espírito tridentino⁷¹ e por possuir um caráter conservador, D. Viçoso guardava rigorosamente as tradições de sua formação sacerdotal, cujos princípios, completamente desvinculados de ideais políticos, eram os de santidade comportamental e de total fidelidade à

⁷⁰ Trata-se da designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha, que foram estendidos aos imperadores do Brasil. Configurando como um instrumento tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Padres, religiosos e bispos eram considerados funcionários da coroa portuguesa no Brasil Colonial. O fim do regime de padroado no Brasil se deu com a Proclamação da República em 1889.

⁷¹ Segundo Azzi (1986), foi D. Viçoso o introdutor do conceito tridentino no Brasil; Cônego Pedro Maria Lacerda, o responsável pela vinda dos Salesianos para o Brasil, foi discípulo de D. Viçoso.

missão religiosa. Dessa forma, sua ideologia incluía a formação sacerdotal como uma das prioridades na reforma episcopal.

No Rio de Janeiro, desde o período colonial, havia Congregações religiosas estabelecidas: franciscanos, beneditinos e carmelitas, embora os conventos estivessem em fase de decadência. Portanto, o movimento reformador teve, como uma das principais características, a renovação dos seminários para a formação sacerdotal dentro dos paradigmas tridentinos, mesmo sob o protesto de muitos que reagiram às medidas adotadas. No final do período imperial, já estavam estabelecidas no Brasil a ordem dos Jesuítas e a congregação Salesiana.

A instalação de congregações e ordens religiosas em Minas Gerais era sempre bem recebida pelos bispos, pois se constituíam em colaboradora da reforma episcopal e da consolidação do espírito tridentino da Igreja Católica no Brasil. Até o final do século XIX, as Congregações que se destacaram nesse sentido entre outras foram: ordem dos Frades Dominicanos, ordem dos Lazaristas, ordem dos Jesuítas, e congregação das Filhas de Maria Auxiliadora.

O papel dos lazaristas foi um destaque na reforma do clero, e os bispos os escolhiam como diretores seminaristas, devido à sua fidelidade ao rigor das práticas eclesiásticas. Assim, formavam-se clérigos dentro da mentalidade tridentina e ultramontana. Em Minas Gerais, bem como em todo o território nacional, os padres dedicaram-se à promoção da fé católica entre a população, estimulando os indivíduos à prática da moralidade como condição de se alcançar a eternidade.

É interessante observar-se o espírito religioso da comunidade mineira, já que a reforma ultramontana espalhou-se do interior de Minas Gerais pelas diversas regiões brasileiras, dando origem a uma classe clerical bem diferente do que se vira até então. Havia, agora, uma dedicação verdadeiramente pastoral e de acordo com as necessidades da Igreja por parte da classe episcopal, com bispos cujos interesses distanciavam-se da vida política, diferente do que acontecera no período colonial (LUSTOSA, 1990).

A congregação dos Lazaristas dedicou-se, em Minas Gerais, à educação da juventude e um dos educandários mais famosos do período imperial foi o Colégio Caraça. As Filhas da Caridade foram responsáveis pelo desenvolvimento da educação católica feminina em escolas e colégios.

Um fato pouco citado na historiografia eclesiástica de Minas Gerais, foi a atuação da congregação Dominicana em Uberaba desde 1881, haja vista que, nesse período, a região pertencia à diocese goiana, sob a orientação de D. Cláudio Ponce de Leão, Bispo de Goiânia,

que solicitou a vinda dos padres dominicanos franceses para o trabalho pastoral em sua diocese.

Em seguida à vinda dos irmãos da Ordem de São Domingos, vieram as Irmãs Dominicanas do SS. Rosário de Monteils, na França, também por solicitação de D. Cláudio, repetindo, em Uberaba, o trabalho das Irmãs da Caridade em Mariana. Assim, em 1885 as aulas do Colégio N. S. das Dores eram iniciadas em caráter de internato e externato para jovens do sexo feminino (AZZI, 1986).

O Bispo de Mariana solicitou a vinda de padres jesuítas para a assunção das tarefas educacionais da diocese, alicerçando as ações evangelizadoras junto a uma comunidade tão afeita à religiosidade como a de Minas Gerais. Porém, em função de dificuldades surgidas para seu estabelecimento, não foi possível aos jesuítas permanecerem em Mariana.

O empenho do Bispo de Mariana em Minas Gerais para a consolidação da reforma episcopal e da renovação católica na região era enorme, não poupando esforços em recorrer às autoridades eclesiais responsáveis pelas irmandades religiosas na Europa. Segundo Azzi (1986), os redentoristas foram os primeiros a responder aos apelos do Bispo.

Uma casualidade permitiu que salesianos e redentoristas se encontrassem e estabelecessem laços amistosos durante o percurso em Minas Gerais em 1895. A Congregação de D. Bosco, que chegara ao Brasil em 1883, já era conhecida em Minas Gerais, onde o Pe. Carlos Pereto estivera algumas vezes em busca de recursos financeiros para o andamento da fundação do Colégio de Niterói. Na verdade, os clérigos apreciavam a excelência climática de Minas Gerais, bem como as águas medicinais de Caxambu com seu alto teor de minérios, para os tratamentos de saúde.

Em 1890, já se ofereciam aos salesianos alguns projetos para a fundação de obras em São João Del Rei (onde foi instalado o Asilo de Órfãos pela Ordem São Francisco de Assis), Caxambu e Cachoeira do Campo. A obra em Cachoeira do Campo teve o apoio do Governo de Minas Gerais, a quem agradava, sobremaneira, a fundação de escolas profissionais e agrícolas na região.

3.2 A Educação Salesiana em Minas Gerais

Em 3 de Novembro de 1891, Floriano Peixoto tomava posse do Governo Federal. Com a renúncia de Deodoro, Cesário Alvim deixou o seu cargo governamental, sendo

substituído por Afonso Pena que permaneceu até 1894. Durante o seu governo, os salesianos receberam, como doação, uma vasta área em Cachoeira do Campo, que seria transformada nas Escolas Dom Bosco (AZZI, 1986).

Desde o período imperial, pensava-se em criar, nesta imensa área de Cachoeira do Campo onde havia sido a Coudelaria de El Rei, uma colônia agrícola que favorecesse os interesses comerciais locais. Tendo sido malogrados todos os projetos a respeito, Pe. Afonso Henrique de Figueiredo Lemos recorreu aos padres salesianos para que fundassem, no espaço disponibilizado, um estabelecimento igual aos demais que a Congregação de Dom Bosco vinha fundando em diversas regiões nacionais.

Com o assentimento do Inspetor da Irmandade Salesiana no Brasil, o Bispo Lasagna, Pe. Afonso recorreu ao Governo Estadual e obteve a doação da propriedade pela Lei Nº 43. Os Irmãos Salesianos receberam também do governo a quantia de “[...] trinta contos de reis, em duas prestações para retificação do prédio ali existente, em estado de ruínas [...]”, com a condição de que ali fosse construído um colégio que recebesse alunos para o aprendizado da arte, ofícios, agricultura etc. (AZZI, 1986: p. 64).

O Bispo Lasagna visitou Minas Gerais e durante o tempo que permaneceu em Ouro Preto, providenciou a vinda das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora de Madre Mazzarello, a Feminina, para a direção da Santa Casa de Misericórdia. O culto à Nossa Senhora Auxiliadora em Minas Gerais foi iniciado pelo Bispo Lasagna, que trouxe, para Cachoeira do Campo, as primeiras estampas da Virgem. Em 14 de Novembro de 1893, dia em que o Bispo Lasagna celebrou a missa na Paróquia da Imaculada Conceição, os salesianos receberam o título legitimamente estatuído para suas obras em Cachoeira do Campo.

Os salesianos recorriam às famílias católicas mineiras para a obtenção de ajuda financeira para a efetivação da construção do colégio, do qual grande parte do mobiliário foi feita por eles mesmos, sob a direção do padre supervisor. Enquanto concluíam aquela obra, os salesianos ganhavam popularidade cada vez maior entre a comunidade mineira. D. Lasagna já pensava em novas fundações no território de Minas Gerais, incluindo as obras das Filhas de Madre Mazzarello.

No dia 6 de Novembro de 1895, aconteceu o desastre ferroviário entre duas locomotivas que, por erro técnico e falta de comunicação entre as estações de controle das estradas de ferro devido ao mau tempo, vinham em direções opostas e na mesma linha. Nessa tragédia, morreu parte da comitiva salesiana⁷² destinada a trabalhar em Minas Gerais, composta de padres e irmãs, causando consternação na cidade. Entre eles, estava Dom

⁷² Morreram nesse desastre ferroviário, quatro irmãs, um padre e o Bispo Lasagna, segundo Azzi (1986).

Lasagna que os acompanhava. Dom Carlos Pereto substituiu Dom Lasagna, tornando-se o novo Inspetor da Ordem Salesiana no Brasil.

Em 1896, iniciaram-se as obras dos Filhos de D. Bosco em Cachoeira do Campo, com poucos recursos materiais, sendo auxiliados pelo Estado que reconhecia a missão salesiana como uma congregação religiosa e social ao se dedicar à formação profissional dos jovens. Os vereadores da cidade planejavam subsidiar as escolas salesianas, com os fundos procedentes das loterias municipais. Desta forma, o colégio salesiano de Cachoeira do Campo diferenciou-se dos demais, devido às vinculações estabelecidas, desde o início, entre a escola e os poderes públicos, recebendo subsídios do Estado a partir da fundação.

Os institutos salesianos de ensino agrícola tinham indústrias anexas, em função das produções agrícolas. Assim, ensinavam o cultivo das uvas e sua transformação em vinho; criavam também o bicho-da-seda e fabricavam a seda. Esta escola fundada em Cachoeira do Campo levou o nome de Dom Bosco. Em março de 1896, iniciaram-se as primeiras aulas para os alunos matriculados em regime de internato, mantendo sempre as características da primeira escola formada por D. Bosco: estudo, trabalho, formação moral e religiosa e alguma recreação. A solenidade inaugural do colégio aconteceu em 24 de Maio do recorrente ano, com a missa de N. S. Auxiliadora, de acordo com Azzi (1986).

Conforme o desenvolvimento deste estudo demonstrou, a classe episcopal com seus princípios fundamentados na Igreja Tridentina, apoiava o regime monárquico em detrimento à República e às idéias liberais. Num momento em que as inter-relações da Igreja com o Estado eram delicadas, D. Silvério Pimenta, o bispo que governava a diocese de Mariana em 1896, recusou-se em abençoar a Bandeira Nacional por ser um símbolo positivista. Este ato de intolerância foi recebido com desagrado pelos republicanos, cuja resposta foi a de suspender os subsídios destinados ao seminário, já aprovados pelo Congresso Estadual.

Apesar de receberem uma oferta em São João Del Rei para a fundação de uma escola, os salesianos não puderam aceitar o compromisso, pois, o choque causado pela morte do Bispo Lasagna não permitira que a Inspetoria retomassem a normalidade de suas funções.

A educação, para a Igreja Católica, foi parte de seus projetos de reestruturação, a partir da época do rompimento da Igreja com o Estado. Desde o período jesuítico, a educação passou a ser uma prioridade da Companhia de Jesus, pois, no pensamento de Inácio de Loyola, seu fundador, o processo educacional era o instrumento pelo qual seriam atingidos dois objetivos: o primordial, que era a formação clerical de novos adeptos da Ordem e, o segundo, não menos importante, era a preparação de homens cristãos para a assunção de

cargos disponibilizados pela sociedade civil, emprestando ao contexto educativo, uma conotação politizada, segundo a opinião de Rossi e Inácio Filho (2006).

Diante disso, a Igreja foi aos poucos tornando-se uma Instituição educadora de grande importância na preparação de cidadãos brasileiros para uma sociedade organizada. A reforma da Igreja voltou suas atenções para a necessidade de formação escolar também para mulheres. Os Institutos religiosos femininos para a educação juvenil prestavam serviços assistenciais sociais no atendimento a hospitais, orfanatos e asilos, sendo avaliados pela classe episcopal como espaços ideais para a formação moral e religiosa.

Como os ensinamentos religiosos eram considerados uma essencialidade pela Igreja Católica, a educação feminina seria fundamental para seu futuro como mães de família. As escolas particulares, especialmente as escolas católicas, ganharam maior projeção no ensino do magistério para o setor público. Eram congregações em cujos colégios a educação baseava-se numa conduta estética, religiosa e formação para o lar, que salientavam em seu ensino ministrado às alunas, as virtudes da função natural da mulher: ser mãe.

Nas primeiras décadas da República, a educação feminina teve poucas mudanças, enquanto alguns aspectos permaneceram, tais como, o baixo nível da educação feminina que se justificava em nome das necessidades morais e sociais de preservação da família. Esta era uma visão católica conservadora afirmando as diferenças entre o homem e a mulher, perpetuando tal imagem com o intuito de manter a supremacia masculina sobre a feminina fortalecendo as questões de gênero, conforme descrevem Rossi e Inácio Filho (2006).

Durante muitos séculos, a mulher esteve em situação de desigualdade em relação ao sexo masculino, de acordo com uma sociedade que a considerava inferior em relação aos homens. A Igreja transformou essas diferenças em estratégias, tornando-se a principal fonte de educação feminina no período republicano. Desta forma segundo Inácio Filho, entre 1872 e 1930, enquanto 58 instituições católicas para jovens do sexo masculino foram estabelecidas, fundaram-se 100 instituições para a educação feminina.

Quanto à postura do Governo Federal a esse respeito, o Decreto de 1931 abriu espaços para o ensino religioso nas escolas públicas, entendendo que ele seria um instrumento político capaz de consolidar a força governamental de Getúlio Vargas e que somente as escolas católicas seriam eficientes para a formação adequada da comunidade jovem. As escolas católicas femininas ofereceram à mulher, as possibilidades de uma formação para sua atuação no mundo social e na própria Igreja, assumindo as obras sociais.

Nesse contexto, é importante que se façam algumas observações sobre a Escola Normal e o seu desenvolvimento em Minas Gerais; assim, voltamos nossa atenção ao estudo

de Rossi e Inácio Filho (2006). Segundo esses autores, desde 1840, a Escola Normal foi instalada em Ouro Preto, passando por diversas modificações ao longo de suas atividades, firmando-se em 1871, devido à falta de docentes devidamente preparados para o ensino. O objetivo das Escolas Normais era a preparação de professores para a escola elementar.

O Regulamento de Ensino nº 62/1872 estabeleceu programas para a escola da capital e das demais localidades regionais, um curso de dois anos com programa assim estabelecido: instrução moral e religiosa; gramática portuguesa; aritmética; sistema métrico e geometria; conhecimentos gerais de geografia e história, enfatizando o relevo da província; leitura para reflexão da Constituição do Império; pedagogia e legislação do ensino; aulas de desenho linear e de música.

O Presidente da Província enfatizava a necessidade da presença da mulher nas Escolas Normais, até então, masculinas, constituindo-se em espaços profissionalizantes para o sexo feminino, idéia esta que ganharia vulto nas demais regiões brasileiras ainda na Primeira República. As jovens teriam aulas de outras disciplinas autenticamente femininas, tais como Prendas Domésticas e Trabalhos com Agulha, a partir de 1906, de acordo com a Reforma João Pinheiro.

No entanto, as escolas públicas eram insuficientes para a formação de jovens e os colégios particulares eram religiosos, havendo diferenciais entre o ensino laico e o confessional que dificultavam a profissionalização das mulheres: enquanto a escola laica preocupava-se com a formação das jovens das classes populares como meio de sobrevivência, as escolas religiosas buscavam corresponder aos interesses das elites, onde as jovens buscavam os conhecimentos culturais como um status para o futuro casamento, conforme o posicionamento de Rossi e Inácio Filho (2006).

A Igreja Católica, satisfazendo aos interesses da oligarquia na formação de seus filhos, dominava o campo do ensino feminino sem se preocupar com mercado de trabalho, porém, o seu sistema de escolas particulares era inacessível às classes populares. Dessa forma, percebe-se que o sistema jesuítico da prática docente foi prevalente até o século XIX. Somente a crise econômica vivida pela classe social hegemônica após a Revolução de 1930, fez com que suas filhas comesçassem a se preocuparem em se qualificarem enquanto profissionais e a profissão de professoras passou a ser visto como um meio para a subsistência da família.

Porém, o próprio desenvolvimento humano e as novas realidades da vida urbanística, exigiam uma dinâmica maior na profissionalização das mulheres; o paradigma educacional colonial tornara-se obsoleto. Assim, a mulher foi trazida para fora daquele pequeno mundo

que a manteve prisioneira das convenções sociais da época, permanecendo em isolamento e afastada da cultura, segundo Saffioti (1976).

A demanda pelo ensino primário crescia em busca de democratização da cultura e da alfabetização das massas. As alunas formadas pelas escolas confessionais seriam as professoras das escolas primárias públicas que, até então, eram da responsabilidade de homens, considerando-se a indiscutível competência feminina, dadas as suas habilidades naturais que as tornavam esposas e mães de família.

No entanto, o orgulho e preconceito não permitiam que as classes sociais mais elevadas admitissem suas filhas exercendo o papel de professoras, senão em casos específicos que forçavam a busca de formação e prática profissionais, razão pela qual os pais davam prioridade ao ensino confessional.

Neste sentido, uma série de estudos refere-se à relevância da mulher no universo social no período republicano, embora fosse desafiante sua atuação profissional no magistério primário. No projeto educativo católico brasileiro, especificamente o regional em Minas Gerais, a Igreja assumiu, de forma significativa, o aspecto educacional.

O papel educativo das Congregações, nesse período, revela os objetivos de catolicização do povo: “A professora primária, no contexto brasileiro, tornou-se alvo das escolas confessionais católicas, coordenadas por diferentes Congregações Religiosas, especificamente a partir do século XX” (ROSSI e INÁCIO FILHO, 2006: p.12).

A Igreja defendeu a fé católica explicitando a educação moral. Esta conquista da Igreja foi reforçada em Minas Gerais que oferecia um vasto campo para a expansão de ações católicas, não somente pelo grande número de congregações instaladas na região, mas também pela força do ensino confessional em detrimento do ensino laicista.

A diocese de Mariana já contava, em 1897, com cinco Congregações religiosas femininas, todas sob o modelo tridentino; duas foram fundadas em Minas Gerais: as religiosas de Macaúbas (regime de clausura) e as Irmãs Auxiliares de N.S. da Piedade. As demais vieram da Europa: as Irmãs de Sion (desde 1888, em Juiz de Fora), as Filhas de São Vicente de Paulo e as Filhas de Maria Auxiliadora, ambas em Mariana. Foram estas congregações européias que reforçaram a romanização da Igreja Católica brasileira.

Entre essas congregações religiosas femininas, destaca-se a congregação de Madre Mazzarello, as Filhas de Maria Auxiliadora, cuja formação salesiana recebeu especial atenção de D. Bosco em Turim, com a bênção do Papa Pio X, em 1864.

A vinda das Filhas de Maria Auxiliadora para Minas Gerais, como pioneiras, fora um projeto de D. Lasagna:

Em vista da escassez de pessoal para atender às múltiplas solicitações de presença salesiana, D. Lasagna imaginara que talvez em algumas regiões o melhor caminho a seguir seria tentar a expansão da obra de D. Bosco através das Filhas de Maria Auxiliadora. Elas iriam fundar um colégio para meninas e preparariam assim o ambiente para que em fase posterior também os salesianos pudessem lá estabelecer. Este, aliás, era o projeto que ele tencionava iniciar em algumas cidades de Minas, e já pensava na possibilidade de fazer o mesmo em Santa Catarina e Rio grande do Sul (AZZI, 1986: p. 127).

De fato, logo após a chegada dos salesianos em Minas, as Filhas de Maria Auxiliadora abraçaram duas obras: a direção da Santa Casa de Ouro Preto e a fundação de um colégio feminino em Ponte Nova, locais onde ainda não haviam chegado os Filhos de D. Bosco. Era, portanto, uma obra pioneira em Minas Gerais, já que a congregação de Madre Mazzarello espalhara-se por diversas partes do mundo⁷³.

No Brasil, sua principal casa foi estabelecida em Guaratinguetá, Estado de São Paulo. O colégio de Ponte Nova recebeu apoio de Mariana, pois a construção das obras salesianas dependeu sempre da ajuda da sociedade e de autoridades políticas a quem os Irmãos e Irmãs da congregação de D. Bosco recorriam. Em 1899 foi estabelecido o Curso Normal no Colégio das Filhas de Maria Auxiliadora de Ponte Nova, para onde foram enviadas mais religiosas e mais um Padre para dar-lhes o apoio necessário, além de supervisionar as aulas que seriam ministradas

O colégio progrediu e localizava-se à pequena distância da cidade de Ponte Nova. Ao lado, construiu-se uma capela dedicada à Maria Auxiliadora, graças à ajuda de políticos e do Governo de Minas, além do apoio de personalidades da sociedade local. Pelo Decreto nº 1.318 de 1899 publicado pelo Governo de Minas, foi oficializada a Escola Normal de Ponte Nova. Assim, o Colégio das Filhas de Maria Auxiliadora e o Colégio de Cachoeira do Campo ganhavam prestígio, levando o nome da congregação a ser conhecido em toda a região mineira, pela sua flexibilidade, alegria e espontaneidade.

Em Minas Gerais, as relações entre a Igreja e Estado permaneceram harmoniosas, mesmo durante o período de separação entre ambas no país, com pequenas ocorrências que

⁷³ As Filhas de Maria Auxiliadora espalharam-se pela Itália, França, Bélgica, Espanha, Ásia, México, África e por diversos países da América do Sul. No Brasil, já haviam se estabelecido em Mato Grosso e no Estado de São Paulo, em cidades como Pindamonhangaba, Lorena, Guaratinguetá, Araras e na própria cidade de São Paulo, antes de se instalarem em Minas a convite de D. Lasagna (AZZI, 1986).

foram facilmente superadas. Após o Concílio Latino-Americano de 1899, mais duas Congregações chegaram ao Estado de Minas: os claretianos e os Padres do Verbo Divino⁷⁴.

Desde 1897, a crise econômica no Estado de Minas agravou-se, e as consequências atingiram também as Escolas Dom Bosco que estavam em franco desenvolvimento. Em razão da crise, as escolas em regime de internato estavam quase vazias e sem subsídios governamentais. Foi justamente esse o motivo pelo qual, escolas salesianas optaram pelo ensino acadêmico, em detrimento das escolas agrícolas que não traziam lucratividade nenhuma.

Como as Escolas Dom Bosco haviam sido subvencionadas pelo poder público, e como os alunos haviam sempre prestado exames junto às bancas estabelecidas pelo Estado, estavam em condições de serem equiparadas ao ensino oficial, conforme instruções do Ministério do Interior, datadas de 8 de Abril de 1899, 25 de Janeiro e 18 de Agosto de 1900. A partir de 1901, passou a vigorar a reforma de ensino promovida por Eptácio Pessoa, Ministro da Justiça, a cujo Ministério fora anexada a pasta da Educação. De fato, a 1º de janeiro desse ano o Presidente da República aprovava o Código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Exteriores (AZZI, 1986; p.191).

A pedido dos salesianos, o Governo Federal decidiu, pelo Decreto nº 3.994 de 1901, conceder às Escolas Dom Bosco em Cachoeira do Campo, as mesmas vantagens que o Ginásio Nacional usufruía. Assim, as Escolas Dom Bosco passaram a praticar os programas do Ginásio Nacional, ao qual foram equiparadas, com ensino primário e secundário, destinado ao preparo de alunos para a matrícula dos cursos de ensino superior ou à obtenção do grau de bacharel em ciências e letras, organizado de conformidade com o Decreto 3914 de 5 de Janeiro de 1901.

O Ginásio estava aberto também gratuitamente para alunos dos Cursos de Agricultura e de Artes e Ofícios. Os alunos de cursos preparatórios deveriam pagar mensalidades que serviriam para o sustento da escola, segundo constava nos estatutos, pois os cursos profissionalizantes eram bem supridos do material necessário à aprendizagem.

A escola agrícola obtinha mais recursos devido à produção que era vendida, como foi comentado anteriormente. Além das uvas para o vinho, da criação de bicho-da-seda, da criação de bovinos, lanígeros e suínos, da produção de mel, plantavam-se mandiocas (produzindo a farinha de mandioca e o polvilho), batatas, feijão, arroz, trigo, milho, cuidando

⁷⁴ Em 1900, a direção da Academia de Comércio de Juiz de Fora foi confiada aos salesianos, que desistiram em favor dos Irmãos do Verbo Divino, já que a cidade não comportava três Congregações religiosas, segundo opinião de AZZI, (1986)

sempre da fertilização e irrigação da terra com esmero, dando à escola uma qualidade inigualável na época, mesmo diante de uma realidade não totalmente aceitável pelas famílias de poder aquisitivo elevado pela formação de seus filhos no campo da agricultura.

Nesse sentido, Azzi (1986) observa que, no imaginário popular, prevalecia a idéia de que o trabalho no campo era estigmatizante, apropriado para escravos ou classes pobres. Portanto, o ensino acadêmico continuava sendo a preferência das diversas esferas sociais e, por esta razão, o Colégio Dom Bosco ganhava mais prestígio, graças à qualidade do ensino ministrado por excelentes professores e de sua perfeita organização interna, em que os alunos reuniam uma rica bagagem moral, artística e cultural.

Em breve, diversos jornais evidenciavam a importância da Escola Salesiana de Cachoeira do Campo, cujos alunos brilhavam nos exames prestados na capital de Minas, concorrendo aos cursos superiores. Quanto à postura dos Filhos de D. Bosco diante da vida política de Minas, é importante observar que estiveram sempre a favor da política republicana, mantendo-se fiéis à Santa Sé e ao episcopado mineiro. Portanto, havia uma grande harmonia entre os salesianos e a ordem vigente no país.

A atuação qualitativa do Colégio atraiu a atenção das autoridades políticas que visitaram a escola e, a partir de 1902, o governo estadual passou a destinar uma verba para a escola agrícola, aprovada pela Câmara de Deputados. Nessa ocasião, a capital de Minas Gerais já havia sido transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte⁷⁵. Neste contexto, ocorreu em 1904 a primeira formatura de bacharéis em Cachoeira do Campo.

3.3 O Contexto Sócio-Político de Uberlândia que Antecedeu a Vinda dos Salesianos

O Triângulo Mineiro, uma das mais importantes regiões do Estado de Minas Gerais, foi explorado pelos bandeirantes no início do século XIX, quando ainda era uma região que, junto às regiões de Goiás e de Mato Grosso, integrava a Capitania Geral de São Paulo. Desde então, a região do Triângulo Mineiro, então conhecida como Sertão da Farinha Podre, passou a fazer parte do cenário brasileiro como “[...] fornecedora marginal de metais preciosos e

⁷⁵ Desde a inconfidência, pensava-se na mudança da capital de Minas Gerais, definindo-se que seria construída na região de Curral Del’Rei, já habitada desde o século XVIII, em 17 de Dezembro de 1893, pela lei promulgada por Afonso Pena. A Capital era chamada de “Cidade de Minas”. A cidade foi projetada para estar entre os grandes centros urbanos do mundo e foi inaugurada em 1897 por Bias Fortes. Por ter um belo horizonte como panorama, os habitantes solicitaram que o nome Cidade de Minas fosse mudado para Belo Horizonte. Assim foi feito em 1906, através de decreto assinado por João Pinheiro.

ponto de apoio (suprimento de gêneros alimentícios) aos núcleos migratórios do Centro-Oeste” (GUIMARÃES, 1991: p.08).

Por ser uma região riquíssima, ficou proibida a abertura de novos caminhos para Minas Gerais, para que o controle do núcleo central de administração da Coroa sobre a exploração de riquezas fosse mantido. No Triângulo Mineiro, a exploração aurífera do Rio Araguari, conhecido naquela época como Rio das Abelhas e, posteriormente, como Rio das Velhas⁷⁶, foi bem sucedida, segundo Coutinho, (2004). Por esta razão, a colonização da região foi acelerada com a chegada de imigrantes; assim, foi se formando a povoação do Rio das Abelhas que se transformou no caminho obrigatório na ligação Centro-Oeste com Sudeste, segundo Guimarães, (1991).

Por volta do século XVIII, criou-se o julgado⁷⁷ de Nossa Senhora do Desterro das Cachoeiras do Rio das Velhas do Desemboque, compreendendo uma parte do Triângulo Mineiro e parte do Sul de Goiás⁷⁸.

Foi justamente nesse julgado que surgiu o povoado do Rio das Abelhas, com cerca de mil habitantes, de onde se originou o Arraial do Desemboque, cuja desmembração deu origem aos atuais municípios que constituem o Triângulo Mineiro⁷⁹.

Guimarães (1991) esclarece que a exploração de minerais teve o seu apogeu e queda razão na qual, os colonizadores da região retornaram às suas cidades de origem, permanecendo somente alguns pioneiros que deram início a novas atividades, sobressaindo-se a agropecuária que se estendeu pelo entorno do setor de mineração. As famílias se instalaram na região de Araxá e Patrocínio devido às estruturas produtivas ali existentes, propiciando aos criadores de bovinos a continuidade de uma produção iniciada no período da mineração.

Farinha Podre, nome curioso dado a uma região, tem uma história descrita por Coutinho (2004). Segundo o autor, este nome deveu-se ao fato de viajantes de passagem pelos caminhos, terem deixado escondidas em alguns locais, sacolas da farinha com que se

⁷⁶ Região que, atualmente, pertence ao Município de Sacramento, conforme Coutinho (2004).

⁷⁷ No período colonial, as Comarcas eram subdivididas em Julgados. A Comarca de Paracatu do Príncipe, criada em 1815 teve, como uma de suas sub-regiões, o Julgado do Desemboque, área sob a jurisdição do Juiz Municipal da Vila do Desemboque, que compreendia todo o Triângulo Mineiro.

⁷⁸ Em 1750, foi criada a Prelazia de Goiás, termo eclesiástico que significa área submetida à administração de um Bispo, enquanto não se criava a diocese. A administração da Prelazia dividiu a Província de Goiás em sub-regiões, uma das quais levou o nome de Sertão do Novo Sul, e correspondia ao Triângulo Mineiro, que estava recebendo povoamento a partir dessa época, quando começavam os trabalhos de mineração de ouro no Desemboque (Ibid)

⁷⁹ A designação Triângulo Mineiro aparece nos escritos do Visconde de Taunay, escrivão dos Exércitos que foram à Guerra do Paraguai, que passou pela região em 1865. Posteriormente, a expressão foi consagrada pelo Dr. Henrique Raimundo Des Genettes, em 1873, quando da criação do seu jornal Echos do Sertão, primeiro jornal impresso que circulou no Brasil Central (Ibid).

alimentavam, pensando em encontrá-las na volta, evitando excesso de peso em suas viagens pelo sertão. Na sua volta, encontraram a farinha deteriorada e deram ao local o nome de Farinha Podre. Teixeira (1970) dá outra versão, contando que o nome foi dado por migrantes portugueses, que vieram de uma região de Portugal cujo nome era Farinha Podre.

Ao Governo da Província mineira, interessava a colonização da região e para facilitar a vinda de colonizadores, deu início à campanha que deveria atrair desbravadores dos sertões de Minas, ocupando o Sertão da Farinha Podre. Com a chegada das primeiras famílias, os nativos que ocupavam a região, os índios Caiapós, foram se afastando para outras regiões, dando lugar ao homem branco.

No local ocupado atualmente pelo Município de Uberlândia, chegou João Pereira da Rocha, um dos primeiros desbravadores dos sertões, com a expectativa de ocupar e explorar grandes áreas de terras férteis. Por volta de 29 de junho de 1818 relata Teixeira (1970) João Pereira alcançou um ribeirão e ali as margens deste fundou a fazenda São Francisco, graças à concessão de sesmaria e incorporação de terras desabitadas.

Passaram-se poucos anos para que novos colonizadores, vindos de diversas outras regiões, se estabelecessem na região. Primeiro veio, de Campo Belo de Minas, a Família Carrejo, que adquiriu terras e se apossou de outras, formando diversas fazendas: a de Olhos d'Água, para Luiz Alves Carrejo; Fazenda Lage, para Francisco Alves Carrejo; a de Marimbondo, para Antônio Alves Carrejo e a Fazenda Tenda para Felisberto Alves Carrejo⁸⁰.

Outras famílias foram chegando e se estabelecendo na área, crescendo o número de colonizadores que construíam o setor comercial de acordo com as necessidades: oficinas, serrarias, olarias, engenhos de cana, ferreiros, tecelagens artesanais, etc.

Felisberto Carrejo foi pioneiro na construção de escolas na região; fundou a primeira escola na Fazenda da Tenda, em 1835, e elaborou pessoalmente as lições que deveriam ser ministradas no curso de alfabetização. A continuidade das atividades nessa escola foi fundamental para o nascimento e desenvolvimento da cidade de Uberlândia, na opinião de Coutinho (2004).

Felisberto Carrejo é, com razão, chamado de Mestre-Escola, já que o pioneiro da alfabetização em São Pedro do Uberabinha criava as lições que deveriam instruir a população do arraial, tão distante do pólo comercial da Província de Minas Gerais. Segundo Máximo (2003), de 1888 a 1897, havia em São Pedro do Uberabinha duas cadeiras isoladas de instrução primária, masculina e feminina.

⁸⁰ Ibid.

Paralelamente aos investimentos particulares na fundação de escolas, o poder público mantinha escolas isoladas de ensino primário na cidade, nas sedes distritais e nas fazendas onde havia concentração de população escolar. Além disto, a Câmara Municipal subsidiava escolas particulares e outras unidades de ensino secundário e profissionalizante.

A construção de uma capela efetivaria o nascimento de um povoado e, para a consolidação do projeto, Felisberto Carrejo recorreu ao Bispo de Goiás, de quem obteve o consentimento para iniciar a obra. O local ideal era uma área com extenso matagal e sem água, problema que Felisberto resolveu abrindo um rego direto do Ribeirão São Pedro. Em 1853 estava pronta a Capela, dando origem ao Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de Uberabinha.

Em 1861 a Capela foi reconstruída e recebeu o nome de Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo. Foi demolida em 1943, construindo-se, no local, a Estação Rodoviária, que ali permaneceu até a década de 70. O prédio abriga hoje a Biblioteca Pública Municipal. Com o crescimento do Arraial, formou-se um núcleo habitacional denominado Fundinho, nome que o Bairro ainda conserva. Em 1851, uma fazendeira local, Sra. Francisca Alves Rabelo, vendeu cem alqueires de terra ao patrimônio da Capela de N. Sra. do Carmo e São Sebastião da Barra, fator que favoreceu a expansão do povoado, de acordo com Teixeira, (1970).

Segundo o mesmo autor, sob a proteção da Igreja e concessões feitas, o arraial se desenvolveu formando uma povoação no entorno da Igreja, com construções residenciais e comerciais e formação de ruas aleatoriamente, sem nenhum plano de urbanização. Com o crescimento demográfico, as lideranças políticas pleitearam a emancipação do povoado de São Pedro de Uberabinha do Termo de Uberaba, o que foi concretizada através da Lei nº 4643 de 31 de agosto de 1888. A Vila de São Pedro de Uberabinha foi elevada à categoria de Cidade pela Lei nº 23 de 24 de Maio de 1892, instalando-se a primeira Câmara Municipal e sendo o Agente Executivo, que corresponde, hoje, ao cargo de Prefeito, o Sr. Augusto César Ferreira e Souza.

A história relata que a existência de Uberlândia teve como marco inicial quando o governo da Província elevou a antiga Vila de São Pedro de Uberabinha à categoria de cidade, com autonomia judiciária garantida pelo fato de ser sede da comarca de primeira entrância. Com o advento do transporte ferroviário, graças ao idealismo e audácia do Coronel Teófilo Carneiro em seu empenho para que a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro passasse por aqui, a cidade progrediu com a ligação a outras cidades mais desenvolvidas, inserindo-a no cenário nacional.

Pelos dados extraídos do jornal Correio de Uberlândia, através do arquivo público municipal, em 1897, inaugurou-se “A Reforma”, o primeiro jornal uberlandense. A seguir, em 1909, os moradores puderam celebrar o fornecimento de energia elétrica. Na mesma época foi construída a Ponte Afonso Pena, interligando Uberabinha⁸¹ a Goiás.

Inaugurou-se o Cinema São Pedro e a Praça da Liberdade (no local do antigo cemitério onde, mais tarde, se edificou o Paço Municipal). Assim, num ritmo dinâmico e constante, a cidade se desenvolveu e abriram-se espaços para a expansão da indústria e comércio da cidade, fatores favorecidos pela geração de energia elétrica na região.

Dando seguimento ao sistema educacional de Felisberto Carrejo, de abrir escolas, diversas outras iniciativas foram tomadas tais como:

- 1897: Jerônimo Teotônio Morais fundou o Colégio Uberabinhense para o ensino primário e secundário; 1904: João o Basílio de Carvalho fundou um externato para o ensino secundário; 1907: mais duas cadeiras isoladas de instrução primária (uma masculina e uma feminina), foram vinculadas às duas já existentes; 1908/1914: Colégio São José, do professor José Avelino; Gymnásio de Uberabinha, do professor Antônio Luiz da Silveira, tendo anexos, a Escola Normal e o Instituto Comercial; Colégio Bandeira, do Sr. Eduardo Martins Marquez; Externato Spencer, da professora Iolanda Paes; 1914: sob o Governo de Bueno Brandão, as quatro cadeiras isoladas foram ampliadas e agrupadas, transformando-se no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão⁸², iniciando suas funções em 1915 (Carvalho - 2002).
- 1922 a 1925⁸³: até essa data, já existiam:

⁸¹ Uberabinha inseriu-se no contexto econômico regional em 1912, com a instalação Companhia Mineira Intermunicipal de Auto-Viação, um desenvolvimento importante no setor de comunicação, enquanto diversos empreendimentos fortaleciam o processo de urbanização, surgindo assim, as edificações, praças, escolas, Igrejas. O nome Uberabinha foi substituído por Uberlândia em 1929, após a realização de um plebiscito; o nome foi uma sugestão de João de Deus Faria.

⁸² A definição para Grupo Escolar é: escola graduada, cujo sistema de organização do ensino é por níveis sucessivos. As principais características são: agrupamento de alunos que são selecionados por idade para formação de grupos homogêneos; os professores são designados a cada grau; equivalência entre o ano escolar e um ano de progresso instrutivo; prévia determinação dos conteúdos escolares para cada grau; o aproveitamento do aluno é determinado de acordo com o em que ele se encontra e o nível estabelecido para o grupo. Em Uberabinha não havia grupos escolares e as escolas isoladas eram estabelecidas em casas de pequeno porte e inadequadas para tal finalidade. Em 1911, durante uma exposição agropecuária realizada em Uberabinha, a Câmara Municipal solicitou ao então Presidente do Estado de Minas, Dr. Júlio Bueno Brandão, que contemplasse a cidade com o espaço para a fundação de um Grupo Escolar. A construção do prédio onde funcionaria a escola foi concluída em 1914, sob o governo de Delfim Moreira da Costa Ribeiro, sucessor de Bueno Brandão na Presidência do Estado. Em fevereiro de 1915, pelo Decreto 3200 de Julho de 1911, o Grupo Escolar Dr. Julio Bueno Brandão iniciou suas funções, segundo Carvalho, (2002).

⁸³ Em 1923, foi sancionada pela Câmara Municipal a Lei nº 278, pela qual eram criadas diversas escolas municipais e reformava-se o ensino primário, estabelecendo-se um concurso para a admissão de professores que não tivessem completado o Curso Normal. Essa Lei favoreceu a criação de escolas municipais nas zonas

Escola Estadual Sobradinho (masculina); Escola Estadual Martinópolis (mista); Ginásio de Uberabinha (curso ginásial e comercial); Colégio N. S. da Conceição (internato e externato); Colégio Amor às Letras, do professor Jerônimo Arantes; Colégio Santa Rita de Cássia, da professora Clélia Alvim; Colégio Nossa Senhora da Conceição, dirigido pela professora Alice Paes; Escola Particular Urbana Dona Violeta Guimarães Sales; Escola Ruy Barbosa, Dona Juvenilda Ferreira dos Santos; Escola Particular Urbana João Basílio de Carvalho; Escola Espírita Fé, Esperança e Caridade; Escola Rural Terra Branca; Escola Rural Buriti; Escola Remington (de Contabilidade e Datilografia); Escola Municipal Paraíso; Escola Municipal Marimbondo; Escola Municipal Tenda; Escola Municipal Pereiras; Escola Municipal Sucupira; Escola Municipal Machados; Escola Municipal Quilombo; Escola Municipal Noturna.

Essas Escolas Municipais localizavam-se na zona rural e somente Escola Municipal Noturna estava no perímetro urbano.

Em 1930, entre os doze mil habitantes de Uberlândia havia um grande número de alunos freqüentando as escolas disponíveis (cerca de 1.850 alunos, de acordo com o quadro estatístico de 1930, divulgado pelo Jornal de Uberabinha, “A Tribuna”, de 11 de Maio de 1930, pág. 1, citado por Máximo - 2003: p.128) graças ao empenho dos componentes da sociedade local, no qual os professores deram impulso às iniciativas privadas no campo educacional. O aumento de unidades escolares era compatível com o desenvolvimento urbano e o crescimento populacional da cidade e que, no recenseamento de 1938,

[...] a população total de Uberlândia era de 46.274 habitantes sendo que na cidade se concentravam 20.007 e 26.267 estavam distribuídos entre os distritos e os povoados. Para acompanhar esse aumento da população cresceu também a quantidade de instituições escolares perfazendo um total de cinquenta estabelecimentos com 5.215 matrículas [...] (MAXIMO, 2003, p.128).

Esse desenvolvimento cultural era a preparação da nova geração para o futuro de Uberabinha, que recebia o constante estímulo da imprensa escrita da cidade. Portanto, não era somente o poder público a se responsabilizar pelos níveis de educação que a população deveria ter, mas a própria sociedade uberabinhense compreendia que a comunidade local não poderia fazer parte do grande número de analfabetos no Brasil, ou seja, um total de 85,2% na

rurais, no empenho de se erradicar o analfabetismo na cidade de Uberabinha, demonstrando o zelo e patriotismo dos dirigentes públicos locais (Ibid).

estimativa de 1921, dada pelo Jornal “Tribuna do Triângulo”, conforme descreve Máximo, (2003).

Dessa forma, o analfabetismo era um problema de ordem nacional que impedia o progresso da nação brasileira. Sobre isto, Carvalho (1989) faz referências à perda de espaços e de soberania a que a população brasileira estava sujeita com a invasão estrangeira, se o desenvolvimento cultural não se tornasse a prioridade do país, condição para que o Brasil se colocasse entre as nações mais desenvolvidas. Para tanto, seria necessário o despertar do povo saísse de sua condição de inferioridade e fosse em busca de status como um povo inteligente e capaz de conquistar seus próprios espaços, algo que somente a Educação poderia proporcionar.

Os repórteres da época acentuavam o empenho dos norte-americanos pela educação em nome do progresso. Portanto, o Brasil só alcançaria o status de nação progressista se cada cidadão se empenhasse em desenvolver suas potencialidades, adquirindo a capacidade de conduzir a nação a superar o atraso em que se encontrava.

Essa ideologia alimentava os articulistas e os jornais publicavam, incansáveis, os artigos estimuladores, incitando a população a se instruir para compreender os seus próprios direitos e responsabilidades como cidadãos, para que não se deixassem manipular pelas classes dominantes ou por uma política imoral ou anti-ética que os jornalistas acusavam de exploradora da crença popular.

Nesse sentido, os articulistas afirmavam que o sistema político não respeitava a comunidade devido à ignorância da multidão inculta, mas que a nova geração saberia como impedir o abuso de poder, já que estava sendo culturalmente preparada para o futuro.

Os escritores dos jornais locais criticavam a imprensa nacional por dar grande espaço para a censura contra as atitudes tomadas em torno do problema do café, dando a esse assunto uma feição extraordinária, como fator de ordem evolutiva na economia nacional, mas esqueciam os gestores públicos da elaboração necessária que deveriam dar ao ensino brasileiro. Não se ignorava que sem instrução pública convenientemente disseminada por toda parte, não haveria produção econômica eficiente. Onde não houvesse luz não haveria consciência e onde não houvesse mentalidade nacional previamente habilitada pela instrução não haveria prosperidade de produção (MÁXIMO, 2003, p. 135).

Percebe-se nestes comentários de Máximo a mesma reflexão que temos ao percorrer nossos olhos pelos jornais da época, ou seja, a crítica, a grande preocupação e o valor que era atribuído à educação como instrumento gerador da ordem e do progresso socioeconômico,

quando a imprensa divulgava a realidade dos países europeus que deveria servir de espelho para a população brasileira e, em particular, à população uberabinhense.

Foi com bases nessa realidade que a elite se tornara uma classe hegemônica, sobrepondo-se diante do servilismo das classes populares. Havia, portanto, necessidade de alimentar as massas com essa ideologia de buscar a escola como instrumento de desenvolvimento individual, para a construção de uma população formada por sujeitos livres, pensadores, com espírito soberano.

Entretanto, esta massificação do ensino não foi uma idéia nascida em Uberlândia, e sim de uma política educacional que germinava no país, espelhada em outros planos de educação já praticados no exterior, principalmente na Europa.

No entanto, a educação brasileira desenvolveu-se de forma complexa cujo conceito não é fácil construir. A forma pela qual se deu a colonização no Brasil, a distribuição do solo, a estratificação social, o controle do poder político e o uso de paradigmas educacionais estrangeiros, foram fatores que determinaram a evolução educacional brasileira.

Diante disso, os desníveis sociais deram-se devido à educação como instrumento de estratificação e reforço às disparidades, tendo à escola atuado em função da manutenção de privilégios às classes dominantes. Assim, pode-se entender como os índices de analfabetismo eram elevados na realidade particular de Uberlândia de acordo com a análise feita pelo IBGE (1950, 1960 e 1970), como mostra o quadro abaixo:

ANO	Total Populacional	Alfabetizados	%	Não Alfabetizados	%
1950	46.718	27.243	58,31	19.475	41,69
1960	74.741	51.360	68,72	23.381	31,28
1970	109.616	83.223	75,92	26.393	24,08

Quadro 1 - Índices de Alfabetização entre os Anos 1950, 1960 e 1970 em Uberlândia
Fonte: IBGE, Censo realizado em 1950 a 1970

Assim, a imprensa local, em especial o Correio de Uberlândia, empenhada na formação da opinião popular, publicou em 1940:

Pessoas de 05 anos ou mais de Instrução declarada total da população em Uberlândia dos que sabem ler e escrever: 18.293, sendo 9.887 homens e 8.406 mulheres; desse total não sabem ler nem escrever: 17.594, sendo 8.042 homens e 9.552 mulheres; pessoas de 5 anos ou mais de instrução não declaradas, total 23, 10 homens e 13 mulheres (Fonte: Recenseamento geral do Brasil 1º de Setembro de 1940, Rio de Janeiro, serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 75).

O Correio de Uberlândia (1940) trouxe também este artigo noticiando as iniciativas das políticas públicas educacionais:

[...] Entregue ao Professor Jerônimo Arantes a incumbência de manejar o mecanismo de instrução Pública, quer no perímetro urbano, quer no recesso da vida rural, bebendo na fonte do saber, Uberlândia apresenta a cifra confortante de 5000 alunos, ou sejam, 23,8% da população total do município estimada em 21000 habitantes. E os templos do saber surgem na cidade, no campo, no trabalho patriótico da alfabetização⁸⁴.

O editorial de 1947 trouxe detalhadamente o novo processo educacional em vigor no Brasil, envolvendo desde a classe operária à formação de técnicos capacitados, as bases do novo sistema, as escolas existentes e as demais para serem criadas, etc. O Correio de Uberlândia divulgou:

O atual governo, dando inteiro apoio ao plano do Ministério da Agricultura, elaborado pela superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, institui novas bases para o ensino agrícola no Brasil., pondo a questão no ápice de sua importância com várias decisões de significação fundamental para o desenvolvimento de nossa riqueza agropecuária.

Em seguida, define os três tipos de escolas: as Escolas Agrícolas (4 anos), as Escolas de Iniciação Agrícola (dois anos) e as Escolas Agrotécnicas (sete anos). Essas escolas ofereciam ensino técnico destinado a diversas atividades do campo. Para complementar esta nova fase do ensino, antigos estabelecimentos foram reclassificados como Escolas de Iniciação em diversos estados do Brasil, incluindo Minas Gerais. As Escolas de Iniciação preparavam os trabalhadores com conhecimentos profissionais suficientes para a execução de tarefas agrícolas. A seguir, vinha o segundo ciclo com recursos pedagógicos para a preparação de técnicos especializados para as funções agrícolas.

Outra inserção importante foi a de três cursos novos profissionalizantes de prática veterinária, economia agrícola e indústrias agrícolas. Outros cursos pedagógicos eram para as donas de casa: economia doméstica, higiene rural, industrial e do lar, artes e culinária

⁸⁴ CORREIO DE UBERLÂNDIA. Instrução. Ano II, nº. 503. Uberlândia, 20 de Janeiro de 1940. p.04

trabalhos manuais e organizações sociais, permitindo que a educação alcançasse um nível mais alto de evolução.

Uberlândia que vem de há muito se batendo pela criação de uma Escola de ensino agrícola e veterinária no município poderá ser agora aquinhoadada, desde que os responsáveis pelo seu progresso aproveitem a oportunidade para insistir junto ao governo, a fim de obtê-lo. (EDITORIAL: CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1947)

Nota-se que a referencia à Uberlândia no final do texto, como foi destacado acima, demonstra a repercussão que possuía o progresso regional. As Atas da Câmara Municipal de Uberlândia revelam a mesma preocupação com o ensino massificado local. Numa delas, pede-se que seja estudado o projeto do novo sistema educacional, propondo ainda a formação de uma comissão especial destinada a analisar os diversos núcleos populacionais, para que fossem instaladas as escolas onde se fizessem mais necessárias (Ata de 23/01/1948: fl. 45).

Por estes comentários pode-se deduzir a proporção da luta pelo ensino em Uberlândia, para garantir a continuidade do desenvolvimento progressista visto até ali, além de transformar a cidade, também, num pólo cultural. A imprensa jornalística alimentava a população de orgulho e vaidade pelo engrandecimento da cidade e a necessidade da educação escolar, como plataforma de desenvolvimento, progresso e ideologia moderna.

O grande esforço pela escolarização popular foi compatível com as exigências da Igreja Católica e, de acordo com Nagle (1976), esse empenho voltou-se para a defesa do ensino religioso nas escolas. Nos movimentos que envolviam o nacionalismo enfatizava-se a tese que defendia a alfabetização como obrigatoriedade e a inserção do ensino religioso nas escolas públicas.

Para Tito Teixeira (1970) a cidade contava com um número de escolas capaz de suprir o contingente populacional em busca de aprendizagem. Se não pudessem se tornar homens letrados, estariam, pelo menos, dominando a leitura proporcionada pelo curso primário das escolas municipais e que eram acessíveis à classe popular. Afinal de contas, a instrução básica massiva era o objetivo das propagandas jornalísticas.

Nas questões políticas, as campanhas eram acompanhadas de propaganda anti-comunista desde a década de 20, mas não puderam impedir que a ideologia comunista criasse ramificações na cidade entre 1948 e 1954 (notadamente o PCB – Partido Comunista Brasileiro), num momento em que o país atravessava uma crise econômica que favorecia os discursos do partido abordando a concentração de riquezas entre a classe dominante, estímulo

às greves em protesto por melhores condições de trabalho e de salários, como apoio ao trabalhador.

Sobre esta época, Machado (199, p.44) comenta:

[...] o discurso elaborado pela classe dominante é que dá o tom da existência de ideologias diferentes quando, em um processo de reabilitação da imagem da cidade, reafirma que Uberlândia não é a Moscou brasileira ou sucursal de Havana, que as pessoas que aqui vivem são ordeiras, pacíficas e se orgulham de sua urbe, de seu progresso e de sua cultura.

No sentido pragmático, Uberlândia demonstrou que a ordem e progresso materializaram-se na construção de estradas, na criação do Distrito Industrial e de uma Universidade Federal, no estabelecimento de um Batalhão de Infantaria, nos grandes silos de armazenamento de grãos, na construção de um estádio de futebol como os das metrópoles brasileiras e de um shopping de perfil elegante como o Shopping Center, nos planos de urbanização (desenvolvimento iniciado desde 1927), no policiamento, na limpeza pública, saneamento, nas iniciativas governamentais de assistência social para a erradicação da mendicância.

Neste panorama de grandes pretensões de crescimento é que Uberlândia, avançando em seu processo histórico, chega aos anos 50 com uma pluralidade de interesses e desejos de determinadas classes sociais. Entretanto, para se ter uma melhor compreensão dos anseios pelo crescimento urbano, faz-se necessário recorrer aos documentos jornalísticos deixados daquela época.

Em 1950, o Jornal “Correio de Uberlândia”⁸⁵ noticiava:

Segundo nos comunicou o digno reitor do Colégio Estadual de Uberlândia, professor Oswaldo Vieira Gonçalves, acaba esse estabelecimento de ensino de receber do Governo do Estado a importância de Cr\$65.510,00, que se destinam à compra de material didático e materiais diversos para seus laboratórios. Essa verba que foi votada pela Assembléia Legislativa Mineira deve-se muito ao esforço do Nobre Deputado Rondon Pacheco que a defendeu naquela casa e ao Governo do Estado que está empenhado em proporcionar aos nossos estabelecimentos oficiais de ensino o aparelhamento necessário para o perfeito desempenho das suas elevadas tarefas.

Em Maio de 1950, o “Correio de Uberlândia”⁸⁶ publicava o informativo redigido por João Edson de Melo, sobre a Estatística Educacional 1949:

Instrução Secundária:

⁸⁵ CORREIO DE UBERLÂNDIA. O colégio Estadual de Uberlândia recebeu Cr\$65.510,00. Ano XI. Nº 2837. Cód. 22. Uberlândia, 7 de Fevereiro de 1950. p. 01.

⁸⁶ CORREIO DE UBERLÂNDIA. Estatística Educacional 1949. MELLO, J.E. (red.) Ano XXI. Nº 2.909. Cód. 22. Uberlândia, 24 de Maio de 1950.

Uberlândia é cidade de instrução desenvolvida e eficiente. Possui 05 Cursos Ginasiais, 03 Colegiais, 02 Escolas Normais, 01 Escola Técnica de Comercio e 1 Estabelecimento Modelo de Extensão Cultural, com o número de 1.829 alunos freqüentes. Instrução Primária: 71 Grupos Escolares, 14 Externatos, 5 Escolas Isoladas, 4 Cursos Anexos e 44 Escolas Rurais, com o número de 6.607 alunos freqüentes. Número total de professores em exercício: 160.

O Estado, por sua vez, deveria criar estabelecimentos de ensino suficientes para atender à demanda de crianças em idade escolar, para que todos tivessem iguais oportunidades de desenvolvimento de capacidades e talentos. Máximo (2003) comenta que as iniciativas privadas no setor educacional dedicavam o mesmo empenho pela erradicação do analfabetismo. Dessa forma, as escolas particulares tinham amplo espaço de expansão, abrindo um paralelo com o poder público no atendimento à demanda escolar, pois, ainda que fossem concorrentes, ambas buscavam o mesmo fim. Assim, Padre Henrique atribui a vinda dos salesianos para Uberlândia a fatores de crescimento da cidade e ao aumento de alunos sem escola:

Uberlândia é uma cidade de futuro. Uberlândia então nos estávamos procurando ambiente em que pudesse fazer crescer as nossa obras em favor da juventude. Então nos procuramos em Uberlândia um bairro mais distante [...] Operário com muitos moradores simples em volta [...] sem se preocupar com os alunos com condição de pagar as mensalidades de valor baixo e com grande parte custeada por bolsas junto a Prefeitura e Estado [...] As irmãs também tinham seu trabalho lá. Agora elas vieram também pra cuidar da juventude feminina ali no bairro Operário, que era um bairro mais no fundo, mais na periferia, mais pobre [...] (22/02/2008)

Embora o número de escolas fosse expressivo até 1950, Damasceno (2003) refere-se à educação dos trabalhadores que atuavam como carregadores de sacarias nas empresas de cerealistas e às mulheres que atuavam na classificação de cereais e empacotamento, no setor de beneficiamento dos grãos. Segundo o mesmo autor, os trabalhadores desse setor, por serem, em sua maioria, de raça negra, eram discriminados socialmente, embora o autor afirme não existirem documentos históricos sobre o significado da educação para aquelas pessoas.

Por outro lado, havia uma classificação para os trabalhadores: os que serviam à ferrovia eram selecionados de acordo com uma qualificação criteriosa, enquanto os servidores do setor alimentício (os carregadores e empacotadores), eram escolhidos de acordo com seu porte físico. Entretanto, se para os carregadores a vida apresentava-se muito difícil, para os ferroviários não havia grandes diferenças, já que não podiam sustentar os filhos em escolas de qualidade, embora tivessem mais regalias que outros trabalhadores.

A política de distribuição de bolsas de estudos era acessível aos ferroviários, devido às influências partidárias, pois havia vínculos políticos entre as lideranças do Sindicato dos

Ferrovários, dos partidos da direita e das elites locais, embora a solução para a questão educacional não fosse tão simples.

Entretanto, mesmo existindo um lado da vida de Uberlândia com características tão diferenciadas da imagem criada pela classe dominante, a cidade continuou a se desenvolver, enquanto a expansão demográfica agravava as condições de vida da população, evidenciando mais as diferenças de classes, uma vez que os aspectos da falta de higienização urbana era um fato bastante alarmante. A este respeito, a publicação da “Tribuna do Triângulo” relata (1953)⁸⁷:

Da Tribuna o Povo Reclama: Água Esparramada pelas Ruas

Na Rua Agenor Pais, há vários dias que existe um verdadeiro córrego de água de torneira, proveniente da casa nº 255, que corre pelo passeio e pelas ruas, formando um verdadeiro regato (...) de águas infectas. Isto é deprimente e prejudicial, como principalmente perigoso. Crianças correm risco de, brincando naquela água, adoecerem às vezes gravemente, bem como os transeuntes estão sujeitos a, distraidamente, enfiarem os pés dentro da água, sujando-lhes os sapatos e as roupas. Chamamos a atenção para o fato e pedimos providências.

Outro artigo no mesmo jornal dizia:

Solicitam-se urgentes reclamações contra o sem-número de animais que andam pelas ruas, a solta, notadamente cavalos e cães. O fato está merecendo os mais díspares e descontraídos comentários, motivo porque fazemos chegar a quem de direito nossas reclamações⁸⁸.

Quanto aos serviços públicos, diversos decantados pelo código comportamental, para a segurança populacional, encontra-se na “Tribuna do Triângulo”(1953)

Da Tribuna o Povo Reclama: Falta de Iluminação no Bairro Lídice

Inúmeros moradores do Bairro Lídice, máxime os compreendidos na Vila Povoá, solicitaram-nos o especial obséquio de fazer chegar a quem de direito, suas justas reclamações no sentido de ser posto um côbro contra a falta de luz, na referida zona, deficiência esta que repercute em vários setores daquele belo e agradável bairro. Em se tratando de uma iluminação fraca ou pouca, estava certo. Em se tratando de uma falta de total de iluminação não é admissível. E agora perguntamos: Quais são os imperiosos motivos que levaram aquele bairro, aquela vila, a ficar completamente sem luz? [...] E olhem que a falta de luz completa nas ruas produz inconvenientes que não merecem nem sequer serem citados. E isso unicamente por falta de

⁸⁷ TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Da Tribuna o Povo Reclama: água Esparramada pelas Ruas. Ano 1. Nº 4. Cód., 114. Uberlândia, 24 de Agosto de 1953. p.02.

⁸⁸ TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Da Tribuna o Povo Reclama: água Esparramada pelas Ruas. Ano 1. Nº 4. Cód., 114. Uberlândia, 24 de Agosto de 1953. p.02.

controle, ou talvez, critério dos Srs. Encarregados desse setor importante da vida de uma cidade.⁸⁹:

Consultando a “Tribuna do Triângulo” das décadas de 50 e 60, podem-se ler artigos que relatam conquistas alcançadas pelos dirigentes da cidade em benefício do desenvolvimento econômico. Uma ocorrência importante foi a inauguração da Cooperativa de Crédito de Uberlândia Ltda, em 19 de Setembro de 1953⁹⁰, abrindo possibilidades para o crescimento econômico da cidade:

No dia 19 p.p., sábado, com início às 14 horas da tarde, realizou-se a solene inauguração em nossa cidade das instalações da “COOPERATIVA DE CRÉDITO DE UBERLÂNDIA LTDA.”, em sua sede à Praça da República, 267. [...] lá comparecemos a fim de fazermos uma reportagem [...] e deparamos com várias autoridades municipais, prestigiando o solene e significativo ato [...]

Em novembro de 1953, a filial da Caixa econômica Federal de Uberlândia foi elevada à condição de Sucursal, recebendo a visita de autoridades dessa instituição financeira, que foi publicada nos seguintes termos pela “Tribuna do Triângulo” (1953)⁹¹:

Em Uberlândia, o Dr. Moura Costa e sua caravana presidirá a solenidade de elevação à Sucursal a filial da Caixa Econômica Federal de nossa cidade, devendo, no ensejo de tal festiva solenidade, ser inaugurado na nova sucursal um retrato de S.S. como homenagem sincera pelos inestimáveis serviços que tem prestado à frente de tal instituição. Ainda em Uberlândia o Dr. Moura Costa deverá entrar pessoalmente em contato com o Governador da cidade, Sr. Tubal Vilela da Silva e outras autoridade [...] Deverá o Dr. Moura Costa e sua luzidia caravana permanecer em Uberlândia tempo suficiente para conhecer de perto toda a pujança de nosso parque industrial e comercial, apalpando com real interesse o que é Uberlândia e o futuro grandioso de nossa querida cidade [...] Sejam bem-vindos a Uberlândia, ilustres dirigentes das Caixas Econômicas Federais.

Diante disso e apesar da existência de inúmeros problemas de ordem social, Uberlândia, na década de 50, experimentava uma intensa transformação urbana. O seu traçado era redefinido a partir de um Plano Diretor que determinaria o seu crescimento, elaborado por uma equipe de Belo Horizonte e assinado por Otávio Róscoe, do Departamento Geográfico de Belo Horizonte, a pedido do então prefeito de Uberlândia, Tubal Vilela. O progresso parecia

⁸⁹ TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Da Tribuna o Povo Reclama: Falta de Iluminação no Bairro Lídice. Ano 1. Nº 5. Cód. 114. Uberlândia, 31 de Agosto de 1953, p. 04. Nesse sentido, o Jornal referia-se à segurança dos moradores da rua e do bairro em questão. (Nota do Autor).

⁹⁰ TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Inaugurada Solenemente a “Cooperativa de Crédito de Uberlândia Ltda. Ano I. Nº.5. Cód. 114. Uberlândia, 21 de Setembro de 1953. p. 03.”

⁹¹ TRIBUNA DO TRIÂNGULO. DR. BIAS FORTES, DR. MOURA COSTA e outras personalidades da Caixa Econômica Federal visitarão Uberlândia. Ano I. Nº 17. Cód. 114. Uberlândia, 26 de Novembro de 1953. p.01.

estar traduzido em suas vias exuberantes, com amplas avenidas pelas quais circulavam tanto os modernos veículos e motocicletas, quanto as bicicletas e carroças.

Muitas residências velhas eram demolidas, abrindo um novo espaço de circulação. O abastecimento de água ganhava uma nova estrutura a partir da construção de reservatórios para atender à crescente demanda com a expansão demográfica.

Assim, a cidade que aparentemente apresentava um traçado irregular com ruas estreitas e casas antigas, foi, aos poucos, apresentando a imagem contrastante de cidade moderna. Tal concepção era expressa pelos jornais da época nos seguintes termos:

Uberlândia do arranha céu Tubal Vilela. Uberlândia do negro tapete de asfalto, das lambretas desfilando à noite, à luz de milhares de luminosos a gás neon colorindo a vida da cidade tentacular. Uberlândia de gente apressada, de gente trabalhando (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 30/08/1958. p. 01.)

No processo de desenvolvimento de Uberlândia percebe-se certa preocupação mais com o padrão estético do que com as possíveis conseqüências que poderiam gerar para a sociedade que, de maneira geral, viu-se às voltas com o aumento da marginalização e da pobreza. Percebe-se assim que, atrás do desenvolvimento, havia interesses de políticos e de empresas imobiliárias como a “Tubal Vilela”, empresa do então prefeito de Uberlândia Tubal Vilela da Silva (1951-1955) que, explicitamente, loteou e vendeu o Bairro Brasil que já apresentava a estrutura de um bairro progressista com escolas e a Igreja Nossa Senhora Aparecida (anexada ao Colégio Cristo Rei) e, onde, anos mais tarde, seriam assentadas as fundações do Instituto.

Nas medidas desenvolvimentistas adotadas pela equipe de Otávio Roscoe em 1950, muitos projetos somente surtiram efeitos anos mais tarde, como foi o caso da construção do Parque do Sabiá, do cemitério do Campo do Bom Pastor, a despoluição do Rio Uberabinha, a construção de autovias como a Av. João Naves de Ávila e a Av. Rondon Pacheco. Destaca-se neste contexto, a construção do complexo de sustentação do Centro Administrativo Municipal.

Uberlândia pode ser colocada entre as 81 cidades brasileiras que, durante o processo de urbanização, encontravam-se num ritmo dinâmico de desenvolvimento econômico, tornando-se o mais destacado entreposto comercial da região em 1950.

No ano de 1956, a estimativa populacional urbana de Uberlândia era de 43.984, caracterizando a cidade, naquele momento, como eminentemente urbana.

Crescimento Populacional em Uberlândia-MG (1900 a 1970)					
Censo/Ano	Perímetro Urbano	%	Zona Rural	%	Total
1900					11.856
1920					22.956
1940	21.077	49,97	21.102	50,03	42.179
1950	36.647	64,26	20.264	35,74	56.751
1960	71.717	81,24	16.565	18,76	88.282
1970	111.640	89,39	13.255	10,61	124.895

Quadro 2 - Quanto à expansão demográfica em Uberlândia (1900 a 1970)

Fonte: Sede do IBGE em Uberlândia-MG

A partir de então, a intensa e generalizada exposição na imprensa sobre as condições de vida que cidade proporcionava para as pessoas interessadas em estabelecer comércio e indústrias, contribuiu para um grande aumento de imigrantes na cidade, fator que se tornou expressivamente visível entre os anos de 1960 e 1970, quando o aumento populacional foi de grande expressividade (Quadro II acima)

Para Tito Teixeira, o sistema econômico da cidade, que girava, até os anos 40, com bases na agricultura, a partir dos anos 50 começou a declinar. Até mesmo a Cia. Mogiana teve necessidade de diversificar o sistema de distribuição de produtos que já não poderia ser de caráter unicamente agro-exportador. Um dos fatores preponderantes que contribuíram para a decadência desse modelo econômico foi a própria política adotada pelo Estado, conhecida como substituição de importações, caracterizada pela redução do nível das importações e pelo incentivo ao desenvolvimento das indústrias de base. Tais ações norteavam uma política voltada para a consolidação de parques industriais em todo o país.

Durante o governo Kubistchek (1955 a 1961), as estradas de ferro foram gradativamente sendo substituídas por uma complexa malha viária que interligava todo o país, sob estímulo principalmente da política norte-americana de incentivo ao consumo de petróleo no período Pós-Segunda Guerra Mundial. Neste aspecto, Uberlândia acabou sendo extremamente beneficiada por ser um ponto estratégico no encontro do Centro-Oeste e Norte brasileiro.

No contexto em que a cidade estava inserida por interesses nacionais e internacionais, muitas conquistas para renovação e implantação do traçado das rodovias que cruzaram o país, acabaram sendo monopolizadas por Uberlândia. Esse fator deveu-se a ações de políticas oligárquicas articuladas junto às instâncias de poder nos setores Estadual e Federal e justificadas pelo discurso de que, estando a cidade situada em ponto estratégico, possibilitou o

desenvolvimento assentado no tripé ferrovia-rodovia-ponte e garantiu à cidade um estatuto de pólo de toda a região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Sudoeste Goiano, segundo Teixeira (1970).

A instalação do parque industrial da cidade em 1959 foi vislumbrada como conquista fundamental para a configuração dessa nova política econômica, uma vez que tinha sido um sonho político de muitos empreendedores locais que a viam como uma das chaves que, aliada ao setor comercial, alicerçaria o desenvolvimento econômico de Uberlândia.

A política de Juscelino Kubistchek (1956-1961) contribuía para essa euforia industrialista. O seu Plano de Metas, que seria implantado durante os cinco anos do seu mandato, com o famoso e controverso slogan de que governaria “50 anos em 05”, trazia três prioridades básicas: energia, transporte e alimentação.

No entanto, esse plano não deixava explícito o que o Governo utilizaria para atingir a meta de desenvolvimento projetada, deixando de mencionar o mecanismo inflacionário que seria utilizado, em que a elevação dos salários não acompanhava os ganhos de produtividade e a elevação dos preços. Além disso, havia o déficit público, com um aumento dos gastos do governo e o recurso ao capital estrangeiro, através de empréstimos ou, ainda, sob a forma de capital de risco.

Essas metas, vinculadas à onerosa construção da Capital Federal, levaram ao estrangulamento da economia brasileira no final da década de 50, dando ensejo às diversas manifestações de protestos populares em todo o país. O arrocho salarial e os altos preços praticados pelos setores comerciais de produtos de consumo essenciais, tais como alimentação, moradia e medicamentos, foram fatores que contribuíram para que a sociedade civil fosse para as ruas reivindicar tais direitos através de greves, boicotes e saques.

Em decorrência de todos esses transtornos, os últimos anos da década 50 foram marcados por conflitos diretos entre a população e a polícia. A convulsão social tomou conta das ruas em diversas cidades brasileiras. Os saques e os “quebra-quebras” ocorriam como um sintoma de aguda crise financeira que assolava o país.

No contexto que envolveu o final dos anos 50, a cidade de Uberlândia assistiu a explosão de um grande movimento de cunho social. Assim, em fevereiro de 1959 deu-se o início do “Quebra-Quebra”, graças ao aumento no preço dos ingressos de cinemas que, controlados pelo governo, foi o estopim que originou o tumulto que perdurou por três dias. As reivindicações na porta dos cinemas desencadearam reações vandalísticas dos revoltosos, com saques e depredações em vários estabelecimentos comerciais da cidade.

O “quebra-quebra”⁹² não foi organizado. Ele começou de forma espontânea conseqüente de uma súbita mudança de comportamento que despertou as raivas contidas [...]. E o vandalismo recrudesciu. Do Cine Uberlândia passaram para o Regente onde além de quebrarem tudo e queimarem o que podiam, invadiram a residência do gerente que ficava no mesmo prédio, onde fizeram o mesmo. Os materiais espalhados no meio da rua eram queimados erguendo perigosas labaredas. [...]

O saldo foi de quatro mortos e vários feridos. O Correio de Uberlândia⁹³ ainda escrevia sobre os fatos em 2004 assim:

Quatro pessoas morreram (a revista Manchete disse que foram cinco), doze ficaram feridas (talvez muito mais) e foram presas duzentas. Entre os feridos, gente do povo e da política agredida a pedradas. Foram atendidas pelo dr. Arnaldo Godoy de Souza e possivelmente por outros médicos. Foram disparados quinhentos tiros e cinquenta rajadas de metralhadoras [...] Os jornais registraram um prejuízo de 150 milhões. O delegado especial de BH Raimundo Tomas, calculou trinta. Recuperaram 2.300 sacas de arroz e 11,865kg de feijão, mais outras mercadorias. Apurou-se que alguns comerciantes locais de porte, receptaram muita coisa do saque. [...]

Durante esses dias de confronto, a multidão tomou conta das ruas. Invadia o comércio atacadista e levava tudo o que podia, ou que sempre desejara e nunca pudera ter. A revolta só foi reprimida com a chegada de reforços das cidades vizinhas e com o deslocamento do exército da capital para o local “[...] Os reforços chegados vieram do 40º Batalhão de Uberaba, mais policiais militares de Araguari, Tupaciguara e Belo Horizonte. Todo esse pessoal sob o comando de delegado especial Raimundo Tomás [...]”⁹⁴

Essas evidências permitem-nos perceber a situação socioeconômica do país como uma via de mão dupla: de um lado, os problemas econômicos surgidos a partir de uma escolha política do governo, ou seja, o de um desenvolvimento a qualquer preço; por outro, observamos a organização de setores da sociedade que pressionavam o governo por melhores condições de vida. A situação teve, como uma das principais conseqüências, o golpe de 1964, em que os militares tomaram o poder com o fim de promover, favorecendo as elites dominantes do país, uma reorganização nas estruturas que, democraticamente, tendia para a socialização dos benefícios do desenvolvimento e para uma repressão mais severa da sociedade civil, que começa a se organizar.

A partir de então, a migração em massa para Uberlândia passou a ser um agravante que causava a preocupação das elites locais. Assim, políticas foram elaboradas no sentido de afastar a população pobre e miserável para longe da cidade, mantendo-se a vigilância e

⁹² CORREIO DE UBERLÂNDIA. O Quebra-Quebra 1; cod 314; p.4. Uberlândia, 20 de outubro de 2004.

⁹³ CORREIO DE UBERLÂNDIA. O quebra-quebra 1; cod 314;. Uberlândia, 13 de Novembro de 2004. p. 4.

⁹⁴ CORREIO DE UBERLÂNDIA. O Quebra-Quebra 1; cod 314; pág. 4. Uberlândia, 27 de outubro de 2004.

controle sobre a permanência na cidade de apenas trabalhadores que possuíssem mão-de-obra qualificada, fator que foi responsável pela criação, no final da década de 60, de instituições como o Albergue Noturno Ramatis, a ICASU (Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia) e, entre outros, a criação do Centro de Triagem do Migrante no terminal rodoviário.

Os migrantes bem vindos eram aqueles que possuíam qualificação ou que já haviam conseguido trabalho, ou ainda, apenas os que poderiam contribuir com o crescimento e desenvolvimento da cidade.

A mão-de-obra qualificada para ocupar os postos de trabalho da indústria já vinha sendo construída através de uma política educacional voltada para o ensino profissionalizante. Tal preocupação com o ensino técnico-profissional foi uma das prerrogativas do governo de Getúlio Vargas, na década de 30, garantindo a qualificação de um trabalhador com perfil colaborador. A fábrica, a escola e a imprensa garantiriam que a ideologia da ordem e do progresso fosse disseminada por toda a população e, essencialmente, devendo ser ensinada desde cedo nas escolas, onde as crianças mais pobres deveriam aprender um ofício.

Na concepção da elite, Uberlândia possuía uma estrutura educacional que visava atender a esta demanda de mão-de-obra especializada, tanto para a indústria quanto para o comércio com a criação e ampliação de escolas de níveis primário e secundário, como foi o caso do Colégio Cristo Rei, cuja fundação foi iniciada em 1944, localizando-se ao lado da Igreja Nossa Senhora Aparecida e dirigido pelos padres salesianos, uma congregação educacional com vasta experiência na formação profissionalizante dos jovens, com riquíssima tradição de ensino. Porém, segundo dados levantados em entrevista com padre Henrique Ribeiro de Brito, ex-diretor do colégio aqui instalado, não houve ensino profissionalizante:

Não tinha curso profissionalizante. Era só mesmo a parte de Acadêmico [...] Naquele tempo não tava começando isso. Veio depois é que vieram os Polivalente [...] Tava começando, e o primeiro Colégio Industrial particular de Minas [...] foi o nosso em Barbacena que esta lá até hoje (22/02/2008).

Segundo Pe. Henrique, os cursos prescritos pelo estatuto, tais como o de sapateiro, alfaiate, carpinteiro e tipógrafo, mal chegaram a funcionar, devido à precariedade do ambiente. Para ele, a escola passou a investir mesmo no ensino acadêmico principalmente a partir de 1947 com a abertura do curso de Admissão e Secundário, fato que o próprio Estatuto de 1947 aborda da seguinte forma:

[...] Em 1947, o Revmº Pe. Johanés Balke, atendendo a pedidos insistentes de seus alunos, abriu o Curso de Admissão e Secundário[...].

No início dos anos 50, a Escola Vocacional Renné Gianetti abriu suas portas oferecendo cursos de especialização de mão-de-obra da indústria. Posteriormente, em 1959, o Instituto dirigido pelas Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, também de tradição salesiana, foi instalado no Bairro Brasil, com o objetivo de auxiliar o processo educacional das crianças do sexo feminino, contribuindo para a sua futura formação acadêmica, além de, com seu caráter profissionalizante, como o eram as demais escolas fundadas e dirigidas por membros da irmandade, possuir uma programação direcionada ao ensino profissionalizante (artes e ofícios), tais como a arte de bordar, de pintar e outras aprendizagens como as de cozinhar, datilografar, costurar, entre outras coisas. Desta forma, pelas palavras de Irmã Elza Lima Gomes⁹⁵, ex-aluna do Instituto, faziam parte da grade horária da instituição as aulas práticas com noções de certos ofícios:

Durante a nossa aula, tinha dia que a gente tinha esses trabalhos de pintura, bordado, artes, que era crochê, tricô, bordado [...] aula de música, de canto [...] Se nós saíssemos daqui, se gente quisesse ir pro Conservatório, que nós já estávamos preparados com a teoria [...] Que nos tínhamos aula de canto e tinha aula de música [...] Todos nós tínhamos provas [...] A gente fazia exposição no final do ano [...] (22/10/2007).

No âmbito da política local, o partido de maior expressão popular no cenário político, tanto no executivo quanto no legislativo, era o PSD (Partido Social Democrático), um quadro que garantia a sintonia com as esferas de poder estadual e federal. A recém-fundada UDN (União Democrática Nacional) e o PRP (Partido Republicano Popular) funcionavam como oposição política naquele momento. Porém, as disputas pelo poder local davam-se muito mais por razões de vaidade pessoal do que por planos e estratégias políticas diferenciadas. O imaginário de progresso e modernidade que permeava os discursos desses partidos era sempre o mesmo.

Embora se considere todo o ideário modernizador do período, acredita-se que a década de 50 tenha sido o ponto de transição entre a visão de mundo agrário, ligado, principalmente, ao modo rústico de viver, em que a hostilidade presente tinha, como padrão, o poder masculino, ou seja, o patriarcalismo, sistema social autoritário que começava a entrar em decadência, e a visão de modernidade que avançava, afiançada, não só pelas transformações político-econômicas, mas também, pela urbanização e por novos padrões de convívio social.

⁹⁵Irmã Elza Lima Gomes, nascida em 09/03/1941, natural de Uberlândia, Minas Gerais, ex-aluna do Instituto entre os anos de 1959 a 1962 e, atualmente, Irmã da Congregação Salesiana.

Segundo Teixeira (1970), na Uberlândia de 1950, contavam-se 27 bairros. Entretanto, nem todos desfrutavam do conforto oferecido pelas modernas técnicas urbanísticas, pois diversos deles não eram sequer favorecidos com o mínimo necessário de saneamento básico, incluindo o fornecimento de energia elétrica. O preconceito racial e a discriminação para com a população economicamente desfavorecida, também estavam expressos nas práticas de sociabilidade e lazer. Para a população branca e abastada havia os clubes como o Praia Clube, o Uberlândia Clube, com suas as noites de baile de gala ou ainda os bares como o Bar da Mineira, o Bar Antártica, a Confeitaria “Na Hora” e os Cinemas. Em contrapartida, para a população negra e pobre, havia os bares condizentes com sua própria realidade social, tais como o Caba Ropa e o Curral das Éguas.

Desde a década de 40, as avenidas Floriano Peixoto e a Afonso Pena concentravam diversos tipos de bares, comércio, cinemas, cafés e confeitarias e, no entorno da cidade, ou seja, em locais mais afastados do centro urbano, localizavam-se outros espaços de lazer e diversão, bares freqüentados pela boemia da cidade, pelos cantores, violeiros, poetas e prostitutas, pessoas comuns que viviam e se alimentavam da noite, freqüentando o bar Trianon, o Cassino Oriente, a Casa da Cobra entre outros.

Entretanto, os espaços eram nitidamente demarcados, com os bares e clubes para negros e brancos, ou para pobres e ricos, criando nichos reservados entre os dois tipos de público, pois, até mesmo os cinemas, importantes espaços de lazer e um dos poucos que comportavam diversas categorias sociais, conservavam um sistema de tratamento diferenciado para com os negros e brancos, sendo as cadeiras térreas e próximas à tela reservadas para as pessoas “de bem” e as que se encontravam na parte traseira, eram destinadas aos negros.

CAPÍTULO IV

A ESCOLA SALESIANA EM UBERLÂNDIA-MG

Neste capítulo, o foco do estudo é construir um cenário envolvendo os fatos que facilitaram a vinda dos salesianos para Uberlândia, no que se refere ao seu norteammento educacional, uma vez que isto teve grande relevância, pois naquele momento a Congregação Salesiana era considerada uma instituição com grande comprometimento na formação dos jovens para a vida e para o trabalho, função que já vinha desempenhando na Europa, especialmente na Itália, seu local de origem.

No início dos anos 50, havia uma busca por formação da mão-de-obra dos jovens brasileiros, principalmente daqueles que viviam nos grandes centros industriais; como Uberlândia estava se organizando em torno de uma política desenvolvimentista que defendia, a qualquer preço, o conceito de que a cidade avançava em direção ao crescimento urbano, comercial e industrial, a instalação da instituição salesiana na cidade mostrou-se satisfatória aos olhos daqueles que acreditavam nesse progresso, por tudo que ela representava em termos de contribuição no processo de formação dos jovens e por ela se instalar em uma região considerada, naquela época, como área periférica, o que certamente provocaria o desenvolvimento daquele local e com isso, maior valorização da área.

Nesse contexto, no prédio vinculado à Igreja de Nossa Senhora Aparecida, os salesianos fundaram seu primeiro centro educacional em Uberlândia, no ano de 1944, com a promessa de criarem uma escola com finalidade acadêmica e profissional; entretanto, este projeto não se completou, uma vez que o ginásio permaneceu em atividades por mais de vinte anos, apenas com a formação acadêmica.

4.1 Congregação Salesiana e a Educação Para a Vida e Trabalho

Entre o final do ano de 1950 e início de 1970, o Brasil viveu um significativo desenvolvimento econômico. A intervenção do Estado e o fluxo do capital estrangeiro proveniente da instalação de indústrias de bens de consumo duráveis e equipamentos,

favoreceram esse crescimento. No entanto, o período também foi marcado pela concentração de lucros e tensões entre a política de caráter nacional-desenvolvimentista e o modelo econômico que contava com investimentos estrangeiros.

O crescimento do parque industrial necessitava de mão de obra qualificada, existindo uma crescente demanda da sociedade por mais escolarização. Assim, a educação foi sendo percebida como portadora de desajustes – elevados índices de repetência, de evasão, baixa oferta – enquanto o discurso economicista obtinha mais espaços.

Nessa perspectiva, houve necessidade de se recompor o sistema educacional para que desse suporte à aparente ascensão que o país atravessava. O modelo que mais se adequava ao momento era a Pedagogia Tecnicista, surgida nos Estados Unidos na metade do século XX e introduzida no Brasil ao final dos anos de 1960. Sob essa ótica, o homem é considerado um produto do meio, ou seja, como consequência das forças existentes em seu meio de convívio. A consciência do sujeito é formada nas relações estabelecidas com o meio ou controlada cientificamente pela educação.

Desprovidos de qualificação e da habilidade obtidas nos moldes anteriores que lhes garantiam certa autonomia, os trabalhadores passaram a ser preparados para o trabalho. A gerência empresarial encarregava-se de promover habilidades operacionais e comportamentais, tais como a destreza, associando-as à paciência, disciplina, capacidade de suportar a monotonia da repetição das tarefas. Pelos novos critérios, a qualificação humana e a competência profissional, até então valores socialmente reconhecidos, inclusive no exterior da esfera de produção, passaram a ser avaliadas apenas quanto à capacidade de se executarem as normas de produtividade.

Segundo Enguita, os primeiros sistemas escolares que surgem na história do ocidente têm pouco a ver com a economia, respondendo a fatores e fins políticos, religiosos e militares. O fato de passarem a ter vínculos estreitos com a economia também, gradativamente vai demandar uma exigência prevista no ideário liberal como um direito e condição para todos se tornarem cidadãos, cuja condição é o direito à educação.

Mas a educação para trabalhadores era vista como desnecessária e perigosa, pois o conhecimento torna o sujeito um ser pensante, crítico e independente. Porém, somente com o advento da industrialização e com seu posterior avanço, tornou-se necessária a preparação da mão-de-obra operária alfabetizada, para que participasse do sistema de produção como produtor e consumidor.

Nesse momento, começou a se pensar na questão da formação das futuras massas que compunham a classe operária e que deveriam compor o mercado profissional

institucionalizado, razão pela qual deveria existir um sistema educativo que preparasse os sujeitos para a vida e trabalho. Neste embasamento e vinculando-se aos fatores de crescimento populacional e de necessidade de mais escolas para Uberlândia, é que se deve pensar na vinda dos Salesianos, uma irmandade comprometida com o processo de ensinar jovens, segundo os preceitos de Dom Bosco, seu fundador.

A educação salesiana possuía, como um de seus princípios básicos, o ato de zelar para que as classes desprovidas de recursos tivessem uma formação ética e moral que lhes desse condições de permanência no mercado de trabalho caracterizado pela competitividade. A Instituição sempre cuidou para que seus alunos tivessem uma formação profissional. Particularmente em Uberlândia, por se tratar de uma instituição direcionada inicialmente aos meninos (Colégio Cristo Rei) e, posteriormente, às meninas (Instituto Teresa Valsé Pantellini), a escola implantou em seu conteúdo escolar conteúdos educacionais que facilitavam aos meninos adquirirem um espaço no ensino superior e, com isso, futuramente, assumirem postos nas indústrias da cidade.

Para as meninas, o programa assumiu uma preparação para o trabalho a ser praticado no âmbito do lar ou fora dele, com cursos de pintura, bordado e culinária e, posteriormente, datilografia e cursos de magistério entre outros que o depoimento de Irmã Elza Lima Gomes confirma: “[...] alguns anos após a abertura da escola, provavelmente no final dos de 1960 [...] Contabilidade, de Datilografia, [...] então as alunas tinham aula (22/10/2007).”

O período em que predominou a produção manufatureira foi uma espécie de ‘vestibular’ ao qual a população foi submetida, a fim de adequar-se à forma própria de produção capitalista em um determinado período. A fragmentação do saber e a imposição de um ritmo extra-organismo de trabalho eram indispensáveis para a produção “maquino-fatureira”. Porém, se a burguesia teve o mérito de gerar forças produtivas mais variadas e potentes do que todas as gerações precedentes conseguiram juntas, segundo Marx e Engels (1986), as relações de produção continuavam a apresentar pontos de estrangulamento conspiratórios à acumulação do capital.

A prioridade era educar o trabalhador para as atitudes, as disposições, a forma de comportamento, conduta e aceitação das relações sociais imperantes. Não por acaso, em termos formais, manifestou-se uma espécie de homogeneização, inclusive no nível das denominações aos cargos-funções, tanto na organização das fábricas quanto das escolas. Com efeito, tal semelhança de ambiente manifestou-se de forma tão explícita, sendo possível notar que, nas fábricas, tal organização se dava em torno de um Diretor e Supervisor (ambos também existentes na escola), Assistente Social (Orientador Educacional na escola),

Psicólogo (idem), Operários (Professores na escola) e Produtos, o que correspondia a alunos na escola.

A fábrica e a escola, na sua forma de se constituírem e serem em suas finalidades, mantêm especificidades. No entanto, a existência destas instituições, bem como das outras que compõem a sociedade, justifica-se, do ponto de vista da classe hegemônica, enquanto corrobora para mantê-la e reforçá-la. É dessa perspectiva que se compreende o fato de determinados métodos e técnicas serem aceitos enquanto outros são rejeitados.

Segundo Enguita (1990), as discussões sobre a qualidade do ensino iniciaram-se nos Estados Unidos, no começo da década de 1980, quando o sistema educacional norte-americano apontou uma série de indicadores que atestavam a inadequação de suas escolas aos novos tempos. As altas taxas de evasão, a queda do nível qualitativo dos alunos, a crise de disciplina, o surgimento de disciplinas optativas em detrimento das tradicionais, são alguns dos indicadores que colocam a questão da qualidade de ensino no centro dos discursos dos responsáveis pelas políticas educacionais norte-americanas.

Ainda em relação ao Brasil, pode-se perceber que os últimos anos da década de 60 e início da de 70 marcam o ponto mais alto da tentativa de transferência dos princípios empresariais aos educacionais, consubstanciados na tendência tecnicista. Gadotti (1990) a considera um verdadeiro estrangulamento da educação. A formação do pedagogo, que já era incipiente, deixou de ser tomada de consciência dos problemas educacionais para ser treinamento.

Isso se fez presente principalmente a partir dos suportes proporcionados pelo behaviorismo, em que o aluno passou a ser visto como um ser moldável e, o professor, um executor de tarefas prescritas, enquanto a educação tornou-se um processo inteiramente predizível e planejável, objetivo que facilmente poderia ser concretizado na medida em que a educação fosse colocada a reboque da economia. O currículo, um instrumento cientificamente planejado, passou a desempenhar a função de prever e controlar a escola em suas diferentes dimensões. Finalmente, a escola passou a ser concebida como um meio imprescindível à adequação do homem à ordem socioeconômica e trabalhista vigente.

Nesta perspectiva, cabe à escola um papel educacional bastante distinto daquele exercido pela família representada pelos pais, uma vez que ao tentarem preparar seus filhos para a vida profissional, pecavam no quesito de obediência às ordens de terceiros.

Assim, segundo Enguita (1990), a submissão à autoridade no seio da família, não constitui uma base preparatória suficiente para a aceitação da autoridade no local de trabalho,

porque é difícil entender-se a educação dada pela família como uma extensão natural ao trabalho.

Desta forma, a escola assume a função de repassar aos alunos as primeiras regras comportamentais de obediência, compatíveis ao ambiente de trabalho. Neste sentido, a ordem soa de forma extremamente plausível no ambiente escolar, pois é partir dela que o professor consegue impor sua fala e ponto de vista. Tal ordem é defendida por razões técnicas, pois se não for mantida, impossibilitará que se ouça a fala do mestre. Portanto, em benefício de todos, deve-se manter a ordem e impor a disciplina em nome da manutenção de um estado aceitável de justiça distributiva em nome da coletividade, fato este que a escola católica consegue desempenhar com êxito por defender e empregar valores arraigados de espiritualidade cristã que dificilmente são desafiados pelo sujeito, por temer algo que está implícito na crença de cada um.

Assim, apesar da instituição não usar alguns métodos repressivos como a palmatória e, entre outros, o castigo de ficar de joelho em grãos de feijão quando não se fazia a lição ou quando se desobedecia, utilizava outros princípios, tais como a impregnação cristã que consistia no momento em que era dada uma palavra (que as Irmãs Salesianas chamam de *acolhida*) aos alunos, todos os dias antes de começarem as aulas, relatando parte de um texto que poderia ser bíblico ou outro qualquer que falasse da lealdade, respeito, carinho, humildade, sinceridade, amor, entre outros, enfatizando que aqueles que não zelassem por estes princípios não seriam dignos na presença de Deus.

[...] nós tínhamos todo dia a *acolhida* que a gente fala [...] Aquela mensagem antes de começar a aula, rezava conosco, então dava sempre a mensagem daquele dia falar da bondade da simplicidade, sempre tinha alguma coisa. É como Dom Bosco dizia que a gente educa o jovem não com a pancada, mas com bondade [...] Então eu sentia muito *acolhida* das irmãs e as irmãs acolhiam não só os alunos como os pais também; os pais se sentiam amigos, viam aqui, sentiam felizes em estar com as irmãs (IRMÃ ELZA LIMA GOMES, 22/10/2007).

A educação atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo. Para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia educacional que atua sobre o comportamento. Seu interesse imediato é o de produzir indivíduos "competentes para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas"

(LIBÂNEO, 1989, p. 290). Tal concepção correspondia a uma visão economicista do campo educacional e era oriunda do que ficou conhecido por teoria do capital humano.⁹⁶

No que concerne à atuação da Igreja Católica no campo da educação, num período em que o Brasil se associou de modo subordinado, ao capital internacional e que as grandes corporações chegaram ao país, é importante compreender o influxo do Concílio do Vaticano II, que teve início em 11 de Outubro de 1962 e somente se encerrou em 08 de Dezembro de 1965. Entre os documentos aprovados está a “Declaração sobre a Educação Cristã da Juventude”, que é de grande valor para se compreender a posição da Igreja em matéria de educação.

Tal declaração começa afirmando que todos os homens, de qualquer estirpe, condição e idade, têm direito inalienável a uma educação correspondente ao próprio fim, acomodada à própria índole, sexo, cultura e condições pátrias e, ao mesmo tempo aberta ao consórcio fraterno com outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra.

Descrevendo os objetivos da educação das crianças e dos jovens, o Concílio exhibe a complexidade da tarefa de educar, que jamais poderá reduzir-se a uma simples instrução. A educação das crianças e dos jovens é compreendida como instrumento para se alcançar a maturidade da pessoa humana.

No que diz respeito ao ensino-aprendizagem da arte nesta tendência tecnicista, pode-se mencionar a ausência de fundamentos teóricos em detrimento do "saber construir" e do "saber exprimir-se". Nessa fase, percebe-se a grande ênfase no uso de materiais alternativos, conhecidos, na maioria das escolas, como sucata e lixo limpo. O professor de arte busca socorro para suas dúvidas nos livros didáticos que estão no mercado para serem consumidos desde o final dos anos de 1970. Não se pode esquecer que, no início dessa década, a disciplina de Educação Artística tornou-se obrigatória, a partir da Lei de Diretrizes e Bases 5692/71, que centra o ensino da arte em técnicas e habilidades.

A tendência tecnicista era alicerçada no princípio da otimização: racionalidade, eficiência e produtividade. Com sua organização racional e mecânica, visava corresponder aos interesses da sociedade industrial. A semelhança com o processo industrial não ocorreu por acaso, pois essa proposição atingiu seu apogeu no final dos anos de 1960, época da marcante

⁹⁶ Criada entre o final da década de 50 e início dos anos 60 nos Estados Unidos por Theodoro Schultz, a teoria postulava que um investimento marginal em educação resultaria em um acréscimo marginal na produção (Frigotto, 1999). A teoria do capital humano influenciou decisivamente os anos que se seguiram ao Golpe de 64 e deixou uma marca indelével na educação brasileira, ajustando o país às exigências do grande capital e delineando a política educacional.

presença do autoritarismo do Estado Militar, período em que o espírito crítico e reflexivo foi banido das escolas.

Foi nesse momento que a escola, principalmente a católica, assumiu fundamental importância no processo de formação do sujeito, por ser a instituição à qual a sociedade confiava parte relevante da educação de seus filhos. Entre todos os meios de educação, tem especial importância a escola que, frente à sua missão, enquanto cultivava atentamente as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade de julgar retamente, introduz o patrimônio intelectual adquirido pelas gerações passadas, promove o sentido dos valores, prepara a vida profissional e cria, entre alunos de condição diferente, um convívio amigável e favorece a disposição e compreensão mútua.

Neste aspecto, percebe-se que nada melhor para construir tal perfil do que o ambiente da escola de tendência religiosa como o Colégio Cristo Rei e o Instituto Teresa Valsé Pantellini, ambos inseridos no contexto da sociedade uberlandense, principalmente nos primórdios de sua fundação, em que a disciplina era tida como lema do seu processo educacional.

Tais requisitos faziam-se visíveis na fala de mestres e funcionários daquele ambiente, na postura dos alunos, nas roupas, na posição das carteiras e, entre outros, na própria organização das filas no pátio da escola. Neste sentido, através do relato das entrevistas abaixo, percebe-se como era tratada esta questão:

O Colégio Cristo Rei aplicava uma disciplina bastante rígida [...] com modos tradicionais, seguindo o sistema da época, os alunos todos uniformizados a distribuição das carteiras eram todas em fila organizadas em ordem de tamanho dos alunos [...] cantava-se o hino nacional antes de entrar para sala de aula [...] os alunos ficavam em fila antes de entrar para sala [...] o professorado a maioria era salesianos, eram padres ou irmãos, depois que mais, um acento muito forte na parte religiosa, que inclusive, a gente tinha missa todos os dias, no final de semana a gente devia que participar de missa e mostrar na segunda-feira pela caderneta que tinha um controle de frequência e mostrava também que tinha ido na missa, então era bastante rígido mesmo[...] (PADRE MANOEL CLARO COSTA, 22/02/2008).

[...] No Teresa Valsé as irmãs usavam hábito [...] o sistema de filas com as alunas por ordem de tamanho, cantavam o hino nacional antes de entrar para sala de aula e a gente sentava sempre em fila [...] na ocasião eram um pouco sérias; também, exigia-se muito da gente; era uma regime assim bem sério para as alunas; também não podia ter muita algazarra também não[...] (EDNA BARBOSA, 20/10/2007).

O Sistema Preventivo⁹⁷ de Dom Bosco foi sempre a referência e a modalidade individualizadora das obras educativas salesianas. Existem três palavras-chaves que resumem

⁹⁷ A definição de Sistema Preventivo é a seguinte: consiste em tornar conhecidas as prescrições e as regras de uma instituição e depois assistir de modo que os alunos estejam sempre sob os olhos atentos do Diretor ou dos

o sistema preventivo de Dom Bosco: Razão, Religião e Carinho ou “*Amorevolezza*”. Porém, não são suficientes para explicar a gama de características que pautaram as relações educativas dos salesianos e a maneira pela qual eles se colocaram entre os jovens e adolescentes.

A proximidade com os jovens sempre proporcionou uma relação de muita capacidade e acolhida, de segurança e de incentivo para uma vida limpa e honesta. Uma instituição de educação salesiana, tanto para os adolescentes como para os jovens universitários, constituía-se num diferencial, pelas atitudes e contatos proximais mantidos, fator que auxiliava o próprio jovem a dar sentido na vida e a concretizar seus valores sempre com uma referência ao transcendental, ou seja, para Deus. Não podia faltar a Mãe, a quem Guiraldelli (1995) se referia assim:

"Foi Ela quem tudo fez!" Apresentamos a presença de Maria como Mãe carinhosa que sempre está presente na vida de seus filhos. Desde os nove anos de Dom Bosco temos Nossa Senhora como uma grande defensora dos salesianos e nos consideramos protegidos e guiados por Ela.

As Irmãs Salesianas constituem uma rede mundial de educação inserida nos contextos sociais e culturais. São chamadas a uma missão educativa que se insere nos princípios evangélicos, expressos no sistema educativo de Dom Bosco e de Madre Mazzarello e alicerçada em três princípios básicos:

- a) A razão, entendida como a forma de despertar nos jovens o entusiasmo pelo estudo, a pesquisa, construção do conhecimento, re-significação da real capacidade de assimilar sentidos oferecidos pelo mundo da comunicação;
- b) A religião que oferece ao jovem a chave de interpretação do mundo, dando significado último da existência humana, como fonte de equilíbrio e sentido para a vida;
- c) A amabilidade que é uma prática educativa orientada para a questão do coração, estabelecendo-se assim um diálogo que ajuda o indivíduo a construir seu projeto de vida.

Segundo os princípios das salesianas, o ser humano não nasce pronto, está em constante processo de construção e, a boa formação de sua personalidade, depende da qualidade das relações com outras pessoas. Assim, o sujeito é capaz de sentimentos, atitudes e gestos grandiosos de generosidade, mas é igualmente capaz de sentimentos e atitudes

assistentes. Estes, como pais carinhosos, devem falar, servir de guia em todas as circunstâncias, dar conselhos e corrigir com bondade. Consiste, pois, em colocar os alunos na impossibilidade de cometerem faltas. (SCARAMUSSA, 1984)

devastadoras de maldade e mesquinhez. Portanto, faz-se necessária uma educação para o desenvolvimento integral da pessoa, não apenas intelectual e cognitivo, mas uma educação que, com o passar dos anos, não se apague, dando estrutura para a vida social e, principalmente, para o trabalho.

4.2 Da Paróquia de N. S. Aparecida ao Colégio Cristo Rei

Falar sobre a história da construção do Colégio Cristo Rei é impossível, sem partir da descrição de como foi instalada e construída a Igreja de Nossa Senhora da Aparecida, que teve seu nome em homenagem à Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, cuja imagem foi encontrada no dia 11 de maio de 1717, no Porto de Itaguassu do Rio Paraíba, por alguns pescadores pobres.

Por autorização de D. Antônio de Almeida Lustosa, Bispo Diocesano de Uberaba, foi iniciada, em 7 de dezembro de 1928, a construção da pequena Capela, no bairro que traz o seu nome. Concluída, foi inaugurada no dia 13 de dezembro de 1936, com a presença de D. Luiz Maria de Santana, bispo Diocesano de Uberaba.



Figura 1 - Construção da Capela N.S. Aparecida em 1936

Fonte: Extraída do livro de memórias da Igreja Nossa Senhora Aparecida de Uberlândia.

Pela figura a acima pode-se ver ainda a antiga Igreja ao fundo rodeada pela construção da nova Matriz, tendo a sua demolição em Setembro de 1955, após a celebração da última missa em seu interior no dia 20 deste mesmo mês.

As palavras de Padre Henrique Ribeiro de Brito reafirmam os aspectos apresentados pela ilustração acima:

O padre Américo conservou a capela que tinha lá dentro, a igrejinha e construiu por fora. Quando estava para poder ser usado o templo, ele desmanchou aquela igreja pequena de dentro (...) e fez a grande (22/02/2008).

Mas, a cidade crescia e a grande extensão do território da matriz, incluindo o atendimento à zona rural, exigia a criação de uma paróquia. Os esforços de Monsenhor Eduardo Antonio dos Santos, então Vigário da Matriz de Santa Terezinha à qual pertencia a Capela, conhecendo dos anseios do povo da vila Operária, culminaram com a autorização dada por Dom Alexandre Gonçalves Amaral, Bispo diocesano de Uberaba, que, por Decreto de 11 de abril de 1945, criou a Paróquia de Nossa Senhora da Aparecida.

DECRETO DE CRIAÇÃO:

Fazemos saber que, tendo em vista o grande acréscimo da população e a grande extensão da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Uberlândia, de modo que, sem grave incômodo, não podem os fiéis freqüentar a Igreja Matriz [...]

As palavras de Pe. Manoel Claro Costa abaixo definem claramente o momento em que a Igreja era bem pequena e o colégio funcionava à volta dela, em salas improvisadas ainda dentro de casas que os salesianos foram comprando no entorno da Igreja:

O colégio foi doado pela Diocese de Uberaba [...] para os Salesianos. Ali só o prédio, porque os Salesianos compraram tudo em volta [...]. [...] os Salesianos compraram, ali eram casas de moradia dos dois lados, no fundo da Igreja tinha o colégio, de lado duas casas de moradia e do outro lado mais duas, e os Salesianos foram comprando aos poucos. [...] nós fomos comprando, dos Salesianos, nos compramos as casas do lado e com muita dificuldade por sinal porque o pessoal fincou o pé; eu lembro que o trabalho, Padre Isanor começou a mexer com isso [...] Padre Mário agüentou muito desaforo, e depois essa casas ficaram de residência dos Salesianos ai eles começaram à morar e a usar para sala de aulas [...] até desmanchar pra poder fazer o colégio novo. Primeiro fizeram a igreja, era uma igrejinha muito pequena, por volta de 58,57 foi inaugurada a igreja em Maio [...] fizeram uma igreja maior, foi os Salesianos que construíram [...] (22/02/2008)

Assim, por provisão de Dom Alexandre Gonçalves Amaral, Bispo Diocesano de Uberaba, foi nomeado, no dia 19 de abril de 1945, o primeiro Vigário da Freguesia de Nossa Senhora Aparecida, Pe. João Batista Balke, na figura abaixo, que tomou posse no dia 22 de Abril.

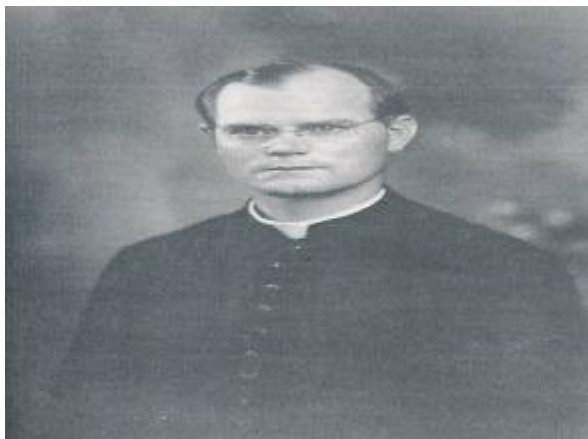


Figura 2 – Pe. João Batista Balke

Fonte: Extraída do arquivo do Instituto.

A instalação solene da nova Paróquia foi no mês de maio, no dia 27, com a presença do Sr. Bispo Diocesano, com missa campal realizada às 8hs. O zelo apostólico e a energia extraordinária do Pe. Balke possibilitaram que, em três meses, a Paróquia estivesse organizada.

Pe. Balke tinha um objetivo principal: construir o Instituto Cristo Rei, para instruir os jovens e criar escolas profissionais anexas. No dia 8 de julho de 1945 foi assentada a primeira pedra para construção do estabelecimento. No mesmo mês, Pe. Balke enviou ao Sr. Prefeito Municipal, Dr. Vasconcelos Costa, um ofício assinado por ele e por representantes do povo, solicitando a mudança do nome da Vila Operária para Vila Aparecida. Com relação à escola profissional nem chegou a funcionar, pois, de acordo, com as palavras do ex-aluno Padre Manoel Claro Costa este não saiu do papel:

[...] não, não havia curso profissionalizante no Colégio Cristo Rei no período em que estudei lá entre 1953 á 1960, só o acadêmico mesmo, de 1ª a 4ª série [...]. [...] alias que nem 1ª série tinha se não me engano, eu não me lembro de 1ª série não, - teve, mas posteriormente. Eu entrei na 2ª série, era o que funcionava.

Sensibilizado, o Prefeito atendeu ao pedido e, no mês de agosto, o nome da Vila foi alterado. Grandes melhoramentos foram feitos: mudança completa na iluminação pública, melhoria no abastecimento de água, criação de um Posto Policial e, ainda, a construção de uma nova Instituição de Ensino em frente ao estádio de futebol, construção autorizada por Benedito Valadares, Governador do Estado de Minas Gerais.

Inaugurou-se, em 1944, o Instituto Cristo Rei. Incumbido pelo Bispo Diocesano para ser o guia espiritual da classe operária, Pe. Balke criou uma grandiosa obra de amparo aos

meninos abandonados e economicamente menos favorecidos. Com o apoio das autoridades locais, auxiliados pelo benemérito industrial Salvador Melazzo, e ajudado pelo povo do bairro, construíram-se o Ginásio, onde os jovens iniciavam sua formação cultural e espiritual.

A direção do “Cristo Rei” tinha uma tolerância bastante grande, mas quem estudava era geralmente quem podia pagar a mensalidade [...]. O pequeno número de bolsas fornecidas pela Prefeitura não isentava o aluno de pagar uma pequena parte [...] eles pagavam pra mim porque meu pai vendia arroz pra eles e eles me devolviam dinheiro, eu ia lá pagar a mensalidade e eu sempre recebia, nunca paguei porque era o arroz que o meu pai vendia que eles compravam, mas havia o sistema de mensalidade e bolsas, bolsas de estudos que geralmente viam do Governo, mas a maioria podia pagar e pagavam uma certa contribuição. (PADRE MANOEL CLARO COSTA, 22/02/2008).

Desta forma, contradizia-se o projeto inicial, mencionado abaixo, do Pe. Balke, prescrito no Estatuto de 1947, de atender as classes pobres e de lhes dar certa formação profissional no colégio, pelas palavras do ex-aluno, e Pe. Manoel Claro, transcritas acima. Assim, a Congregação tomou outra direção, passando a atender as necessidades educacionais das camadas sociais de Uberlândia que tinham realmente condição de pagar as mensalidades para um ensino acadêmico.

[...] ensino na Escola Profissional está sendo administrado absolutamente gratuito para aos alunos pobres. A fim de ampliar esta obra de assistência escolar e profissional elementar até o Ensino Secundário e Técnico, construiu-se uma nova dependência para ser nela instalado o Ginásio Cristo Rei, obra social da Paróquia N.S. Aparecida, de Uberlândia-Minas, e honrando a finalidade da Instituição do Cristo Rei, visa favorecer o mais possível os seus alunos, dando ensino secundário aos alunos de operários, cobrando taxas mínimas [...]. (ESTATUTO DO GINÁSIO CRISTO REI)

O Instituto foi inaugurado com a presença do Bispo Diocesano que aqui se encontrava em visita pastoral, do Revmo. Pe. Maximiliano Jockwer, Superior da Congregação do Preciosíssimo Sangue e de mais três religiosos que o acompanhavam.

Em 1º de março, iniciaram-se as aulas no Instituto, no Curso Primário (diurno) e nos cursos Primário, Admissão e Madureza (noturnos), com 250 alunos. Além desses cursos, por recomendação do Governo do Estado, matricularam-se no Curso de Alfabetização, 201 alunos, com idade de 14 a 30 anos. O trabalho extraordinário do Pe. Balke foi auxiliado pelos membros da Congregação do Preciosíssimo Sangue, professores José Siqueira, Nelson Neto Silva e Francisco Cardoso, coadjuvados pelos Professores Pedro Schwindt Filho e Guenter Brune.

Foi este o início do grande trabalho realizado juntamente com o Pe. João Batista Balke, que deixou a Paróquia em 26 de Julho de 1948. Posteriormente, no período de 1952 a

1970, os padres salesianos dirigiram o Ginásio Cristo Rei e as obras sociais da Paróquia da Nossa Senhora Aparecida.

De 1952 a 1970, a Paróquia de Nossa Senhora Aparecida foi dirigida pelos padres Salesianos, que realizaram uma grande obra voltada, principalmente, para a construção da nova Matriz e a manutenção do Ginásio Cristo Rei, núcleo proporcionador de uma educação integral, que beneficiou grande parcela da população estudantil de Uberlândia, até o ano de 1970, quando o Ginásio encerrou suas atividades.

Nas palavras de Padre Manoel Claro Costa percebe-se que a vinda dos salesianos e, posteriormente, a instalação do Colégio Cristo Rei, foram fatores beneméritos para o crescimento e desenvolvimento do bairro Brasil, antiga Vila Operária, pois, foi a partir daí, conforme já comentado, que a Prefeitura passou a olhar as precariedades deste setor:

[...] era bairro Operário, era Vila Operário, nem era bairro, chamava se Vila Operário. Bom, quando nos mudamos pra cá, quando eu era criança, aqui era praticamente periferia da cidade, inclusive aonde meu pai comprou ai pra fazer a maquina de arroz era um Cabaré, havia uma zona de prostituição, inclusive na frente da minha casa mesmo havia uma casa de prostituição [...] não tinha água encanada, não tinha esgoto, não tinha calçamento, era toda terra, depois à medida que o tempo foi passando eles calçaram, primeiro fizeram a rede de esgoto, a água encanada, pra gente ter água encanada em casa foi isso bem depois de 1955 talvez, eu estava na 3ª série, inclusive em nossa casa que ficava bem pertinho do colégio [...] não tinha água e a privada era daquelas privadas de buraco que a gente via, que a gente costuma chama, não tem um nome próprio, é...é...é uma fossa sanitária [...] então mais ou menos aquilo, o bairro era realmente periferia da cidade [...] só na Floriano, só na Floriano que tinha uma cancela que dava acesso a parte central da cidade [...] que ia só até onde começa a Fernando Vilela, o resto era tudo propriedade da rede Mogiana. À pé, à pé. Pra você ir num cinema Monte Negro Centro Oeste que é ali na praça Osvaldo Cruz se tinha que passar por cima do viaduto de madeira que não tinha condição de passar carro [...] os Salesianos foram grandes também, um grande fatores para urbanização da Vila Operário, eles vindo pra cá e iniciando o colégio deu imagem também à cidade, e dizia Padre Mário Florestan que era diretor no meu tempo [...] ele dizia que o centro geográfico de Uberlândia seria aqui, e de fato ele acertou, a gente percebe que o centro geográfico é aqui, ele vivia falando isto, ele era muito otimista, um cara de visão muito ampla [...] (22/02/2008)

Em princípios de 1952, o Revmo. Pe. Alcides Lanna, inspetor salesiano, recebeu das mãos de Dom Alexandre Gonçalves Amaral, Bispo Diocesano de Uberaba, a Paróquia de Nossa Senhora Aparecida e o Ginásio Cristo Rei. Nomeou-se então o 7º Vigário da Paróquia e Diretor da Obra Salesiana, Pe. Augusto Cabral. As dificuldades econômicas da obra salesiana começaram a preocupar a Congregação. A Paróquia tinha uma renda pequena e era responsável pela hipoteca do Ginásio, no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Pe. Augusto Cabral deixou a Paróquia para se dedicar à obra salesiana. Em 09 de julho de 1952, foi nomeado novo Vigário o Pe. Américo Ceppi, que aparece ao fundo da figura abaixo, juntamente com a equipe dos mutirões que participaram da construção da Matriz de Nossa Senhora Aparecida.



Figura 3 - Construção da Igreja N.S. Aparecida em 1952

Fonte: Do Arquivo da Igreja de Nossa Senhora Aparecida de Uberlândia – 1952.

Em Agosto do mesmo ano, Padre Américo organizou uma quermesse, cuja direção ficou sob a responsabilidade de Primo Crosara e família, tendo, como resultado, uma renda de Cr\$32.000,00 que possibilitou o início das obras da nova Matriz. Esses recursos utilizados pelos irmãos salesianos para arrecadação de fundos eram sempre noticiados pelos jornais. A imprensa uberlandense relevava esses eventos e estimulava o apoio da população:

AS OBRAS DE BENEMERÊNCIA INAUGURAÇÃO DAS BARRACAS EM BENEFÍCIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E DO COLÉGIO SALESIANO⁹⁸.

Foram inauguradas na noite de quarta-feira, dia 06, às 20 horas, as barraquinhas organizadas para angariar fundos para a Santa Casa de Misericórdia e para o Colégio Salesiano de Uberlândia. Armadas na Praça da República, em frente da Matriz de Santa Terezinha, são amplas e confortáveis, artisticamente ornamentadas. O ato a que compareceu muita gente, representando todas as classes sociais, contou com a presença do Sr. Tubal Vilela, prefeito; Dr. Lahyre Santos, Juiz de Direito; Dr. João Gonzaga de Siqueira, Juiz Substituto; outras autoridades, repórteres do rádio e da imprensa e convidados.

A presença do então Prefeito de Uberlândia, Tubal Vilela, deve ser digna de ressalva uma vez que, este era o grande interessado no crescimento de tal bairro, pois conforme foi dito nas páginas anteriores, este possuía grande área naquela região e tinha interesse no

⁹⁸ CORREIO DE UBERLÂNDIA. Ruth de Assis e Lycídio Paes (red.). As obras de benemerência inauguração das barracas em benefício da Santa casa de Misericórdia e do Colégio Salesiano. Ano XV. Nº 3.469. Cód. 27. Uberlândia, 9 de Agosto de 1952. p.. 03.

desenvolvimento daquele bairro para que pudesse lotear e vender terrenos através de sua imobiliária.

Desta forma, mesmo estando o colégio em pleno funcionamento ao lado da Igreja Nossa Senhora Aparecida desde os princípios do ano de 1944, os padres salesianos persistiam em seus sonhos de construção de uma grande escola para receber um grande número de alunos de diversos níveis sociais, dando continuidade aos fundamentos de Dom Bosco em zelar pelos menos favorecidos economicamente, proporcionando uma formação educacional justa e humanitária para todos os cidadãos, fato este que, pelas palavras de Padre Manoel Claro Costa em parágrafos anteriores, não ocorreu, pois a escola atendia certa classe que tinha condição de pagar pelas mensalidades.

Neste sentido, o início do ano de 1952 foi de extrema importância, uma vez que, após ter conseguido a doação de uma grande área onde hoje se encontra localizada a Universidade Federal de Uberlândia, no bairro Santa Mônica, a irmandade salesiana deu início à construção onde deveria funcionar o novo e moderno Colégio Cristo Rei. As ilustrações abaixo representam lançamento basilar da construção projetada.



Figura 4 - Lançamento basilar da construção da nova sede do Ginásio Cristo Rei (no atual Bairro Sta. Mônica)

Fonte: Do arquivo da Igreja de Nossa Senhora Aparecida -1952

Nesta figura, segundo os dados do arquivo, vê-se o professor João Edison de Melo, ex-aluno salesiano, discursando durante a solenidade de benção e assentamento da pedra

fundamental do edifício do Ginásio Cristo Rei, no Bairro Santa Mônica; da esquerda para a direita: Prof. Osvaldo Vieira Gonçalves – Diretor do Colégio Estadual de Uberlândia; Mons. Eduardo Antônio dos Santos; Vigário da Matriz de Santa Terezinha; Sr. Geraldo Migliorini; Sr. Tubal Vilela da Silva – Prefeito Municipal; Sr. Sandoval Guimarães; Dom Alexandre Gonçalves Amaral – Bispo Diocesano de Uberaba; Pe. Alcides Lanna – Inspetor Salesiano e os Coroinhas da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida

No comentário que se encontra na Figura 4 lê-se:

“DOM ALEXANDRE GONÇALVES AMARAL benze e assenta a primeira pedra do prédio do GINÁSIO CRISTO REI, que se tornaria, posteriormente, o 1º edifício do CAMPUS SANTA MÔNICA, da UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, O MINEIRÃO.”

A Tribuna do Triângulo de 1953⁹⁹ também se referiu a um desses eventos:

QUERMESSE PROL COLÉGIO SALESIANO

Teve início no dia 6 do corrente, na praça da República, a realização de animada quermesse para a arrecadação de fundos em prol da construção em nossa cidade, do Colégio dos Padres Salesianos [...] Sejam os bons uberlandenses contribuindo para esse notável melhoramento em nossa cidade[...]

A planta, feita pelo Dr. Luiz Rocha e Silva, foi aprovada e sua execução entregue ao construtor Sílvio Rugani. As obras tiveram início em 11 de novembro de 1952. No princípio de janeiro de 1953, Pe. Augusto Cabral foi transferido para Niterói e, para substituí-lo, chegou à Uberlândia, em 6 de fevereiro, o Pe. Zanor Rosa, que dirigiu a obra salesiana até o final de abril, quando a assumiu o Pe. Emílio Miotti.

As obras de construção do colégio e da Igreja continuaram com a colaboração do povo, que realizava mutirões em todos os finais de semana. No mês de junho iniciou-se a armação das colunas da torre e, em julho, os alicerces da parte superior da Igreja. Em dezembro de 1953, Pe. Emílio Miotti foi transferido, deixando a direção da obra.

Segundo os pareceres do Pe. Henrique Ribeiro de Brito e do Pe. Manoel Claro Costa, apesar dos esforços iniciais para a construção do novo prédio do colégio Cristo Rei no bairro Santa Mônica, que iria funcionar em caráter de internato e externato, este nem chegou a funcionar e acabou sendo vendido mais tarde.

⁹⁹ TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Cyro de Castro Almeida (dir) Quermesse em Prol Colégio Salesiano. Ano I. Nº 2. Cód. 114. Uberlândia, 10 de Agosto de 1953. P.04.

[...] não chegou á funcionar, estava em construção, aí veio o negócio com a Universidade de Uberlândia, a Faculdade. Eles fizeram, construir, fazer Engenharia, começou a Engenharia [...] [...] então eles que começaram lá, e os superiores resolveram vender porque nessa ocasião [...] [...] foi vendido mas ao mesmo tempo não foi só em dinheiro não, nós ganhamos muitos terrenos ali ao redor da Igreja. Mas lá não chegou a funcionar [...] os salesiano não chegou a funcionar [...] lá ia ser internato e externato [...] mas lá era um mato enorme [...] [...] eu mandei capinar um terreno que tava na frente do prédio um dia lá, e tinha que capinar, manter limpo e uma cobra picou até o homem lá que tava capinando [...] o prédio ficou com toda estrutura pronta e aí tinha que ficar capinando em volta para conservar... e já tinha umas ruas traçadas ali, tinha outra casa, a gente tinha que manter limpo [...] (PE. HENRIQUE RIBEIRO DE BRITO, 22/02/2008).

[...] nunca funcionou. Lá o Padre Isenor Pedro Rosa começou a construção daquilo na década de 50 mesmo, deve ter sido começado por volta de 52 e 53 quando eu comecei estudar ali. Eles começaram a preparar o terreno e fazer aquela construção lá, era pra ser internato [...] com Padre Mário Florestan [...] Padre Mário praticamente construiu o prédio, mas ele morreu logo em 62 e em 63 eles venderam pra Faculdade, naquele tempo não era Universidade, venderam pra Faculdade lá, em 63 [...] (PE. MANOEL CLARO COSTA, 22/02/2008).

Ainda em 1953 realizou-se uma Assembléia Geral Ordinária que foi divulgada pela Tribuna do Triângulo¹⁰⁰:

INSTITUTO SALESIANO DE UBERLÂNDIA

Realizou-se a 06 do corrente a Assembléia Geral Ordinária de tal estabelecimento que elegeu a seguinte diretoria que passará a reger os destinos do Instituto Salesiano de Uberlândia. Comissão Diretora: Presidentes de Honra: Segismundo Pereira; Edésio Alves Carneiro; Presidente: Francisco Caparelli; Vice-Presidente: Dr. Educaro Veloso Viana; Secretário José Maria Ribeiro; Tesoureiro: Geraldo Migliorini; Diretor do Colégio: Padre Emílio Mioti; Diretor de Serviços Técnicos: Padre Francisco Lana; Diretores Técnicos: Dr. Augusto Crosara, Dr. Oswaldo Crosara; Diretor de Festejos: Sandoval Guimarães. Comissão Executiva: Alexandrino Garcia, Alfredo Simão, Aureliano Machado, Ataliba Macedo, Antonio Fernandes de Oliveira, [...] Almeida, [...].

O início de 1954 foi difícil para os Salesianos. Tendo-se em vista que a Paróquia, responsável pela hipoteca do Ginásio Cristo Rei, não estava em condições de saldar a dívida, a Caixa Econômica enviou uma intimação, concedendo 30 (trinta) dias para que a dívida fosse paga ou o Ginásio seria posto à venda. Pe. Américo Ceppi recorreu à Inspetoria Salesiana, conseguindo com Pe. Alcides Lanna, a quantia de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) que, complementada pelos esforços do Pe. Américo possibilitou a liquidação da dívida de 1953.

¹⁰⁰ Tribuna do triângulo. Cyro de Castro Almeida. Instituto Salesiano de Uberlândia. Ano I. Nº 17. Cód. 114. Uberlândia, 26 de Novembro de 1953. p. 05.

Durante todo o ano de 1954 e no primeiro semestre de 1955, as obras da construção da nova Matriz continuam em ritmo acelerado. Os esportistas também colaboraram, realizando um jogo de futebol entre as equipes do Sal Tropeiro e do Uberlândia Esporte, com a finalidade de doação da renda obtida, num total de Cr\$7.600,00 (sete mil e seiscentos cruzeiros), entregues ao Pe. Américo pelos presidentes Boulanger Fonseca e Nicolau Feres.

No dia 12 de outubro de 1956, com a presença de Dom Alexandre Gonçalves Amaral, (Bispo Diocesano), de Afrânio Rodrigues da Cunha (Prefeito Municipal), de membros da Câmara Municipal e de toda comunidade local, procedeu-se à bênção externa e interna da Igreja. A saudação do Bispo foi feita pelo Prof. João Edson de Melo, seguida das palavras de D. Alexandre. No sábado, foi feita a consagração do altar e, no domingo, a solenidade pontifical.

Em 1957, Pe. Américo Ceppi obteve uma grande vitória, conseguindo de Dom Alexandre Gonçalves Amaral a cessão da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida e do Ginásio Cristo Rei para a . De 1954 a 1957, dirigiu a obra salesiana o Pe. Zanor Rosa, que realizou uma obra admirável, ganhando o carinho do povo que soube reconhecer seu imenso trabalho à frente do Ginásio Cristo Rei e admirar a eloquência de sua palavra. Para substituí-lo, veio para Uberlândia Pe. Mário Forestan, em 1958 ilustrado na figura abaixo, ano em que as Irmãs Salesianas Filhas de Maria Auxiliadora receberam o convite para criarem uma instituição de amparo às crianças socioeconomicamente desfavorecidas: o Instituto Teresa Valsé Pantellini.



Figura 5 – Foto Padre Mario Forestan
Fonte: Arquivo do Instituto -1959

O Instituto Teresa Valsé Pantellini foi fundado em 1959, com a vinda das irmãs Salesianas convidadas pelo Pe. Forestan: Madre Palmira Ghisoni, as Irmãs Rita Vieira e Catarina Muratore, que se instalaram provisoriamente na chácara cedida por Cícero Diniz, onde improvisaram uma pequena capela que serviu como primeiro Oratório Festivo. O nome

da Instituição foi inspirado em Madre Tereza Valsé Pantellini, cuja história será relatada no próximo capítulo.

Entretanto, foi Pe. Mário Forestan que fez o convite para as irmãs salesianas instalarem em Uberlândia ainda em 1958, ano em que vieram fazer uma visita a cidade, e já em 1959 vieram definitivamente, para cuidar da obra educacional com as alunas, segundo relato da Irmã Jussy de Azevedo:

[...] Padre Mário, falou em 1958 que teria que levar as irmãs para Uberlândia. Ele foi lá noviciado ainda [...] convidou quem queria ir para Uberlândia, nós vamos levar as irmãs para lá [...] ele foi e levou quatro irmãs, depois eu fui também no mesmo mês. [...] a finalidade era tomar conta das meninas e os padres tomar conta dos meninos e a catequese (29/03/2008).

No ano de 1959, o Colégio Cristo Rei já se mantinha prestigiado e respeitado pela sociedade de Uberlândia, sendo motivo de destaque pela sua filosofia de ensino, com a utilização de métodos educacionais que contribuía com o desenvolvimento e crescimento da cidade. Tal fato se fazia presente até mesmo na forma com que o aluno do colégio se organizava nas diversas apresentações públicas, como se vê na figura abaixo, no desfile em comemoração ao dia 07 de setembro de 1959, frente à Praça Tubal Vilela (Av. Afonso Pena), vendo-se ao fundo os prédios do Grande Hotel Colombo e do Fórum Abelardo Pena. No local encontram-se hoje respectivamente os prédios das lojas Riachuelo e da Receita Estadual do Estado de Minas Gerais.



Figura 6 - Parada cívica de 7 de Setembro de 1959, com alunos do Ginásio Cristo Rei
Fonte: Do arquivo da Igreja Nossa Senhora Aparecida - 1959

Pe. Mário iniciou um maravilhoso trabalho de total dedicação à juventude no Ginásio Cristo Rei, só interrompido pela sua trágica morte, ocorrida no dia 26 de abril de 1962. Pe.

Mário¹⁰¹ havia participado de uma Assembléia convocada pela União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia (UESU), no Cine Uberlândia, onde levara a sua palavra de apoio aos jovens, com a intenção de desviar qualquer ação de rebeldia dos estudantes ou movimentos de desordem, como ocorrera na ocasião do grande "quebra-quebra" em fevereiro de 1959 em Uberlândia. Mostrou-se compreensivo e amistoso para com os jovens estudantes acusados de terem iniciado o movimento da revolta popular que resultou em tragédia e atos de vandalismo, sobre o qual já se comentou anteriormente.

Em sua volta, o seu carro foi fatalmente colhido por uma composição da Companhia Mogiana, nos trilhos da Av. Monsenhor Eduardo. Foi sepultado no dia 27, após a Missa de corpo presente celebrada por Dom Almir Marques Ferreira, Bispo Diocesano, na Matriz de Nossa Senhora Aparecida, com oração fúnebre proferida pelo Cônego Antonio Afonso da Cunha.

Pelo relato de Pe. Henrique Ribeiro Brito nota-se com precisão a causa da morte de Pe. Mário Forestan e o fato de ele estar vindo de um encontro com os estudantes e demais esferas da sociedade civil envolvidas em movimentos de revoltas por melhoria de condições sociais na cidade, movimento que, conforme já foi relacionado em páginas anteriores, ficou conhecido como "Quebra-Quebra":

[...] o padre Mário Forestan em um desastre na beira da estrada com todo aquele movimento de estudantes com o comunismo [...] conhecido na época como Quebra – Quebra [...] assim Dom Almir já tinha separado Uberlândia e Uberaba na Diocese, o Bispo era Dom Almir e o exército foi avisar para o Bispo que se os estudantes não saíssem, eles iriam atirar [...] Aí Dom Almir pediu para o padre Forestan que fosse lá ver [...] o Padre Florestan foi lá pedir, mas não conseguiu, eles disseram que não, que eles iam sair na rua como protesto etc. E o padre Forestan quando veio parou ali na via da estrada de ferro [...] ele parou muito perto, parou uns carros atrás e os trem vai sacudindo os vagões. Ele percebeu que estava muito perto assim deu sinal [...] abriu a porta e deu sinal que ia que ia dar uma macha-ré [...], e quando ele engatou, ao invés de engatar a ré ele engatou a segunda porque na Combi é muito pertinho. A Combi avançou, o vagão sacudiu, pegou e jogou a Combi pra lá [...] Não houve nada, só amasso a porta, mas ele saiu pela porta e bateu a cabeça no meio-fio [...] correram pra chamar lá no colégio [...] ele até disse ainda antes de morrer: "precipitação, precipitação"[...] Preocupado com aquele movimento, chegou assim, morreu ali na rua mesmo (22/02/2008)

¹⁰¹ Natural da cidade de Quinto Vicentino (Vincenza), Itália, onde nasceu a 19 de outubro de 1912, Pe. Mário era filho de Giovanni Forestan e Maria Bortolaso. Fez Curso de Humanidades no Instituto Internacional de Turim, Itália, os de Filosofia e Pedagogia, no Instituto Filosófico e Pedagógico de São Paulo e o de Teologia, no Instituto Teológico Pio XI, em São Paulo. Pe. Mário foi professor de Latim no ginásio Dom Helvécio em Ponte Nova-MG, no período de 1941 a 1950. De 1951 a 1956, lecionou no Ginásio Dom Bosco de Cachoeira do Campo-MG, quando se transferiu para Uberlândia.



Figura 7 - Pe. Mário em Dezembro de 1959. formatura do Curso Primário do Ginásio Cristo Rei

Fonte: Extraída do da Igreja N. S. Aparecida



Figura 8 - Pe. Mario Forestan junto aos jovens na formatura do curso ginásial de 1959

Fonte: Arquivo da própria Igreja Nossa Senhora Aparecida – 1959.

As figuras 6 e 7 dão uma noção da expressividade de Pe. Mário junto aos jovens com quem tinha um enorme envolvimento. A primeira figura, acima, é de Dezembro de 1959: trata-se de uma solenidade de formatura do Curso Primário do Ginásio Cristo Rei, em que se pode ver, ao fundo, o Sr. Fonseca e Silva, primeiro Prefeito eleito de Uberlândia (1947-1950) após o Estado Novo de Getúlio Vargas. A segunda figura, à direita, retrata a solenidade de formatura do Curso Ginásial do Colégio Cristo Rei, vendo-se, como componentes da mesa, o Professor Jacy de Assis, o Professor Milton Grandineté e o Prefeito Tubal Vilela da Silva.

As obras de construção da Igreja chegaram ao final, quando, com a doação das famílias Camin e Biasi, colocou-se na porta principal o vitral representando a pesca milagrosa da imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Pe. Américo Ceppi continuou como Vigário até 03 de março de 1959, quando foi transferido para Niterói, onde foi Vigário Cooperador na Basílica de Nossa Senhora Auxiliadora. A comunidade prestou-lhe homenagem em 14 de fevereiro de 1965, colocando uma placa de bronze na Matriz, em memória de seu incansável trabalho na Paróquia.

No dia 4 de março de 1959, tomou posse como Vigário, o Pe. Ézio Daher, que permaneceu à frente da Paróquia até 22 de janeiro de 1962, quando foi transferido para Cachoeira do campo.

Pe. Ézio teve, como Coadjutor, o Pe. Gervásio Bassini, que veio para Uberlândia em janeiro de 1955 e aqui permaneceu até 06 de fevereiro de 1962. Pe. Gervásio trabalhou também no Ginásio Cristo Rei e fez parte, juntamente com Pe. Mário Forestan, do primeiro quadro de docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, sendo um de seus maiores entusiastas. O novo Vigário, Pe. Antônio dos Santos, tomou posse no dia 23 de janeiro de 1962 e permaneceu na Paróquia até 10 de março de 1967.

Nesse período, o Ginásio Cristo Rei foi dirigido pelos padres José Teixeira da Costa Nazareth, até 11 de março de 1964, quando se transferiu para Governador Valadares (MG) e João Ramalho Filho, de 18 de março de 1966 a 6 de fevereiro de 1967, quando se desligou do Ginásio para dirigir o Movimento Familiar Cristão, da Diocese de Uberlândia.

Com o afastamento do Pe. Antonio dos Santos, para tratamento de saúde, retornou à Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, vindo de São João Del Rey, o Pe. Ezio Daher, por mais um período compreendido entre 11 de março de 1967 a 23 de fevereiro de 1970.

Como Coadjutor, foi nomeado o Pe. Agenor Vieira Pontes, no período de 20 de abril de 1967 a 23 de junho de 1970. Pe. Agenor foi também Capelão do Instituto Teresa Valsé Pantellini, no período de 21 de julho a 02 de outubro de 1967.

Segundo o relato de Pe. Henrique Ribeiro de Brito (2001), a presença de Pe. Agenor ligado a paróquia e ao Ginásio foi um presente para a comunidade de Uberlândia:

“[...] ajudava na Paróquia, atendendo às confissões do povo e dos alunos, envolvendo-se com eles no pátio, tornou-se muito querido por eles, com brincadeiras, amizade, próprio da convivência salesiana que criava laços fortes e grande influencia na educação e formação dos jovens[...]...[...]

participava ativamente da vida comunitária, sempre fiel e pontual, alegre, conversador, narrando viagens e fatos dos quais participava, de sua convivência com os Superiores salesianos e estava sempre rodeado pelos jovens[...]... [..] muito prático, logo fez pequenos reajustes onde achava necessário, colocando as finanças em ordem. Promovia eventos, participava de festividades e sua presença dava grande alegria ao ambiente colegial, apoiando inteiramente o bem comum[...]..”

No Ginásio Cristo Rei trabalharam, nesse período de 1967 à 1970, os Padres: Antônio Balrini, quando se transferiu para Ponte Nova (MG); Agenor Vieira Pontes, de 21 de julho de 1967 a 23 de junho de 1970; Eurico Alves Freitas Filho, catequista, de 25 de fevereiro de 1967 a 10 de fevereiro de 1969, quando se transferiu para Campos (RJ); José Perfeito, catequista, a partir de 19 de fevereiro de 1969; José Lucindo Pinheiro. No período que se estende entre 1966 à 1970, o Colégio Cristo Rei teve, como diretor, Pe. Henrique Ribeiro de Brito “[...] *Eu estive de 1966 até 1970, cinco anos*”. Em 1970, no mês de Fevereiro, o Correio de Uberlândia publicava:

GINÁSIO CRISTO REI¹⁰²

Nesta cidade de Uberlândia à Praça N. S. da Aparecida, nº 134, junto à Igreja Nossa Senhora Aparecida, encontra-se o Ginásio Cristo Rei, dirigido pelos padres Salesianos [...] Enquanto outras cidades menos afortunadas exigem a presença dos salesianos, que esta cidade progressista saiba valorizar esta obra educacional.

No entanto, em Fevereiro de 1970, pouco depois da publicação da referida matéria no Jornal relevando a importância do estabelecimento salesiano em Uberlândia, os Padres Salesianos viram, com profunda tristeza, o cancelamento das matrículas no curso ginasial do Ginásio Cristo Rei.

O pequeno número de alunos impedia o prosseguimento da obra educacional. Neste mesmo mês, dois salesianos deixam a cidade: Pe. Ézio Daher, transferido para a Paróquia de Timóteo, em Acesita MG, como Vigário; Pe. Fernando Rodrigues Lelo, para diretor espiritual em Araxá MG.

Com a transferência do Pe. Ézio Daher, foi nomeado para a Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, em 27 de fevereiro de 1970, o Pe. Euler Pompeu de Campos, que tomou posse no dia 3 de março do mesmo ano.

A respeito do encerramento das atividades do colégio Cristo Rei, o seu último diretor, Pe. Henrique, explica, de forma panorâmica, como se deu tal processo:

Entre 1965 á 1969, nos estávamos com um ambiente bom, com expectativa de crescimento de alunos, as salas já estavam prontas, tudo arrumadinho, então a gente tava esperando um crescimento maior no número de alunos [...] que a nossa mensalidade de todos os colégios da cidade era a mais barata [...] que nós estávamos no bairro Operário [...] era a mais barata de todas. [...] tinha surgido depois o outros colégios, Dom Pedro I, o Guarani[...] e depois tinha o Tereza Valsé que começou[...] [...]então acontece o seguinte,o Renato de Freitas, que foi Prefeito lá, Deputado[...] Ele chegou a ganhar Prefeito e queria candidatar pra Deputado. Eu falo de política mas eu não estou fazendo política não.[...]ai ele chegou com o seu tipo agitado, entrou

¹⁰² CORREIO DE UBERLÂNDIA. Ginásio Cristo Rei. Cód 64; Ano XXXIV. Uberlândia, 15 de Fevereiro de 1970; nº 11002, p.04.

no escritório, mandei sentar, ele não[...] eu vou ficar em pé mesmo, eu estranhei, que modo é esse, ficou andando. -Eu vim oferecer pra vocês bolsas de estudo. Ofereço pra vocês 200 bolsas. Eu falei:-Em que condições Doutor? É 40 % da mensalidade da anuidade do colégio. Eu falei:-Nós não temos condições. Ele disse:-40% dela. Eu falei:- Olha [...] Sr. Prefeito[...]não dá, não dá, não dá[...] [...]a nossa mensalidade, anuidade é pequena, é a mais baixa de toda cidade e a professora tem um salário ate bom, e com isso nós não podemos, pra manter as salas, mobília, tudo isso vai custar um pouco. A gente tem as despesas, não é lucro. A gente tem que manter, não vai dar. Ele falou:_Eu estou dando bolsa integral de 40 %. Eu falei:_Integral não senhor Prefeito, 40% não é integral. O senhor é economista [...] o senhor sabe disso .Ele disse:-Mas estou dando essas bolsas pras escolas todas aqui [...] eu esquentei também [...] e disse[...] vamos ser sincero senhor Prefeito. A bolsa não é sua, a bolsa é nossa. Se eu dou 60%, o senhor me dá 40%, o senhor não está dando bolsa, o senhor está fazendo campanha política. É isso que o senhor ta querendo, a bolsa é nossa, não é sua[...] [...]olha, ele foi nos outros colégio ali, só pra resumir[...]uns cinco colégios particulares fecharam naquele ano de 69 pra 70[...].Mas em todos os caso, não tínhamos resolvido fechar não, nos esperávamos que viesse matricula. Então o que quê ele fez: [...] o Rondon Pacheco que era Governador do Estado[...] ele foi lá em Belo Horizonte, na mesma semana e conversou com Rondon e o Rondon fez então, concordou e fez pra seis grupos de Uberlândia, os anexos, chamo anexo, então o colégio tinha até à 5ª série. Abriu-se mais um dos grupos escolares [...] o Primeiro de Abril a 5ª série e ai por diante. [...] inclusive o Tereza Valsé, as irmãs não aceitaram [...] falou vocês estão colocando nós pra fora. Ele pós quatro ali ao redor de nós. [...] então fizemos propaganda na rua com carro, foi na televisão, foi nas rádios, fez tudo isso e não conseguiu o número de matricula. Tava pra começar o ano, então nos não temos condições, como é que nos vamos começar uma sala de aula com dez alunos [...] como é que nos vamos paga os professores. Não tinha condição não. Então nos reunimos e discutimos muito, estudamos as questões todas, veio uma comissão de Paróquia, movimento de jovens que nos tínhamos, então resolvemos fechar [...]o colégio, ficaria com a Paróquia por enquanto[...] já comunicamos as famílias, dispensamos aquelas matrículas, muito de nossos alunos foram para o Liceu, outros, a maioria tinha ido para esses anexos,que o Governo colocou, daí nasceram as Escolas Estaduais, hoje não fala mais grupo [...] foi uma experiência que fizeram em Uberlândia assim dizia o Renato, vou fazer uma experiência, no ano seguinte era tudo escola, escolas, os grupos todos escolares passaram a chamar escola estadual (22/02/2008).

Por esta entrevista e pela análise feita ao longo do estudo levantado acerca do contexto histórico do Ginásio Cristo Rei percebe-se que, entre os motivos motivaram o encerramento das atividades da escola, encontra-se, como fator principal, a perda de apoio político, por parte da Prefeitura Municipal de Uberlândia com a desavença do então Prefeito Renato de Freitas com o então diretor da escola Pe. Henrique Ribeiro de Brito. Segundo o Pe. Henrique, o Prefeito pretendia que a escola aceitasse um grande número de alunos em seu espaço escolar em regime de bolsas parciais em que, parte da arrecadação fosse para a Prefeitura. Como a direção do Ginásio não aceitou tal condição, o Prefeito procurou o governador de Minas Gerais e conseguiu a liberação de formação de vários anexos na cidade, dos quais uma boa parte ficou centralizada na região próxima ao Cristo Rei, fato este que fez com que diminuísse drasticamente o número de alunos a serem matriculados no ginásio, obrigando a instituição a dar por encerrada suas atividades.

A análise feita por Brito (2001) enfatiza que realmente a questão política foi decisiva para o encerramento das atividades do Ginásio:

“[...] o Prefeito ficou aborrecido [...] na verdade, o Prefeito queria fazer benfeícios usando as escolas [...] o Prefeito apelou para o Governador do Estado, Dr., Rondon Pacheco. Organizaram-se anexos aos Grupos Escolares para o atual primeiro grau, um estudo que já estava nos planos do Ministério da Educação. Em dois anos, todos os Grupos passaram a ser Escolas Estaduais com o primeiro grau (da primeira a 8ª séries). Na Paróquia, Renato de Freitas colocou ao redor do Cristo Rei, quatro dos seis anexos conseguidos por ele junto ao Governador e neles funcionavam do primeiro ao quarto ano primário[...] um deles foi aceito pelo Colégio das Filhas de Maria Auxiliadora. Pe. Agenor foi procurar as Irmãs Salesianas e mostrar-lhes mal que estavam fazendo ao Cristo Rei, ameaçado de fechar suas portas devido ao déficit. Em 1970 as matrículas caíram drasticamente[...] Pe. Agenor procurou as famílias e lhes explicou a situação vivida pelo ginásio e embora os pais de alunos tentassem ajudar, não melhorou a situação da escola [...] com somente 90 alunos, Pe. Agenor procurou pelo Inspetor Pe. Décio Teixeira quando faltavam apenas 10 dias para o início das aulas. Decidiu-se fechar a escola e manter apenas a Paróquia, após comunicar o fato ao Bispo Diocesano, ao Inspetor Seccional e às famílias dos alunos. A decisão foi avaliada pelo Conselho Inspetorial e ratificou o fechamento do Ginásio[...].”

As últimas palavras acerca do encerramento do Colégio Cristo Rei de Padre Henrique, em sua entrevista, foram:

[...] a direção geral da congregação deu a ordem para o encerramento das atividades [...] diante do impasse político [...] a congregação será bem representada pelas Irmãs... 22 /02/2008).

Assim, o Diretor do Colégio recebeu autorização da Direção Geral dos Salesianos para encerrar suas atividades em Uberlândia, uma autorização fundamentada no fato já haver o Instituto das Irmãs Salesianas representando a Congregação na cidade e que os padres salesianos já haviam desempenhado seu papel.

CAPÍTULO V

O INSTITUTO TERESA VALSÉ PANTELLINI

Todas as congruências relevantes apresentadas em outros capítulos servem como base estrutural para a construção deste último capítulo, em que a descrição acerca dos objetivos propostos por este estudo torna-se mais explícita. Diante disso, neste contexto discorre-se a respeito de como se deu o processo de formação educacional da mulher na sociedade brasileira, com intuito de facilitar a compreensão do aparelho educacional construído pelas Irmãs. Discorre-se também sobre a origem do nome do Instituto que foi inspirado em Madre Teresa Valsé Pantellini, que, como seus antecessores Dom Bosco e Madre Mazzarello, seguiu o caminho de amor aos jovens e à sua formação.

No segundo momento, a descrição envereda por caminhos mais específicos sobre fatos relativos à constituição do Instituto, no que diz respeito aos fatores motivadores da vinda da Congregação Salesiana feminina para Uberlândia, em especial para o Bairro Operário (atual Bairro Brasil). Neste aspecto, foi realizada a investigação contextualizada pelas entrevistas de pessoas que viveram o momento inicial e posterior da escola, tais como: ex-alunas, ex-professoras (Irmãs), antigos colaboradores e padres. Analisou-se o que foi preponderante na vinda da instituição para Uberlândia, além de fundamentar outros questionamentos julgados de suma importância para este estudo como: a participação da comunidade local junto às Irmãs, a infra-estrutura da escola, a metodologia, a disciplina empregada, a preocupação com a formação profissional das alunas, a que público a escola objetivava atingir, o corpo docente da escola, a questão dos uniformes usados por mestres e alunos, as festividades julgadas sagradas pela escola e como era vista a relação da escola com as crianças carentes, o Oratório Festivo, a relação com as autoridades da cidade e, entre outros aspectos, como se deu o fim da escola exclusiva só para meninas passando a aceitar a matrícula mista.

5.1 Rememorando o Papel da Mulher na Sociedade Brasileira

Para Azevedo, na época do Brasil Colônia, o ideário sobre a mulher foi desenvolvido sobre o colonialismo da sociedade portuguesa, que se ligava aos ideais católicos. Assim, a ex-colônia, ainda sob valores monárquicos, estabeleceu um padrão de mulher frágil e abnegada

(ALMEIDA,1998), como características indispensáveis para uma moça de família, que futuramente necessitaria do casamento como realização pessoal. Portanto, sua educação limitava-se às prendas domésticas e o único meio de a mulher estudar era nos conventos femininos da Igreja Católica.

A Igreja como parte da cultura Ocidental, fazia de tudo para manter o estereótipo criado para a mulher (mãe-esposa-dona de casa) que permaneceu até a República, sem muita alteração, tendo o lar ainda como seu espaço privilegiado, recebendo a qualificação de rainha do lar.

Percebe-se que nesse período, toda a educação informal dada à mulher, tinha o propósito de convencê-la do seu dever de participar da sociedade como alguém submisso ao pai, ou ao marido, obedecendo-os e respeitando-os. Tinha a intenção também de contorná-la segundo a imagem criada pelo ideário dominante. Ela mesma seria incapaz de ter o domínio ou direção de sua própria vida.

Como construtora da imagem da mulher, a Igreja Católica, desde a época colonial, dotou-a das seguintes características:

O sexo feminino aglutinava atributo de pureza, doçura, moralidade, cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. Essas concepções sobre as qualidades femininas, mais a religiosidade e ausência de instinto sexual das mulheres induzia ao arquétipo religioso da comparação com a virgem da religião católica (ALMEIDA, 1998, p.17-18).

Deste modo, a Igreja ensinava que a mulher deveria aceitar a natureza dada por Deus (a submissão e o exercício das atividades naturais como, cuidar do marido, casa, filhos, bordar, costurar etc.) e se a mulher se revoltasse contra essa natureza, era considerada rebelde em relação aos princípios celestiais. A mulher, juntamente com os analfabetos e os mendigos, era vista como um “zero à esquerda”, pois lhe era vetado o direito ao voto, entre outras participações sociais.

O Brasil era um país eminentemente rural na Primeira República e uma grande quantidade de pobres e marginalizados ajudava a diferenciar nitidamente o espaço urbano. Mas durante esse período, o país iniciou a transição de sociedade rural com base no modelo agro-exportador, para a sociedade urbana voltada para a industrialização.

Com o intuito de combater o analfabetismo e capacitar pessoas para o trabalho industrializado, as políticas educacionais passaram a se preocupar com o ensino popular e

profissional. Por conseguinte, a preocupação com a formação da mulher tomou rumos diferentes nos últimos anos da Primeira República. A mulher considerada professora natural de seus filhos, deveria estar preparada agora para educar e preparar o novo homem.

Percebe-se que essas transformações foram introduzindo novos padrões de comportamento dentro da sociedade, criando a necessidade de um sistema público de educação que se encontrava ancorado naquilo que Jorge Nagle (1974) categorizou como entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico.

As transformações sociais trazidas pela República e principalmente devido à influência do escolanovismo e os ideais do liberalismo ligados à escolarização, colocaram, ainda que de forma discreta, a figura da mulher, até então esquecida entre quatro paredes do lar, como um membro da sociedade e sujeita à necessidade de ser educada.

Segundo Carvalho (1990), a situação da mulher era tão complexa que ela não tinha lugar no mundo político e nem tampouco fora de casa; até mesmo a educação não era considerada como coisa de mulher.

Pode-se afirmar que a educação feminina inexistia na sociedade brasileira durante anos. Essa realidade é compreendida quando se volta à atenção para a Constituição do período imperial que trazia em seu texto a prescrição de ensino primário ou de primeiras letras gratuito para todo cidadão e determinava uma educação diferenciada para a mulher como se pode observar abaixo:

[...] desde o decreto de 15 de Outubro de 1827, o governo imperial havia estabelecido um currículo não profissionalizante para a educação feminina, voltado para a formação de donas-de-casa, compostas das seguintes disciplinas: leitura, escrita, doutrina católica e prendas domésticas. Porém se o Estado instituiu um currículo para a educação feminina e outro mais completo para a educação masculina, não possibilitou, ao mesmo tempo, as condições práticas para a execução desses currículos ou seja não criou as escolas. (MANOEL, 1996, p.23)

Neste sentido, a formação das meninas ficou prejudicada, pois cresciam sem nenhuma instrução, vivendo em casa e sendo preparadas somente para o casamento.

O entusiasmo pela educação que influenciou da década de 20 atribuiu extrema importância à educação, realçando através dela a valorização do homem. Esse pensamento levanta questões a respeito do analfabetismo, que se constituía na grande problemática para a nação: expansão do ensino primário gratuito. Deste modo, como a mulher se enquadrava dentro população analfabeta do país, a preocupação com sua instrução passou a ser um dos problemas levantados pela educação. A necessidade da formação feminina abriu novas possibilidades à instrução feminina.

Contudo, a Igreja Católica, mostrando-se aliada aos interesses das oligarquias, permaneceu dirigindo boa parte do ensino destinado às mulheres, através de seus colégios religiosos, que foram responsáveis pela educação das filhas da elite, apoiando a formação diferenciada dos sexos. Ainda que a constituição da República já defendesse a laicidade do ensino, afastando a Igreja Católica, pelo menos em termos legais, como instituição oficial para a instrução, não aconteceram grandes mudanças, pois a Igreja prevalecia com seus colégios religiosos e continuava sendo a grande responsável pela formação das filhas das famílias da classe alta e, por não serem colégios gratuitos, não abriram espaços para as camadas desfavorecidas da sociedade.

A educação feminina nessas escolas ou internatos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (cuidadora do lar e do esposo, segundo Manoel, 1996). No entanto, essas instituições não fugiram do padrão já então colocado sobre a mulher, visto que a educação feminina era uma formação para o lar, estabelecendo uma relação mecânica entre diploma e casamento. Essa era a proposta das filhas da elite quando ingressavam em tais instituições de ensino.

Porém, essas escolas estavam alheias ao mundo do trabalho, atendendo aos anseios da elite. Entretanto, a modernização da sociedade brasileira futuramente iria apontar para um rompimento com essa forma de ver o processo de formação da mulher. Isso pode ser concretizado a partir das expressões da Semana de Arte Moderna de 1922, que passou a traçar um novo perfil de mulher manifesto nas artes e literaturas. Neste sentido, a urbanização da sociedade brasileira passou a exigir da mulher uma escolarização que a retirasse daqueles paradigmas que lhe eram estabelecidos desde a época do Brasil Colônia.

Passou a se pensar na formação profissional da mulher, segundo Almeida (1998), para atuar fora do ambiente do lar também; assim, as filhas da elite, em sua maioria, ainda se preocupavam apenas com o conhecimento cultural estabelecendo a estreita relação diploma e casamento. A partir da crise mundial de 1929 e da Revolução de 1930, a hierarquia elitista começou a ser abalada; então, os diplomas adquiridos por suas filhas passaram a ser utilizados como profissão.

Neste sentido, esse processo de formação das mulheres reforçava a presença de instituições privadas, principalmente das católicas, que eram as grandes responsáveis por esse processo de formação. Estas congregações especificavam em seus colégios uma educação de conduta estética, religiosa e formação para o lar, que salientavam no ensino ministrado às alunas, as virtudes da função natural da mulher: ser mãe-professora.

Desta forma, conforme se verá ao longo da construção da gênese do Instituto, vários momentos dos depoimentos das pessoas que vivenciaram a realidade educacional criada pela instituição, vieram de encontro a uma realidade vivida por estas Congregações durante o período da Primeira República. No que diz respeito ao processo de formação acadêmica centrada em uma disciplina bastante rígida em defesa da construção de um conjunto de valores peculiares à mulher, conforme já foi mencionado, e de certa preocupação com a formação profissional da mulher para tarefas que, agora, pela própria representação social, poderia ser utilizado para a vida fora de casa, mas a qualificação era a mesma: bordado, costura, pintura, prendas domésticas, do marido e filhos, canto e música entre outros.

5.2 A Inspiração Para a Origem do Nome Instituto



A história da fundação do Instituto que leva o nome da Madre (Figura 9, ao lado), tem as mesmas características de dedicação, amor e sacrifícios que marcaram os primeiros passos da jornada de Dom Bosco e de Madre Mazzarello já mencionados anteriormente e da Irmã Teresa Valse, visualizada pela figura ao lado, em suas obras pelos menos favorecidos em todas as partes do mundo onde seus seguidores chegaram. Diante disso, o instituto educacional instalado em Uberlândia acabou prestando uma homenagem a tal irmã adotando seu nome.

Figura 9 - Madre Teresa Valsé Pantellini

Fonte: Do arquivo do Instituto Teresa Valsé Pantellini, 1959.

Entretanto, para melhor compreensão do que significa a forma educacional e os valores defendidos pelo Instituto, faz-se necessário, além de se compreender a história de seus antecessores, Dom Bosco e Madre Mazzarello, já contextualizados, entender também a história daquela em cuja imagem o Instituto se inspirou.

Era o ano de 1848 quando a Guerra da Independência italiana se deu. O jovem José Valsé, inconformado em participar de combates contra outros italianos, deixou a casa dos pais e seguiu para Gênova, fugindo por caminhos de pouco movimento, até alcançar à Suíça. Lá,

dedicou-se ao trabalho braçal junto a Pantellini, outro jovem também sem dinheiro e trabalhador como ele, de quem se tornou amigo. Pantellini adoeceu e, muito fraco, faleceu. José ficou sozinho. Num impulso, resolveu adotar o nome de Valsé Pantellini e, corajosamente, partiu para o Egito, tendo o passaporte com esse novo nome: José Valsé Pantellini.

Estabeleceu-se na cidade do Cairo, onde trabalhou muito e conseguiu ganhar dinheiro que investiu, com sabedoria, na construção de um grande hotel, onde se hospedavam personalidades da elite vindas da Itália, Espanha, Portugal etc. Nunca se esquecia do amigo e nem dos pobres a quem ajudava sempre. Casou-se com Josefina, uma linda jovem de espírito forte. Nasceu seu primeiro filho Ítalo, e três anos depois, em 1878, nasceu Teresa na casa dos avós em Milão.

Teresa cresceu no Egito, admirando as águas do Nilo e as areias do deserto ao lado dos pais. Com a doença do pai, foram forçados a se mudar para Milão, em 1882. Teresinha tinha quatro anos. Todas as noites, o pai acendia a luz de vela em frente à imagem de Nossa Senhora e reunia a família para as preces. Nos passeios, sempre colocava moedas nas mãos de Teresa, recomendando-lhe que nunca se esquecesse das pessoas desfavorecidas.

Em 1883, a família mudou-se para Florença para que Ítalo pudesse estudar. Nasceu mais uma filha do casal em 1885 e se chamou Josefina, como a mãe. Em 20 de Outubro de 1890, Teresa foi para o colégio (Conservatório de Nossa Senhora da Anunciação), conhecido também como “Colina Imperial”, lugar reservado naquele tempo para as meninas nobres, em Florença; na verdade, sua mãe quis afastá-la de casa devido à doença do pai, que poderia morrer a qualquer momento. No dia 27 de outubro, Teresa recebia a triste notícia da morte de seu pai. Teresa tornou-se mais introvertida, séria, pensativa, embora tivesse apenas doze anos.

Não gostava de brincar ou de se divertir. Com a morte do pai, perdeu muito de sua alegria. Fez sua primeira comunhão, com treze anos, no dia 29 de março de 1891 no Colégio Colina Imperial.

Tinha doze anos ainda quando, consagrou-se ao Senhor. Nunca se esqueceu de sua promessa e sentiu-se atraída pela vida religiosa. Durante as férias de verão, Teresa, seu irmão Ítalo, Zequinha e sua mãe foram para a Suíça; enquanto os turistas descansavam ou se divertiam, Teresa não se esquecia das pessoas mais humildes e sempre oferecia ajuda. Acordava bem cedo diariamente para assistir às missas às cinco horas da manhã.

Assim, começou a se dedicar às crianças pobres, dando-lhes carinho, amizade e ensinando-as a amar a Deus. Entretanto, após as férias de verão, Teresa retornou ao colégio, mas sua saúde piorava, com anemia e dores de cabeça. Nesta mesma ocasião, sua mãe decidiu

mudar-se para Roma, e colocou, a ela e à irmã, em um colégio feminino, enquanto Ítalo ia para a Universidade.

No entanto, Teresa foi aconselhada a voltar para casa devido à anemia que a enfraquecia. Mesmo assim, estudava piano, francês, alemão e pintura, e nunca deixava de fazer suas orações, dedicando-se à caridade. Seu grande amigo e confessor era o Pe. Radini Tadeschi, futuro Bispo de Bérgamo, a quem confiava seus pensamentos.

Em 24 de Novembro de 1889 sua mãe morreu em seus braços e nos de Ítalo. Após conseguir um bom internato para sua irmã, Teresa escreveu para seu irmão sobre sua decisão de se tornar filha de Maria Auxiliadora. Recusou o pedido de casamento do Príncipe Máximo Lancillotti e decidiu-se pela vida religiosa. Seu irmão se opôs, dizendo-lhe que deveria procurar uma irmandade religiosa onde estivessem filhas de famílias tradicionais e abastadas, pois ela nunca poderia rebaixar-se a viver entre pobres.

Mas, a morte da mãe fez com que Teresa decidisse sua própria vida, dedicando-se à vida religiosa e à caridade. O irmão compreendeu e ela pediu a Dom Marengo, diretor geral das Filhas de Maria Auxiliadora, para que a aceitasse na irmandade, mesmo sabendo que as Irmãs levavam uma vida de sacrifícios e trabalho. Assim, com vinte e três anos (em 1901), Teresa tornou-se noviça, passando a viver num casebre, mas muito feliz como o eram as demais Irmãs salesianas, cuidando de duzentas jovens e ajudando-as a praticar os princípios de higiene, religiosidade e educação.

As irmãs sabiam da frágil saúde que tinha Teresa, por isso preparavam-lhe pratos melhores, com alimentos mais fortes e saborosos. Teresa não aceitava os privilégios e sempre trocava seu prato de sopa diferente com outra irmã.

Durante a faxina de sua casa, limpava tudo com humildade e alegria. Suas colegas às vezes diziam que ela nunca tinha feito tal serviço; Teresa então respondia: “- Não me parece que existam tarefas importantes e tarefas humildes. Tudo depende do amor com que desempenhamos. Todo trabalho é honroso diante de Deus.” (TEXTO RETIRADO DE DOCUMENTOS ARQUIVADOS PELO INSTITUTO -1959.)

As irmãs sentiam a dedicação de Teresa. Ela dava aulas para as meninas pobres, catequeses e gostava muito de dar balas para quem acertasse a resposta da pergunta que fazia. No oratório colocava a serviço seus dons artísticos e musicais e preparava festas para ocasiões especiais. Este modelo de dedicação e carisma com os mais desfavorecidos também fazia parte dos métodos empreendidos pelas irmãs nos oratórios festivos realizados aqui em Uberlândia, conforme a descrição da entrevista de irmã Elza e Pe. Henrique descrita nas linhas abaixo:

[...] nós sempre temos na Congregação o oratório [...] O oratório quer dizer, a gente acolhe aquelas crianças no sábado e nos domingos para catequese, preparar para eucaristia, na primeira comunhão, preparava pra crisma, para batismo[...] E naquele dia tinha muito brinquedo. Procurava dar brinquedo pras crianças brincarem [...] tinha bola, peteca [...]então tinha muita atividade pras crianças e tinha o momento então de recreação e o momento celestial de catequese. Ensinava pra criança quem é Deus, ensina o catecismo [...] então tinha esse conhecimento da religião. [...] *aqueles que não fizeram primeira comunhão, então a gente preparava pra primeira comunhão* [...] Isso era nós irmãs, as irmãs todas que iam pra sala dar, então algumas, como tinha catecismo na paróquia [...]viam também ajudar aqui as irmãs...pegava a turminha [...] cada uma pegava a turminha de criança pra ensinar catequese [...] funcionava nos Domingos á tarde[...] uma vez foi de manhã. Mas geralmente era à tarde porque de manhã a gente tinha a missa fora [...] então chegava muito tarde, então pegava sempre à tarde depois do almoço. Então abria o portão, entrava as crianças, muitas crianças[...] Geralmente quem participava, era muita alunas que não vinham que moravam mais longe, quem participava mesmo era as crianças do bairro. [...] Geralmente a gente tinha lanche pra dar pras crianças depois ... sempre era o pãozinho [...] Pãozinho com refresco. Sempre era assim [...] É uma rosca, um pão doce [...] comprava aquele pão doce, chamava Marta [...] Marta Rocha [...] Comprava aquela rosca ou então pão doce aí dentro do pão as vezes punha as vezes um salame ou passava manteiga. [...] então as crianças sempre não saiam sem tomar algum lanche. (IRMÃ ELZA LIMA GOMES, 22/10/2007)

[...]o oratório festivo tem o fim de tirar os rapazes da rua, com o oratório a gente abre as portas, o oratório é como dizia, é a paróquia, talvez seja pro aluno[...] é o pátio onde ele faz amizade, convivência com os colegas[...]é o ambiente onde, é a segunda casa dele, onde ele se sente bem, convive com os Salesianos, com o pessoal todos que trabalha com eles, com os colegas.[...]tem os esportes, tem as diversões, tem a formação moral, a parte religiosa se eles são católicos, respeitando a fé dos outros e mais a parte moral que recebem e passa o dia assim, à vontade, além das premiações que tem pela freqüência, pelo comportamento, por isso que vão ser feitas durante todo ano, além da premiação geral para a meninada, pra rapaziada, [...] é divino tirar um jovem, um rapaz da rua[...]dá pra ele uma boa diversão, um bom ambiente de família, de amizade e convivência [...] (PADRE HENRIQUE RIBEIRO DE BRITO (22/02/2008)).

Em 1902, Teresa pronunciou seus votos de castidade, de pobreza e de obediência em Piemonte, na Casa-Mãe de Nizza Monferrato, onde havia vivido Madre Mazzarelo. Ela e suas companheiras receberam do padre Bonanni uma oficina com maquinários e clientela em Lungara. Era uma escola profissional com corte, costura, bordado, lavanderia e engomaria; Irmã Teresa levou para lá as jovens mais pobres do Oratório.

No dia três de Agosto de 1903, Teresa fez a sua primeira profissão de fé. Alguns anos mais tarde, sua saúde começou a enfraquecer devido ao trabalho e à sua dedicação. Irmã Teresa teve a permissão da madre para voltar a Piemonte para se recuperar e fazer um retiro.

Ficou assustada quando teve a primeira tosse, ou seja, a primeira hemoptise e dores nas costas. Sua palidez havia chamado à atenção das companheiras, e o médico confirmara a doença. Deveria parar de trabalhar.

Em Maio de 1907, as Irmãs a enviaram para Turim, onde poderia receber melhor tratamento, mas ela pressentia que sua vida era muito curta. Alguns dias depois (em 03 de Setembro de 1907), Irmã Teresa Valsé morreu, dizendo que Dom Bosco e Maria Auxiliadora a chamavam e que precisava obedecer. Irmã tinha apenas 39 anos de idade quando morreu.

5.3 A Escola das Irmãs Salesianas de Uberlândia

Segundo Terésio Bosco (1996), durante toda a sua vida, Dom Bosco se dedicou a manter as escolas salesianas dentro dos mesmos princípios de tolerância, flexibilidade, sem castigos ou palavras que pudessem humilhar o aluno. Cada salesiano deveria ser amigo dos alunos, mantendo a paciência e doçura nas palavras e ações. O Regulamento do Oratório de São Francisco de Sales, que foi elaborado pelo próprio Dom Bosco em 1852, transformou-se em padrão de todas as escolas salesianas até os dias atuais:

1. O homem, meus jovens, nasceu para trabalhar. Adão foi colocado no Paraíso terrestre para cultivá-lo. O Apóstolo São Paulo diz: *“É indigno de comer quem não quer trabalhar”*.
2. Por trabalho se entende o cumprimento dos deveres do próprio estado, quer seja o estudo, quer seja uma arte ou trabalho.
3. Pelo trabalho podeis vos tornar beneméritos da sociedade, da Religião, e fazer bem à vossa alma, especialmente se oferecerdes a Deus as vossas ocupações quotidianas.
4. Entre vossas ocupações sempre dê preferência às que forem ordenadas por vossos Superiores, ou prescritas pela obediência, decididos a nunca abandonar nenhuma vossa obrigação, para empreender coisas não mandadas.
5. Se adquirirdes alguns conhecimentos, dai glória a Deus, que é o autor de todo o bem, e não vos orgulheis, porque o orgulho é um verme que rói e faz perder o merecimento de todas as vossas boas obras.
6. Lembrai-vos de que a vossa idade é a primavera da vida. Quem de moço não se habitua ao trabalho, quase sempre será um madraço, até a velhice, desonrando a pátria e a família, talvez, causando um mal irreparável à sua alma.
7. Quem é obrigado a trabalhar e não trabalha, furta Deus e a seus Superiores. Os ociosos, no fim da vida, sentirão grandíssimo remorso pelo tempo que perderam.

Entretanto, é válido ressaltar que por trás deste espírito de humildade e vontade de ajudar ao próximo certamente havia interesses de se fortalecer como uma Congregação de

nome em seus comprometimentos educacionais, fato este que pode ser compreendido pela trajetória feita pelas instituições salesianas, como já foi transcrito em outros capítulos.

Assim, quando as irmãs chegaram a Uberlândia, encontraram um grande reconhecimento por parte da comunidade local, que já respeitava esta congregação pela presença dos salesianos à frente do Colégio Cristo Rei e pela presença dos padres salesianos como responsáveis pelas obras na Igreja de Nossa Senhora Aparecida.

O Instituto Teresa Valsé Pantellini veio como escola de apoio às deficiências educacionais da cidade, diante de uma realidade apontada pelo padre salesiano Mário Forestan, assentando nos preceitos do próprio estatuto de funcionamento das Filhas de Maria Auxiliadora, tais como:

[...] O seu objetivo é aperfeiçoar o ensino elementar[...]; [...] O Instituto Teresa Valsé Pantellini é constituído por uma congregação de professores religiosos, católicos e administrado por uma Diretoria composta por uma Diretora, Assistente Disciplinar, Secretária e Tesoureira [...].

Em Uberlândia, o início da história das Irmãs salesianas deu-se num momento em que a cidade passava por um desenvolvimento e crescimento populacional, com o circunstancial progresso do parque industrial, o que, de certa forma, exigia o aumento do número de escolas locais. Diante disso, Padre Mário Forestan, de grande importância na cidade pela sua preocupação e envolvimento com a mocidade uberlandense, resolveu convidar as irmãs, Filhas de Maria Auxiliadora, para fundarem o Instituto.

Esse posicionamento pode ser justificado pelas entrevistas de Pe. Henrique e de Irmã Iussy Azevedo.

[...]as irmãs vieram pra cuidar da juventude feminina ali no bairro Operário , que era um bairro mais no fundo, mais na periferia mais pobre[...]a convite do padre Mário[...] (PE. HENRIQUE RIBEIRO DE BRITO, 22/02/2008)

[...] a finalidade era tomar conta das meninas e os padres tomar conta dos meninos... era o que padre Mário nos falava[...] (IRMÃ JUSSY AZEVEDO, 29/03/2008)

A chegada das Irmãs Salesianas não passou despercebida pela imprensa uberlandense. O jornal O Repórter¹⁰³ publicou esta nota em 1959:

¹⁰³ O REPORTER. Ao Povo de Uberlândia. Ano XXVII. Nº 3.194. Cód. 29. p. 04. Uberlândia, 02 de Fevereiro de 1959.

Ao Povo de Uberlândia

As irmãs Salesianas virão à nossa cidade para abrir um educandário para meninas. Iniciarão suas atividades no meado de fevereiro [...]. Está aberta a matrícula na portaria do Ginásio Cristo Rei [...]

Pela entrevista, percebe-se claramente que o Ginásio Cristo Rei estava bastante comprometido em ajudar em termos de assistência administrativa as irmãs do então recém formado Instituto . Os salesianos do colégio Cristo Rei auxiliava as irmãs nas missas, nas festividades e na forma de conduzir inicialmente a organização interna do instituto.

Neste sentido, padre Henrique relata que “[...] o padre Mário nunca desamparou as irmãs, saia com elas pedindo algum tipo qualquer de benfeitoria [...] para sua casa [...] apresentava elas para as autoridades da cidade [...] ajudou nas primeiras compras ainda na chácara do Argemiro”.

A primeira casa das irmãs ficou taxativamente conhecida como as irmãs da chácara do Argemiro, pois ali naquele local era onde ficava sua chácara, que além do mais, usava ali também como local onde guardava seu avião. Irmã Jussy Azevedo, relata tal situação da seguinte forma “[...] esse tal de Argemiro, só a casinha pequena lá, uma taperinha mas ficamos lá quatro anos[...]”.

[...] o Cícero Diniz era dono de uma imobiliária e comprou aquilo ali, é onde nós ficamos [...] comprou do Argemiro a chácara[...] e ele emprestou para nos morarmos[...] o Argemiro não teve participação nenhuma em nosso momento inicial em Uberlândia, nós nem o conhecemos não. Chamava chácara do Argemiro porque o povo passou a chamar assim, mas nós não o conhecemos (29/08/2007)

Porém, a irmã Jussy Azevedo em seu relato demonstra que tudo o que foi dito anteriormente pelo padre Henrique realmente era verdade; entretanto, havia troca de favores:

“ [...] A gente saia...para catar lenha por ali para ferver a roupa [...] Porque era a gente que lavava a roupa dos Padres do Colégio Cristo Rei e de algumas internas [...] ajudava os Padres ali [...] queria muito bem o Padre Mário” (29/08/2007).

Assim, conforme dados retirados do Livro de Crônicas do Instituto, o dia 19 de Fevereiro de 1959, sob a bênção do Papa Giovanni João XXIII e do Bispo de Uberlândia, Dom Alexandre, chegou à cidade a Madre Geral Palmira Ghisoni, acompanhada pela comunidade escolar composta pelas irmãs Rita Vieira Alves, Cornélia Alves, Lívia Alves, Leila Rezende, Jussy Azevedo “[...] fiquei na escola entre 1959 á 1964, isto na primeira vez

[...]” e Catarina Muratore, com a missão de fundarem mais uma instituição de ensino em prol dos menos favorecidos da sociedade.

Essas sete primeiras irmãs que chegaram à cidade de Uberlândia tomaram todas as providências para sua instalação e acomodação, atitude semelhante às de suas predecessoras da ordem salesiana. Abaixo estão as figuras de três das primeiras irmãs que aqui chegaram, sendo da esquerda para direita: a irmã Catarina, Madre Palmira Irmã Rita Vieira.



Figura 10 - Irmã Catarina, Madre Palmira e Irmã Rita Vieira, em 1959

Fonte: Cedidas pelo Instituto Teresa Valsé Pantellini de Uberlândia, do seu arquivo documental do ano de 1959.

No dia 20 deste mês foi celebrada a missa inaugural ali mesmo em sua sede provisória na “Chácara do Argemiro” na presença de diversas autoridades como o Bispo Dom Alexandre e benfeitores como o senhor Cícero Diniz, as filhas de Maria, as Cruzadinhas e as oratorianas. Tudo isso acontecia ao ar livre no fundo da casa, em ambiente bucólico, sob as copas gigantescas das mangueiras a cobrir o pátio gramado repleto de assistentes do sagrado ofício conforme as figuras abaixo e o que consta no Livro de Crônicas do Instituto Teresa Valsé Pantellini.

À tarde, sob a tonalidade crepuscular e ao som da Ave-Maria, surgiram as catequistas no primeiro “Oratório Festivo”, conforme demonstram as figuras abaixo, cercadas de crianças pobres daquela localidade, dando início à grande e predileta obra de Dom Bosco, com momentos de recreação e de catequese¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Livro de Crônicas, do Instituto Teresa Valsé



Figura 11 - Primeiro Oratório Festivo na Chácara de Cícero Diniz, em 1959, ao ar livre
 Fonte: Do Arquivo do Instituto Teresa Valse Pantellini-1959



Figura 12 – Idem.

Figura 12. Do Arquivo do Instituto Teresa Valse Pantellini-1959

No dia seguinte ao de sua entrada nessa residência, após os ofícios da Sagrada Missa, as educadoras passearam pelo centro comercial da cidade e, aproveitando-se do ensejo, abasteceram-se dos gêneros necessários ao consumo interno do estabelecimento durante a semana em curso.

No entanto, nem sempre o que estava registrado em seus documentos iniciais foi condizente com a realidade da época, a começar pela frase, expressa acima de ensino em prol dos menos favorecidos e também pelo fato de seu estatuto rezar o seguinte em um de seus artigos: “ [...] *Será concedido ensino gratuito aos alunos reconhecidamente pobres e merecedores, sendo responsáveis pelos gastos pessoais e extraordinários*[...]”, por duas razões irrefutáveis: primeiro, porque a escola, para sobreviver, necessitava dos pagamentos das mensalidades de suas alunas, pois não se tratava de uma entidade de assistência às pessoas carentes; segundo, porque quem tinha condição de pagar por ensino em Uberlândia, naquele contexto, conforme já comentado, teoricamente não necessitava ser de uma classe sócio-econômica alta, mas teria que ser de uma classe de poder aquisitivo, no mínimo, intermediária.

Tudo isso torna relativamente contraditório, ao se partir do pressuposto de que elas se instalaram em um bairro em formação naquele momento em Uberlândia, com uma comunidade bastante carente. É válido ressaltar que o fato de elas terem se estabelecido num bairro popular, chamaria a atenção para algum tipo de ajuda ou subvenção por parte dos órgãos públicos, fato este que é bem explícito nas entrevistas de irmã Jussy Azevedo e da Sra. Liberalina Almeida¹⁰⁵:

[...] a comunidade levava sempre alguma coisa pra gente, uma verdura, um arroz, alguma coisa assim[...] Não dava pra gente ir naquelas roças, naquelas fazendas e pedir uma coisinha ou outra pras meninas[...]quem ajudou era a Catarina Pereira daqui, a Congregação ia ajudando, tinha umas subvenções do governo que dava pro começo[...]A gente saia pedia um pouquinho[...] (IRMÃ JUSSY DE AZEVEDO, 29/03/2008).

[...] em um lugar a irmã pediu um órgão, até a mulher era muito rica muito[...] até lá é a loja americana[...] mais ai ela ficou de dá[...] mas nos bancos agente ai sempre colaborava sim falava que ia da uma mensalidade[...] (LIBERALINA ALMEIDA, 22/10/2007).

Assim, como se pode observar, o início da formação de uma instituição salesiana, dá-se sempre através da doação de determinada área ou casa. Em Uberlândia essa realidade não foi diferente tendo-se em vista que, conforme mencionado em parágrafos anteriores, com a “Chácara” que, embora desprovida das dependências necessárias a que se destinava, foi cedida pelo seu proprietário Cícero Diniz, um dos Diretores da Imobiliária Brasil S/A.

[...] o benfeitor maior nosso lá foi o senhor Cícero Diniz, ele que emprestou as chaves sem nenhum ônus, nos ficamos quatro anos na chácara [...] então ele pensou muito bem, acolheu as irmãs e também melhorar aquela parte da cidade [...].

Entretanto, tal descrição traz o questionamento de que havia, logicamente, um grande interesse por parte do Sr. Cícero Diniz no tocante ao crescimento e melhoramento do bairro, interesses também de Tubal Vilela da Silva por ser proprietário de imobiliária com grandes áreas situadas naquela região. Diante disso, qualquer melhoramento que fosse feito ali seria bem-vindo, uma vez que aumentaria o valor de seus terrenos.

Tal fato fica transparente quando padre Henrique diz: “[...] *é claro que como investidores os senhores Tubal Vilela e Cícero Diniz tinha interesses no melhoramento e*

¹⁰⁵ Liberalina Almeida, nascida em 28/03/1928, natural de Uberlândia- Minas Gerais, foi colaboradora das Irmãs em seu momento inicial por volta de 1959. Apesar de ser professora de Português já aposentada, não ministrou aulas no Instituto Teresa Valsé Pantellini.

crescimento do bairro operário [...]” (1/12/1922) e, quando Irmã Jussy aborda tal assunto, ela reforça o fato de Cícero Diniz ser proprietário de chácara: “[...] ele tinha a imobiliária e comprou aquilo ali, é onde nós ficamos[...]ele comprou do Argemiro a chácara. (29/03/2007)”

No Livro de Crônicas (p. 02), em 20 de Fevereiro de 1959, encontram-se referências à bondade e presteza do Sr. Cícero Diniz em ceder a chácara para a instalação provisória do Instituto Salesiano. Esse mesmo documento relata a chegada da Inspetora Livia Alves em sua primeira visita às irmãs recém-chegadas¹⁰⁶. Pelas figuras abaixo, tem-se uma noção de como era a primeira instalação do Instituto e do envolvimento que Sr. Cícero Diniz tinha com as Irmãs.



Figura 13 - Funcionamento da escola na Chácara Cícero Diniz em 1959
Fonte: Do arquivo do Instituto Teresa Valsé-1959.

Na primeira figura, à esquerda, vê-se Cícero Diniz de terno branco no pátio da chácara, junto às Irmãs e às demais alunas da escola; ao fundo, pode-se ver seu veículo, um Fusca branco e o estilo bem campestre que rodeava aquele ambiente. Na segunda figura, pode vê-se Cícero Diniz de terno escuro sentado no meio das irmãs, com sua família em um passeio pela cidade.

Pelas entrevistas com as Irmãs Elza e Jussy e com o Pe. Manoel Claro, transcritas abaixo, percebe-se como era o local que, naquela época, chamava-se Bairro Operário (hoje,

¹⁰⁶ Livro de Crônicas, 20 de Fevereiro, 1959: p.02.

Bairro Brasil), onde se localizava a chácara como mostram as figuras acima, e de como se deu o processo que as levou a se instalarem nessa casa.

[...] tudo de terra, todo o bairro, a João Pinheiro era tudo de terra, da estação pra cá tinha um calçamentozinho “mixuruco” que vinha até ali e depois acabava [...] (PADRE MANOEL CLARO, 22/02/2008)

[...] eu era colaboradora das irmãs assim que elas chegaram em Uberlândia[...]por aqui[...]no bairro Operário e agora Brasil só havia mato e poucas ruas de terra e alguns caminhos ou trilhos pelo cerrado[...]onde é o campo do Juca Ribeiro era um curral[...]tudo era só pasto[...]do lado da casa das irmãs era só mato[...] (ODETE DOS SANTOS, 22/10/2007) ¹⁰⁷.



Na imagem ao lado cedida pelo arquivo da escola (Figura 14) percebe-se do que fala a Sra. Odete dos Santos, ou seja, como era o local em que as Irmãs montaram a sua primeira casa na chácara, com muita vegetação em volta e poucas casas em volta, em ruas ainda sem pavimentação:

Figura 14 – Visual da casa da Chácara em 1959
Fonte: Do arquivo do Instituto Teresa Valsé-1959.

[...] à noite quando a gente acordava, escutava a rua lá na Avenida Mato Grosso, os cavalos batendo, pastando ali e batendo, toc, toc, toc.[...] tinha umas poucas casas ali no bairro Brasil, poucas mesmo[...] eram alguns carroceiros, casas bem pobrezinhas e depois as pessoas foram subindo[...] (IRMÃ JUSSY AZEVEDO, 29/03/2008)

[...] tinha rua mas era assim tudo terra pura, não tinha calçamento [...] poucas casas [...] Quase não via residências por aqui [...]Quando as irmãs chegaram aqui é que começou a crescer Uberlândia pra cá[...] que as pessoas então começaram a construir casas [...] então só tinha o Moinho de Trigo [...] tinha um outro lugar também que era onde fazia é, Salame, fazia Mortadela. Frigorífico pequeno [...] me parece que era na Avenida Mato Grosso mais em baixo[...] Não tinha quase casa nenhuma. (IRMÃ ELZA LIMA GOMES, 22/10/2007).

¹⁰⁷ Odete dos Santos, nascida em 25/06/1928, natural de Uberlândia- Minas Gerais, foi colaboradora das Irmãs quando chegaram a Uberlândia em 1959.

Pela Figura abaixo, do arquivo do Instituto Teresa Valsé Pantellini, compreende-se os depoimentos anteriores; tem-se uma vista panorâmica da organização das ruas, naquela época, no então bairro Operário, sem delimitação de espaço, o que mais parecia uma estrada da zona rural do que uma rua do perímetro urbano; visualizam-se os postes de madeira em tamanhos desproporcionais que sustentavam a rede de energia elétrica.



Figura 15 - Visual do Bairro Operário em 1959

Fonte: Do arquivo do Instituto

[...] lá no sítio era assim, nos morava na casa, na garagem onde as irmãs lavavam a roupa, costurava e tinha um galpão [...] aonde foi a nossa primeira sala de aula[...]era um galpão [...] ao lado de cá tinha um grupo, uma casa que tinha os cômodos, ai então nós passamos também a estudar ali [...] depois, foi aumentando as alunas,algumas estudavam lá naquela área, outras estudavam aqui [...] (IRMÃ JUSSY AZEVEDO, 29/03/2008)

Neste sentido, as figuras que se seguem demonstram bem como era a casa em seus detalhes no lado exterior. Nelas pode-se ver o pátio da casa com muitas alunas brincando debaixo de uma mangueira, as cercas de arame que delimitavam o espaço da chácara com muito mato em volta.

Pode-se perceber também o canteiro das hortaliças cuidadas pelas Irmãs e, como não aparece a casa, compreende-se que os canteiros ficavam em local mais afastado. Vêm-se também enormes árvores que compunham a vegetação ainda com traços bastante peculiares de um setor que era considerado como zona rural, com pastagens para animais.



Figura 16 - Hortaliças cultivadas pelas Irmãs e momentos de recreação entre as alunas (1959)
 Fonte: Cedida pelo arquivo da escola-1959

Pela vista interior das ilustrações percebe-se o galpão, que, aos domingos, era usado como capela para missa e catequese; durante a semana, era usado como sala de aula, inclusive, segundo as palavras de Irmã Jussy, era a melhor sala de aula apesar de todas as dificuldades que a casa proporcionava por não ser um local adequado para escola:

[...] no comecinho, quando estava lá na chácara é bem difícil [...] porque não tinha sala adequada, o chão balançava [...] as vezes gotejava, as meninas tinham que tirar as carteiras do lugar pra fugir [...] tinha umas quatro, cinco salas. A sala maior que tinha o salão também era onde era o hangar do Argemiro, onde guardava o avião [...] porque lá nos domingos tinha a missa lá e dia de semana era sala de aula [...] inclusive era a melhor das salas [...] tinha uma garagem lá também que servia de sala de aula, depois o dormitório das meninas que moravam lá com a gente (29/03/2007).



Figura 17 - Formação da Sala de Aulas em 1959

Fonte: Do arquivo da escola -1959

Segundo a Irmã Elza (22/10/2007), o Sr. Argemiro utilizava esta casa para guardar seu avião e ferramentas utilizadas em sua fazenda localizada próximo ao distrito de Martinésia (Município de Uberlândia) e usava esse avião para ver suas lavouras e para fazer os combates contra pragas:

[...] por causa da safra dele, ele punha o avião pra guardar aqui [...] Tinha um Teco-Teco [...] mas usava a chácara antes da vinda das Irmãs [...] levantava vôo onde foi construído a atual sede do Teresa Valsé [...]

Irmã Jussy Azevedo, em sua digressão abaixo, reforça a precariedade da primeira sede da escola, enfatizando as suas deficiências estruturais com falta de água, de saneamento básico, nas ruas sem pavimentação do bairro e, entre outros, o distanciamento desta região em relação à parte central e comercial. Aborda ainda como se davam os Oratórios Festivos nesta chácara com as crianças acomodadas debaixo dos mangueirais.

[...] Tudo ali era deserto, Uberlândia ali se for pensar o que tem agora, não tinha nada [...] lá tinha o oratório festivo, aos domingos [...], ficava cheio de meninas debaixo das mangueiras e brincava de bola, de roda [...] O povo passava lá na rua e parava para ver as Irmãs brincando com as crianças. Deve ter [...] as salas muito

precária, eram pequenas [...]o povo da cidade ia lá[...] falavam: -mas estas Irmãs, estas meninas, estas Irmãs novinhas aí nesta distância da cidade. Porque era tudo longe da cidade, era cerrado. Eu falava: - não, é aqui mesmo que a gente vai ficar [...] lugar mais popular [...] Quando chegava água a gente enchia os baldes, não tinha água. Depois que reativou um poço lá foi mais fácil por causa das meninas, mas eram todos felizes (29/03/2008).

As figuras expostas abaixo apresentam aspectos do Oratório Festivo com as irmãs junto às demais crianças; podem ser vistos aspectos humildes da casa e do pátio com as suas mangueiras. Entretanto, é válido perceber que os oratórios tinham enorme relevância para a entidade, pois serviam como forma de divulgação de seus trabalhos e, ao mesmo tempo, chamava-se a atenção da comunidade local e geral da sociedade de Uberlândia sobre as dificuldades que as irmãs vinham passando pela falta de infra-estrutura que o bairro apresentava.



Figura 18 - Oratório Festivo na Chácara em 1959

Fonte: Do arquivo da escola -1959

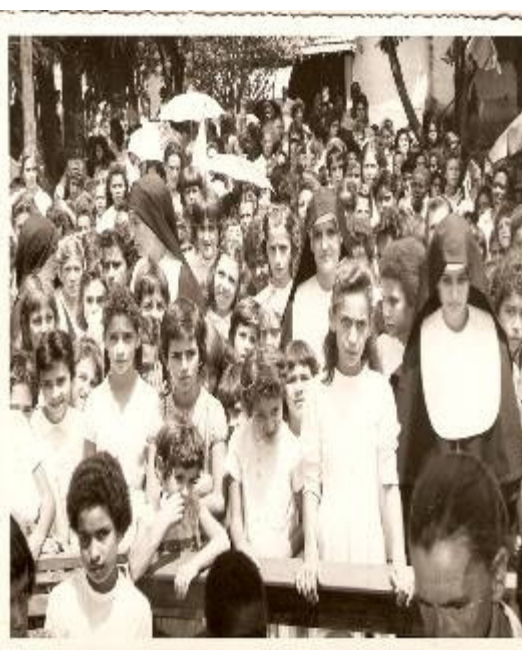


Figura 19 – Idem.

Fonte: Do arquivo da escola -1959

Com isso, as autoridades que também participavam destes eventos, passaram a colocar, em seus planos de metas, as melhorias para aquela região, fato que acabou acontecendo de forma gradativa, na medida em que a escola também crescia. Por outro lado, essas festividades serviam até mesmo para aumentar o número de alunos, pois, quando as famílias presenciavam os esforços das Irmãs para manterem a escola funcionando e demonstrando enorme carisma com os mais necessitados, e viam que no oratório era servido

um lanche e distribuíam-se brinquedos para as crianças pobres, acabavam colocando suas filhas nesta instituição, até mesmo como forma de estar ajudando:

[...] acho que meu pai queria que eu estudasse ali para ter uma formação com respeito aos valores cristãos e até mesmo para ajudar as irmãs que necessitavam muito naquele momento [...] (EDNA BARBOSA, 20/10/2007).

Prosseguindo nas atividades essenciais, construíram um altar nas dependências da “chácara” para a celebração das missas e orações diárias da comunidade e das alunas do Instituto. Foram cinco as primeiras educadoras do estabelecimento, sendo os fundadores o Revdo. Padre Mário Forestan, a Revda. Madre Maria Palmira Ghisoni, a Irmã Catarina Muratore e a Irmã Rita Vieira – Primeira Diretora da casa.

Em 24 do mesmo mês, assim como é tradicional nos institutos administrados pelas Irmãs Salesianas nos dias atuais, foi realizada uma homenagem à N. S. Maria Auxiliadora, padroeira da .

Essa celebração contou com a presença da Madre Geral e do Reverendo Salesiano Pe. Américo Ceppi¹⁰⁸, além de autoridades locais. Foi numa dessas oportunidades que os Srs. Joaquim Barbosa & Irmãos, doadores dos terrenos destinados à construção do futuro Colégio, fizeram a entrega da respectiva escritura definitiva à Superiora do Instituto .

[...] Quem nos ajudou muito lá, quem doou o terreno foi o Joaquim Barbosa, proprietário de terras naquele local do bairro, temos muita gratidão. O Padre Mário que foi conversar com o Sr. Joaquim. O Sr. Joaquim disse que daria meio quarteirão e o Padre Mário falou: __ Não, dá o quarteirão inteiro. E o Sr. Joaquim deu um quarteirão inteirinho. Ali foi campo de futebol dos meninos, jogavam futebol ali onde era o campo de aviação. Ali antes de construir o colégio era lugar de pouso do aviãozinho do Argemiro. Era duro aquele terreno [...] Quando fomos para lá já não tinha mais o aviãozinho, já tinha vendido para o Sr. Cícero [...] Quando a gente ia cavar o chão para plantar uma hortinha, alguma coisa, saia ate fogo de tão duro que estava pisoteado. (IRMÃ JUSSY AZEVEDO, 29/03/2008)

Em 1º de Março aconteceu, na chácara, a fundação e inauguração do Colégio, com celebração de uma missa pelo Pe. Gervásio, na presença de várias autoridades locais¹⁰⁹. Pe. Mário aproveitou o momento para falar da escritura definitiva do terreno onde está localizada a sede atual do Instituto Teresa Valsé Pantellini, enfatizando a importância da doação feita por

¹⁰⁸ Livro de Crônicas, 24 de Fevereiro, 1959: pág. 03

¹⁰⁹ Ibid, 1º de Março, 1959: pág. 04 e 05.

Joaquim Barbosa e irmãos; em seguida, convidou todos para uma visita ao ambiente do terreno.¹¹⁰

As imagens proporcionadas pelas figuras abaixo, dão uma idéia de como era local, onde foram iniciadas as obras:



Figura 20 - Início da construção do Instituto
Fonte: Arquivos do Instituto Teresa Valse Pantellini



Figura 21 - Conjunto de fotos mostrando o local onde se erguiam as atuais instalações do Instituto Teresa Valsé
Fonte: Extraída do arquivo da escola -1959

Na primeira figura, à esquerda superior, vê-se a Irmã Catarina caminhando por uma área com muitos arbustos ao redor, e, à frente, o local onde se ergueria, a partir do mês de março de 1959, o novo prédio do Instituto; na segunda figura, à direita, vê-se toda a alvenaria da construção da nova escola; na terceira figura, à esquerda inferior, podem-se perceber as disposições das ferragens da laje antes de serem preenchidas de concreto; na quarta, à direita inferior, podem ser vistos os primeiros operários juntamente com seus familiares e as Irmãs.

¹¹⁰ Ibidem.

Segundo a Irmã Jussy Azevedo, o colégio foi todo desenhado pela Irmã Catarina Muratore, tendo o engenheiro somente o trabalho de assinar o projeto;

[...] lembro, eu vi riscando o chão, o engenheiro lá com a irmã Catarina, fazendo os riscos no chão, depois começou a fundação. Era cada buraco imenso e os operários ficavam dia e noite batendo as pedras, as estacas. A gente acordava e eles estavam lá trabalhando. A gente levantava, ia lá, levava um cafezinho quente para eles, um vinho em tempo de chuva. Dia e noite batendo. Era cada sapata imensa. Aquilo lá não cai não, viu, pode fazer mais uns dois andares em cima. Irmã Catarina é que fez a planta, o projeto do prédio, da água, esgoto e da luz. O engenheiro somente assinou, a irmã Catarina é que fez tudo, ela que desenhou tudo, o engenheiro só teve o trabalho de assinar. A irmã Catarina o suor dela está ali. Ela vinha de Belo Horizonte, quantas vezes nos chegamos lá de madrugada, ou então de manhã, viajando a noite inteira, os caminhões carregados de cimento, de ferro... muita coisa encontrava em Uberlândia, mas a boa parte não achava (IRMÃ JUSSY, 29/03/2008).



Figura 22 – Operários trabalhando na fundação da escola

Fonte: Arquivo do Instituto do ano de 1959

A ilustração acima, extraída do arquivo do Instituto do ano de 1959, retrata bem as palavras de Irmã Jussy, e nela podem-se ver os operários trabalhando na fundação da escola e as Irmãs auxiliando de alguma forma.

A área dos terrenos doados ao Colégio localiza-se no alinhamento da avenida Mato Grosso, fundo da referida “Chácara”, justamente no local onde era a cabeça da pista do campo de aviação de Argemiro Vicente Lopes, ex-proprietário daquela propriedade e loteamentos posteriores.

Em 02 de Março foram iniciadas as primeiras matrículas, atingindo o número de noventa e cinco alunas, sendo 40 para o curso primário e 55 para a segunda série, cujas aulas passaram a ser administradas em um barracão ali existente e que, aos domingos, era transformado em capela para o culto religioso ¹¹¹.

¹¹¹ Livro de Crônicas, 02 de Março, 1959; Pág. 04 e 05.

[...] começaram [...] assim, começou com o primário, em 59 elas chegaram, 59 começou, minha irmã fez a 4ª série, quando foi no outro ano que abriu a 5ª série, então à medida, ia caminhando assim, não abriu tudo de uma vez[...] então no primeiro ano abriram o primário e a quinta série, depois no outro ano abriu a 6ª até chegar a 8ª. (IRMÃ ELZA LIMA GOMES, 22/10/2007).

Segundo a Irmã Jussy, ali tudo era animação e trabalho, pois, até as próprias alunas cooperavam com as Irmãs, transportando material de construção de um local para o outro, numa demonstração de contentamento pela obra que se fazia em benefício comum, como se vê nas figuras abaixo; porém, esse benefício, por se tratar de uma instituição particular, permitiu que a comunidade se envolvesse por ser um bem comum; mas aos poucos foi diferenciando seu público alvo, isto é, na medida em que a escola concluía sua obra, passou a atender a realidade de ensino de uma classe capaz de pagar, em sua grande maioria.



Figura 23 - Alunas ajudando na nova construção
Fonte: Arquivo do Instituto Teresa Valsé-1959.

Em março, a ecônoma¹¹² Inspetora Catarina Muratori retornou a Belo Horizonte, após a fundação e inauguração do Colégio improvisado na chácara¹¹³. No dia 31 do mesmo mês, celebrou-se a primeira homenagem a Dom Bosco, tradição que permaneceu até o ano de 1971, quando então, o marco das homenagens, a expressão máxima dos salesianos, foi transferida para outra data.¹¹⁴ Entretanto, é válido salientar que, até então, durante todo este período, no dia 31 de cada mês era feita uma celebração a Dom Bosco.

Entretanto, é válido ressaltar que, pelo ponto de vista de padre Henrique, no que diz respeito às festividades comemorativas da instituição, tanto o Ginásio Cristo Rei quanto o Instituto seguiam os mesmos preceitos:

[...] nós tínhamos a festa de São José, tinha 09 de março pra começa o ano, daí dava para os alunos as normas de regulamento em geral, notificava, dizia. Eles estavam à par de como era o colégio, tratava os alunos e em quais os direitos dos alunos para os deveres e obrigações e também os direitos e deveres dos professores[...]e depois vinha 24 de maio que é a Padroeira da Congregação, Nossa Senhora Auxiliadora. Depois havia a festa de Dom Bosco em agosto, pra encerrar as comemorações [...] 07 de setembro[...]Daí a paróquia de Nossa Senhora Aparecida, aí a gente englobava com a paróquia e fazia a festa de Nossa Senhora Aparecida[...]a festa depois da comunidade, que era a comunidade que envolvia todos[...] (PADRE HENRIQUE RIBEIRO BRITO, 22/02/2008)

Em 06 de abril, o Colégio recebeu a visita da Inspetora Madre Palmira Ghisoni¹¹⁵, que já podia ver os primeiros movimentos da construção da nova sede. Em 14 de abril foi feita uma homenagem à Madre Mazzarello, criadora da Congregação das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora¹¹⁶. No tocante à infra-estrutura, a escola era ainda precária na chácara e nos primeiros anos na nova sede; primeiro, conforme já foi dito, pelas condições inadequadas do lugar e, segundo, porque o material didático era improvisado pelas próprias Irmãs, de acordo com a entrevista de Irmã Jussy Azevedo (29/03/2008):

[...] o material didático era mais o treino da gente, o que a gente tinha, livro didático tinha, mas material igual hoje não tinha não. Igual a copiadora hoje, isso é interessante, era um tabuleiro pequeno, a gente punha uma gelatina própria depois tinha um carbono que a gente batia e punha lá e era nossa copiadora e saia impresso lá e a gente punha no papel, passava a mão naquela gelatina ate sair impresso na folha [...] copiava tudo direitinho para os meninos e lavava para servir para outra vez [...] depois veio o Mimeógrafo a álcool, depois a tinta e agora é copiadora[...] Nós passávamos o papel dentro do tabuleiro[...] dentro da gelatina assim, puxava e saia impresso. Dava trabalho, mas a gente achava que era um progresso [...].

¹¹² Pela legislação canônica trata-se do cargo encubido de fazer a administração dos bens da congregação que representa.

¹¹³ Livro de Crônicas. 05 de Março, 1959. p. 04 e 05

¹¹⁴ Ibid. 31 de Março. p.04 e 05

¹¹⁵ Ibid. 06 de Abril, 1959. p. 06

¹¹⁶ Ibid. 14 de Abril, 1959. p. 06

A respeito do processo de organização do material didático, a irmã Diva Martins Pinheiro¹¹⁷ aborda da seguinte forma:

[...] era escola particular, então o Governo não interferia nisto aí. A gente adotava os livros de acordo com o que a Província determinava, [...] orientava a adotar. Me lembro que adotava na matemática Osvaldo Sangiorgi_ que era um matemático muito afamado naquele tempo e já até tinha feito curso com ele em Juiz de Fora, em Belo Horizonte. Adotavam-se os livros de acordo com a orientação que vinha da Província e a gente também conversava com as irmãs da escola, traçava idéia, e adotava aqueles livros que achavam que eram melhores, mais de acordo com a clientela.

Neste aspecto, observa-se que escola não possuía um padrão didático único e comum para toda rede salesiana e que não fornecia nenhum material escolar gratuito para suas alunas; isso reforçava mais ainda a idéia de que, a classe que se comprometesse em se envolver em seu sistema educacional, teria que ser pagante, mesmo que fosse com uma pequena mensalidade, além de ter condição de arcar com as despesas dos livros didáticos indicados pela escola, conforme os comentários das Irmãs em alguns momentos das entrevistas.

Pelas observações feitas no ambiente da escola no atual contexto e pela postura das Irmãs ao alegarem que a forma de lidar com as crianças praticamente em nada mudou desde a época inicial (em 1959), pode-se dizer também que a didática em sala de aula baseava-se em uma forma carinhosa com as alunas, reforçando-se um dos princípios de Dom Bosco que era o de educar proporcionando um ambiente familiar, como já foi abordado neste estudo.

Quando chamavam a atenção do aluno, era de maneira discreta e em particular, buscando sempre educar pela palavra; segundo as Irmãs entrevistadas, apesar do perfil da época dentro da Igreja Católica exigir uma formação das alunas de suas instituições dentro de um princípio conservador e rigoroso, elas conseguiam fazer tudo isso sem deixar as alunas contrariadas. Neste aspecto, os pontos de vista de duas ex-alunas, Edna (20/10/2007) e Irmã Elza (22/10/2007), coincidem na fala:

[...] tudo ali era muito familiar [...] muito simples [...] o jeitinho das Irmãs corrigirem a gente era suave [...] na sala de aula a professora ensinava com uma linguagem simples [...] quando a gente não passava de ano era porque tinha dificuldade mesmo, porque até reforço elas nos davam [...].

¹¹⁷ Irmã-Diva Martins Pinheiro, nascida em 01/10/1922 em São Pedro dos Ferro, Minas Gerais, foi professora de Matemática e Conselheira Escolar no Instituto Teresa Valsé Pantellini entre os anos de 1966 a 1968.

Pelas palavras de irmã Raymunda Camini Ksury¹¹⁸ como era o público da escola, o que se servia para as crianças quando ali chegavam para as aulas e qual a origem desse lanche:

[...]a escola era uma escola assim de crianças pobres mesmo [...] e algumas empresas como a Erlan, a Imperial, a Princesinha, a fábrica de garrafas, o pessoal do frigorífico... ah, tinha tanta gente boa disposta a ajudar a gente ali [...] nos ajudavam a cuidar das meninas com uma parte financeira [...] então que custeavam porque não tinha condição. Alguma poucas meninas iam descalças, a gente ajudava muito nesta parte aí da vida, ajudar a criança a ter auto-estima, de gostar de estar ali com a gente porque a gente era realmente como a continuação da família. Preparava o lanche e dava para as meninas o lanche preparadinho, fazia um mingauzinho ou uma sopa [...] era uma merenda escolar que a Escola Estadual dava e a gente já dava como Escola Particular, que era atendendo estas meninas pobres.

A comunidade era comunidade de tudo... gente muito simples que vinham de diferentes partes da cidade e dali do próprio bairro [...] a realidade de Uberlândia mudou demais [...] pouco tempo depois já tinha mudado um pouco[...]eram menos crianças com poder mínimo aquisitivo possível [...] então era assim, a gente tinha algumas gratuidades [...] (22/02/2008)

Pela entrevista com Irmã Raimunda, que esteve na instituição desde seus momentos iniciais, a clientela da escola era composta por pessoas de diferentes partes da cidade, com poder aquisitivo alto, médio e baixo, embora as condições econômicas não mudassem, segundo ela, o modo de tratamento às alunas. Naquela época, existia certa desproporção nos valores das mensalidades, entre aquelas que pagavam mais, outras alunas que pagavam menos e ainda as que estudavam de graça. O público da escola não era composto somente por moradores daquele bairro; havia meninas que vinham das fazendas e outras regiões distantes do bairro. Conforme as palavras de Irmã Raimunda, as dificuldades existiam, mas a escola recebia alguma ajuda de empresas e subvenções do Estado como contribuição para superar os obstáculos.

Por se tratar de uma escola particular em um bairro de periferia nos primeiros anos, a mensalidade não tinha um valor único e muito alto, conforme será visto nas entrevistas abaixo, até mesmo como forma de atrair o público e de mostrar sua metodologia educacional baseada em valores da fé católica com uma rigorosa disciplina, segundo palavras de Irmã Elza Lima Gomes (22/10/2007):

[...] Uma disciplina bastante rígida seguindo as determinações da Igreja Católica da época [...] inclusive havia o momento religioso antes de entrar para sala de aula e nos finais de semana a gente devia participar de missa[...] um sistema muito rigoroso mas com um ambiente familiar muito interessante, um ambiente em que as Irmãs tratavam a gente com carinho, humildade e amor[...]

¹¹⁸ Irmã Raymunda Camini Kfuri, nascida em 04/07/1937 no Rio de Janeiro, Capital, foi professora de ensino religioso no Instituto entre os anos de 1968 e 1971.

A ex-aluna Edna Barbosa (22/10/2007) relata como se dava tal disciplina no ambiente da escola da seguinte forma: “[...] não sei se foi até a oitava série, eu também não me lembro, mas rezava, fazia oração inicial, cantava o hino nacional em fila [...]”

Segundo Edna Barbosa, uma das formas de punição da escola era ter que voltar em outro horário para estudar, quando a aluna se saía mal em determinada matéria ou prova:

[...]a agente ter que voltar em outro período que não era o do que a gente estudava pra fazer alguma prova quando saía alguma coisa errada, uma coisa assim. Castigo mesmo era só mesmo baseado nisso (EDNA BARBOSA, 20/10/2007).

Por outro lado, a irmã Elza se recorda de que, com as alunas indisciplinadas, a forma de punição utilizada pelas Irmãs era dialógica, diferente de seus próprios primeiros anos escolares em escola pública em que se usava, como punição, a palmatória:

[...] Chamava particular, conversava com ela, conversava com os pais, nunca chamou a atenção na frente das alunas, era sempre particular[...] às vezes conversava, brincava [...] [...] Quando eu estudei, quando eu estudei no começo dos anos na 1ª série, 2ª série em outra escola, usava palmatória, usava o lápis pra bater se não fizesse a lição, ficava de castigo, as irmãs nunca usavam esse método não, era sempre no diálogo, você não fez a tarefa mas você vai fazer novamente e trazer para nós (22/10/2007).

O Instituto iniciou suas atividades com uma mensalidade de valor bastante baixo, segundo o depoimento das Irmãs Jussy e Diva:

“[...] a maioria era carente, lá não tinha estrutura para pegar meninas[...] pagava uma mensalidade pequena [...] IRMÃ JUSSY AZEVEDO (29/03/2008).

[...] Como era poucas alunas, então não havia tanta entrada financeira, tanto mais às vezes aquelas que procuravam o colégio, são aquelas que tinham dificuldade financeira, então tinha que fazer um desconto [...] era muito comum ter um desconto[...]a gente sabia que a renda era mesmo minguada. A gente vivia com sacrifício estes tempos aí. Viveu uma vida de muita simplicidade e de muitas perdas também, porque as entradas eram muito poucas, eram poucas alunas e no meio destas poucas, havia algumas ainda que não conseguiam pagar. Havia gente também gratuita. Havia uma bolsa da Prefeitura [...] A entrada era muito pequena, não me lembro no momento, mas sei que tinha bolsa da Prefeitura [...] (IRMÃ DIVA MARTINS PINHEIRO, 29/03/2008).

Além do mais, para aquelas alunas que não pagavam mensalidade, existiam as bolsas dadas pela Prefeitura e as subvenções fornecidas pela mesma e pelo Estado, que acabavam custeando tais despesas. Por outro lado, alunas não-pagantes muitas vezes pertenciam ao sistema de internato da escola e acabavam contribuindo, de alguma forma, na manutenção da

mesma, até mesmo para compensar a falta da mensalidade. Para Irmã Elza, a maioria das alunas internas morava muito longe, em fazendas, e não tinha condição de ir e vir todos os dias “[...] eram meninas que moravam em bairros distantes ou fazendas da redondeza que não podiam vir todos os dias [...].”

Entretanto, diante de tais argumentações que justificam a mensalidade de valor baixo defendido pelas irmãs, a ex-aluna do Instituto, Edna Barbosa, relata que, para sua família, era um valor significativo:

[...] eu sei que pra minha família era um valor caro certo, mas eu não sei se porque a minha família não tinha dinheiro assim suficiente, ou se era realmente caro [...] mais foi com dificuldade que eu estudei [...]e mais não sei se era um valor caro de acordo com o mercado isso eu não sei [...] (20/10/2007)

Isto mostra que, mesmo existindo algumas aberturas de isenção de mensalidades e diferenciação de preços, de acordo com a classe social das alunas, a realidade da escola era particular, sobrevivendo das mensalidades; portanto, mesmo estando instalada em bairro popular, as Irmãs vieram para aquele lugar vender seu produto, isto é, o ensino. Mesmo as alunas que não podiam pagar mensalidade escolar, teriam que ser beneficiadas, ainda que fosse com bolsas de valores mínimos pagas pela Prefeitura ou através de algum tipo de trabalho que as alunas se sujeitavam a fazer na casa.

Mas, neste último caso, nada acontecia de forma contratada; como o número de Irmãs era pequeno para tanto compromisso em sala de aula e tendo que cumprir todos, as alunas, principalmente as internas que eram geralmente as que moravam longe e não davam conta de pagar pelo ensino, assumiam o compromisso de ajudar a limpar a casa, auxiliar na cozinha, arrumar as salas de aula e lavar as roupas entre outras coisas: “[...] a gente ajudava a limpar as salas de aula e a cuidar da casa [...]”, declarou a Irmã Elza Lima Gomes. Edna Barbosa reforça este depoimento: “[...] No começo também teve as meninas que chamavam escola doméstica, que moraram com as Irmãs aqui, então elas procuravam pelo estudo e também nessa parte ajudavam na limpeza, ajudava lavar roupa, cozinhar, ajudar o ambiente das irmãs.”

No mês de maio, segundo o que consta no Livro de Crônicas, várias doações foram feitas para a construção do Instituto; houve uma reunião dirigida pelo padre Mário Forestan e pela Diretora Rita Vieira. No dia 24, foi realizada a primeira festa de celebração à Maria Auxiliadora, por quem eles tinham enorme fervor, fato que prevalece como preceito geral para todas as instituições salesianas.

O Livro de Crônicas relata ainda que, especificamente no dia 19 de maio desse mesmo ano, através de uma reunião presidida pelo padre Mário Forestan e da Diretora Rita Vieira, a instituição recebeu várias doações em prol da construção. Entretanto, observa-se que o Livro de Crônicas não especifica os nomes das pessoas envolvidas nestas doações, somente no Livro de Ouro da Escola é que se pode ver a relação de nomes de algumas destas pessoas comprometidas com as doações, conforme a imagem abaixo:



Figura 24 - Ilustrando as assinaturas de doadores no Livro e Ouro do Instituto Teresa Valsé
Fonte: Retirada do Livro de Ouro da escola

O dia 08 de Julho foi de júbilo para o Colégio, com a chegada da planta do Instituto; foi feita uma reunião pela Sra. Diretora Catarina Muratori para apresentá-la aos demais membros interessados pela construção da nova sede.

Em 06 de Agosto, fez-se o exercício de “buona note” (boa noite), ou seja, momento em que era feita uma reflexão sobre uma dada mensagem ou palavra de bem, para que as internas pudessem refletir antes de dormir. Tal metodologia também era seguida pelas alunas

antes de darem início ao dia letivo em sala de aula; nesta situação, a denominação era de “acolhida”.

[...] as nossas alunas não entravam pra sala sem uma acolhida [...] às vezes fazíamos uma acolhida geral que é a palavra de Deus que a gente fala, é especialmente bom para o aluno passar o dia; às vezes contava um fato, às vezes um acontecimento. Dali tirava uma mensagem para o aluno ser bom com sua família, colegas, professoras, esforçar nos estudos, acreditar na vida [...] se ontem a acolhida foi geral no pátio da escola [...] lá na sala de aula no outro dia, aquela professora que vai dar a primeira aula, a primeira coisa que ela tem que fazer é dar a acolhida. (IRMÃ JUSSY AZEVEDO, 29/03/2008).

[...] acolher os alunos levando sempre uma palavra de fé, uma palavra boa para entusiasamá-los [...] afinal de contas era uma pequena conversa religiosa de acordo com a clientela, havia gente maior, gente menor, então estas acolhidas eram bem aceitas. Eram feitas em sala. Cada sala havia uma irmã responsável de acolher aquela turma e deixar uma palavra boa para aquele dia [...] tinha as irmãs que fazia esta acolhida e tinha dias que a gente falava com todos do colégio, que era pequeno né[...]. (IRMÃ DIVA MARTINS PINHEIRO, 29/03/2008).

Isto era um meio de fazer com que as alunas ficassem mais vulneráveis a aceitarem a vida como ela é realmente, e ao sistema educacional que lhes era sugerido, uma vez que, dificilmente, depois de uma palavra de amor e fraternidade em prol do próximo, as crianças se sujeitariam a infringir um princípio cristão que envolvesse a Igreja. Segundo relatos das irmãs que estiveram na escola no período em estudo, esta palavra de amor passava como sendo história de sofrimento de personagens da Bíblia Sagrada e até da crucificação de Jesus Cristo.

Tal fato era costume exclusivo das casas de Dom Bosco que ele escreveu em seu tratado de educação: “Todas as noites, após as orações de costumes e antes que os alunos se recolham, o diretor ou diretora deve dirigir algumas afetuosas palavras, dando algum aviso ou conselho sobre o que convém fazer ou evitar”.

Para Modesti (1975), retirando a lição de acontecimentos do dia, sucedidos em casa ou fora; mas seu pronunciamento não deve passar de dois ou três minutos. Essa é chave da moralidade, do bom andamento e do bom êxito da educação, pois para Dom Bosco, o que é demais acaba prejudicando e o que é pouco, mas bom, deixa o gosto de “quero mais” e é aceito.

A obra e o trabalho das Irmãs eram sempre acompanhados pelas autoridades da cidade, de acordo com as informações documentais, tanto que, no mês de Setembro, o Prefeito de Uberlândia, Afrânio Rodrigues da Cunha entre 1955-1959 fez uma visita-surpresa ao local do Instituto¹¹⁹.

¹¹⁹ Ibid. 28 de Setembro, 1959: p09

O Livro de Crônicas registrou no dia 12 de Outubro uma celebração dedicada à N. S. Aparecida, *patrona* do Brasil, realizando-se uma passeata com as crianças. Nesse período, o Instituto era ligado, para efeito de celebrações religiosas, à Paróquia Nossa Senhora de Aparecida, razão pela qual as Irmãs celebravam o dia dedicado à Mãe do Brasil.

Em *novembre*¹²⁰ (novembro), realizou-se uma exposição com trabalhos das alunas do Colégio, para a qual foram convidadas várias autoridades da cidade e da Igreja. Nesse mesmo mês, no dia 29, foi feita a abertura da *Cliusura* (clausura), local na casa onde funcionava o Instituto reservado para as Irmãs para realizarem suas orações, que foi abençoado pelo padre Mario Forestan¹²¹.

Chegou o mês de *Diciembre* (Dezembro) e a comemoração do Natal. O Sr. Cícero, sempre atencioso e amável, proporcionou uma bela e farta festa às Irmãs que foi realizada no Oratório Festivo, para a alegria de todos¹²².

Consta nas crônicas que, no início do ano de 1960, em 22 de Janeiro, o Deputado Federal Rondon Pacheco visitou o Colégio e prometeu às Irmãs o financiamento das futuras instalações do Instituto¹²³. O Deputado Rondon Pacheco teve um importantíssimo papel na construção de escolas na cidade, favorecendo a fundação de colégios, faculdades e, graças à sua intervenção e influência junto aos governos estaduais e federais, segundo Tito Teixeira, a Universidade Federal de Uberlândia foi constituída.

As aulas sempre eram iniciadas em Março. Assim, em 04 de Março teve início o ano letivo no Colégio provisório, como um anexo do Ginásio Cristo Rei para a 1ª série ginásial¹²⁴.

Em maio, o jornal Correio de Uberlândia, fez uma reportagem sobre a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora na cidade, consagrando-lhes a primeira página do dia 19 do recorrente ano de 1960, como se transcreve abaixo¹²⁵:

As Irmãs Salesianas

Foi Zuleica Savastano que me chamou a atenção para a obra notável que as Irmãs Salesianas estão fazendo nesta cidade, com sacrifício enorme e alguma cooperação particular. Sem esta, de maneira alguma poderiam estar enfrentando as inúmeras dificuldades que vencem dia a dia, com esforço, confiança em Deus e persistência.

Quem vem ajudando as Irmãs Salesianas entre nós? Joaquim Barbosa que lhe doou uma quadra para a séde definitiva para o educandário. Fica longe de onde

¹²⁰ No Livro de Crônicas da escola, os meses são citados em idioma italiano, conforme foram transcritos neste estudo. (Nota do autor deste estudo).

¹²¹ Ibid. 24 de Novembro e 29 de Novembro, 1959. p.11

¹²² Ibid. 25 de Dezembro, 1959. p.12

¹²³ Livro de Crônicas. 22 de Janeiro, 1960. p.13

¹²⁴ Ibid. 04 de Março, 1960. p.15

¹²⁵ Jornal Correio de Uberlândia. Ruth de Assis. As Irmãs Salesianas de Uberlândia. Ano XXIII; nº 8.082. Cód. 42 B. Uberlândia, 19 e Maio de 1960. p.01.

estão hoje, o que, por certo, não anima a enfrentarem a construção do prédio próprio. E Cícero Diniz que lhes alugou a casa e o barracão em 19 de Fevereiro de 1959, quando se instalou o educandário que tem o pomposo nome de “Instituto”. Alugou sem cobrar nada, o que é uma maneira generosa de alugar. Apenas esses dois homens, até agora, estão ajudando o reerguimento de um colégio entre nós.

A Prefeitura e a Câmara desconhecem por completo o trabalho das Irmãs. E não é obrigação do Prefeito conhecer o que se passa em seu município. E é obrigação dos vereadores prestarem assistência contínua aos que são ou serão seus eleitores, como membros da coletividade.

Fui com a Zuleica e dr. Fausto ver de perto o trabalho das Salesianas: Diretora Irmã Rita Vieira; Economa Irmã Nair Campos; Assistente-Geral Irmã Jussi; Assistente Irmã Stella; Secretária Irmã Leila; Tesoureira Irmã Cornélia.

O local é afastado do centro e nele esse pequeno grupo de mulheres abnegadas mantém três cursos: primário pela manhã, 1ª série ginasial pela tarde e o curso de alfabetização, costura, corte e bordado à noite. São 252 meninas e moças que aprendem de graça. Porque o curso noturno é gratuito, apenas 10 pagam entre as 137 alunas. Dos 115 alunos dos cursos diurnos a maioria paga Cr\$300,00 mensais, apenas.

Isso significa que as Salesianas recebem o que lhes garanta o pão de cada dia somente. O trabalho é intenso, pois lecionam e cuidam de todos os afazeres domésticos, têm a sua capelinha.

Ao fundo da casa pobre e pequena, mas limpa, fica a sala de aula. E de um lado, pela frente, com distância de muitos metros, num pavilhão separado, ficam as outras duas salas de aula. As Irmãs têm que sair para as aulas.

O uberlandense que está tirando tamanho proveito de seu trabalho e de seu esforço, através dos duzentos e tantos estudantes que na Instituição estão aprendendo primário e lá no ginásio também profissões úteis, tem fugido à sua norma de cooperação usual. Naturalmente por desconhecer o educandário e seu trabalho gratuito. O governo não encontra justificativa no seu silêncio e falta de cooperação. Cícero Diniz tem feito muito. As irmãs pretendem adquirir-lhe o terreno e o prédio onde estão. Podia doar o outro terreno ao lado ou fazer uma permuta com Joaquim Barbosa, a fim de facilitar a construção da sede do colégio.

E, assim, ficam aqui as minhas sugestões: a de troca de terrenos ou doação particular. De que os vereadores e o prefeito dêem um pulo nos carros oficiais até o Instituto para estudarem um meio de entrar este na lista de subvenções públicas. A de que o povo comece a travar conhecimento com as salesianas de Uberlândia, sabendo desde agora que existe este estabelecimento de ensino, onde o aprendizado é acessível e humano e que por isso mesmo precisa de apóio do governo e de todos nós.

No que diz respeito à reportagem citada anteriormente (realizada pelo Jornal Correio de Uberlândia), pode-se afirmar, de acordo com o desenvolvimento deste estudo sobre a instituição e com as entrevistas e consultas às crônicas da escola, que as informações transcritas acima não são totalmente verídicas, uma vez que, apesar de grande sacrifício descrito no jornal, as Irmãs afirmaram que sempre tiveram muito apoio da comunidade local e de alguns políticos, conforme já foi descrito segundo dados do Livro de Crônicas, em que as Irmãs relatam as visitas do Prefeito municipal e do Deputado Federal Rondon Pacheco.

Pelas reportagens abaixo, percebe-se que as irmãs não ficaram totalmente desamparadas, como apresentou o jornal em sua reportagem extremamente solidária, no sentido de apoiar a vinda dessa congregação católica e, ao mesmo tempo, buscar sensibilizar a sociedade uberlandense em ajudar as irmãs com contribuições, principalmente matriculando

suas filhas na instituição: “[...]meu pai contribuía com a escola[...]” (IRMÃ ELZA LIMA GOMES, 22/10/2007).

Além do mais, o antepenúltimo parágrafo da reportagem do Jornal Correio de Uberlândia omite certos dados ao informar que o uberlandense estaria tirando grande proveito do trabalho das irmãs, pois a instituição não era uma entidade de ensino gratuito e as poucas alunas que não tinham condição de pagar, auxiliavam as irmãs nos afazeres da casa em troca do acesso às aulas. Sendo assim, não se tratava de uma situação de favor que a escola estava prestando à comunidade.

Em 11 de Junho, realizou-se uma festa junina, com a finalidade de angariar fundos em benefício da nova construção e, em 23 do mesmo mês, realizou-se outra festa junina com barraquinhas e fogueiras, que foi prestigiada por grande número de amigos. Com isso, conseguiu-se arrecadar, para as obras em nova etapa, a cifra de 3.000,00 cruzeiros¹²⁶.

Percebe-se por este relato do Livro de Crônicas da escola, a grande participação da comunidade local em prol da realização da obra, fato que fortalece a fundamentação de que a reportagem do jornal Correio de Uberlândia apresentada anteriormente, é chamativa no sentido conquistar apoio da sociedade para os futuros eventos que a instituição viesse a realizar, sempre com a intenção de angariar fundos a favor da construção e de, também, conquistar mais alunas.

Este é um detalhe que fica claro nos seguintes dizeres da referida reportagem: “[...] A de que o povo comece a travar conhecimento com as salesianas de Uberlândia, sabendo desde agora que existe este estabelecimento de ensino, onde o aprendizado é acessível e humano [...]”, pois, com isso, também poderiam ganhar mais dinheiro para a realização de sua construção e desenvolvimento de seu projeto de educação em construir nesta cidade uma grande escola.

No dia 05 de Agosto 1960 houve a primeira comemoração feita no Instituto ainda na chácara, em homenagem à fundação da por Madre Mazzarello, na Itália, em 1872. Esta é sempre uma data celebrada pelo Instituto¹²⁷.

¹²⁶ Livro de Crônicas. Dias 11 e 23 de Junho, 1960. p.18

¹²⁷ Ibid. 05 de Agosto, 1960. p.19

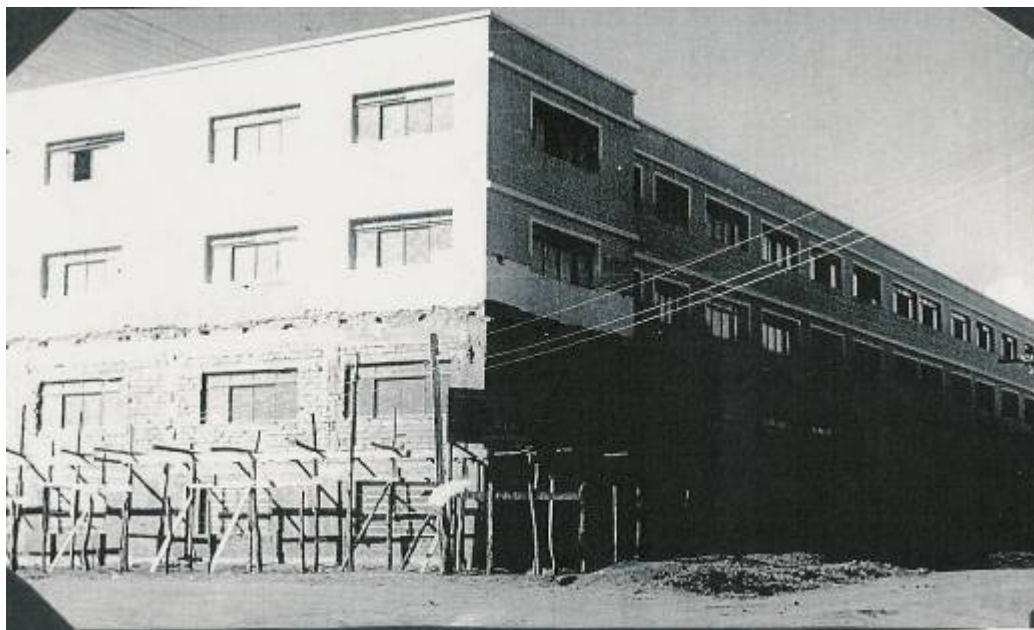


Figura 25 - O novo Colégio em Construção, em 1960

Fonte: Arquivo do Instituto Teresa Valsé.

Pela figura acima vê-se o novo prédio do instituto, no início de 1960, já com sua estrutura de alvenaria bastante adiantada, apresentando uma fachada moderna e, pelo que se percebe, com amplos espaços para salas de aula e acomodações das Irmãs. Isto já revela a visão ampla das irmãs em acreditarem no crescimento e desenvolvimento do bairro e no potencial de seus trabalhos educacionais.

Na construção deste prédio, as irmãs tiveram o capricho de pensar em vários fatores que certamente beneficiariam toda a comunidade estudantil que, futuramente, passaria por ali. Assim, o pátio da escola ficou espaçoso, com possibilidades de ampliações futuras, sem interferir no arejamento das salas, de uma forma que, quem estivesse no ambiente da sala de aula, perceberia o que se passasse no pátio.

A disposição dos degraus da escada que dá acesso ao pátio, possibilitou uma plataforma para que as Irmãs ou outros palestrantes pudessem proferir alguma palavra aos alunos. Na ala interna do prédio, as Irmãs preocuparam-se em fazer salas amplas, de forma que, quem passasse pelo corredor veria o que ocorria em sala de aula através de alguma abertura nas portas e janelas.

Foi planejada uma Capela num salão, às vezes usado para festividades e formaturas. Entre outras coisas, este prédio trouxe, como inovação, a construção de uma rampa para facilitar o acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais aos três andares superiores.

As eleições brasileiras eram realizadas em 03 de Outubro, data que o Colégio reservou para descanso e para votar. No dia 08 do mesmo mês, as Irmãs receberam a visita da Inspetora Salesiana que veio ver a obra, pagar os operários e materiais de construção, totalizando um gasto de 8.000 cruzeiros¹²⁸.

No dia 03 de Dezembro desse ano, instalaram-se no Colégio os primeiros cursos que elas chamavam de qualificação profissional e preparação para a vida dentro e fora do lar, tais como o “corte e costura, bordado, música, canto e pintura .”

[...] me lembro de ter feito trabalho de bordado lá, a gente bordava o tal de vagonitt [...] é um trabalho com linhas bordado mesmo cortava a linha em baixo dos fiozinhos do próprio tecido [...] teve uma época que a gente teve um início de aulas de músicas, de instrumento musical de piano, por exemplo [...] (EDNA BARBOSA, 20/10/2007).

[...] tinha as alunas da escola doméstica que a gente fala [...] tinha estudo e participava conosco também das aulas [...] aluna normal, morava aqui conosco [...] tinha horário de estudo e tinha horas de que elas ajudavam a limpar a casa, tinha hora de aprender a lavar roupa, passar, fazer comida, limpar casa, costurar [...] Durante a nossa aula, tinha dia que a gente tinha esses trabalhos de pintura, bordado, artes, que era crochê, tricô, bordado [...] a gente fazia exposição no final do ano. Que nos tínhamos aula de canto e tinha aula de música [...] todas nós tínhamos prova, tudo ela dava pra nós (IRMÃ ELZA LIMA GOMES, 22/10/2007).

Pela exposição das imagens abaixo pode se perceber como que estas aulas se davam e a exposição dos trabalhos feitos pelas crianças no final do ano letivo.



Figura 26 - Exposição dos trabalhos feitos pelas crianças no final do ano letivo
Fonte: Cedida por Edna Barbosa, ex-aluna da escola.

No entanto, tempos depois, quando já estavam na nova casa, as Irmãs desenvolveram um projeto dentro do ambiente da escola com participação das alunas e demais integrantes da

¹²⁸ Ibid. Dias 03 e 08 de Outubro, 1960. P.21 e 22, respectivamente.

comunidade e que foi denominado de Obra de São José; ali se ensinava datilografia, contabilidade, costura, bordado e pintura, cabeleireiro, manicure, pedicuro, culinária e confeitaria. Segundo os pareceres das Irmãs Elza e Raimunda em seus relatos:

[...] depois, anos depois quando abriu a Obra São José aqui (...) oferecia Contabilidade, Datilografia[...] (IRMÃ ELZA LIMA GOMES, 22/10/2007).

[...] era anexo ao colégio, então tinha lá cabeleireiro, tudo muito organizado o salão com toda a aparelhagem para dar curso de cabeleireiro, tinha curso de manicure e pé dicure com gente profissional[...]tinha aula de Datilografia com diploma e tudo que era uma irmã que dava que já ate faleceu...tinha Arte Culinária, as pessoas aprendiam a fazer bolos, já ate faziam para vender, encomendava para aniversário[...]tinha corte-costura, tinha pintura, muitos cursos mesmo[...] (IRMÃ RAIMUNDA, 22/02/2008).

As figuras abaixo dão uma dimensão da temática abordada anteriormente, apresentando alunas dos referidos curso em seus momentos de aula. Nas figuras podem-se observar os resultados do ensino, na confecção dos vestidos, comprovando que as alunas tornavam-se realmente capacitadas.

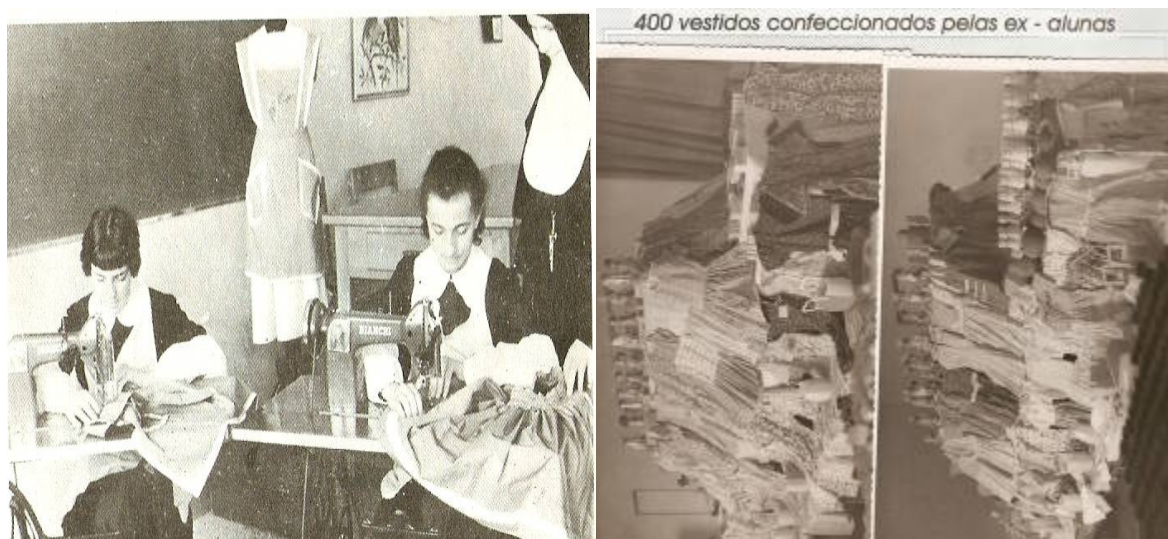


Figura 27 - Confeção de vestidos feitos pelas alunas
Fonte: Retirada dos arquivos da escola.

O ensino profissionalizante ou a preocupação em ensinar as crianças a ter uma atividade produtiva continuou existindo na escola durante todo o período abordado neste texto, pois, segundo a entrevista com a Irmã Nilda Sampaio Dias, durante a sua gestão como diretora (1969-1970) e mesmo depois com a nova gestão, continuou existindo.

[...] existia nas aulas de artes e nós colocávamos o mais prático possível [...] Era dados no horário de aula. As aulas de arte estava dentro do currículo, o mais prático possível, porque foi uma experiência feliz de ensinar as crianças aquele essencial que a mulher precisa saber, pregar botão, fazer casa, pregar colchetes, fazer barra na

roupa, nas saias, nas blusas, o mais prático possível também, desenho , geometria mas também uma parte prática neste sentido [...]e outros[...] (IRMÃ NILDA S. DIAS, 22/02/2008).

No dia 8 foi celebrada a Festa da Imaculada e, no dia 26, as Crônicas falam sobre as premiações que contemplavam as alunas-modelo, ou seja, as que se destacavam com as melhores notas¹²⁹, apresentando os aspectos conforme o modelo do diploma abaixo.



Figura 28 - Certificado de Edna Barbosa, de premiação pelo comportamento
Fonte: Retirada dos arquivos da escola.

Neste momento, faz-se necessária a discussão a respeito do sistema de premiação priorizado no sistema salesiano de educação, em que o princípio de vigiar e premiar, visa criar um sistema de práticas de representações que torne as transgressões inaceitáveis e a observância apetecível das normas ou regras por trazer vantagens, inclusive materiais, procurando criar um jogo de representações positivas que reforcem a observância de horários, movimentos obrigatórios, atividades, meditação, trabalho individual e em comum, silêncio e respeito aos bons hábitos. Assim, em caso de correção, o que se objetiva é o restabelecimento da paz, mas como tranquilidade da ordem e não simplesmente a criação de um sujeito obediente à autoridade humana.

Deve-se esclarecer que, para Santos (2000), prevenir, na concepção salesiana, não significa o ato negativo de reprimir; prevenir adquira a força de alcançar, com o amor, um efeito mais seguro, mais íntimo do que se pode obter com o castigo, distinguindo-se do ato de punir de Foucault, que relaciona vigiar e punir, como se um fosse seqüência do outro.

A disciplina foi sempre uma constante preocupação dos salesianos, não como finalidade em si mesma, mas como um meio para conseguir os objetivos educativos traçados e

¹²⁹ Ibid. Dias 08 e 26 de Dezembro, 1960. p. 24 e 25, respectivamente.

esta preocupação fez com que o uso da violência fosse reduzido ao mínimo, por jamais ter sido aprovado nestas instituições.

Diante de tais apontamentos, pode-se dizer, pelo estudo de Santos (2000) sobre o sistema educativo salesiano, que o mesmo parece contrastar com a teoria de Foucault, ou seja mostrando uma repugnância à aplicações de punições físicas ou simbólicas. Rejeitando absolutamente a violência física e tolerando a simbólica em casos extremos, apela-se para uma submissão à autoridade humana, não por ser simplesmente humana, mas por ela representar o poder divino.

Para obter o controle sobre a relação instituição versus aluno, como na tradição salesiana, os prêmios eram um dos meios para estimular os alunos ao estudo, ao procedimento exemplar como instrumento de estímulo a vencer seus próprios obstáculos. Assim, pelo exposto na Figura 28, as premiações variavam em etapas avaliativas, tais como: estudo, fator religioso, música, desenho, datilografia, pontualidade, assiduidade, ajuda nas catequeses e missas, disciplina, entre outros hábitos. A cada período, a aluna recebia um certificado-prêmio de acordo com o merecimento, com a assinatura da diretora.

O mês de janeiro de 1961 foi reservado, pelas Irmãs, para descanso. Nessas férias, fizeram retiros espirituais. Em fevereiro, mês do Carnaval, as Salesianas dedicaram seu tempo para as orações, pois os feriados são sempre muito tumultuados¹³⁰ e, segundo a irmã Elza, é costume da Congregação, aqui no Brasil que, durante o Carnaval, as irmãs reservem esses momentos para orações, pedindo bênçãos e paz durante as festividades populares.

Em 21 de Fevereiro, o Correio de Uberlândia¹³¹ publicou:

Irmãs Salesianas-

Lá nos altos da avenida Brasil, estão trabalhando as Revmas. Irmãs Salesianas do Instituto Teresa Valsè Pantellini, que no momento acham-se empenhadas em movimentar uma grande batalha visando a obter fundos para a edificação do modelar colégio planejado para abrigar centenas de meninas e moças. Uberlândia está sendo chamada a colaborar nesta campanha. Os donativos podem ser dirigidos diretamente ao Instituto, na av. Brasil sem número, altos da Vila Operária.

Mais uma vez, percebe-se a convocação realizada pelo jornal Correio de Uberlândia, a fim de sensibilizar a sociedade local para ser solidária com as Irmãs e ajudá-las na construção de sua instituição; trata-se de uma reportagem que certamente teve o efeito de arrecadar

¹³⁰ Ibid. Janeiro e Fevereiro, 1961. pág. 26.

¹³¹ CORREIO DE UBERLÂNDIA. Valdir Melgaço (dir). Irmãs Salesianas. Ano XXIV. Nº 9.139. Cód. 44. Uberlândia, 21 de Fevereiro de 1961. pág. 02

benefícios materiais. Entretanto, o início de ano letivo contribuía muito, pois havia aumento no número de matrículas.

Mais um ano letivo começou em Março de 1961. O Colégio iniciou suas aulas com 170 alunas. Nesse ano já havia, na escola, até a 7ª série ginásial¹³² e, logo no início do ano, houve o primeiro Oratório Festivo. Pelo que se percebe na figura abaixo, havia um significativo número de participantes.



Figura 29 - Alunas da escola em 1961

Fonte: Arquivo da escola -1961

Do dia 15 ao dia 17 de Março, foi realizado o *Tríduo Escolástico*, um acontecimento que representa o momento da apresentação da escola e seu sistema de funcionamento relativo ao processo de aprendizagem¹³³.

A Páscoa foi celebrada em 25 de Março na Igreja N.S. Aparecida, à qual o Colégio ainda estava vinculado juridicamente, fato que permaneceu até o ano de 1964, conforme será visto mais adiante. Nesse mesmo dia, o *Correio de Uberlândia*¹³⁴ destacou a construção do Instituto em sua primeira página:

Instituto Irmã Teresa Construção Lenta

O Instituto Irmã Teresa que se ergue na avenida Brasil, altos da vila Operária e que propiciará às meninas e moças não só daquele bairro mas de toda a cidade, os

¹³² Livro de Crônicas. 01 de Março, 1961. p. 26 e 27.

¹³³ Ibid. 15 a 17 de Março, 1961. p.27

¹³⁴ CORREIO DE UBERLÂNDIA. Valdir Melgaço (dir) Instituto Irmã Teresa Construção Lenta.. Ano 24. nº 9.157. Cód. 44. Uberlândia, 25 de Março de 1961. p. 01

benefícios de uma educação religiosa e moralmente sadia, vem tendo sua edificação retardada, por fatores financeiros. As Irmãs mantenedoras da entidade lutam com grandes problemas e precisam de donativos para levar avante seus planos educacionais. É de conveniência uma visita ao local das obras (onde a reportagem esteve ontem) para se aquilatar a sua extensão e ver a necessidade de ajuda.

O jornal, Correio de Uberlândia, com toda sua eloquência, mais uma vez chamou a atenção de seus leitores em prol das necessidades das Irmãs, para a concretização de seu ideário educacional, projeto de ampla extensão em termos de obras, visando, certamente, uma permanência duradora na cidade e um grande crescimento no número de matrículas. Porém, a Congregação, nessa época, já se encontrava consolidada em termos educacionais e estruturais em inúmeras regiões brasileiras, tendo assim condições de sobreviver por si mesma e até de levantar construções maiores do que a que estava sendo erguida nesta cidade.

Portanto, como quase toda obra católica ergue-se com a ajuda direta da comunidade e não com fundos diretos da própria Igreja, também não foi diferente a construção da Instituição; por isso mesmo o jornal Correio de Uberlândia sempre chamava a atenção da comunidade, alertando para a situação de precariedade das Irmãs como vítimas de um sistema que ampara os menos favorecidos e, por isso, necessitavam de ajuda do povo.

Nos próximos dias, o Colégio recebeu duas visitas: A primeira foi da Inspectora Provincial de Belo Horizonte, no dia 6 de Abril. É importante esclarecer que, a cada 06 anos, a inspetora é substituída, de acordo com os fundamentos da Congregação, não existindo nenhuma hierarquia para ocupar tal cargo; às vezes, pode ser uma Irmã que atua como professora ou como Diretora. Segundo as Irmãs entrevistadas, uma Irmã que esteja exercendo a função de professora ou de auxiliar geral na escola ou nas obras sociais, pode ser indicada pela Inspeção Geral no próximo ano a ocupar o cargo de direção. A segunda visita foi da *economia* (tesoureira) de Mato Grosso, no dia 07 do mesmo mês, para conhecer a casa ainda em suas instalações provisórias da Chácara¹³⁵.

Poucos dias depois, no dia 20 de Abril, as Irmãs receberam a terceira visita do mês, a da Irmã Bruna, Delegada Salesiana encarregada de organizar as associações estudantis. Foi nessa data que teve início a associação das Filhas de Maria¹³⁶ encarregadas de auxiliar as Irmãs nos trabalhos sociais dentro e fora da escola, tais como festividades e eventos comemorativos.

Por fim, em 20 de Junho, permeando a alegria das Irmãs e das alunas, foi concluída a primeira laje do novo colégio. O dia 29 foi de júbilo total, na festa pela comemoração da

¹³⁵ Livro de Crônicas, Março. p.28 e 29.

¹³⁶ Ibid. 20 e 28 de Abril, 1961. p.29.

construção da primeira laje, para a qual foi arrecadada a quantia de Cr\$13.000,00, através de campanhas em que se pediam doações para a construção. Faziam-se também os bingos e barraquinhas, para arrecadação de fundos¹³⁷. Por estas informações também se percebe a presença da comunidade na assistência às Irmãs e à sua obra.

Entretanto, enfatiza-se que, nesse ano, alguns fatos importantes decorreram no cenário da Igreja Católica local, que mereceram destaque da imprensa uberlandense. O ARAUTO¹³⁸ anunciava em Agosto de 1961:

DOM ALMIR: PRIMEIRO BISPO DE UBERLÂNDIA

Ao mesmo tempo em que criou a Diocese de Uberlândia, o Santo Padre designou para primeiro Bispo, S. Excia. Revma. Dom Almir Marques Ferreira que até agora era Bispo Auxiliar de Sorocaba.

Dom Almir é figura conhecidíssima em todo o território da nova Diocese. Sua Excia. Antes de ser nomeado Bispo de Sorocaba, exerceu por longos anos o cargo de Vigário Geral da Diocese de Uberaba.

A alegria pela criação da nova Diocese se junta outra de sabermos que Dom Almir é nosso Bispo! À Sua Excia. Revma, enviamos nossas filiais saudações, pedindo também uma bênção para o nosso jornal.

Temos certeza de interpretar os sentimentos de todos os Diocesanos de Dom Almir nesta homenagem filial.

Ainda em Agosto, O ARAUTO¹³⁹ divulgou o nome dos municípios que compuseram a Nova Diocese de Uberlândia, assim:

Os Municípios que Compõem a Nova Diocese

O território da Nova Diocese de Uberlândia compreende uma área de 24.201 Km² onde estão distribuídos os doze municípios seguintes: Uberlândia, Araguari, Ituiutaba, Capinópolis, Santa Vitória, Monte Alegre de Minas, Canápolis, Centralina, Tupaciguara, Estrela do Sul, Cascalho Rico e Indianópolis.

Também em Agosto de 1961, o ARAUTO publicou o que foi considerado como um grande acontecimento para a comunidade católica da cidade:

HISTÓRICO DOCUMENTO:

Dom Alexandre, Bispo Diocesano de Uberaba recebeu da Nunciatura Apostólica o histórico documento comunicando a ereção de novo Bispado do Triângulo Mineiro.

É o seguinte o texto da carta:

Nunciatura Apostólica

Rio de Janeiro

SUB SECRETO SANCTI OFFICIL

¹³⁷ Ibid. 20 e 29 de Junho, 1961. p.30 e 31.

¹³⁸ O ARAUTO. PADRE Durval Gomes Garcia (dir). DOM ALMIR: PRIMEIRO BISPO DE UBERLÂNDIA! Ano III. Nº XXXVI. Cód. 125. Uberlândia, Agosto de 1961. p.01.

¹³⁹ O ARAUTO. PADRE Durval Gomes Garcia (dir). Os Municípios que Compõem a Nova Diocese. Ano III. Nº XXXVI. Cód. 125. Uberlândia, Agosto de 1961. p.02.

Rio de Janeiro, 21 e Agosto de 1.961

Excelência Reverendíssima

Tenho o prazer de comunicar a Vossa Excelência Revma. que o Santo Padre João XXIII se dignou benignamente de erigir a nova diocese de Uberlândia, com território integralmente desmembrada dessa antiga Diocese de Uberaba, fazendo parte da Província Eclesiástica de Belo Horizonte.

Ao mesmo tempo o Sumo Pontífice nomeou o primeiro Bispo Diocesano de Uberlândia a sua Excia. Revma. DOM ALMIR MARQUES FERREIRA, até agora tit. de Arindela e Auxiliar de D. José Carlos de Aguirre, em Sorocaba.

Ambas as Notícias (...) que tenho a grata satisfação de levar ao seu conhecimento serão publicadas oficialmente pelo “*Observatore Romano*” no próximo sábado dia 26 de Agosto, devendo por isso ser mantidas “SUB SECRETO SANCTI OFFICIUM” até o meio dia daquela data, quando poderão ser dadas à publicidade.

Valho-me do ensejo para expressar a Vossa Excia. o testemunho da minha elevada estima, com que me subscrevo atenciosamente, de Vossa Excelência Reverendíssima (...).

(Mons. João Beneli)

Encarregado de Negócios a.i.

A S. Excia. – D. Alexandre Gonçalves do Amaral – D.D. Bispo Diocesano e Uberaba – MG.¹⁴⁰

O Triângulo¹⁴¹ destacou em 18 de Novembro de 1961:

Chega Hoje o Bispo D. Almir Marques

Sua Excia. Revma. Dom Almir Marques Ferreira deverá chegar hoje em nossa cidade, desembarcando no aeroporto Eduardo Gomes às 18 horas em avião especial. Grande número de fiéis, e autoridades diversas [...] imprensa [...] deverão estar presentes ao desembarque do nosso Bispo de Uberlândia, nomeado pelo Papa João XXIII. Há dias que se encontra em nossa cidade Dom Alexandre Gonçalves Amaral, Bispo da vizinha cidade de Uberaba. [...]

Diante do comentário acima, percebe-se que, nesse mesmo período, a Igreja Católica local vinha se fortalecendo a cada momento com delimitações de novas áreas de abrangência separando-se definitivamente da diocese de Uberaba, com nomeação do Primeiro Bispo de Uberlândia, tendo-se em vista o fato de que, o processo de urbanização da cidade acelerava-se devido ao grande aumento de migrações; assim, era evidente que a Igreja teria interesse em demarcar seu território e impor sua crença através do aumento do número de igrejas e com uma administração própria, sem vínculo de dependência com qualquer outra diocese.

Do dia 04 a 09 de Setembro, foi decretada *Vacanze* (folga), pela secretaria de Uberaba, por motivos políticos, ou seja, devido ao movimento estudantil provocado pelo “quebra-quebra”. Quatro escolas e o comércio tiveram que fechar as portas até a chegada de reforços policiais para que fosse restabelecida a ordem social. O período de recesso terminou em paz.

¹⁴⁰ O ARAUTO. PADRE Durval Gomes Garcia (dir). HISTÓRICO DOCUMENTO. Ano III. Nº XXXVI. Cód. 125. Uberlândia, Agosto de 1961. p.01.

¹⁴¹ O TRIÂNGULO. Albano Moraes (dir.) Chega Hoje o Bispo D. Almir Marques. Ano XXXIII. Nº 1163. Cód. 119. Uberlândia, 18 de Novembro de 1961. p.01

Assim, como já descrito em páginas anteriores, o movimento não teve uma forma única de se expressar, ou seja, não foi um movimento totalmente organizado e os saques ocorriam aleatoriamente em diferentes lugares. Apesar de ter sido iniciado em 1959, nas leituras feitas nos Livros de Crônicas da Instituição, percebe-se que passou a ser chamado “quebra-quebra” todo e qualquer ato de expressão social com características iguais ao que sucedeu em Uberlândia. Desta forma, pela descrição abaixo, observa-se que aquele movimento teve início como brincadeira estudantil, que o jornal “Correio de Uberlândia”¹⁴² assim publicou:

Recebemos da UESU o seguinte:

A União dos Estudantes Secundários de Uberlândia, entidade máxima do secundarista uberlandense, ainda contristada com os lamentáveis acontecimentos nos dias 18 e 19 próximos passados, quer tão larga e indesejável repercussão vem alcançando, traz ao público o seguinte:

1º) – Considerando que é voz geral ter sido o movimento inicial das desordens do domingo, dia 18, ou seja, a “fila-bôba”¹⁴³, organizada às portas do Cine Uberlândia, promovido pela U.E.S.U.;

2º) – Considerando que esta entidade, quando da majoração dos preços, já se preparava para tomar providências pacíficas e legais, entrando em contato com os órgãos competentes;

3º) – Considerando que, embora houvesse realmente estudantes presentes ao mencionado movimento, o seu número era insignificante;

4º) – Considerando que, segundo a diretoria da U.E.S.U. constatou, através de averiguação, jamais foi intenção daqueles colegas promover qualquer manifestação semelhante ao “quebra-quebra” que se originou;

5º) – Considerando ainda que elementos da diretoria da U.E.S.U., na noite de domingo, 18, tudo fizeram para conter a turba que atirava pedras e outros objetos ao Cine Uberlândia, arriscando-se a todo momento e recomendando aos estudantes que se encontravam presentes para que abandonassem o palco dos acontecimentos, deixa claro que:

Não teve participação nenhuma nas lamentáveis ocorrências que enlutaram nossa cidade e lamenta o desconhecimento de causa dos que lhe atribuem responsabilidade, dirigindo os seus sinceros pêsames às vítimas inconsequentes de tudo que ocorreu.

As. Eduardo Soares de Freitas

“Secretário Geral”.

No dia 09 de Setembro, as Salesianas puderam receber a visita da nova Inspetora Madre Madalena de São Lourenço, que veio conhecer a nova construção. Ainda durante o período de sua visita, em 14 de Setembro foi iniciada a segunda laje do novo colégio¹⁴⁴ (É

¹⁴² CORREIO DE UBERLANDIA. UESU esclarece “Operação Fila-Bôba”. Ano XXI. Nº 6-790. Cód. 40. Uberlândia, 24 de Janeiro de 1959. pág. 05.

¹⁴³ Fila-boba era uma brincadeira estudantil; os alunos faziam fila na bilheteria para a compra de ingressos. Perguntavam o valor do ingresso e retornavam para o final da fila, formando um círculo vicioso. Assim ninguém comprava ingressos, pois a fila-boba era interminável (Nota do autor deste estudo).

¹⁴⁴ Livro de Crônicas. De 04 a 09 de Setembro, 1961. p.32 e 33.

válido ressaltar que, nesse período, as aulas ainda eram dadas na chácara do Sr.Cícero Diniz). No dia 19 de Setembro, após ter publicado a reportagem sobre as obras lentas do novo colégio, o Correio de Uberlândia¹⁴⁵ noticiava outra reportagem assim:

Obras Aceleradas do Instituto Irmã Teresa

Obra educacional de grande envergadura, o Instituto de Educação Irmã , que está se edificando nos altos da av. Mato Grosso, atravessa agora a fase mais adiantada, sob a competente supervisão das Irmãs Salesianas. Quase duas terças-partes da obra estão concluídas, sendo de se prever para breve o término do estabelecimento que irá dar instrução sadia e perfeita a centenas de jovens uberlandenses.

Por esta notícia vêem-se as contradições expressas pelo jornal, pois, ao mesmo tempo em que relata uma notícia da lentidão da construção do colégio, solta outra apregoando que a obra das irmãs está acelerada. Mas, mostra-se como grande colaborador desta instituição, uma vez que, ao término de sua matéria veio anunciar que a mesma seria uma escola que colaboraria com a formação das jovens de Uberlândia, por ser uma instituição educacional, cuja característica de ensino era saudável e perfeita.

Em 24 de Setembro, teve início a associação das ex-alunas que foi de extrema importância na vida da escola, uma vez as egressas ficavam encarregadas de promover eventos, divulgar o trabalho da instituição e angariar fundos em prol da construção e manutenção da obra. Este ato, assim como outros já descritos, era uma forma envolvente encontrada pelas irmãs para seduzir as alunas e motivá-las a trabalharem em prol de um motivo único, que seria a conclusão de sua obra; assim, em Outubro, foi concluída a segunda laje da nova escola¹⁴⁶.

No mês de Outubro, foi feita uma rifa para a compra de instrumentos de uma banda (fanfarra), com que os alunos desfilaram pela cidade até a Paróquia Nossa Sra. Aparecida, onde se celebrava a missa comemorando o nascimento de Dom Bosco (16.08.1815).

As Irmãs organizaram um jogo entre as alunas da 1ª série ginásial: foi feita uma competição com perguntas sobre a religião, como teste para confirmar quem sabia mais sobre o tema. Nesse mesmo mês, as Irmãs visitaram o primeiro Bispo de Uberlândia, o salesiano Dom Almir Marques Ferreira, cuja posse oficial foi no dia 19 de Novembro, com uma missa solene em que a Igreja Santa Terezinha passou a ser a Catedral.¹⁴⁷

¹⁴⁵ CORREIO DE UBERLÂNDIA. Obras aceleradas do Instituto Irmã Teresa. Ano XXIV. Nº 9.251. Cód, 45. Uberlândia, 19 de Setembro de 1961. p.01.

¹⁴⁶ Ibid. 24 de Setembro e 02 de Outubro, 1961. p.33

¹⁴⁷ Ibid. Dias 13 e 18 de Outubro, 1961. p. 34 e 35.

Teoricamente, essa visita tinha, por finalidade, manter contato com uma autoridade máxima da Igreja Católica na cidade e contar com sua colaboração na participação em eventos realizados na escola, pois a simples presença do bispo naquela instituição já seria um fator de marcante e de respeito perante a sociedade da época, comprovando que as Irmãs, realmente, estariam realizando um trabalho sério e compromissado com a sociedade local. O retorno de tudo isso seria o prestígio e a consideração e, como consequência, poderia haver um aumento de doações, tanto por parte dos poderes públicos, quanto da sociedade geral, sem contar, logicamente, que haveria aumento no número de matrículas. Neste sentido, Irmã Jussy comenta: “[...]a presença do bispo em nosso meio nos dava grandes garantias e prestezas[...]”

O início do ano letivo de 1962 foi comemorado com uma missa feita na casa, ou seja, na nova sede. A partir de então, as missas foram celebradas no próprio colégio. Em 30 de Janeiro, as Irmãs receberam Dom Pionozza, do Conselho italiano, que veio em visita a Uberlândia¹⁴⁸. Portanto, entre os anos letivos de 1961 e 1962, com a conclusão da construção do andar térreo, com cinco confortáveis salas, as aulas passaram a serem ministradas ali mesmo, conforme retrata a figura abaixo, deixando visível a composição da sala de aulas do Instituto em 1962.



Figura 30 - Formação da sala de aula em 1962
Fonte: Do arquivo do Instituto Teresa Valse-1962.

Por esta ilustração pode-se ter uma noção bem definida do espaço das salas de aulas, no tocante à disposição das carteiras em madeira, as alunas sentadas em dupla, o modo

¹⁴⁸ Ibid. Dias 1º e 30 de Janeiro, 1962. p. 37 e 40.

uniformizado de vestir das alunas, com saias pretas e pregas, camisas brancas, gravatas, boinas e sapato fechado com meias tipo três-quartos (meias que chegavam até a altura do joelho, como parte obrigatória do uniforme adotado pelo Instituto Teresa Valsé Pantellini). Entretanto, pelos relatos das Irmãs entrevistadas, a turma da figura acima estava participando de algum momento comemorativo, pois as alunas estão vestidas com blusas de mangas longas, reservadas para ocasiões especiais, boinas e gravatas.

O dia 31 de Março foi uma data feliz para as Irmãs Salesianas, com a visita-surpresa da Sra. Paula Henriqueta, uma benfeitora dos salesianos, acompanhada do Presidente da Câmara dos Deputados de Brasília e com a diretora do orfanato de Anápolis, Sra. Annetta Bolestieri, para conhecer a nova construção. O Sr. Cícero Diniz acompanhou a comitiva à noite, pela cidade, sendo que, uma das visitas, foi feita ao Uberlândia Clube¹⁴⁹.

Em Abril, uma triste notícia para as Irmãs e para a comunidade católica de Uberlândia: a morte do Padre Mário Forestan, com 49 anos de idade, após ter feito uma palestra para estudantes na Praça Tubal Vilela. Ao retornar para casa, aconteceu um acidente nos trilhos da estrada de ferro, onde foi pego por uma locomotiva que o arremessou para fora de sua Kombi. Suas últimas palavras foram *“Tudo para o povo”*. Seu velório foi acompanhado por mais de 30 mil pessoas que vieram dar adeus a um líder que viveu a vida toda dedicada às crianças e aos jovens¹⁵⁰. A entrevista da Irmã Jussy Azevedo revela o quanto era importante a presença do Pe. Forestan para as Irmãs Salesianas: “[...] ele era tudo para nós [...] era quem nos apoiava nos momentos bons e nos de dificuldades[...] foi uma grande perda[...] (29/03/2008)”

No mês de Junho, foram acolhidas 20 crianças pelas Irmãs Salesianas na nova casa e em 24 de Agosto, inaugurou-se o primeiro dormitório das alunas em regime de internato que eram, como que já comentado, em sua maioria, meninas que moravam em locais distantes e ajudavam nos trabalhos da casa. No Mês de Setembro, a Capela foi instalada em outro local dentro do novo Colégio¹⁵¹.

O dia 7 de Setembro sempre era celebrado na cidade, com desfiles de muitas escolas de Uberlândia. Em comemoração ao dia da Pátria, as alunas do Instituto também desfilavam pelas avenidas da cidade, como era tradicional, diante das autoridades locais e com a presença do Bispo D. Almir.

[...] Nós participávamos do desfile, como havia desfile na cidade de Uberlândia, no centro, então nós íamos desfilar[...] desfilávamos junto com o Cristo Rei [...] no dia

¹⁴⁹ Ibid. 31 de Março, 1962. p. 41

¹⁵⁰ Livro de Crônicas. 26 de Abril, 1962. p. 42

¹⁵¹ Ibid. 01 de Junho, 24 de Agosto e 01 de Setembro, 1962. p. 45 e 47.

de comemoração da escola e no dia 07 de setembro nos íamos para o desfile.[...] Nós tivemos até a Irmã Rita Vieira(diretora na época) que fez até uma fanfarra aqui no colégio [...] as próprias alunas tocavam os instrumentos [...] Tinha instrumento...ah, instrumento de desfile que eram tambores, a corneta, vários tamanhos de tambores, de cornetas [...] (IRMÃ ELZA LIMA GOMES, 22/10/2007).



Figura 31 - Parada cívica, em 07 de Setembro de 1962

Fonte: Arquivos do Instituto.

Nessa parada cívica (**Figura 31**), a escola desfilava em filas bem organizada por ordem de tamanho das alunas, usando um uniforme oficial para grandes ocasiões, conforme mostra a figura ao lado do arquivo do Instituto . Segundo a Irmã Elza, elas usavam este uniforme especial em ocasiões festivas, desde o início de sua fundação ainda em 1959, já se adotava este estilo na escola. Neste aspecto, é válido tecer certos comentários sobre os uniformes, usados de acordo com cada situação no ambiente da escola, tanto nos dias de aulas normais, como em momentos comemorativos e nas aulas de Educação Física.



Figura 32 - Perfil das alunas uniformizadas

Fonte: Do arquivo do Instituto -1962.

A imagem acima revela o perfil das alunas uniformizadas. No cotidiano escolar, usavam camisas de manga curta e, embora não haja figuras demonstrativas, as Irmãs relatam nas entrevistas que o mesmo uniforme de salas de aula era usado nas aulas de Educação Física, como se lê a seguir:

[...] era uniforme saia preta, blusa branca de gravata [...] era medido 30 cm do chão pra cima porque quando ficava na fila, ficava todos iguaizinhos e nenhuma saia ficava menor que a outra saia, era naquela medida, [...] então eles falavam assim que o uniforme delas era medido de 30cm do chão pra cima, [...] (IRMÃ ELZA LIMA GOMES, 22/10/2007).

[...] A mesma cor era uniforme saia preta, gravata preta e a blusa branca. Quando era, conforme era o desfile, que a gente participava do desfile, de alguma festa, então usava manga comprida, quando era uniforme diário, manga curta, e sem gravata [...] elas faziam com o próprio uniforme as aulas de Educação Física, que só começou após 1964 [...] antes o que se tinha era apenas momentos de recreação [...] (IRMÃ ELZA LIMA GOMES, 22/10/2007).

[...] até 1964 não tinha, era mais a gente brincava de roda, jogava um vôlei, rebater bola, em que jogava a bola para trás e depois tinha que adivinhar com quem estava, que a gente jogava [...] pular amarelinho [...] os quadrinhos [...] a gente brincava muito de queimada [...] depois começou com vôlei e outros [...] (IRMÃ JUSSY AZEVEDO, 29/03/2008).

No tocante aos uniformes de mestres, no início de funcionamento da escola, não havia necessidade, pois eram as próprias Irmãs que ministravam as aulas; depois, começaram a admitir os professores leigos, isto é, assim que o número de alunas aumentou, pois as Irmãs já não mais conseguiram ministrar as aulas sozinhas.

[...] no começo, como todo mundo sabe, era por conta das Irmãs, elas davam aula, fazia os trabalhos todos, não tinha professor de fora não, depois que começou um professor de Educação Física [...] (IRMÃ JUSSY AZEVEDO, 29/03/2008).

Mesmo assim, não houve necessidade de se constituir um uniforme-padrão para os professores. Usavam apenas um jaleco branco que se sobrepunha à roupa, confeccionado pela própria escola, segundo descrevem as Irmãs:

[...] eles não tinham uniforme, eles iam com a roupa normal e depois com o tempo para economizar a roupa, a gente fez um jaleco para eles, um jaleco branco para por em cima porque o giz estraga muito a roupa [...] (IRMÃ RAIMUNDA, 22/02/2008)

[...] não havia nenhuma exigência [...] a gente pedia para irem mais modesto, porque o ambiente era simples, famílias simples, que fossem modestamente vestidos para

não ter muita discrepância da clientela ali representada[...] (IRMÃ DIVA MARTINS PINHEIRO, 29/03/2008).

Em Fevereiro de 1963, o Correio de Uberlândia noticiava, em suas colunas, a finalização das obras do Instituto, notificando a população sobre o início das aulas, como se transcreve no texto abaixo:

Em Vila Operária: Novo Instituto Inicia Aula¹⁵²

Um novo estabelecimento de ensino médio que ira beneficiar sobremaneira a mocidade estudiosa de Uberlândia e em especial, da populosa e progressiva Vila Operária, acaba de abrir suas matrículas. Trata-se do Instituto Teresa Valsè Pantellini, localizado confortavelmente à Av. Dom Bosco (antiga av. Mato Grosso) O Instituto Irmã é dirigido pelas Irmãs Salesianas e constitui um colégio exclusivamente de seu educandário.

Embora sendo um colégio localizado na populosa Vila Operária o ITVP manterá ônibus especiais que percorrerão a cidade com a finalidade de transportar as alunas até sua sede.

Durante o dia funcionarão os cursos do ginásio (todas as séries) e primário, além do pré-primário.

Durante a noite, mostrando suas altas finalidades educacionais, o Instituto Teresa Valsè ministrará aulas gratuitas para as mocinhas pobres, com o mesmo corpo docente, com curso primário, corte e costura e demais trabalhos manuais.

Eis portanto, uma riqueza da Vila Operária: o Educandário sabiamente dirigido pelas Irmãs Salesianas, conquista a cidade uberlandense em sua vida educacional.

Porém, o jornal não menciona se as alunas com menor poder aquisitivo teriam transporte gratuito e nem se a carga horária seria a mesma para as alunas de outros turnos; também não fala se teria o curso ginásial, dando ênfase somente ao curso primário.

Em 03 de Março foram iniciadas as primeiras matrículas atingindo o número de oitenta alunas para o curso primário, cujas aulas passaram a ser administradas em um barracão ali existente que, aos domingos era transformado em capela para o culto religioso.

O último domingo passado na “Chácara” foi um dia de indizíveis alegrias, celebrado pelas oratorianas com grande regozijo, embora com manifesto sentimento de saudade daquele recanto onde passaram dias felizes, à sombra das mangueiras a pular corda, contando casos ou recordando lições, repetindo assim, o procedimento de D.Bosco na formação de seu primeiro oratório na Itália.

Notava-se a presença sempre grata de Dom Almir Marques Ferreira a realizar crismas das crianças do oratório.

O dia 23 de Março desse ano foi uma data importante para a comunidade Salesiana, marcando a mudança definitiva das Irmãs para o novo Colégio, deixando a Chácara de

¹⁵² CORREIO DE UBERLÂNDIA. Em Vila Operária: Novo Instituto Inicia Aula. Ano XXVI. Nº 9.479. Cód. 48. Uberlândia, 07 e Fevereiro de 1963. p.07.

Cícero Diniz. Transportaram tudo para as novas instalações, louvando a Deus e muito felizes¹⁵³.

No dia 24 de março de 1963, duzentas alunas ginásianas passaram a receber instruções no segundo pavimento do novo edifício onde foi instalado, definitivamente, o pavilhão escolar. Sendo este o dia consagrado à Nossa Senhora Auxiliadora, cantaram festivamente o “Hino da Consagração” e fizeram um pequeno coquetel para alunos e pais, pela primeira celebração à N. S. Auxiliadora realizada na sede definitiva do Instituto.

A transferência das Oratorianas para o novo edifício revestiu-se de grande contentamento, pois ali encontraram amplos salões para catecismos e aulas, conforme se pode ver na figura, à esquerda, tendo, na parte externa, um Parque de diversões, doado pelo Prefeito Raul Pereira de Rezende (1960-1964), que pode ser visualizado na imagem à direita e nas outras abaixo.



Figura 33 - Alunas da escola e catecismo nas novas instalações do Instituto
Fonte: Arquivos do Instituto Teresa Valsé-1963



Figura 34 - Alunas da escola e catecismo nas novas instalações do Instituto
Fonte: Do Arquivo do Instituto Teresa Valsé Pantellini -1963

¹⁵³ Livro de Crônicas. 23 de Março, 1963. p. 55

Nestas figuras é fácil visualizar, tanto a nova dimensão do salão onde as educandas iriam, a partir de então, celebrar suas festividades de formatura, quanto do parque cedido pelo então Prefeito de Uberlândia, Raul Pereira de Rezende. Diante desta informação também relatada no Livro De Crônicas da escola, percebe-se a participação de autoridades públicas no processo de construção e manutenção da instituição.

A Figura abaixo mostra o corpo docente com a presença de alguns leigos que, já nesta época, participavam de outras atividades na escola, posicionados à frente das alunas que concluíam o curso ginásial do ano de 1963; porém, a maioria dessas alunas não teve suas bases educacionais no Colégio salesiano, vindo para o Instituto Teresa Valsé Pantellini de outras instituições escolares locais.



Figura 35 - Corpo docente com a presença de alguns leigos e alunas do curso ginásial em 1963

Fonte: Do arquivo do Teresa Valsé Pantellini-1963

Em Novembro, o Bispo Dom Almir visitou o novo Colégio, para conhecer as instalações do Oratório. Também em Novembro, celebrou-se a formatura das alunas da 4ª série primária¹⁵⁴, conforme a imagem abaixo em que o reverendo está entregando o diploma a uma das alunas.

¹⁵⁴ Livro de Crônicas. Dias 10 e 29 de Novembro, 1963. p.62



Figura 36 - Formatura das alunas da 4ª série primária, em 1963

Fonte: Do arquivo do Teresa Valse Pantellini - 1963

O Pe. José Teixeira da Costa Nazareth substituiu o Revdo. Forestan no cargo de Diretor Salesiano nesse ano, segundo os registros do Livro de Crônicas do Instituto.

Em Fevereiro de 1964, Rita Vieira, a Irmã Diretora do Colégio, foi transferida para Campos, no Rio de Janeiro, como Diretora do Colégio de lá; Irmã Maria Augusta Modena veio para Uberlândia assumir a direção do Colégio¹⁵⁵.

Em Março, a Irmã Jussy Azevedo organizou uma partida de futebol beneficente para o Colégio, entre as cidades de Araguari e de Uberlândia, arrecadando Cr\$76.000,00, demonstrando o empenho das Irmãs para a manutenção do colégio, ao mesmo tempo em que investiam nas relações sociais do instituto com demais escolas da região.

O início do Ano Letivo foi marcado com 107 alunas do Curso elementar, 174 alunas do Curso Ginásial e um pequeno grupo do pré-escolar¹⁵⁶ já mostrando um crescimento exuberante no número de matrículas, consolidando cada vez mais a presença da escola salesiana na cidade.

Em Setembro, segundo o Livro de Crônicas, o tradicional desfile comemorando a Independência do Brasil, contou com a elegância das alunas do Instituto conforme a figura abaixo revela.

¹⁵⁵ Ibid. 05 de Fevereiro, 1964. Pág. 63

¹⁵⁶ Livro de Crônicas. Dias 01 e 02 de Março, 1964. pág. 65



Figura 37 - Parada cívica de 7 de Setembro em 1964

Fonte: Do Arquivo do Instituto -1964

Em Novembro desse ano, as Irmãs Salesianas receberam a notícia da morte da Madre Geral, na Itália, tendo sido substituída por Madre Ângela Vespa.

Outro detalhe importante desse ano é que os diplomas escolares das alunas que estudavam até aquele momento no Instituto Teresa Valsè Pantellini, eram registrados em nome do Colégio Cristo Rei. Esta dependência jurídica da instituição em relação ao Colégio Cristo Rei prolongou-se até o ano de 1964.

Veja-se, abaixo na próxima página, o modelo de diploma usado pelo Instituto Teresa Valsé, que a Irmã Elza gentilmente cedeu para ilustrar este estudo. Veja-se também o Decreto que legalizou a independência do Instituto Teresa Valse Pantellini em relação ao Colégio Cristo Rei.



Figura 38 – Modelo de Certificado de conclusão do curso Ginásial- 1963

Fonte: De Irmã Elza

DADOS DO INSTITUTO
IRMÃ TERESA VALSÉ PANTELLINI

FUNDACÃO : 19/02/1959

CURSO PRIMÁRIO: 1959

CURSO GINASIAL: 1960. De 1960 a 1964, funcionou como parte feminina do Ginásio Cristo Rei, dos Sales.

EM DEZEMBRO DE 1964: autorização de funcionamento independente do G. Cristo Rei.

Figura 39 - Certificado de aprovação legal para o funcionamento independente da escola em 1964

Fonte: Documento pertencente ao arquivo do Instituto -1964

A partir de 1964, data em que, devido a motivos administrativos, o colégio passou a ser reconhecido pelos órgãos educacionais como responsável pela elaboração de seus próprios documentos (diplomas ou certificados). A Figura 40, abaixo cedida por Edna Barbosa, ex-aluna da escola, é um dos primeiros certificados do Instituto Teresa Valsé Pantellini, após a sua desvinculação do Ginásio Cristo Rei. Isto pode ser comprovado pela entrevista de irmã Jussy Azevedo, dizendo que “[...]a partir de 1964 nós já éramos independentes para emitir nossos próprios certificados para os alunos[...].”

Instituto Irmã Teresa Valsé Pantellini
 UBERLÂNDIA - MINAS
CURSO PRIMÁRIO
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

A comissão examinadora abaixo assinada, tendo em vista as provas exibidas, de conformidade com o regulamento do INSTITUTO pela aluna Edna Barbosa natural de Uberlândia filha de Abílio Peixoto Barbosa e de Maria Rosa Barbosa confere-lhe o presente certificado de aprovação com 8,5 - 5º lugar nas matérias que constituem o ensino primário oficial.

Uberlândia, 24 de Dezembro de 1964

BANCA EXAMINADORA

INSPECTOR Ir. Maria Augusta Madureira DIRETOR Edna Barbosa ALUNA

Ir. Jussy Azevedo

Figura 40 - Primeiros certificados elaborados pelo do Instituto Teresa Valsé, após a sua desvinculação do Ginásio Cristo Rei-1964

Fonte: Fornecido pela ex-aluna Edna Babosa.

Boletim de vida escolar

Nome: Edna Babosa

Boletim de vida escolar

Curso: Primário

Aluno: Edna Babosa

Classificação: 1ª

Indicação de recursos que levarão a criança a...

Valorização do comportamento

Figura 41 - Boletim de vida escolar da escola
Fonte: fornecido pela ex-aluna Edna Babosa.

Neste momento, é importante falar sobre o processo de avaliação das alunas; as avaliações abrangiam vários aspectos, dentre os quais se incluía a apreciação do progresso social e pessoal da aluna, no tocante ao senso de responsabilidade (aqui se incluía a questão da responsabilidade pelas tarefas, cumprimento das ordens que lhes eram dadas como incumbências e o cuidado pessoal com os objetos que lhes pertenciam), uso da linguagem em situações vitais (falar com naturalidade, esperar a vez de falar e escutar com atenção), hábitos de trabalho (concentração nos trabalhos, começar e terminar sem serem advertidas), atitude e hábitos sociais (aceitar sugestões e críticas com bom humor, não se mostrarem indiferentes com as Superiores; serem atenciosas com as colegas, participar assiduamente das atividades extra-classe) e hábitos de higiene (cuidar da apresentação pessoal, usar lenço, observar preceitos de higiene necessários à conservação da saúde).

Pela observação de cada um dos itens citados, nota-se que recebiam uma compensação de valorização, tal como S (plenamente satisfatório), P (progressivo) e I (insuficiente). Além destes itens, havia a avaliação de preceitos tidos como comportamentais que envolviam ordem, civilidade, ausências, entrada com atraso em sala de aula, saídas antecipadas entre outros procedimentos. Para cada um destes pontos citados, era atribuída uma pontuação que ia de zero a cem, como se pode ver na Figura acima.

Outra forma de avaliação era relativa à aquisição de conhecimentos (valorização do aproveitamento – de 0 a 100), de acordo com as disciplinas oferecidas, que eram: Religião, Linguagem, Aritmética, Geografia e História, Ciências, Leitura, Caligrafia e Trabalhos Manuais (aqui entravam os ensinamentos dos cursos considerados profissionalizantes ou, como eram classificados pelas Irmãs, técnicas de ensinamentos iniciais).

Além do mais, as alunas eram avaliadas pelo comportamento social em sala de aula, recebendo conceitos de ótimo, bom, regular e deficiente; as duas últimas classificações indicavam que a aluna não tinha um procedimento exemplar.

Pode-se perceber que a avaliação das alunas seguia um padrão rigoroso e extremamente criterioso, pois retirava das alunas a liberdade de expressão peculiar a cada etapa de seu desenvolvimento e crescimento, ficando submissas a seguir um padrão postural que lhes era imposto diretamente pelas Irmãs e rigorosamente acompanhado pelos pais.

Segundo Irmã Jussy Azevedo, os pais participavam e acompanhavam de perto toda avaliação de suas filhas: “[...] era um tempo em que os pais iam sempre à escola saber como as suas filhas estavam desempenhando[...] (29/03/2008).” Por outro lado, os pais aprovavam o rigor do ambiente escolar e quanto maior fosse, melhor seria para que as meninas pudessem servir de exemplo para a sociedade, em termos de formação de valores e de conduta. Segundo o depoimento da egressa Edna Barbosa, o motivo que levou seu pai a matriculá-la na Instituição, foi a certeza de que teria uma formação de acordo com a doutrina e o valor da religião católica.

[...] minha mãe faleceu em 1960 e eu estava fazendo a primeira série em outra escola [...] aí, naquela época, filha sem mãe tinha que ir pra um colégio de freira pra ter uma formação religiosa, pra ter uma educação mais integrada, pra aprender cuidar de casa, pra ser moça de respeito [...] (EDNA BARBOSA, 20/10/2007).

A Direção do Colégio, no ano de 1965, estava assim configurada:

Diretora: Sra. Modena, M. Augusta

1ª Conselheira: Sra. Hommel, A. Jandira

2ª Conselheira: Sra. Dias, Nilda Sampaio

Tesoureira: Sra. de Souza, O. Cornélia¹⁵⁷

Em Fevereiro o Colégio teve a alegria de receber a visita de D. Almir, Bispo de Uberlândia.

¹⁵⁷ Livro de Crônicas, 1965. p.71



Figura 42 - Primeira eucaristia das alunas do ano de 1965

Fonte: Do Arquivo do Instituto Teresa Valsé

Em maio, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, sendo então o Arcebispo de Uberaba, visitou o novo Colégio¹⁵⁸ e participou da primeira eucaristia das alunas do ano de 1965 conforme mostra a ilustração acima (**Figura 42**). Embora o Arcebispo não esteja aparecendo na figura abaixo, o depoimento das Irmãs revelam sua presença.

No final de 1965, o Instituto já estava em pleno funcionamento e, praticamente, totalmente construído, conforme demonstra a fachada da imagem abaixo.



Figura 43 - Aparência exterior do Colégio em 1965

Fonte: Foto dos Arquivos do Instituto

¹⁵⁸ Ibidem

Em Setembro, mais uma vez, as alunas participaram da parada cívica na celebração da Independência brasileira. Em Novembro realizou-se a Novena da Imaculada, sem finalidades de arrecadação de recursos financeiros¹⁵⁹.



Figura 44 – Oratório Festivo em 1965

Fonte: Foto dos Arquivos do Instituto

Percebe-se claramente a separação entre meninos e meninas, até porque, durante todo o contexto abordado neste estudo, a presença de crianças de sexo masculino no ambiente escolar era apenas nos oratórios festivos exclusivamente para meninos.



Figura 45 - Oratório Festivo em 1965

Fonte: Foto dos Arquivos do Instituto

Pela figura de 1966 apresentadas, percebe-se a dimensão do pátio ao fundo da escola e também das crianças que freqüentavam os oratórios festivos e que, segundo depoimentos das Irmãs, eram momentos de integração da instituição com a comunidade, ocasião em que se reuniam pessoas de diferentes classes sociais. Então, as Irmãs distribuía um lanche e realizavam várias gincanas junto aos alunos.

Pela Figura 44 e Figura 45 *ao lado*, retiradas do arquivo da escola do ano de 1965 e pela entrevista com Irmã Nilda Sampaio Dias, pode-se perceber, explicitamente, que a comunidade participante do oratório era bem simples e as alunas quase nunca participavam destas atividades: “[...]a comunidade era bastante simples, uma vida muito simples[...]” (22/02/2008).

Segundo a egressa Edna Barbosa:

[...] nós ficávamos muitas envolvidas com as tarefas escolares que as irmãs passavam para estudarem em casa e como tudo era muito distante a gente não ia

¹⁵⁹ Livro de Crônicas. 07 de Setembro e 29 de Novembro, 1965. p. 71

participar não do oratório [...] era mais para as crianças carentes que não faziam parte da escola[...] (20/10/2007)

[...]No domingo nos íamos no que chamávamos de oratório, em que ia as crianças, no começo só meninas [...] então aconteceu uma coisa interessante...os meninos também tinham muita vontade de também participar dos oratórios aos domingos na escola, e que eles fizeram: Um grupinho começou à noite tocar a campainha da escola na portaria, tocar a campainha e correr, e então uma irmã teve esta idéia, foi irmã Jandira [...] ela teve uma idéia: Eu vou ficar escondida com tudo apagado à hora que eles tocarem eu vou abrir a porta e ver o que quê eles querem. E foi muito interessante, a idéia dela foi muito feliz [...]então eles falaram [...] - Nós queremos também participar do oratório domingo, por isso é que a gente faz isto. Ela convidou [...] e aquele grupinho convidou outros meninos e começou de manhã o oratório dos meninos e à tarde das meninas, era pra jogar, tinha espaço, jogavam futebol e corriam, brincavam, depois tinha o horário de canto, treinar canto e também o catecismo, fazia a evangelização, aí começou o horário deste modo[...] (IRMÃ NILDA SAMPAIO DIAS, 22/02/2008)

O primeiro de Março foi o dia em que se iniciou o Tríduo Escolástico desse ano; nesse período, foi passada para as alunas toda a cultura praticada no Colégio, ou seja, tudo sobre o comportamento exigido das alunas, seu modo de vestir, falar, metodologia de ensino praticada pelo Colégio etc.,¹⁶⁰ fato este que se repetia todos os anos, conforme foi abordado antes.

O Livro de Crônicas faz menção ao fato de que, em Abril de 1966, Padre Henrique R. de Brito já era o diretor do Colégio Cristo Rei: “[...] eu estive à frente do Cristo Rei entre os anos de 1966 á 1970[...] estive como diretor ... o último de seus diretores e vi a escola ser fechada por falta de alunos[...]” (22/02/2008).

Nesse ano, as comemorações do Dia da Pátria foram antecipadas para o dia 06 de Setembro.

O jornal “Tribuna do Triângulo” (1966)¹⁶¹ dá um destaque especial em suas colunas ao então deputado Rondon Pacheco, pelo esforço empreendido a favor do crescimento educacional de Uberlândia, apoiando as Irmãs em suas iniciativas, conforme o que foi mencionado anteriormente. Para consolidar a obra relativa à conclusão dos estudos dos alunos que haviam complementado o curso secundário, fazia-se necessária a implantação da Universidade de Uberlândia:

[...] O deputado Rondon Pacheco vem desenvolvendo ultimamente grande atividade em Uberlândia.

O eminente parlamentar que sempre se colocou à frente das grandes obras desta cidade e da região, mais uma vez põe o seu trabalho e o seu inegável prestígio, a

¹⁶⁰ Livro de Crônicas. 01 de Março, 1966.

¹⁶¹ TRIBUNA DE MINAS. Rondon Pacheco Luta pela Universidade de Uberlândia. Ano 1. Nº 1. Cód. 131. Uberlândia, 13 de Maio de 1966. pg. 01

favor do nosso desenvolvimento cultural e da consolidação da casa das irmãs salesianas.
[...] Parabéns ao grande uberlandense, por mais este trabalho em nossa terra.

Em outra reportagem, o mesmo jornal¹⁶² assim publicou:

Esta em curso uma série de providências para implantar a Universidade em Uberlândia. Várias associações estão promovendo estudos e recorrendo a homens públicos para efetivar a conquista de nossa Universidade. A comissão encarregada de estudar a instalação da Faculdade de Farmácia de Uberlândia pensa em lançar cotas no próximo mês de Julho. Deputados uberlandenses vêm se movimentando a respeito. Diretores de Faculdades instaladas dão cobertura aos trabalhos daqueles deputados e das associações. Diretórios Acadêmicos e agora o D.C.E se alinham para objetivar a conquista. O ex-Ministro da Educação Prof. Clóvis Salgado é entusiasta de nossa Universidade.

Teoricamente, a vinda da Universidade Federal para Uberlândia provocaria uma iniciativa por parte, principalmente, das escolas particulares, em se qualificar cada vez mais para serem inseridas no mercado competitivo do ensino e com isso conseguir maior número de aprovação de seus alunos nos vestibulares que, a partir de então, aconteceriam na própria cidade, não havendo mais necessidade de os alunos se deslocarem até os grandes centros urbanos onde se instalavam Universidades, facilitando também a vida daqueles que não tinham condições de procurar uma formação superior em outro local.

Para as escolas particulares, quanto mais alunos conseguissem se inserir no ensino superior através da aprovação nos vestibulares, mais prestígio ganhariam, instrumento precioso para a conquista do respeito social. Em conseqüência, haveria aumento na demanda por matrículas a cada início de ano letivo. Diante disso, uma notícia publicada pelo jornal da época seria muito bem vista pelas escolas particulares, tal como a escola das irmãs salesianas, pois através das aprovações de suas alunas nos vestibulares, o respeito e prestígio pelo colégio aumentaria.

Segundo a Irmã Nilda: “[...] escola sempre se preocupava com o conteúdo de aprendizagem das crianças e com a seu posterior ingresso no ensino superior local [...]. (22/02/2008)”

De uma forma panorâmica, a escola estava organizada da seguinte forma entre os anos de 1965 e 1966, segundo a entrevista de irmã Nilda Sampaio Dias: o colégio tinha à frente da direção, a irmã Maria Augusta Modena. Havia muito serviço de acabamento para ser concluído no interior do prédio e, na parte exterior, também faltava o muro e alguns

¹⁶² TRIBUNA DE MINAS. Uberlândia Trabalha para Conquistar Universidade. Ano 1. nº 6. Cód. 131. Uberlândia, 26 de Maio de 1966. pg. 06.

acabamentos para melhor amparar as crianças, pois nem a rua ao lado era pavimentada. No que diz respeito ao número de alunas, a escola estava com seu quadro bastante satisfatório, necessitando até mesmo contratar algumas professoras leigas. Já tinha condição de dar segurança de transporte para que as alunas pudessem chegar com segurança à instituição e retornar aos seus lares.

[...] a portaria quando eu fui morar lá, nem a portaria estava pronta, tava tudo fechado, depois é que a diretora [...] irmã Augusta, completou a portaria, começou a ser usada e o terceiro andar ainda não estava terminado, quando eu morava lá foi colocado piso no 3º andar, no corredor, principalmente no corredor a nas salas e que depois acabaram virando também quartos, virando quartos [...] então foram tempos em que era tão distante, a frente do colégio não era calçada nem os lados; o colégio começou muito bem com alunas da cidade, então havia um ônibus que buscava as crianças, depois vinha buscar, levava os meninos do turno da manhã, 11:30 e 12:00 e trazia as pequenas meninas do turno da tarde 13:00 horas, era um Colégio só para meninas, e a tarde novamente o ônibus levava as crianças, cinco horas da tarde e sempre ia uma irmã para acompanhar as crianças, as crianças nunca viajavam sozinhas, nem as maiores e nem as menores [...] então foi um tempo em que as irmãs que lecionavam, davam aulas, tinha o turno da tarde porque nós éramos poucas irmãs então foi preciso fazer também uma 5ª série a tarde, 5ª série, as duas 5ª séries funcionavam à tarde porque não cabia de manhã o nosso horário de irmãs, só as irmãs davam aula, mas foi preciso conseguirmos uma professora de Francês, é, uma professora de Francês uma leiga e Educação Física [...]

Em Abril de 1967, as Irmãs Salesianas receberam a primeira visita da nova Madre Inspetora. É preciso ressaltar que o corpo docente da escola, conforme foi mencionado, tinha em seu quadro professoras leigas, das quais as Irmãs exigiam um comportamento criterioso em termos de postura, conduta e forma de se vestir, exigindo que se vestissem de forma apropriada ao ambiente escolar, proibindo o uso de roupas curtas ou decotadas.

Solicitavam-lhes também que não usassem roupas requintadas, para dar um aspecto de grandeza: “[...] as mestres vestiam de forma simples e eram muito bem avaliadas no que diz respeito ao seu perfil de conduta dentro e fora da sala de aula[...]” (IRMÃ NILDA S.DIAS, 22/02/2008).

Pelo que se depreende no depoimento da Irmã Nilda, a escolha de professores deveria obedecer a um critério de avaliação próprio da instituição, que apontasse a candidata ao cargo que mais se adequasse ao estilo da escola.

Quanto à adequação de roupas conforme a determinação das irmãs, pressupõe-se a intenção de fazer com que as alunas se espelhassem na imagem das mestras, mantendo na escola o sentido conservador de valores que deveria ser adotado por educadoras e educandas. As roupas requintadas poderiam dar a idéia de que a escola possuía um poder econômico capaz de sustentar a superfluidade de seu corpo docente, pagando-lhe altos salários. Neste sentido, Irmã Nilda relata que:

[...] a tesoureira provincial, nos orientou assim, que olhasse muito bem o empenho dos funcionários e que não ficasse só no salário mínimo garantido para os professores, e não era só o salário mínimo, e os professores eram pagos de acordo com a lei e de acordo também com o desempenho deles[...] tínhamos a possibilidade de fazer quase digamos assim, um repartir mais justo entre professores e funcionários[...]elas ganhavam um salário bom para a época, não lembro o valor não, mas sei que era bom[...] (22/02/2008)

Quanto à qualificação de pessoal, os arquivos da instituição revelam que, os membros do Instituto, tais como os professores e demais servidores da casa, faziam sempre cursos de qualificação em Belo Horizonte, durante o período de férias de Julho. Enquanto isso, as irmãs eram liberadas para as visitas à família, realização de cursos, reuniões etc.

O desfile de 7 de Setembro era sempre um fato consagrado e de grande honra para a escola salesiana, em que suas alunas desfilavam em seus uniformes de gala, trazendo sobre os ombros uma faixa com o nome da instituição, segundo mostra a figura abaixo:



Figura 46 - Comemoração ao dia da Independência brasileira em 1967

Fonte: Foto do Arquivo do Instituto Teresa Valse -1967.

Através da figura abaixo exposta visualiza-se como que eram as brincadeiras entre as alunas nos momentos de recreação e durante as aulas de Educação Física; pode-se ver no centro do pátio, um poste de madeira instalado que servia para elas brincarem de spiribol; do outro lado, vê-se uma mesa de tênis de mesa, o popular ping-pong.



Figura 47 - Dos momentos de recreação das alunas

Fonte: Foto do Arquivo do Instituto Teresa Valse -1967.

Percebe-se ainda na mesma figura que, no entorno da escola já neste ano já havia várias casas. Ao fundo, vêem-se os silos do Moinho de Trigo Sete Irmãos. O crescimento urbano próximo ao colégio demonstra certo avanço nas pretensões dos proprietários das imobiliárias que possuíam terrenos nesse bairro, quanto à valorização dos mesmos.

O Livro das Crônicas registra que o ano letivo de 1968 foi iniciado sem ausências, no que se refere à equipe pedagógica. Nos meses de Janeiro e Fevereiro, assim como nos meses de Julho, as internas visitaram as famílias e as Irmãs que desejassem participar de algum curso ou retiros espirituais, aproveitavam esses período para tais realizações. Assim, em 19 de Março, foram celebradas as Festividades de São José.¹⁶³

De acordo com a tradição salesiana, as comemorações do dia 24 no ano de 1968 foram realizadas com uma grande festividade envolvendo, alunos, pais, professores, padres, demais funcionários, autoridades da cidade e a comunidade em geral, segundo o que consta no Livro de Crônica e pela expressividade da figura abaixo, pode-se ver que, nos fundos, a escola já estava totalmente acabada e com o pátio pavimentado.



Figura 48 - Festividades de São José em 1968

Fonte: Do Arquivo do Instituto -1968

Em 5 de Agosto, era comemorada a criação da Congregação das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora (fundada por Madre Mazzarello em 05/08/1782, cuja história já foi relatada neste estudo).

¹⁶³ Livro de Crônicas. Fevereiro e Março de 1968.

Segundo a irmã Nilda, na segunda vez em que ela esteve na escola, entre os anos de 1969 e 1970, o instituto já se organizava com todos os seus pavilhões construídos, conforme o projeto arquitetônico inicial (fato este esboçado pela figura de número 48).

Entretanto, não existia uma área coberta para abrigar as crianças ao chegarem à escola em dias chuvosos. Portanto, na nova gestão da escola, tendo Irmã Nilda como diretora (1969-1970), foi iniciada e concluída esta cobertura, completando o projeto estrutural da escola. Pelo seu depoimento transcrito abaixo, nota-se detalhadamente como o processo de construção ocorreu e o quanto foram expressivas as contribuições da comunidade escolar, das pessoas que contribuíam com verbas e do apoio administrativo.

[...] passados dois anos trabalhando ali, sai e voltei depois como diretora em 69/70, como diretora da escola e da comunidade [...] e foi quando nos construímos, nos não tínhamos dinheiro, mas a provincial disse pra mim: _Precisam construir uma área, para quando as crianças chegarem em dias de chuva se protegerem [...] então sem muita experiência eu fui ao banco, pedi dinheiro emprestado, o que valeu o nome da Congregação, porque nós mesma, o nome da Congregação que tinha valor ali na cidade já, era uma Congregação que já estava sendo valorizada, a escola também valorizada então houve o empréstimo; eu fiz, nos fizemos, construímos a área, a grande área [...] estrutura com palco [...] A ajuda da comunidade era tão formidável sobretudo dos pais [...] quando a área ficou pronta, primeiro, o pai que era dono da fábrica Erlan, ele me orientou o tempo todo como fazer as compras e até me ajudava. Depois tinha um Sr. Toniquinho que tinha uma loja de luminárias ali na Pç. Tubal Vilela, ele disse que quando eu fosse fazer as instalações elétricas, a loja dele iria dar todo o material, tudo, tudo. Do fio mínimo até as calhas e as lâmpadas. Depois no final eu disse para os pais: eu preciso terminar a área e aqui ao costume quando eu cheguei aqui a primeira vez eu vi que vocês demoram muito a fazer a matrícula, se vocês fizerem a matrícula na data que nos marcamos antes do final do ano, nós vamos ter condições de terminar a área... aí marcamos dois ou três dias para a matrícula, todos, todos, todos fizeram a matrícula [...]; teve pai que pagou o colégio até junho, metade do ano, para nos ajudar [...] (IRMÃ NILDA S. DIAS, 22/02/2008).

Segundo informações do livro de arquivo da escola, no ano de 1969, a instituição passou por inspeção estadual, para a regularização do registro da casa junto aos órgãos públicos capazes de estabelecer o alvará de funcionamento do instituto, livre de quaisquer empecilhos dos aparelhos responsáveis pela inspeção educacional e receituária. Diante disso e segundo o depoimento da Irmã Nilda Sampaio Dias (22/02/2008) transcrito a seguir e o documento abaixo, a escola foi regularizada e teve o reconhecimento de funcionamento liberado pelo Ministério da Educação.

[...] nós tivemos a inspeção de um fiscal, o fiscal veio eu era a diretora e a secretária foi até a secretaria com ele, ele queria fazer uma inspeção sobre a escola, aí nós mostramos tudo para ele aí no final ele disse assim: _ Irmã, vocês são muito leais, mas estão ilegais... olha, o colégio de vocês foi pedido para funcionar, foi autorizado para funcionar dois anos, após dois anos deveria ser agora efetivada... vocês tiveram

dois anos para funcionar e continuaram funcionando sem legalizar.[...]ai nós fomos naquele tempo, fomos a Uberaba, a Secretaria da Educação era em Uberaba, fomos lá e este fiscal esperou porque viu que nós estávamos inocentes, muito leais mais ilegais, então ela disse todos os papeis que tinha que fazer, voltamos depressa, arrumamos tudo, registramos, fomos no cartório, levamos e aí ele viu todo processo pronto, tudo que nos fizemos rápido e ele estava na cidade fazendo inspeção, olhou, aí foi enviado para Brasília e nosso colégio foi depois legalizado.

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: pela
Portaria nº 124 de 27/05/1969.
RECONHECIMENTO : Pela Portaria nº
08 de 30/07/1971

Figura 49 - Liberação de funcionamento

Fonte: Do arquivo do Instituto -1971

Desta forma, segundo o documento acima retirado do arquivo da escola, comprova-se o reconhecimento de funcionamento da escola pelas Portarias nº 124 de 27 de Maio de 1969 e nº 08 de 30 e Julho de 1971. Portanto, desde 1969 houve a aprovação de funcionamento e, o reconhecimento, somente em julho de 1971, época em que a escola passou a funcionar de forma mista, conforme será abordado neste estudo.

No período em que irmã Nilda Sampaio Dias atuou como diretora do Instituto, o que ficou marcante não foi a construção do espaço que abrigaria as crianças nos dias chuvosos e nos eventos propiciados pela escola, mas sim a fato de ter sido ela a primeira a tomar a iniciativa de criar uma oportunidade para que as alunas carentes que participavam do oratório festivo, tivessem condição de também estudar na escola, através do estabelecimento de uma mensalidade diferenciada e com valor bastante reduzido.

[...] nós começamos a aceitar meninas, mandamos chamar os pais[...]a primeira menina que foi matriculada do oratório, ela pagava naquele tempo o mínimo, cinco, vamos dizer, cinco cruzeiros[...]fizemos uma cadernetinha e era com ela que estas alunas pagavam cada um valor diferente[...] mas todas com os mesmos direitos e deveres[...] (IRMÃ NILDA S.DIAS, 22/02/2008).

Entretanto, este depoimento pode ser interpretado como uma medida emergente uma vez que, como a escola precisava de dinheiro urgente para a complementação da construção, certamente o pouco que estas ex-oratorianas pagassem, seria de grande ajuda.

Segundo está descrito no Livro de Crônicas do Instituto , a organização da estrutura funcional do Colégio foi distribuída da seguinte forma, a partir do ano de 1971:

Direttrice:	Sra. MODENA, M. A.
1ª Conselheira	Sra. HUMMEL, A. Jandira
2ª Conselheira	Sra. MARTINS, Pinheiro M. Diva
3ª Conselheira	Sra. DE SOUZA, B. A. Lúcia
4ª Conselheira	Sra. ALVES, A. Ruth
Economa	Sra. Eva SINCERA
Insegrante di Scuola	Sra. HUMMEL, A. Jandira Sra. MARTINS, Pinheiro M. Diva Sra. DE SOUZA, B. A. Lúcia de. Sra. ALVES, A. Ruth Sra. CASTRO, Quintão C. Sra. Giuliana
Insegrantes di	
Elementares	Sra. DE FREITAS, M. Aparecida. Sra. SANTOS Sra. Giuliana Sra. DE MORAES, Gercina.
Sacrestona	Sra. REIS, F. Luiza
Portinaia	Sra. HUMMEL, A. Jandira Sra. UNA, Giovane
Cuoca	De JESUS, M. Carolina
Infermiera	Sra. DE MORAES, Gercina.
Guardarobiera	Sra. DE MORAES, Gercina
Aintante do Scuola:	
Francesa	Profª. Ivanilde A. França
Educação Física	Profª Lindalva R. da Costa
Pré-elementare:	Maríla dos Santos

É importante relatar que, nesse período, entre as alunas do instituto, encontravam-se integrantes das famílias mais tradicionais de Uberlândia. A relação de nomes abaixo consta na ata de Conselho de Alunas, até o ano de 1971: Ruth Naves, Teresinha Peixoto, Rosa Maria Peixoto, Neusa Naves, Maria Vieira Carneiro, Dirce Spirandelli de Paula Carvalho, Iara Maria Crosara, Maria Auxiliadora Testa, Raquel Oliveira Tuffi, Marta Rezende, Rosilma Miranda Carrijo, Kátia Saraiva, Helena de Freitas, Denise Custódio etc. Nesta relação de

alunas fica bem evidente o fato da escola estar a serviço de classes sociais de grande poder aquisitivo naquele momento.

O Instituto chegou ao ano de 1971 como um colégio de construção moderna, com três pavimentos simples, porém, com traços elegantes, rampas de mosaico que poderiam servir para dar acesso às pessoas com algum tipo de deficiência física e paredes de pastilhas que facilitam a limpeza e a manutenção da higienização do espaço.

Segundo depoimentos das Irmãs e ex-alunas, o pavilhão central comportava, em 1971, diversas salas de aulas com seus destacados cursos, ampla biblioteca com estantes de aço e várias coleções de obras notáveis, gabinete médico e salas de ciências e de física. O salão-auditório e a capela de instalações provisórias apresentam belo aspecto e à altura de suas respectivas funções.

Este novo Instituto educacional então em franca prosperidade, já havia diplomado duas turmas ginásianas; segundo Tito Teixeira(1971), ainda não tem o Curso Normal ou Científico, devido ao exíguo número de Irmãs.

A T E N Ç Ã O

De 1960 a 1964, o Ginásio Teresa Valsé constituiu a parte feminina do Ginásio Cristo Rei dos Salesianos. Em 1971 foi fechado o Ginásio Cristo Rei e o arquivo foi entregue ao estado. Portanto as alunas que pedirem algum documento relativos aos de 1960 a 1964, devem ser encaminhadas à 26ª Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia. Inspetor Federal de 1965 a 1971: Dr. Aniceto Maccheroni

Figura 50 - Autorização por Portarias para funcionamento do Instituto
Fonte: Arquivo do Instituto -1971.

O documento à cima, cedido pelo arquivo da escola do ano de 1971, relata o período em que o Instituto ficou dependente do Ginásio Cristo Rei, em termos de secretaria (registro de matrícula e diplomas), conforme já abordado, e que, com o fechamento do mesmo no início do ano de 1971, os documentos de alunas no para a comprovação de escolaridade foram encaminhados para a Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia.

A partir desse ano, a escola passou a ser uma escola mista, ou seja, passou a receber alunos de ambos os sexos, principalmente os oriundos de famílias que já haviam colocado seus filhos para estudar no Ginásio Cristo Rei que acabara de encerrar suas atividades. Portanto, já haviam tido experiência com ensino ministrado pela congregação salesiana, para

o Pe. Henrique, a maioria dos alunos matriculados na escola na data de seu fechamento foram para o Instituto .

[...] me lembro que boa parte dos alunos matriculados na época do fechamento do Cristo Rei foram para o colégio das irmãs [...] [...]no momento em que a escola passou a receber matrícula mista a diretora era irmã Conceição Araújo[...] (IRMÃ NILDA S. DIAS, 22/02/2008) .

Segundo a abordagem feita pelo Pe. Henrique Ribeiro de Brito em sua entrevista a respeito do fechamento do colégio Cristo Rei e o início da escola mista do Instituto Teresa Valsé Pantellini, há outros fatores diretos e indiretos para que isso acontecesse, pois, o momento pelo qual o Brasil passava, era delicado em termos de recessão política e em meio a uma fase de líderes governamentais ditatoriais, como foi visto no Capítulo II deste estudo. Tudo isso provocou uma crise no sistema de funcionamento das escolas particulares que pretendiam manter alunos de sexos opostos separados. A crise política fortaleceu mais a distribuição de renda e, com isso, o surgimento de crise socioeconômica, acarretando dificuldades de pais continuarem pagando as mensalidades de seus filhos; com isso, o número de alunos nestas instituições começaram a diminuir por força das circunstâncias.

Assim, a Igreja Católica através do Concílio do Vaticano II, também abordado no Capítulo II, tornou-se mais flexível aos avanços sociais e passou a ver o sistema educacional também de forma mais maleável, não tão fechada como antes. Isto sim, segundo a concepção de padre Henrique, foi fundamental para que, naquela conjuntura que o país estava passando no final dos anos 60, houvesse uma abertura nas escolas salesianas, principalmente nas que estavam instaladas aqui em Uberlândia. Diante disso, com o fechamento do Ginásio Cristo Rei, tornou-se viável para as irmãs rompessem com o antigo regime e dessem início ao processo de matrícula de alunos do sexo masculino. As palavras de Pe. Henrique, abaixo, situam bem este contexto abordado:

[...] O misto entrou, com muita relutância, não é só aqui não, no Brasil inteiro viu, que era sempre masculino e feminino, tudo, tudo [...] os salesianos também[...] era tudo é separado [...] agora não, é tudo misturado [...] começou depois do Concílio, Vaticano Segundo a igreja se abriu [...] abriram porque quando entro, o Jango entrou no Governo veio a crise muito grande, a crise geral que deu com a ditadura e foi se agravando [...] então nessa ocasião os internatos foram ficando todos fechados, nos fomos fechando o nosso, os outros também todos fecharam porque não havia como manter uma juventude dentro do colégio [...] começou a Bossa Nova e toda aquela conquista da juventude pela liberdade de expressão, começou tudo aquilo[...] então nós tivemos que mudar todo o regime de internato, o nosso sistema antigo de internato, era difícil segurar a juventude presa nos internatos[...]nem de continuar com escolas de sexo separado entre os finais dos

anos sessenta e início dos anos setenta [...] poucas escolas nossas em algumas regiões tiveram como resistir a crise social que se alastrava [...] (22/02/2008).

Desta forma, ao longo deste estudo pode-se perceber que, na medida em que a escola foi sendo construída e se firmando como uma instituição forte no setor educacional na cidade, o progresso do bairro também ocorreu. Aos poucos, construíram-se residências no entorno do instituto e, em 1971, pelos relatos das entrevistas, o bairro Brasil já era bastante habitado, com ruas pavimentadas, energia elétrica e saneamento básico. Irmã Nilda Sampaio Dias resume as suas passagens pela casa e o progresso do bairro da seguinte forma:

[...] primeira vez que eu fui morar ali, uma noite eu olhei, estava chovendo, eu falei: _Gente, meu Deus, eu estou morando na roça [...] lá em baixo a rua sem calçamento, lá é um declive, é descida. A água escorrendo, os postes todos de madeira e as poucas casas próximas tudo com cerca de arame [...] das vezes que eu morei ali, a comunidade em torno da escola era muito simples praticamente não existia ninguém ali [...] só mato [...] poucas ruas [...] cavalos e vacas pastando [...] a nossa escola demorou a ter um muro. O primeiro muro foi aquele muro de placas mais barato, muito mais tarde foi feito o muro de cimento, alvenaria [...] ai foi, foi, foi e o progresso foi chegando também ali, a Avenida Mato Grosso foi calçada, depois é que foi asfaltada, a Rua Curitiba também, a rua de trás que antigamente era avenida Esperança (Amazonas) também foi asfaltada e ali o progresso veio andando e a nossa casa saiu da periferia e começou o progresso, muitas casas, loteamentos por ali e o número de alunas também aumentando [...] (22/02/2008)

Todos os depoimentos neste estudo criaram uma história sobre o Ginásio Cristo Rei, a Igreja Nossa Senhora Aparecida, o Instituto Teresa Valsé Pantelini que é o cerne do estudo e o atual Bairro Brasil. A construção da história é sintética, dando-se mais ênfase ao objetivo do texto, uma história testemunhada por pessoas que viveram cada momento descrito e que a pesquisa pôde acompanhar, reviver e ilustrar neste trabalho.

Mas todos esses passos de construção do texto possibilitou vislumbrar uma concepção distanciada daquela visão de instituição católica de educação rememorada em nossa consciência, pela leitura das literaturas caricaturando as formas regimentais de funcionamentos dos Internatos brasileiros através de relatos de escritores tais como: Raul Pompéia (O Ateneu), José Lins do Rego (Doidinho) e José Godofredo de Moraes Rangel (Falange Gloriosa), pelos aspectos mórbidos proporcionados por tais obras ao retratar o internato.

Assim, quando se fala de instituição católica de educação e de internato, o que se visualiza graças a essas literaturas é um local sombrio, fechado, com muros enormes, com uma vigilância próxima à de um presídio. Entretanto, na realidade, os fatos literários

apresentam um aspecto caricato da realidade, que fundo era quase isso mesmo que ocorria no interior do internato.

Porém na realidade da instituição salesiana fruto da análise deste estudo, entende-se que a abordagem era outra até mesmo pela postura de educação dos salesianos, pelo fato da escola aqui não funcionar em regime de internato e pelo fato desta ter vivenciado uma outra realidade social de todo um processo de construção que demandava a conquista da clientela como peça fundamental em seu processo de construção, estruturação enquanto instituição educacional, como forma de apresentar uma nova postura de educação com maior participação familiar e comunitária. Neste sistema de ensino, assim como regem as normas de Dom Bosco e pela percepção do estudo realizado junto à instituição e aos depoimentos dos entrevistados, é que o educador deve ter uma presença ativa, positiva, amiga e diuturna entre seus alunos.

Diante disso, pode se dizer que o Instituto procurou adotar um sistema de ensino que evita pressões ou castigos físicos e procura reduzir, ao mínimo possível, até os castigos simbólicos, apelando para os recursos da inteligência, do coração e para o desejo de Deus que o ser humano traz em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou alguns fatores socioeconômicos e políticos que ocorreram no Brasil, suas reais conseqüências e influências ao sistema educacional tanto público como privado, dando-se mais ênfase ao último fator, por se referir ao objeto deste estudo, ou seja, o de uma escola confessional. Para tanto, foram rememorados fatos do período colonial e, transitando-os através do tempo, até o início do ano de 1950, sendo o cerne do estudo, a influência da Igreja Católica no contexto educacional em Uberlândia.

Para tanto, foi necessária a busca de fatos históricos que envolvem a Igreja Católica desde o século XVI, ocasião em que aconteceu a Reforma luterana e uma seqüência de ocorrências que, após um período em que a Igreja viveu o apogeu de sua hegemonia no mundo, marcaram a decadência do poder clerical e, em seguida, como essa força foi resgatada através de ações da própria Igreja em busca de seu revigoramento como religião dominante no mundo. Tudo isso, foi realizado para criar uma contextualização que facilitasse a compreensão do que a Igreja Católica significa para as sociedades e as sua flexibilidade para se adequar às mudanças impostas pela sociedade e, assim, poder compreender seus interesses e pretensões no campo educacional.

O contexto do estudo abrange diversos fatos históricos que, de alguma forma, deixaram suas marcas na reconstrução do sistema educacional praticado pela Ordem dos Jesuítas e que estiveram em vigor no Brasil durante e posteriormente ao período colonial, até que as diversas reformas do ensino educacional produzissem as transformações julgadas necessárias nas diferentes etapas que compreendem o escolarização, ou seja, da Pré-Escola à Educação Superior, com leis e regulamentações.

A preocupação com a ambientação histórica brasileira deve-se ao fato de situar o processo de crescimento de Uberlândia a um tipo de projeto político expansionista em termos nacional, principalmente o que esteve ligado ao Governo de Vargas, ficando conhecido como a “Marcha para o Oeste”, através da Fundação Brasil Central que favorecia a colonização do interior brasileiro. Com a abertura de estradas que interligaram o Triângulo Mineiro ao Estado de Goiás e ao de Mato Grosso, Uberlândia foi escolhida como base para a expedição Roncador-Xingu, consolidando a posição privilegiada da cidade como pólo comercial; com a construção de Brasília na década de 50, a cidade tornou-se um marco obrigatório do triplo

cruzamento do norte, nordeste e sul com a região Centro-Oeste brasileiro (MACHADO, 1991).

Uberlândia, reconhecida como Município, é uma das cidades mineiras que mais se desenvolvem, tendo acompanhado a dinâmica das transformações urbanísticas que aconteceram entre os anos de 1950 e 1970. A cidade, desde 1950, ficou considerada como o maior entreposto comercial da região. Como catalizadora da maior parte da produtividade regional, conquistou seu próprio espaço no mercado nacional, garantindo a acumulação e reprodução do capital aqui estabelecido.

Este fator favoreceu a cidade, pois os investimentos da área federal passaram a ser destinados à Uberlândia, abrindo espaços para a integração nacional implícita no projeto de Juscelino Kubistchek, cujo governo caracterizou-se por ações desenvolvimentistas.

Nessa ocasião, muitas iniciativas progressistas foram concedidas pelo Governo Federal, tais como a construção de casas populares, asfaltamento da Av. Vasconcelos Costa, pavimentação do pátio de manobras do aeroporto local, aquisição de aparelho teletipo para o serviço de vôo, o estabelecimento de uma unidade do Exército etc. A agricultura foi favorecida pela política estadual de ocupação dos cerrados, tornando Uberlândia o centro de armazenamento, distribuição e exportação desta produção nacional.

Através da construção deste panorama nacional e local, a meta do estudo foi facilitar a compreensão do momento em que as Irmãs Salesianas vieram para a cidade que, apesar de todo o seu movimento de crescimento, passava por problemas de ordem social, pois com um contingente migratório muito grande provocado pelo próprio desenvolvimento da cidade; entre o número expressivo de pessoas que vieram para a cidade, muitas não encontravam empregos e acabavam tendo que viver em péssimas condições na periferia da cidade, assim como era o bairro Operário, atual bairro Brasil, onde as Irmãs posteriormente construíram sua escola.

Sendo uma região onde se concentravam interesses de pessoas importantes da cidade, isto é, pessoas como Tubal Vilela da Silva, proprietário de imobiliária, Cícero Diniz, diretor de uma outra imobiliária e que, segundo as Irmãs comentaram, foi quem mais as incentivou a permanecer naquele local. Nessa realidade, depara-se com uma das respostas do questionamento proposto neste estudo, no tocante ao ponto dos interesses que motivou a vinda das Irmãs. Embora não haja respostas objetivas e diretas nas entrevistas que confirmassem tal interesse, ficou explícito que isso existia, uma vez que, nos relatos das pessoas entrevistadas que foram testemunhas do período descrito neste texto, houve vários depoimentos confirmando que aqueles proprietários de negócios imobiliários e de terrenos

na redondeza do bairro Operário, sempre se fizeram presentes e preocupados em auxiliar as irmãs no que elas precisassem.

Assim, confirmou-se a hipótese de que o Instituto instalou-se em Uberlândia num momento em que o desenvolvimento socioeconômico e industrial se deu, gerando a expansão demográfica e aumentando a demanda social pelo ensino que, por sua vez, abriu espaços para o crescimento da educação privada, principalmente de escolas confessionais, especialmente as católicas, com a sua impregnação disciplinar e valorativa como condição educacional.

O que se demonstra nesta pesquisa é a força constituída pelo ensino confessional em Uberlândia, entre os anos de 1959 ao início de 1971, trazido pela , irmandade católica criada, organizada e disseminada sob os princípios de Dom Bosco. Enfatizou-se, como objeto da pesquisa, o Instituto , fundado a partir de 1959, pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, criada por Madre Mazzarello para cuidar da educação feminina, cujos feitos acompanharam os passos de Dom Bosco, por quem foi orientada e auxiliada desde o início.

No tocante à formação de escolas femininas na sociedade brasileira, são levantados alguns aspectos sobre o porquê desta preocupação, uma vez que até o início do período republicano, quase nada foi pensado em termos de formação acadêmica da mulher brasileira que, muitas vezes, ficavam sujeitas a ser aprisionadas em conventos, onde aprendiam a ler e escrever. Depois, com o passar dos tempos, começou a se pensar na formação da mulher para assumir a função de professora, com a visão de que, por ser preparada para cuidar das do lar e dos filhos, teria mais habilidade para educar das crianças. Esta visão da mulher foi se alterando na concepção da sociedade que não mais a via como mera administradora do lar, mas como possível mão-de-obra capaz de ocupar um lugar nas recentes indústrias que estavam sendo montadas no país. Foi por isso que instituições como a salesiana, que defendiam uma qualificação profissional, passaram a ter grande aceitação no cenário nacional, a partir de agora, não somente como formadora de seminários.

O estudo rompe as barreiras no sentido de apresentar um tipo de instituição de ensino ministrado por membros da Igreja Católica, numa concepção não mais tão rígida e fechada como na época dos seminários em que as meninas e os meninos eram tidos como prisioneiros das irmandades religiosas a mando de suas famílias, conforme os relatos de obras literárias como o Ateneu de Raul Pompéia e o Doidinho de José Lins do Rego, que apresentam a vida carcerária vivenciada pelos alunos em um espaço educativo do Internato.

Neste contexto abordado, o momento já não se fazia propício a esse tipo de instituição educacional até porque as próprias reformas estruturantes ocorridas no interior da Igreja já não viam com bons olhos esse tipo de escola em regime de internatos e isso servia até mesmo

para que tais escolas perdessem alunos, pois as formas de se pensar a educação pela sociedade eram outras. As Irmãs Salesianas que vieram para Uberlândia, cientes de tudo isso, organizaram uma escola em que, segundo os depoimentos das próprias ex-alunas, até os momentos de se chamar a atenção de alunos por alguma falha comportamental, ocorriam discretamente, sem nenhum castigo; por outro lado, apesar de elas serem bastante rígidas na forma de exigir o desempenho das alunas nos estudos e suas posturas no espaço e escolas, conseguiam criar um ambiente familiar de carinho e afeto, conseguindo envolver toda comunidade escolar e seus familiares.

Com efeito, tal comportamento pode ser visto também como uma maneira encontrada pelas Irmãs para conquistar seu público, embora, por outro lado, possa ser interpretado também como uma simples continuação dos trabalhos da Congregação, já acostumada a realizar em outros locais, seguindo as recomendações de seu criador, Dom Bosco, de que se deve educar pela palavra e não através de métodos coercitivos.

Os fatos discurridos no texto foram fundamentados em documentos registrados em crônicas que se encontram arquivadas no Instituto e que foram disponibilizadas para a pesquisa enriquecendo mais detalhes às entrevistas concedidas conforme já mencionado. A composição do texto foi feita a partir da principal questão levantada, ou seja: como se deu o processo de formação do Instituto, no que se refere à estruturação de sua metodologia de educação, num momento em que a organização administrativa da cidade gerava muitas expectativas em torno da expansão demográfica e da formação de seu parque industrial. Esta questão deu origem a outros questionamentos complementares tais como: qual a influência exercida pelo ensino da Instituição durante o período abordado? Qual o modelo disciplinar praticado no interior da Instituição? Qual o apoio o Instituto teve da sociedade local durante a sua implantação?

Diante de todos esses questionamentos verifica-se que, graças à pesquisa investigativa (documental e literária), foi possível estabelecer a conexão e a discussão sobre os fatos encontrados em arquivos da própria escola, os jornais da época e as entrevistas com ex-alunas do Instituto que prestaram informações relevantes sobre os princípios que regeram as ações educacionais das Irmãs, possibilitando uma congruência de fatores, que facilitou a obtenção de respostas aos questionamentos propostos neste estudo.

O objetivo deste estudo foi o de historiar a gênese do Instituto em Uberlândia, com a finalidade de construir uma leitura interpretativa de seu aparelho educacional compreendido entre os anos de 1959 ao início de 1971, analisando a construção de seu espaço físico, arquitetura, a vida escolar (alunos e componentes da comunidade escolar) e a contribuição da

sociedade para a efetivação da obra salesiana, isto é, na edificação prédio onde a Instituição está instalada atualmente na Avenida Mato Grosso, nº 1625, no Bairro Brasil.

Assim, como toda a interatividade com as fontes primárias e secundárias possibilitaram respostas aos questionamentos propostos, cumpriu-se a meta estabelecida pelo objetivo que estruturou o texto.

Com isso, compreende-se que o Instituto construiu uma dinâmica metodológica de educação baseada em princípios da religiosidade, que contrapunha ao mesmo tempo o sistema de se formar a conduta do indivíduo através de conhecimentos acadêmicos e pelos ensinamentos e princípios valorativos, com a consciência do que é ser um bom sujeito perante a sociedade. Neste sentido, as irmãs usavam uma construção valorativa fundamentada em aulas de religião, catequese, compromisso que as alunas tinham cumprir freqüentando as missas regularmente, ouvindo a palavra para reflexão dada às alunas antes se iniciarem as aulas, a presença em oratórios festivos, entre outros momentos da Congregação, sendo que tudo isso, se resumia aos princípios de Dom Bosco (razão, religião e amorevolezza).

Ao encerrar este estudo, é importante ressaltar que o Instituto manteve-se dentro de uma secular tradição educacional. A leitura desta pesquisa revela que a , desde seus primeiros momentos de existência, procurou organizar sua estrutura educacional em torno de comunidades mais simples e, nestas, conseguiram e sobressair e fazer com que a comunidade também crescesse tanto quanto seus educandários que eram inseridos em locais estratégicos de uma cidade, como é o caso da instituição construída aqui em Uberlândia, que hoje está situada em uma região central da cidade.

A herança pedagógica que Dom Bosco e Madre Mazzarello deixaram para seus prosélitos, foi inspirada em valores cristãos que, em determinado momento, como se aborda no estudo, pautava-se em uma disciplina rígida, mas não severa, e é por isso que agradava à boa parcela das famílias que desejavam educar, principalmente suas filhas, nesse tipo de instituição escolar, tudo isso impregnado de valores da época, ou seja, o de que a mulher tinha deveria ter uma formação cristã para ser respeitada na sociedade em que estava inserida.

Com o tempo, o posicionamento educacional desta instituição adaptou-se à realidade moderna, enfatizando, em seus programas, a preocupação em formar a consciência social do aluno, em que a reflexão sobre a realidade social, com suas desigualdades e contradições confrontadas com os preceitos do evangelho, desperta o homem para a visão crítica da realidade e o impulsiona para ações que levem às mudanças, Nesse momento, a questão de controle visando uma formação valorativa para as jovens mais do que a acadêmica, acabou sofrendo se modificando. A escola das Irmãs representa atualmente, em termos de formação

de seus alunos, a compreensão de que o simples ato de ler e escrever tornou-se ato simplista que não atende às exigências e desafios do mercado de trabalho ou da vida em sociedade moderna.

Por ser uma escola ligada ao desenvolvimento e exigência de formação da sociedade, o Instituto, pela análise conclusiva, passou a preparar as novas gerações com conhecimentos e habilidades cognitivas que lhes possibilitem entender e interpretar toda a gama de valores e informações que lhes são transmitidas no cotidiano, nas suas práticas sociais, nas suas relações com o mundo, habilitando-as para uma participação mais ativa e crítica da vida social e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J.S. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Ed.UNESP.1998.

_____. *Educação Feminina: a Força Religiosa na Arquitetura de Corpos e Mentes*. In: SAVIANI, Dermeval et. al. O legado Educacional do Século XX no Brasil. Campinas, S.P.: Autores Associados, 2004. pág. 65 a 102. (Coleção Educação Contemporânea).

ALVES, Gilberto L. *O Seminário de Olinda*. In: In 500 Anos de Educação no Brasil. (Orgs) Eliane M. T. Lopes et al., 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. pág. 61 a 78.

ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979.

ARAÚJO, Lucinete M. V. *Representações Sociais na Gênese da Escola de Engenharia de Uberlândia (1961-1969)*. Centro Universitário do Triângulo – UNIT, Uberlândia, 2003. (Dissertação).

AVILA, Fernando Bastos. *Pequena Enciclopédia da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1995.

AZEVEDO, F. *A cultura Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

_____. *Os Sistemas Escolares*. In Coletânea de Textos de Teor Teórico-Metodológico sobre História das Instituições Escolares. Org. Prof. Dr. José C.S.A. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação. UFU - Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

AZZI, Riolando. *Os Salesianos no Brasil: à luz da história*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1983.

_____. *Os Salesianos em Minas Gerais*. Vol.1. São Paulo: Salesiana D.Bosco, 1986.

BOSCO, Terésio. *Maria Domingas Mazzarello*. 5ª ed. São Paulo: Salesiana D.Bosco, 1996.

_____. *Dom Bosco, uma nova biografia*. 6ª ed. São Paulo: Salesiana D. Bosco, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Leis básicas do ensino de 1. e 2. graus: leis n. 4.024/61 e 5.692/71. 2. ed. atual. Brasília, 1984. 30 p.

BRITTO, Antonio C. N. *Conferência recitada em 18 de fevereiro de 2003 no Anfiteatro Alfredo Britto*. Artigo 11. In História da Medicina. Faculdade de Medicina da Bahia. 2003.

BRITO, Pe. Henrique R. Padre Agenor Vieira Pontes: Salesiano de D. Bosco. Vol.7 B. Horizonte: Inspetoria S.J.Bosco, 2001

BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental: Do Homem das Cavernas Até a Bomba Atômica*. Trad. Machado, L.G. et al. 2ª ed. 3ª Reimpressão revista e atualizada de

acordo com a 4ª edição norte-americana. Vol.I. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Ed.Globo, 1964.

CAETANO, C. G.; DIB, Miriam M. Cury. *A UFU no Imaginário Social*. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 1988.

CALDEIRA, J. et al. *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, 1997.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivos. Ata de 23/01/1948: fl. 45.

CARVALHO, J.M. *A Formação das Almas ; o Imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República Que Não Foi* . 3ed. São Paulo. Companhia das Letras . 1989.

_____. *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG. 1999 .

CARVALHO, Luciana B. de Oliveira Bar. *A Configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no Contexto Republicano (Uberabinha-MG 1911-1929)*. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

CARVALHO, Marta C. de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989

CERIA, Eugênio, Pe. *Memórias do Oratório de São Francisco de Sales: de 1815 a 1855*. (Transcrição do texto original escrito por Dom Bosco em 1858). São Paulo: Salesiana D.Bosco, 1982.

CHEVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. In: *Teoria & Crítica*. Porto Alegre, n. 2, p.21-9, 1990

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas*. São Paulo.Cortez. 1991.

COBRA, R.Q. *Guerra dos Trinta. NOTAS: Vultos e episódios da Época Moderna*. Brasília, 1997.

CONCÍLIO VATICANO II: *Declaração sobre a Educação Cristã da Juventude, 1965*. In Moura, Pe. Laércio D. de. *A Educação Católica no Brasil: Passado, Presente e Futuro*. São Paulo: Loyola, 2000.

CORREA, Arlindo Lopes, *Educação de Massa e Ação Comunitária*, Rio de Janeiro, 1979

COSTA, Luís C. A.; MELO, Leonel I. *História do Brasil*. 11ª ed. São Paulo: Scipione, 1999.

COUTINHO, Pedro dos Reis. *Nomes Antigos do Triângulo Mineiro. Arquivo Público de Uberaba. Capítulo I - Pré-História de Uberaba -. O Sertão da Farinha Podre a Região do Triângulo Mineiro. Características Geográficas do Planalto Central do Brasil.* Arquivo Público de Uberaba. Fev/2004.

DAMASCENO, F.S. *Condições de Vida e Participação Política de Trabalhadores em Uberlândia nos Anos de 1950/60.* Uberlândia: UFU, 2003.

DEMO, Pedro. *Avaliação Qualitativa.* São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

_____. *Pobreza política.* Campinas: Autores Associados, 1994.

DEWEY, J. *Democracia e Educação.* Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

ENGUITA, M. *A Face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo.* Trad. Tomaz T. da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

FENELON,Dea. *Pesquisa em História: Perspectivas e Abordagens. Metodologia da Pesquisa Educacional.*São Paulo:Cortez, 2000.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.* Trad. Lígia M.P. Vassalo. 10ª ed. Petrópolis, R.J. Ed. Vozes. 1993

FRANCO, L. A. *Breve história da formação profissional no Brasil.* São Paulo: Cernafor, 1984.

FRIGOTTO, E. *A Produtividade da escola improdutiva.* São Paulo: Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir. *Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar.* Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *Escola cidadã.* São Paulo: Cortez, 1893.

GATTI, Gislene Cristina do V. *História das Representações Sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929-1950).* Uberlândia, MG: UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado).

_____. *A Escola Estadual de Uberlândia: Histórico e Representações Sociais.* In Revista de Educação Pública-MT. INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Cuiabá. Vol.10. Nº. 17, p.141-151. 2001a.

GERMANO, J. W. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).* São Paulo: Cortez, 2000.

GIGANTE, J.A.M. *Instituições do Direito Canônico. Vol. II. Das Coisas. Código de Direito Canônico de 1917, Art. I, Das Sagradas Congregações, nos cân. 246,247, 248 e 2493ª Ed.* Braga: Oficina de São Jose, 1954.

_____. *Instituições do Direito Canônico, Vol. I. Das normas gerais e das pessoas. 3ª Ed.* Braga: Oficina de São Jose, 1955.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1987

GHIRARDELLI, P. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo N. *A Transformação Econômica do Sertão da Farinha Podre: O Triângulo Mineiro na Divisão Inter-regional do Trabalho*. In *Histórias e Perspectivas*. Nº 4. UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Jan/Jun. 1991.

GRACIANO, M. D. (FMA). *Decido Para Sempre*. 1978

HADDAD, Sergio. *Estado e Educação de Adultos (1964 - 1985)*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1991.

LAGES, Pe. A. *Dom Bosco: Traços Biográficos*. 2ª ed. São Paulo; Salesiana D. Bosco. s/d.

LIMA, D. *Educação, Igreja e Ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978

LINS, I. *Perspectivas de Augusto Comte*. Rio de Janeiro: S. José, 1965

LUSTOSA, O. de F. *A Presença da Igreja no Brasil*. São Paulo: Giro, 1997.

_____. *A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano*. São Paulo: Ed. Loyola – CEPEHIB, 1990.

MACHADO, Maria C. T. *Muito Aquém do Paraíso: Ordem, Progresso e Disciplina em Uberlândia*. In *Histórias e Perspectivas*. Nº 4. UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Jan/Jun. 1991. pág. 37 a 77.

MANOEL, I. A. *Igreja e Educação Feminina. Uma face do Conservadorismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996

MARCIGAGLIA, Luís. *Os Salesianos no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Ed. Salesiana, 1955.

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1986.

MELLO, Guiomar N. *Cidadania e Competitividade. Desafios Educacionais Do Terceiro Milênio*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MELO, José Marcos de, *A opinião do jornalismo brasileiro*. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

MÁXIMO, C.G. *Da Ordem Educacional ao Progresso Social: A Concepção de Educação Veiculada pela Imprensa Uberabinhense (1920-1930)*. Universidade Federal de Uberlândia, 2003 (Dissertação).

MODESTI, João. *Uma Pedagogia Perene*. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1975.

MOURA, Pe. Laércio Dias de. *A Educação Católica no Brasil: Passado, Presente e Futuro*. São Paulo: Loyola, 2000.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU: Rio de Janeiro. Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NEVES, Maria de F. R. das. *Documentos sobre a Escravidão no Brasil: Textos de Documentos*. Vol. 6. São Paulo: Ed. Contexto, 1996.

NÓVOA, Antônio “A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português”. In: (Org.) Denice CATANI et all. *Educação em Revista – A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo; Escrituras, 1997.

NUNES, L.J. *Cidade e Imagens: Progresso, Trabalho e Quebra-quebras – Uberlândia, 1950/1960*. São Paulo-PUC, 1993 (Dissertação).

OLIVEIRA, R.P. *Educação e Sociedade na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo: USP, 1990.

PAIVA, Jose M. *Educação Jesuítica no Brasil Colonial*. In 500 Anos de Educação no Brasil. (Orgs) Eliane M. T. Lopes et al., 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. 14.ªed. São Paulo, Ática. 1981

QUEIROZ, D. Antonio C. *A Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: CRB, 1977.

QUEVEDO, L. González. *Inácio, Nosso Contemporâneo*. Cadernos de Espiritualidade Inaciana, Nº. 3. Ed. Itaici. 1990.

RAMALHO, Jether Pereira. *Prática Educativa e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RAMOS, Lucélia C.; INÁCIO FILHO, Geraldo. *A Atuação a Igreja Católica na Educação Uberlandense: O Colégio Nossa Senhora das Lágrimas*. In Cadernos de História da Educação - Vol. 1. Nº 1. Uberlândia: UFU, 2002.

RANGEL, José Godofredo de Moraes. *Falange Gloriosa*. São Paulo, Melhoramentos. S.d.

REGO, José Lins do. *Doidinho*. Romance. Estudos de Antônio Carlos Vilaça. 35ª.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1855

RIBEIRO, M. A. (Coord.). *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

ROGIER, L.J.; SAUVIGNY, J.B.de. *Nova História da Igreja: Século das Luzes, Revoluções e Restaurações*. Trad. SMEELE, L.P. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 1971.

ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

ROSSI, Michelle P. da S.; INÁCIO FILHO, G. *As Congregações Católicas e a Disseminação de Escolas Femininas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Artigo. In Revista HISTEDBR. Nº.24, Campinas, 2006. p.79 a 92.

RYBADENEYRA, Pedro. *Vida de Ignacio de Loyola*. 3ª. ed. Espanha, Madri: Espasa-Calbe, 1967.

SAFFIOTI, H. I. B. *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano dos. *Luz e Sombras – Internatos no Brasil*. São Paulo; Salesianas, 2000

SAVIANI, Dermeval et al. *O legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas, S.P.: Autores Associados, 2004 (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SCARAMUSSA, Tarcísio. *O Sistema Preventivo de Dom Bosco: Um estilo de educação*, 3ª edição. São Paulo. Editora Salesiana. 1984.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo; Martins Fontes, 1983.

SILVA, T. (Org.). *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da História da Cultura Brasileira*. 12ª.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1984. (Coleção Retratos do Brasil).

SOUZA, M.C.C. Estado e partidos políticos no Brasil: 1930 -1964. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

TEIXEIRA, Tito. Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: História da Criação do Município de Uberlândia. Vol. I. 1ª Ed. Uberlândia, 1970. Pág. 162/165.

THE HISTORY OF CREEDS. Sillabus Errorum. Vol. I. Julho de 2005.

ZAGHENI, G. A Idade Moderna. Curso de História da Igreja - III. Trad. ALMEIDA, J.M. São Paulo: Paulus, 1999..

JORNAIS

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Instrução. Ano II, Nº. 503. Uberlândia, 20 de Janeiro de 1940. p. 04

CORREIO DE UBERLÂNDIA. O colégio Estadual de Uberlândia recebeu Cr\$65.510,00. Ano XI. Nº 2837. Cód. 22. Uberlândia, 7 de Fevereiro de 1950. p. 01.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Estatística Educacional 1949. MELLO, J.E. (red.) Ano XXI. Nº 2.909. Cód. 22. Uberlândia, 24 de Maio de 1950.

CORREIO DE UBERLÂNDIA, Editorial. 1947.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. 30/08/1958. p.01.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. O quebra-quebra 1; cod 314; p. 4. Uberlândia, 13 de outubro de 2004.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. O Quebra-Quebra 1; cod 314; p.4. Uberlândia, 20 de outubro de 2004.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. O quebra-quebra 1; cod 314; Uberlândia, 13 de Novembro de 2004. p. 4.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. O Quebra-Quebra 1; cod 314; p.4. Uberlândia, 27 de outubro de 2004.

CORREIO DE UBERLANDIA. UESU esclarece “Operação Fila-Bôba”. Ano XXI. Nº 6-790. Cód. 40. Uberlândia, 24 de Janeiro de 1959. p.05.

CORREIO DE UBERLANDIA. Rondon Focaliza o “Quebra” Na Câmara Federal. Ano XXI. Nº 6-791. Cód. 40. Uberlândia, 25 de Janeiro de 1959. p.01.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. O lado Desumano da “operação Quebra-quebra”. Ano XXI. Nº 6974. Cód. 40. Uberlândia, 31 de Janeiro de 1959. p.01.

CORREIO DE UBERLANDIA. Lycídio Paes. Quebra-quebra. Ano XXI. Nº 6.975. Cód. 40. Uberlândia, 01 de Fevereiro de 1959. p. 06.

CORREIO DE UBERLANDIA. Ruth de Assis e Lycídio Paes (red.). As obras de benemerência inauguração das barracas em benefício da Santa casa de Misericórdia e do Colégio Salesiano. Ano XV. Nº 3.469. Cód. 27. Uberlândia, 9 de Agosto de 1952. pág. 03.

CORREIO DE UBERLANDIA. Ruth de Assis e Lycídio Paes (red.). Colégio Salesiano: Grande quermesse em benefício da construção desse estabelecimento de ensino. Ano XVI. Nº 3.719. Cód. 29. Uberlândia, 2 de Agosto de 1953. pág. 01.

CORREIO DE UBERLANDIA. Valdir Melgaço (dir). Irmãs Salesianas. Ano XXIV. Nº 9.139. Cód. 44. Uberlândia, 21 de Fevereiro de 1961. p. 02

CORREIO DE UBERLANDIA. Sergio Martinelli (dir.) Instituto Teresa Valsè comemorando seu Jubileu de Prata. Ano XLVII; nº 13.910. Cód. 108. Uberlândia, 21 de Junho de 1984. p. 06.

O ARAUTO. PADRE Durval Gomes Garcia (dir). DOM ALMIR: PRIMEIRO BISPO DE UBERLANDIA! Ano III. Nº XXXVI. Cód. 125. Uberlândia, Agosto de 1961. p. 01.

O ARAUTO. PADRE Durval Gomes Garcia (dir). Os Municípios que Compõem a Nova Diocese. Ano III. Nº XXXVI. Cód. 125. Uberlândia, Agosto de 1961. p. 02.

O ARAUTO. Padre Durval Gomes Garcia (dir). Ano III. Nº XXXVI. Cód. 125. Uberlândia, Agosto de 1961. p.01.

O REPORTER. Ao Povo de Uberlândia. Ano XXVII. Nº 3.194. Cód. 29. p. 04. Uberlândia, 02 de Fevereiro de 1959.

O TRIANGULO. Albano Moraes (dir.) Chega Hoje o Bispo D. Almir Marques. Ano XXXIII. Nº 1163. Cód. 119. Uberlândia, 18 de Novembro de 1961. p. 01

O TRIÂNGULO. Editorial. Uberlândia, 18 de Janeiro de 1959.

PONTA DE LANÇA. VIDA ESCOLAR. Ano 1. Nº 1. Cod. 116. Uberlândia, Outubro de 1956. p. 03

TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Cresce o Parque Industrial em Uberlândia. Ano 1. nº 2. Uberlândia, 10 de Agosto de 1953:p.03.

TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Da Tribuna o Povo Reclama: água Esparramada pelas Ruas. Ano 1. Nº 4. Cód., 114. Uberlândia, 24 de Agosto de 1953. p. 2.

TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Da Tribuna o Povo Reclama: água Esparramada pelas Ruas. Ano 1. Nº 4. Cód., 114. Uberlândia, 24 de Agosto de 1953. p. 02.

TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Da Tribuna o Povo Reclama: Falta de Iluminação no Bairro Lídice. Ano 1. Nº 5. Cód. 114. Uberlândia, 31 de Agosto de 1953, p.04.

TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Inaugurada Solenemente a “Cooperativa de Crédito de Uberlândia Ltda. Ano I. Nº 5. Cód. 114. Uberlândia, 21 de Setembro de 1953. p. 03.”

TRIBUNA DO TRIÂNGULO. DR. BIAS FORTES, DR. MOURA COSTA =e outras personalidades da Caixa Econômica Federal visitarão Uberlândia. Ano I. Nº 17. Cód. 114. Uberlândia, 26 de Novembro de 1953. p. 01.

TRIBUNA DE MINAS. Rondon Pacheco Luta pela Universidade de Uberlândia. Ano 1. Nº 1. Cód. 131. Uberlândia, 13 de Maio de 1966. pág. 01

TRIBUNA DE MINAS. Uberlândia Trabalha para Conquistar Universidade. Ano 1. nº 6. Cód. 131. Uberlândia, 26 de Maio de 1966. p. 06.

TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Cyro de Castro Almeida (dir) Quermesse em Prol Colégio Salesiano. Ano I. Nº 2. Cód. 114. Uberlândia , 10 de Agosto de 1953. Pág.04.

TRIBUNA DO TRIÂNGULO. Cyro de Castro Almeida. Instituto Salesiano de Uberlândia. Ano I. Nº 17. Cód. 114. Uberlândia, 26 de Novembro de 1953. p. 05.

LISTA DE ENTREVISTADOS

Irmã-Diva Martins Pinheiro, nascida em 01/10/1922 em São Pedro dos Ferro-MG, foi professora de Matemática e Conselheira Escolar no Instituto Teresa Valsé Pantellini entre os anos de 1966 a 1968.(29/03/2008)

Irmã Elza Lima Gomes, nascida em 09/03/1941, natural de Uberlândia-MG, ex-aluna do Instituto entre os anos de 1959 a 1962 e, atualmente, Irmã da congregação salesiana.(22/10/2007)

Edna Barbosa, nascida em 06/03/1953, natural de Uberlândia-MG, foi aluna do Instituto entre o período de 1961 e 1969.(20/10/2007)

Pe. Henrique Ribeiro de Brito, nascido em 01/12/1922, natural de Araxá-MG, foi Diretor do Colégio Cristo Rei entre 1966 e 1970.(22/02/2008)

Irmã-Jussy de Azevedo, nascida em 20/02/1933 na cidade de Araguari-MG, foi professora de Matemática e Ciências, no Instituto, entre os anos de 1959 e 1964.(29/03/2008)

Liberalina Almeida, nascida em 28/03/1928, natural de Uberlândia- MG, foi colaboradora das Irmãs em seu momento inicial por volta de 1959. Apesar de ser professora de Português já aposentada, não ministrou aulas no Instituto Teresa Valsé Pantellini.(22/10/2007)

Pe. Manoel Claro Costa, nascido em 19/09/1945, natural de Uberlândia- MG, foi aluno do Colégio Cristo Rei entre 1953 e 1960.(22/02/2008)

Irmã-Nilda Sampaio Dias, nascida em 1933, natural de Campos dos Goitacazes no Estado do Rio de Janeiro, foi professora de Matemática, História e Coordenadora dos Estudos e Ensino entre 1965 a 1966; depois, retornou como Diretora do Instituto entre os anos de 1969 a 1970.(22/02/2008)

Irmã Raymunda Camini Kfuri, nascida em 04/07/1937 no Rio de Janeiro, Capital, foi professora de ensino religioso no Instituto entre os anos de 1968 e 1971.(22/02/2008)

Odete dos Santos, nascida em 25/06/1928, natural de Uberlândia- MG, foi colaboradora das Irmãs em seu momento de chegada a Uberlândia em 1959.(22/10/2007)

ANEXOS

Anexo A - Roteiro de entrevista-I

I.Dados da Pesquisa

Questionário destinado aos participantes do Ginásio Cristo Rei (ex-aluno e padre)

Titulo da pesquisa: A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO SALESIANA EM UBERLÂNDIA: A GÊNESE DO INSTITUTO TERESA VALSÉ PANTELLINI (de 1959 ao início de 1971).

Instituição: UFU; Universidade Federal de Uberlândia

Orientador: Dr. José Carlos de Araújo

II.Dados do Depoente

Nome Completo_____

Local e Data de Nascimento_____

Endereço_____

Doc.de Identidade_____

Profissões Anteriores:_____

Profissão Atual_____

III. Dados dos Contatos

Forma de Contato:_____

Local e Data do Contato_____

1. Qual o período em que você permaneceu na Igreja ou no Colégio Cristo Rei em Uberlândia?
2. Recorda-se do que motivou a vinda das Irmãs Salesianas para direção do Instituto Teresa Valsé Pantellini em Uberlândia?
3. Gostava de trabalhar nesta Instituição?
4. Quais as normas que o professor deveria seguir em termos de posturas?
5. Qual era o sistema do uso de uniformes de mestres do Ginásio Cristo Rei?
6. Qual era o tratamento reservado para os alunos carentes? O que eles deveriam fazer para ter acesso à educação no Ginásio?
7. Quais as festividades importantes do Ginásio?
8. A escola fornecia o material didático ou as alunas tinham que comprar?
9. Quais as atividades esportivas praticadas no Instituto?
10. Quais os cursos profissionalizantes eram oferecidos pela escola e qual o comprometimento dos alunos nesses cursos?
11. Que importância tinham os Oratórios Festivos?
12. Você se lembra de como foram feitas as doações para a construção do Ginásio Cristo Rei e posteriormente para o Instituto ?
13. O que funcionava no novo prédio construído no B.Santa Monica: um seminário ou o ginásio?
14. O que foi feito desse prédio com o encerramento do Ginásio Cristo Rei?
15. A quem pertencia o prédio ao lado da Igreja N.S. Aparecida onde funcionava o Ginásio?
16. Em que ano se deu a desvinculação jurídica do Instituto Teresa Valsé Pantellini do Ginásio Cristo Rei?
17. Como se deu o processo de encerramento do Ginásio Cristo Rei? Em que ano aconteceu?

Anexo B- Roteiro de entrevista-II

I.Dados da Pesquisa

Questionário destinado às irmãs do Instituto

Título da pesquisa: A EDUCAÇÃO SALESIANA EM UBERLÂNDIA: A GÊNESE DO INSTITUTO TERESA VALSÉ PANTELLINI (1959-1971).

Instituição: UFU; Universidade Federal de Uberlândia

Orientador: Dr. José Carlos de Araújo

II.Dados do Depoente

Nome Completo_____

Local e Data de Nascimento_____

Endereço_____

Doc.de Identidade_____

Profissões Anteriores:_____

Profissão Atual_____

III. Dados dos Contatos

Forma de Contato:_____

Local e Data do Contato_____

1. Você se recorda da vinda do Instituto para Uberlândia?
2. Gostava de trabalhar na instituição?
3. Qual era a postura das professoras?
4. Qual era o sistema adotado para uniforme dos professores?
5. Quais as maiores dificuldades encontradas por você como trabalhadora do Instituto?
6. O que faziam diariamente antes de entrar para as salas de aulas?
7. Qual o valor aproximado de salários daquela época?
8. Qual era o tratamento reservado para os alunos carentes? O que eles deveriam fazer para ter acesso à educação no Instituto?
9. Quais as festividades mais importantes para a escola?
10. A escola fornecia o material didático ou as alunas tinham que comprar?
11. Quais as atividades esportivas praticadas no Instituto?
12. Quais os cursos profissionalizantes eram oferecidos pela escola e qual o seu comprometimento com esses cursos?
13. Que importância tinham as comemorações de 7 de Setembro para a escola?
14. Você se lembra como eram feitas as doações para a construção do Instituto?
15. Como era o Oratório Festivo?
16. Em que ano se deu a desvinculação jurídica do Instituto Teresa Valsé Pantellini do Ginásio Cristo Rei?
17. Como se deu o processo de encerramento do Ginásio Cristo Rei? Em que ano aconteceu?
18. Quais eram as contribuições da comunidade de Uberlândia ?
19. As autoridades da cidade participavam das festividades e contribuíram para a construção da escola?

Anexo C - Roteiro de entrevista-III

I.Dados da Pesquisa

Questionário destinado às ex-alunas do Instituto

Título da pesquisa: A EDUCAÇÃO SALESIANA EM UBERLÂNDIA: A GÊNESE DO INSTITUTO TERESA VALSÉ PANTELLINI (1959-1971).

Instituição: UFU; Universidade Federal de Uberlândia

Orientador: Dr. José Carlos de Araújo

II.Dados do Depoente

Nome Completo_____

Local e Data de Nascimento_____

Endereço_____

Doc.de Identidade_____

Profissões Anteriores:_____

Profissão Atual_____

III. Dados dos Contatos

Forma de Contato:_____

Local e Data do Contato_____

01-Você se recorda do que motivou seus pais terem preferido o Instituto para sua formação escolar? Em que período isto aconteceu?

02-Gostava de estudar na instituição?

03-Qual era a postura das professoras?

04-Todas as professoras eram freiras?

05-Qual era o sistema adotado para uniforme escolar: cores, tamanho etc.

06-Quais as maiores dificuldades encontradas por você como estudante do Instituto, como uma escola dirigida por freiras?

07-Existia na instituição alguma forma de punição às alunas indisciplinadas?

08-O que faziam diariamente antes de entrar para as salas de aulas?

09-Qual o valor aproximado de mensalidades daquela época?

10-Qual era o tratamento reservado para os alunos carentes? O que eles deveriam fazer para ter acesso à educação no Instituto?

11-Quais as festividades mais importantes para a escola?

12-A escola fornecia o material didático ou as alunas tinham que comprar?

13-Quais as atividades esportivas praticadas no Instituto?

14-Quais os cursos profissionalizantes eram oferecidos pela escola e qual o comprometimento dos alunos nesses cursos?

15-Que importância tinham as comemorações de 7 de Setembro para a escola?

16-Você participou do processo de construção do Instituto e alguma forma (doações, arrecadação de fundos, multirões etc.).

17-Como era o Oratório Festivo?

18-Você se recorda de alguma contribuição feita por pessoas importantes da cidade para a construção do prédio escolar?

Anexo D - Roteiro de entrevista-IV

I.Dados da Pesquisa

Questionário destinado às colaboradoras das irmãs salesianas do Instituto

Título da pesquisa: A EDUCAÇÃO SALESIANA EM UBERLÂNDIA: A GÊNESE DO INSTITUTO TERESA VALSÉ PANTELLINI (1959-1971).

Instituição: UFU; Universidade Federal de Uberlândia

Orientador: Dr. José Carlos de Araújo

II.Dados do Depoente

Nome Completo_____

Local e Data de Nascimento_____

Endereço_____

Doc.de Identidade_____

Profissões Anteriores:_____

Profissão Atual_____

III. Dados dos Contatos

Forma de Contato:_____

Local e Data do Contato_____

01-Você se recorda da vinda do Instituto para Uberlândia?

02-Qual era a postura das irmãs?

03- Qual era o tratamento reservado para os alunos carentes? O que eles deveriam fazer para ter acesso à educação no Instituto?

04- Quais as festividades mais importantes para a escola?

05- Quais os cursos profissionalizantes eram oferecidos pela escola e qual o seu comprometimento com esses cursos?

06- Você se lembra como eram feitas as doações para a construção do Instituto?

07- Como era o Oratório Festivo?

08- Quais eram as contribuições da comunidade de Uberlândia ?

09- As autoridades da cidade participavam das festividades e contribuíram para a construção da escola?

10- Qual era função de uma colaboradora junto às irmãs?

11- O que se pedia para ajudar as irmãs ?

12- Como era o bairro na época inicial do Instituto ?